

TERCEIRA MARGEM  
AMAZÔNIA

---

1



# TERCEIRA MARGEM AMAZÔNIA

---

1

Volume 1 – Número 1  
Outras Expressões  
São Paulo, junho de 2012

## Outras Expressões

**Imagem da capa** Olegário Reis Júnior

**Arte da capa e Projeto Gráfico** Krits Estúdio

### Editor Responsável pela Edição:

Edane França Acioli

### Organização da edição:

Alison Pureza Castilho

Dulcilene Alves de Castro

Edane França Acioli

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Lilian Cristina Holanda Campelo

Lindomar de Jesus de Sousa Silva

Maria Albenize Farias Malcher

Maria do Socorro Ferreira

Tânia Miranda

### Revisão:

Ana Conceição Borges de Oliveira

Dulcinéia Pavan

Marina Tavares Ferreira

### Tradução para o Francês:

Céline Raimbert

### Entrevista:

Rogério Almeida (Jornalista)

### Secretária:

Rose da Silva Monteiro

### Conselho Editorial:

Alison Pureza Castilho

Armando Lírio de Souza

Carla de Andrade Moraes

Céline Raimbert

Dalton Enríquez

Edane França Acioli

Genival Carvalho

Guilherme Carvalho

Lindomar de Jesus de Sousa Silva

Maria Albenize Farias Malcher

Mauro André Castro

Pedro Chaves Baía

Roberto Araújo Martins

Ruth Heide Guichard

Tânia Miranda

Wolfgang Hees

Leonardo Malcher

### Conselho Científico:

Ana Tancredi

Aroldo Motta

Farid Eid

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Heloisa Fernandes

Josep Point Vidal

Maria do Socorro Ferreira

Maria Marize Duarte

Maria das Graças da Silva

Mario Vasconcellos Sobrinho

Martine Droulers

Milton Farias

Roberto Marinho A. Silva

Romero Ximenes

Saulo Baptista

Saint-Clair Cordeiro Trindade

Vilma Barban

Maria Goretti da Costa Tavares

### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Terceira Margem Amazônia / Outras Expressões. - v.1, n. 1  
(jun. 2012) \_ São Paulo : Outras expressões, 2012.  
v. : il. : 15,5 x 22,5 cm.

Semestral  
ISSN 2238-7641

1. Ciências Sociais – Periódicos. 2. Ciências sociais  
aplicadas – Periódicos. I. Outras Expressões, Ed;

CDD 300 (05)

Bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

1ª edição: junho de 2012

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta revista  
pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

### Editora Outras Expressões Ltda.

Rua Abolição, 201 | Bela Vista | 01319-010 | São Paulo – SP

Tel (11) 3105 9500 | Fax (11) 3112 0941

livraria@expressaopopular.com.br | www.expressaopopular.com.br

## SUMÁRIO

---

- 7 Editorial
- 9 Apresentação

### CORPUS

#### ARTIGOS

- 15 A gestão pública municipal: instrumento transformador para o desenvolvimento social do Pará  
*Josep Pont Vidal*
- 35 O conflito legítimo na luta pela terra dos mediadores dos movimentos sociais no espaço agrário paraense: discursos, novas configurações e mudanças sociais  
*Henry Willians Silva da Silva, Wilson José Barp*
- 53 Organização de cadeias produtivas sob controle dos trabalhadores e desenvolvimento rural  
*Farid Eid, Caio Luis Chiariello*
- 73 Produtos da floresta: usos e sustentabilidade em uma comunidade amazônica  
*Dulcilene Alves de Castro*
- 89 O trabalho que alinhava o tecido social no Ver-o-peso  
*Rosa Maria Ferreira da Rocha*
- 109 Desenvolvimento sustentável: reflexões conceituais para a Amazônia  
*Adilson Viana Lima*
- 131 O direito à educação infantil na Amazônia brasileira: desafios e disputas  
*Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho*
- 149 Roteiro de pesquisa e roteiro de obra cinematográfica: buscando instrumentos de ensino  
*Gutemberg Armando Diniz Guerra*

159 Da tierra firme à Amazônia  
*Romero Ximenes*

#### NOTA DE PESQUISA

171 A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais  
*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior*

#### RESENHA

185 A Amazônia e a cobiça internacional  
*Por Maria Goretti da Costa Tavares*

#### 191 TESES E DISSERTAÇÕES

#### PRÁXIS

#### ENTREVISTA

199 Alfredo Kingo Oyama Homma  
Amazônia: o olhar de um descendente de japonês sobre a região  
*Por Gutemberg Guerra, Socorro Ferreira e Rogério Almeida*

#### DEBATES

211 Fomos capazes de dizer não à divisão do Estado do Pará  
*Maria de Fátima da Fonseca*

221 Depois que o plebiscito passou  
*Lúcio Flávio Pinto*

223 Instruções para colaboração

## EDITORIAL

---

A revista Terceira Margem Amazônia pretende ser um veículo de registro e divulgação de trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre assuntos relacionados direta ou indiretamente à Amazônia, estimule o intercâmbio e o debate entre a comunidade acadêmico-científica e atores sociais e contribua para a produção de conhecimentos sobre a região.

O escopo da revista contempla duas partes, batizadas de Corpus e Práxis. O Corpus será estruturado em quatro seções dedicadas à produção científica: artigos, notas de pesquisa, resenhas, resumos de teses e dissertações. A Práxis agrupa duas seções destinadas a expor ideias e práticas no formato de entrevistas e debates.

Por que Terceira Margem Amazônia? A escolha do nome da revista passou por um cuidadoso debate e foi escolhido por a expressão terceira margem evocar outro caminho, acrescentando-se ao final a palavra Amazônia, por ser o *locus* privilegiado pela revista. Terceira Margem é o título de um conto de Guimarães Rosa que expressa a necessidade de olhar a realidade para além de uma perspectiva dual ou mecânica do certo ou errado. É na perspectiva de pensar de forma interdisciplinar a Amazônia e compreender toda a sua diversidade, que o nome Terceira Margem foi escolhido para expressar o pensar amazônico, a partir de suas várias matrizes e do que é peculiar à região. Foi uma expressão usada por Benedito Monteiro quando se referiu ao debate dos problemas socioambientais da Amazônia, em que as questões não se explicam somente pela margem direita ou pela margem esquerda (dos rios), e sim, por serem partes de uma complexidade sistêmica, se explicam a partir de uma Terceira Margem (nos rios).

Edane Acioli  
Gutemberg Guerra



## APRESENTAÇÃO

---

A revista Terceira Margem Amazônia tem a honra de apresentar para o público em geral o seu primeiro número. Inaugura-se mais um veículo de publicações científicas no Brasil e na Amazônia, mas principalmente, sendo uma publicação dedicada aos debates sobre a realidade amazônica, respeitando e introduzindo em sua proposta original as experiências sociais nela existentes.

Em caráter especial de lançamento, a revista Terceira Margem Amazônia convidou para o primeiro número autores para contribuírem com a produção desta publicação, sendo a maioria membros do conselho científico da revista. O objetivo foi montar um número que servisse de orientador para as futuras publicações da revista.

A primeira parte, chamada Corpus, traz nove artigos, uma nota de pesquisa, uma resenha e seis resumos de teses e dissertações. Na segunda parte, Práxis, apresentamos uma entrevista e dois trabalhos abertos ao debate.

No contexto de preparatórias para as eleições municipais no Brasil, Josep Pont Vidal nos traz em seu artigo a discussão sobre a gestão pública municipal a partir da ótica da administração, defendendo que o desenvolvimento econômico de um município depende da qualificação da gestão deste.

A questão agrária e a agricultura familiar sob diversas formas são trazidas ao debate em dois artigos com temas centrais diferentes, mas que se combinam entre si. No artigo de Henry Willians Silva da Silva e Wilson José Barp, o conflito da luta pela terra na Amazônia emerge através da análise do discurso dos atores envolvidos. No outro, a economia, a gestão de empreendimentos e a produção rural são discutidas pelos autores Farid Eid e Caio Luis Chiariello, que expressam a importância de pequenas cadeias produtivas sob o controle de trabalhadores rurais.

Em outro paralelo, o equilíbrio socioambiental local, a partir de diferentes formas de uso dos produtos da floresta é alvo das pesquisas realizadas por Dulcilene Alves de Castro, o que vem apresentado por um estudo de caso na comunidade de Monte Sião em São Domingos do Capim no Nordeste do Estado do Pará.

Dentro das discussões da pós-modernidade, a feira de alimentação do Ver-o-Peso (Belém/PA) é analisada por Rosa Maria Ferreira da Rocha a partir da percepção do cotidiano das relações sociais e de trabalho.

O artigo de Adilson Viana Lima traz no centro de seu debate uma revisão conceitual sobre o desenvolvimento sustentável a partir de reflexões so-

bre as questões ambientais e os princípios norteadores de sustentabilidade na Amazônia.

As discussões sobre educação aparecem em dois artigos. O primeiro traz o debate da educação infantil no contexto brasileiro, em particular, na Amazônia por Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho. O segundo, o processo formativo para a pesquisa é o tema discutido por Gutemberg Armando Diniz Guerra, que oferece reflexões sobre metodologia e procedimentos da pesquisa.

Por último, o autor Romero Ximenes desenvolve uma análise antropológica da constituição histórica-cultural-mitológica da Amazônia enquanto região.

Na seção Notas de Pesquisa, o geógrafo Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior inaugura esse espaço dedicado ao relato de observações de campo, de dificuldades e do progresso da pesquisa na Amazônia. Em seu trabalho, chama a atenção para as particularidades sub-regionais existentes que demarcam diferentes espacialidades e territorialidades, e que sugerem, igualmente, políticas públicas diferenciadas quando se considera a relação cidade-rio na Amazônia.

Trazemos uma resenha do livro *A Amazônia e a cobiça internacional*, de Artur Cezar Ferreira dos Reis, elaborada cuidadosamente por Maria Goretti da Costa Tavares. O livro já publicado com quatro reedições, entre os anos de 1965 e 1982, retrata os vários momentos de ocupação da região, afirmando que a Amazônia sempre foi alvo do interesse internacional, principalmente pela abundância de riquezas naturais, água, floresta, minerais, dotada de uma biodiversidade ímpar no espaço mundial.

A edição oferece ainda seis resumos de trabalhos concluídos em 2011, sendo três de Doutorado e três de Mestrado.

Inaugurando o lado Práxis da revista, apresentamos a seção Entrevista, que se dedica a apresentar personalidades da comunidade acadêmico-científica e de atores sociais, que contribuam e/ou tenham contribuído para o conhecimento e a realidade amazônica. O primeiro entrevistado é o pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Alfredo Kingo Oyama Homma, reconhecido nacional e internacionalmente pelo conjunto de sua obra. Já publicou dez livros, recebeu o Prêmio Nacional de Ecologia (1989), Prêmio Prof. Edson Potsch Magalhães (1989), Prêmio Frederico Menezes da Veiga (1997), Prêmio Jabuti (1999) e duas vezes o Samuel Benchimol (2004, 2010). A entrevista, conduzida por membros do conselho científico da revista, Maria do Socorro Ferreira, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental e por Gutemberg Guerra, da Universidade Federal do Pará, com apoio de Rogério Almeida, da Universidade da Amazônia, recupera a trajetória de Homma, sua infância, sua chegada à Amazônia e à Embrapa, seus primeiros projetos sobre o extrativismo e as perspectivas para o setor na atualidade.

Para fechar o número, a seção Debates, dedicada à divulgação de discussões entre comunidade acadêmico-científica e os diversos atores sociais, apresenta dois textos para o debate, um de Lúcio Flávio Pinto e outro de Maria de Fátima Fonseca, que giram em torno da divisão territorial do Estado do Pará, seus aspectos, suas contradições e uma análise sobre o resultado do plebiscito. A importância de tratar esse tema é a de tentar entender se esse debate está esgotado com o plebiscito ou se ainda é uma discussão viva entre as partes interessadas na Amazônia e no Brasil.

Por fim, desejamos uma excelente leitura a todos e, aos autores e colaboradores que ajudaram a construir esse número, os agradecimentos.

Edane Acioli  
Gutemberg Guerra



CORPUS

---



# A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL: INSTRUMENTO TRANSFORMADOR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO PARÁ<sup>1</sup>

---

*Josep Pont Vidal<sup>2</sup>*

## *Resumo*

Os municípios são instituições democráticas que disponibilizam as políticas e os serviços mais próximos às demandas e necessidades dos cidadãos. Tradicionalmente foram estudados a partir de variáveis econômicas ou da estrutura política. Assim, surge a necessidade de analisá-los no aspecto da administração e, especialmente, na gestão pública municipal. A hipótese teórica que orienta esta pesquisa é a de que o desenvolvimento econômico de um município depende essencialmente da qualificação da gestão municipal. Expõem-se e analisam-se as variáveis: o planejamento e a gestão de pessoas. Como conclusão, observa-se a importância que adquire o planejamento a médio e em longo prazo e a formação de pessoal para o fortalecimento institucional.

**Palavras-chave:** Gestão Pública. Municípios. Instituições. Desenvolvimento. Estado do Pará.

## *Resumé*

Les municipes sont des institutions démocratiques qui mettent à disposition des politiques et des services proches des demandes et besoins des citoyens. Ils ont traditionnellement été étudiés à partir de variables économiques ou de leur structure politique. Apparaît ainsi la nécessité de les analyser sous l'angle de l'administration et notamment de la gestion publique municipale. L'hypothèse théorique qui oriente cette recherche est que le développement économique d'un munícipe dépend essentiellement de la qualification de la gestion municipale. Les variables sont exposées et analysées : l'aménagement et la ges-

---

1 Uma versão mais extensa deste trabalho foi publicada em *Novos Cadernos do NAEA*, novembro 2011.  
2 Professor em Sociologia Política, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: josevidal@ufpa.br

tion des personnes. En conclusion, on observe l'importance qu'acquiert l'aménagement à moyen et long terme et la formation du personnel pour le renforcement institutionnel.

**Mots-clés:** Gestion Publique. Municipales. Institutions. Développement. Etat du Pará.

## INTRODUÇÃO

Os municípios, no que se refere à sua administração pública, foram pouco estudados na Região Norte. Esta falta de interesse surpreende por vários motivos:

1. Trata-se das instituições mais próximas ao cidadão e que propõem políticas públicas e abastecem os serviços mais próximos às demandas e necessidades dos cidadãos.

2. Trata-se de um nível da administração pública com uma grande autonomia administrativa e financeira, com capacidade para incidir cada vez com maior protagonismo no desenvolvimento local e regional.

3. Trata-se de instituições democráticas, que apresentam funções administrativas exercidas por pessoas diretamente escolhidas pelos cidadãos.

Esses motivos justificam que os governos locais, a administração e a gestão pública municipal mereçam uma atenção mais detalhada no Estado do Pará. Os estudos existentes de caráter histórico analisaram as dinâmicas municipais basicamente da perspectiva política, na qual a gestão pública foi totalmente esquecida, e, portanto, considerada como irrelevante. Os estudos existentes focalizam a composição política e suas manifestações democráticas, personalistas ou nepóticas. O modelo apoiado na Constituição de 1988 atribui aos municípios um caráter similar em alguns aspectos à tradição francesa (pouca capacidade de incidência nos problemas econômicos da comunidade) em detrimento da tradição anglo-saxã (como entidades prestadoras de serviços, segundo diretrizes nacionais). Entretanto, os municípios no Brasil possuem um índice de autonomia financeira muito maior que em modelo representado pela tradição francesa. O fortalecimento institucional, apoiado em uma gestão pública eficaz, eficiente e transparente, é básico para a gestão do interesse público e para o desenvolvimento social e econômico no nível local e regional.

Quando se estuda e analisa o baixo desenvolvimento de algumas regiões, aparecem as questões centrais: quais são as variáveis estratégicas para alcançar o desenvolvimento? Qual é a causa do baixo desenvolvimento? Na maioria dos

estudos aparecem variáveis de causa-efeito relacionadas com a economia e o desenvolvimento das forças produtivas. O baixo desenvolvimento de um país ou de uma região é a consequência de um conjunto de fatores, como o nível educacional e o contexto histórico, variáveis do sistema político, a inovação, a economia de escala e o processo de acumulação capitalista. No entanto, como aponta Douglass North (1973), esses fatores não são as causas, eles “são” o próprio crescimento, interpretando desta forma o desenvolvimento como resultado de uma “organização eficiente”. Como organizações eficientes, North (1973) coloca no centro do seu estudo a atividade humana. O autor se refere especificamente às instituições econômicas, pois o desenvolvimento “(...) se traduz na própria visão do mercado como instituição e não como espaço neutro de encontro de compradores e vendedores” (ABRAMOVAY, 2001, p. 167). Abramovay (2001) e North (1973) se referem concretamente a regiões e países subdesenvolvidos.

As instituições, entendidas como “produto e produtoras da ação humana” (BERGER; LUCKAMANN, 1967), adquirem, nesse sentido histórico, um papel determinante nos aspectos normativos referentes ao “cumprimento de contratos”, mas também podem ser o resultado de uma forma de pensar e de planejar, e, em consequência, de atuar e de agir. Abramovay (2001) indica que é basicamente o “ambiente social” o que inibe a inovação, visto que este se apoia em “(...) vínculos hierárquicos localizados e bloqueia a ampliação do círculo de relações sociais em que se movem as pessoas” (p. 168).

Tentativas baseadas nas instituições e na correspondente gestão pública como variável explicativa, independente de outros fenômenos sociais como o desenvolvimento econômico e social, salvo poucas exceções (FARIAS FILHO, 2004; 2004) são escassos, destacando os estudos que estabelecem uma relação entre gestão pública e monitoramento das desigualdades (SILVA JUNIOR, 2007) e gestão pública e desenvolvimento (NETO, 1995).

Quando nos referimos à Amazônia oriental devemos pensar que não se trata de uma região subdesenvolvida, e sim de uma região de baixo desenvolvimento (segundo IDH, PIB *per capita* e coeficiente Gini). Assim, a gestão municipal adquire um papel determinante para o desenvolvimento do município e, em consequência, da região, ao implicar a gestão financeira, de capital e de infraestrutura, de pessoas e de tecnologias da informação, tendo como eixos transversais a capacidade de planejamento e os resultados. Seguindo esta lógica, a existência de modelos de gestão municipal que não se baseiam em um planejamento racional, na gestão orientada a resultados, na eficiência e na formação dos recursos humanos disponíveis, constitui um obstáculo para o desenvolvimento econômico.

A hipótese que guia esta investigação: o fortalecimento institucional, e com ele a legitimidade e a efetividade das propostas políticas de um município, depende essencialmente de uma série de fatores internos da administração, especificamente da qualificação da gestão municipal em dois aspectos: 1) a capacidade de planejamento; 2) o modelo de gestão implementado. Nos municípios paraenses ainda predomina um modelo de gestão burocrático, sendo o modelo gerencial uma exceção. Por outro lado, o planejamento se limita frequentemente à resolução de problemas imediatos. Como consequência destes dois aspectos, predomina uma gestão “débil” que se manifesta em um baixo empoderamento da sociedade e uma dependência de fatores exógenos para o desenvolvimento. Neste texto descrevem-se os resultados parciais, relativos à pesquisa “fortalecimento institucional e qualificação da gestão municipal”<sup>3</sup>, referente ao estudo das prefeituras do Estado do Pará. Expõem-se os dois fundamentos teórico-conceituais no que se baseia a pesquisa: o institucionalismo e a gestão pública.

#### REFERENCIAL TEÓRICO: INSTITUIÇÕES E MODELO DE GESTÃO PÚBLICA

O fortalecimento institucional depende da capacidade de gestão das instituições, neste caso das prefeituras. O papel das instituições em impulsionar as mudanças tem sido interpretado desde diferentes perspectivas, de tal forma que alguns autores, desde uma leitura interacionista, fundamentada na ação consciente dos homens, afirmam que estas “(...) são produto e produtores das instituições” (BERGER; LUCKMANN, 1966), enquanto que outros se mostram céticos sobre a capacidade de mudança, pois estas podem “inibir” as reformas ao criar expectativas não satisfeitas pelas instituições<sup>4</sup> (CAIDEN, 1999).

Uma contribuição para o papel das instituições para o desenvolvimento econômico constitui a corrente neoinstitucionalista (MARCH; OLSEN, 1984; ANDREWS, 2005, entre outros). Não se trata de uma escola monolítica, Hall e Taylor (2003) diferenciam pelo menos três escolas de pensamento: *o institucionalismo histórico, o institucionalismo da escolha racional e o institucionalismo sociológico* (NORTH, 1995).

A obra do North (1995) constitui uma tentativa de sintetizar as contribuições teóricas procedentes da ciência política, da sociologia e da economia; é o denominado enfoque institucional. No esboço de uma teoria para a mudança social,

3 Pesquisa financiada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), realizada entre 2009 e 2010.

4 AZEVEDO, S.; MELO, M. A. *Mudanças institucionais, reforma da seguridade social e reforma tributária*. Ford/Anpocs, 1996 (Relatório de Pesquisa).

North (1995) pretende explicar de que forma o passado influi no presente a partir da compreensão do desempenho das questões econômicas, nas quais as instituições têm um papel decisivo: “(...) As instituições são as regras do jogo em uma sociedade”. De forma similar a interpretação interacionista – “(...) as instituições são produto e produzidas pela atividade humana” – para compreender sua função não se deve desconsiderar sua formação social: “(...) são as limitações ideadas pelo homem que dão forma à interação humana”. Para isso, indica a necessidade de estudá-las em seu contexto histórico, visto que: “(...) estruturam incentivos no intercâmbio humano, seja político, social ou econômico”. Compreendê-las como produto social e histórico significa outorgar-lhes um papel determinante para a mudança social: “(...) a mudança institucional conforma o modo em que as sociedades evoluem com o passar do tempo, é a chave para entender a mudança histórica (...)” A mudança institucional “(...) afeta a escolha estabelecida em um certo momento e a natureza da dependência” (NORTH, 1995, p. 13).

O estudo dos municípios do Pará trata de ampliar as concepções limitadas de compreensão da racionalidade em termos de uma racionalidade abstrata de fins e meios, abrindo uma reflexão às esferas influenciadas pelas práticas ligadas à cultura. Vários estudos sociológicos, inspirados por Max Weber, têm considerado as estruturas burocráticas dominantes nas sociedades contemporâneas como um produto de estruturas cada vez mais eficazes. No entanto, essa percepção se esquece de que as próprias práticas dessas estruturas deveriam ser consideradas, em seu tempo, como práticas culturais. Essas práticas seriam paulatinamente incorporadas nas organizações e instituições, não somente para aumentar a eficácia, mas como consequência do processo de transmissão que origina as práticas culturais em geral.

O marco analítico do Novo Institucionalismo trata de explicar o processo de tomada de decisões por parte dos atores políticos, tendo como pressuposto básico a ideia de que a configuração das instituições afeta o comportamento dos atores sociais. Alguns autores (HALL; TAYLOR, 1996; PEREIRA PRATES, 2000) apontam a existência de pelo menos três enfoques: o institucionalismo histórico, o da eleição racional e o sociológico, o também referido como teoria das organizações<sup>5</sup>. Nas correntes normativas, se acentuam o papel dos atores políticos e das instituições como formadores de bons cidadãos. A corrente histórica acentua o papel das decisões históricas, as quais têm influência no desenvolvimento das instituições. Finalmente, a corrente sociológica resulta de uma síntese das anteriores, embora questione o determinismo histórico, dando ênfase às influências do con-

5 Peters (2003) considera a existência de, pelo menos, sete enfoques diferentes.

texto social: a síntese da perspectiva sociológica e da histórica (DOBBIN, 1994). A perspectiva histórica é fundamental para a compreensão do funcionamento das instituições e das agências governamentais e da ação estratégica dos atores à frente e dentro delas, posto que estas são também produto da ação dos atores.

A Amazônia oriental (Estado do Pará), como região em desenvolvimento, é uma região onde a presença do Estado manifesta-se com instituições distanciadas e fora dos problemas cotidianos da população pela construção de algumas infraestruturas que não têm contribuído para criar cidadania, sendo que esta, frente a projetos inacabados, tem estado historicamente excluída de tais procesos. Isso favorece a emergência de atores econômicos que têm orientado sua ação, enchendo o vazio e a “ausência” deixada pelo Estado e pelas instituições governamentais, aspectos já identificados por diversos autores (PINTO, 2009), de tal forma que se tem constituído numa “frágil institucionalidade” (TORRES, 2004) e, nos aspectos relacionados com a gestão pública, de “frágil tradição de controle” (REZENDE, 2002, p. 119).

O pensamento burocrático, em que se fundamenta a gestão pública, enfatiza os princípios básicos de uma forma administrativa tradicional, descritos por Max Weber. Esse modelo hierárquico burocrático se apoia no controle da esfera política sobre a esfera administrativa. O modelo está vertebrado em torno de estruturas burocráticas hierarquizadas, organizado a partir de superiores e subordinados. O procedimento correto e burocrático administrativo prepondera na consecução de objetivos. Esse fato implica que os fluxos de informação e de autoridade sejam descendentes.

Esse tipo de modelo burocrático está fortemente determinado pelo controle político da administração, sendo a esfera administrativa exclusivamente dependente da esfera política. Esse fato produz uma dinâmica perversa. Por um lado, os políticos assumem competências de direção política das áreas e departamentos, intervindo, dessa forma, na gestão diária da organização; por outro lado, os altos funcionários intervêm em numerosas ocasiões na tomada de decisões de caráter político. É importante mencionar que a divisão existente entre a administração e a política “(...) não pode ser desprezada na determinação das responsabilidades de um e de outro grupo” (PARRADO DIEZ, 1996, p. 26). Os planos de carreira estão pouco estruturados, a ascensão obedece geralmente ao princípio de antiguidade, e o tempo de serviço é o que normalmente determina as remunerações, sendo descartado o tipo de trabalho realizado ou a capacidade de trabalho dos funcionários.

A gestão também está imersa no esquema da falta de objetivos. Os orçamentos se elaboram em função de transferências e funções estatais e federais, descon-

siderando outro tipo de programas. Por último, a estrutura organizativa segmentada em departamentos e secretarias estanques – e frequentemente concorrentes entre si – não ajuda a estabelecer uma visão ampla e integrada dos orçamentos. Trata-se a partir de práticas incrementalistas, ou seja, apoiadas no cálculo de orçamentos e despesas do ano anterior, desconsiderando um planejamento orientado a objetivos. A política continuísta não possibilita a existência de canais que elevem as demandas e inquietações da cidadania às decisões superiores.

Com relação ao modelo gerencial, a meta da administração pública já não é simplesmente o cumprimento da lei – sem incorrer na ilegalidade – mas a introdução de maior rapidez nos serviços prestados pelos gestores, além de incluir melhorias. Cabe destacar que essas melhorias são tomadas unilateralmente, sem a consulta prévia aos usuários.

### A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

A investigação inscreve-se na área de conhecimento da administração pública, especificamente na gestão pública municipal. As prefeituras aparecem em muitos casos como o “nível pobre” nos diferentes níveis do Estado e da administração pública. Contudo, a realidade é algo diferente. Entre os anos 2000 e 2008, a maioria das prefeituras paraenses multiplicaram por cinco o volume de receita orçamentária, como, por exemplo, Castanhal que passou de pouco mais de R\$25 milhões (2000) a R\$130 milhões (2008) ou Marabá de R\$ 60 (2000) a R\$315 milhões (2008). Esse aumento tem sido significativo entre os anos 2005 e 2008 (Tabela 1), com recursos provenientes de uma parte importante do governo federal. Também o número de funcionários tem aumentado significativamente em todo o país com uma média que ultrapassa os 30%. Este aumento tem possibilitado o êxito de programas governamentais dirigidos diretamente pelas prefeituras, como o Programa Bolsa Família.

Tabela 1 – Evolução da receita orçamentária de alguns municípios (2005-2008)

Município	2005	2006	2007	2008
Barcarena	102.216.72,27	117.418.834,90	131.086.825,90	160.687.681,70
Castanhal	88.877.927,00	93.972.121,00	108.314.437,00	130.563.154,00
Marabá	155.502.908,59	165.596.099,70	200.937.854,90	315.743.203,80

Fonte: elaboração própria a partir de dados SIE/Idesp.

Esse fato é agravado pela dificuldade de tratá-lo no contexto da região amazônica, especificamente na Amazônia Oriental (Estado do Pará), pois praticamente não existem estudos baseados em dados empíricos sobre a gestão pública, destacando-se poucos exemplos recentes: o estudo de administração municipal (MONTEIRO, 1997), mudanças na administração pública (SOARES, CONCEIÇÃO, FARIA FILHO, 2004) ou o programa do governo para modernizar a administração pública Programa Qualidade na Gestão Pública no Estado do Pará (2007). Como os estudos e trabalhos, tratam-se, em geral, de monografias de caráter exploratórios e baseadas no método de estudo de caso, não é possível estabelecer conclusões que permitam generalizar.

Seguindo as recomendações de organismos internacionais e latino-americanos (CLAD, documento: A New Public Management for Latin America, 1998), vários estudos e relatórios diagnosticaram uma “crise da administração pública burocrática” e a necessidade de “empreender” reformas (LONGO; YSA, 2008, p. 17). Essa crise não se manifesta somente nos aspectos *técnicos* e científicos, mas também pela própria complexidade destes novos cenários, tanto locais quanto globais, que se configuram nas agendas públicas e nas próprias falhas do sistema de mercado hegemônico e propostas neoliberais de “retrocesso” ou de “diminuição do Estado”. Todos se traduzem na necessidade de produção de respostas por parte das administrações públicas frente a essa nova realidade. Os cenários político-institucionais são apontados como determinantes na superação dos marcos estáveis para superar a crise.

Assim, para fornecer respostas, objetiva-se que cada vez mais as intervenções públicas devem ser realizadas com a colaboração das diversas instâncias e com diferentes autoridades hierarquizadas das administrações, isto é, com a colaboração de atores de diferentes hierarquias da mesma organização ou por organizações fora do sistema público.

O Brasil não se encontra isento desse processo e, apesar dos importantes avanços no último quarto de século em toda a administração pública, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) publicou em 2008, a coletânea *Gestão 2009-2012 – A Nova Administração Pública*, em que se justifica: “(...) Transformações tecnológicas, estruturais, econômicas e sociais exercem grandes impactos na vida das pessoas, sendo que esses impactos conseqüentemente refletem nas gestões por elas lideradas” (CNM, p. 8). Com essa proposta trata de um “modelo de administração pública voltado para a eficiência, eficácia e efetividade” (CNM, p. 14). No documento básico aparecem os conceitos e as diretrizes principais, tais como: “gestão baseada em processos” (CNM, p. 33), “condução para a eficiência”, “excelência” e

“orientação para o público” (CNM, p. 15-17), também trata aspectos constituintes como a tecnologia de gestão e o planejamento estratégico.

Diversos autores (LANDER, 1999; BRESSER-PEREIRA, 2000 e 2007; CUNILL GRAU; BRESSER-PEREIRA, 1998) sugerem a necessidade de estabelecer uma governança dos sistemas públicos contemporâneos. As organizações sociais, denominadas por Bresser-Pereira (2004) “público não estatal”, demandam cada vez mais exigência na prestação de serviços públicos. Nos últimos anos, o mercado e as redes disputam no poder público, cada vez mais, um papel protagonista predominante na prestação de serviços, especialmente na saúde e em outros campos sociais. Confrontar a governança (governabilidade) na gestão pública significa adotar uma série de critérios que deverão orientar os procedimentos administrativos e a gestão (DENTE, 1995; LIMA, 2001).

Diversos autores diagnosticaram a emergência de um “Estado relacional” incipiente, compreensível talvez no contexto das democracias da Europa Ocidental, mas não para a região Amazônica, que faz parte da “periferia da periferia” (MELLO, 2007, p. 36), e que por sua capacidade de desenvolvimento institucional pode ser caracterizada como região de “baixa institucionalidade” (TORRES, 2004, p.7). A realidade de muitos municípios paraenses se expressa claramente no estudo de Monteiro (1997, p. 153): “(...) A forma como se administra o município, no caso de realidade paraense, continua presa à tradição patrimonialista. Os gestores municipais utilizaram os cargos públicos como uma extensão de seus negócios particulares e de seus familiares”.

#### FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL MUNICIPAL NO ESTADO DO PARÁ

A configuração atual dos municípios paraenses e sua evolução histórica desde 1988 é um tema já tratado por diversos autores (BORDALO, 2007), assim como os novos recortes municipais (SILVA, 2008). O Estado do Pará, como o restante dos municípios da União, para viabilizar as políticas setoriais, procuram recursos e dependem “(...) diretamente dos repasses dos tributos do governo estadual e da União, sem, contudo, apresentar políticas que os tornem capazes de aumentar suas arrecadações e assim dar soluções aos seus problemas urbanos e rurais” (SILVA, 2008, p. 78). Esse fenômeno se manifesta de forma especial nos municípios de recente criação. O Estado do Pará desde 1980 tem criado mais de 60 novos municípios, ao passar de 83 em 1980, aos

atuais 144 em 2010. Quanto ao estrato populacional mais importante o constituem municípios entre 20 mil e 100 mil habitantes, somando um total de 84 municípios. Aparece como variável principal, como a capacidade de aumentar suas arrecadações para poder oferecer soluções aos problemas, e que se pode decompor, por sua vez, em duas: a capacidade de planejar e, com ela, de dispor de pessoal adequadamente qualificado.

Para medir a capacidade de planejamento na gestão financeira foram construídos diversos indicadores. A realização de estudos socioeconômicos, como elemento básico para o planejamento, é, todavia, mínima nas prefeituras de tamanho médio, e maior nas menores. No entanto, este dado não esclarece o tipo de estudos, a metodologia utilizada e a aplicação e seguimento por parte dos gestores municipais. Especialmente as prefeituras médias têm poucos mecanismos de acompanhamento e controle a curto e a longo prazo, assim como de atualização do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Esses aspectos podem ter como consequência, em caso de endividamento, a obrigação de tomar medidas drásticas como o aumento da arrecadação de impostos e do endividamento. Um salto qualitativo se manifesta nas prefeituras grandes, as quais se baseiam em estudos prévios para planejamento e acompanhamento a curto e a longo prazo (Tabela 2).

Tabela 2 – Indicadores para o planejamento econômico municipal

Faixa Populacional	Realizam estudos socioeconômicos	Possuem mecanismos de acompanhamento e controle		Numero médio em anos, de defasagem na atualização	Mecanismos de correção adotados em caso de déficit	
		Curto Prazo	Longo Prazo		Legislação Cadastro IPTU e ISSQN	Aumentaram a arrecadação de tributos próprios
Pequenos	80.00	40.00	40.00	4.75	60.00	20.00
Médios	33.33	16.67	33.33	8.35	50.00	33.33
Grande	100.00	100.00	100.00	5.00	0.00	0.00
Total	58.33	33.33	41.67	6.00	50.00	25.00

Fonte: pesquisa de campo, Ipea/Idesp, 2010.

Quanto à gestão de capital e infraestrutura, enquanto que em municípios grandes e médios se utiliza todo tipo de estudos – técnicos e participação de entidades – também das decisões do prefeito, nos municípios médios e pequenos se adotam outras estratégias. Nas prefeituras pequenas, aparece a participação das entidades sociais como o instrumento para definir as prioridades dos investimentos, sendo mais importante que as decisões do prefeito e os estudos técnicos. A situação varia nas prefeituras médias, nas quais aparece um equilíbrio entre estudos técnicos, decisões do prefeito e participação das entidades.

Como instrumentos de subsídio ao planejamento de investimentos nas prefeituras pequenas aparecem o Plano Plurianual, o Plano de Governo e o Plano Diretor como os mais importantes. Nas prefeituras médias, apesar da obrigação de dispor do Plano Diretor, este não é utilizado em todas, apenas em 85% delas, enquanto que o PPA é o instrumento mais utilizado. Nas prefeituras grandes, são utilizados o Plano Plurianual, o Plano Estratégico e o Plano de Governo. O Plano de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS) surge como um instrumento pouco utilizado em todo tipo de prefeituras (Tabela 3).

Tabela 3 – Instrumentos utilizados como subsídio do planejamento

Faixa populacional	Instrumentos utilizados para definição de prioridades de investimentos			Instrumentos como subsídio para planejamento de investimentos da Prefeitura				
	Estudos técnicos	Decisões Prefeito e secretariado	Participação entidades sociais	PD	PPA	PE	PDLS	PG
Pequenos	75.00	75.00	100.00	50.00	100.00	25.00	25.00	75.00
Médios	57.14	71.42	71.43	85.71	100.00	14.29	28.57	71.43
Grande	100.00	100.00	100.00	00.00	100.00	100.00	00.00	100.00
Total	66.67	-	83.33	66.67	100.00	25.00	25.00	75.00

Fonte: pesquisa de campo, Ipea/Idesp, 2010.

O baixo planejamento ou o planejamento insuficiente tem consequências na gestão de pessoas, especificamente na previsão de concurso para os próximos anos. Menos da metade das prefeituras pesquisadas tem prevista

a realização de concursos. Este fato pode ser devido à falta de informações para a criação de novas vagas, embora a ausência se manifeste de diferentes formas, segundo o estrato de prefeitura de que se trata. Aparecem as prefeituras pequenas como as que mais importância dão aos parâmetros das políticas setoriais, enquanto que as grandes prefeituras obedecem às demandas das secretarias. A existência de planos de cargos (PCS e PCCR) constitui um problema para as prefeituras pequenas e médias. Por último, um problema de primeira ordem se constitui na dificuldade de encontrar profissionais dispostos a trabalhar e a viver nas prefeituras médias e pequenas do interior do Pará (Tabela 4).

Tabela 4 – O planejamento na gestão de pessoas

Faixa populacional	Informações para criação novas vagas				Existência planos de cargos	
	Previsão concursos próximos 2 anos	Cadastro e movimentações de servidores	Parâmetros políticas setoriais	Demandas das secretarias	PCS	PCCR
Pequenos	75.00	50.00	100.00	75.00	50.00	75.00
Médios	42.86	28.57	28.57	85.71	28.57	57.14
Grande	100.00	0.00	0.00	100.00	0.00	100.00
Total	58.33	33.33	50.00	83.33	33.33	66.67

Fonte: pesquisa de campo, Ipea/Idesp, 2010.

Possivelmente, o problema do baixo planejamento é uma consequência da deficiente capacitação do pessoal da prefeitura. Todavia, se realizam poucos cursos de capacitação. Esse fato aparece alarmante na gestão de tecnologia da informação. Dispor de um moderno sistema de *hardware* ou de *software* em uma prefeitura não significa necessariamente uma maior eficácia e eficiência, dado que muitos funcionários apenas dispõem dos conhecimentos básicos de informática (Tabela 5).

Tabela 5 – Nível de capacitação dos funcionários das prefeituras

Faixa populacional	Gestão de pessoas		Gestão tecnologia Informação	
	Cursos capacitação funcionários Prefeitura	Realização de curso de capacitação por meio:		Capacitação de pessoas
		Programação de cursos %	Demandas específicas %	
Pequenos	75.00	50.00	50.00	25.00
Médios	71.43	57.14	57.14	28.57
Grande	100.00	100.00	100.00	25.00
Total	75.00	58.33	58.33	33.33

Fonte: pesquisa de campo, Ipea/Idesp, 2010.

Quanto à gestão financeira, de capital, de pessoas, nos municípios médios não é possível estabelecer uma tendência clara. Nesta área aparecem contradições, como: é possível a existência de uma equipe responsável para o planejamento dos investimentos sem dispor previamente de estudos socioeconômicos? Aparentemente, é diferente a situação nos municípios pequenos, naqueles que afirmam realizar estudos socioeconômicos, ter uma equipe responsável pelo planejamento e realizar previsão de concurso nos próximos dois anos. Contudo, na amostra empírica não se especifica a tipologia, profundidade e qualidade dos estudos socioeconômicos, assim como tampouco a composição da equipe responsável do planejamento.

#### FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO

A gestão pública na região da Amazônia oriental não pode se limitar a apenas uma boa “gestão” no sentido amplo da expressão, mas deve ser também orientada ao desenvolvimento. Para isso, deve-se cumprir uma série de exigências e desafios (VIDAL, 2011). O desenvolvimento econômico se produz “(...) como consequência da utilização do potencial e do excedente gerado localmente e da atração, eventualmente, de recursos externos” (VAZQUEZ-BARQUERO, 2000; 2001, p. 41). Vazquez-Barquero (2000; 2001), assim como

outros autores tomam a variável econômica e institucional como variável independente (NORTH, 1981; WILLIAMSON, 1985).

O desenvolvimento econômico ocorre como consequência de quatro determinantes entrelaçados, que podem favorecer ou dificultar o desenvolvimento: 1) a difusão das inovações do conhecimento; 2) a organização flexível da produção; 3) o desenvolvimento urbano do território; 4) a densidade do tecido institucional (VAZQUEZ-BARQUERO, 2001). Nesses quatro elementos, aparecem de forma transversal, com maior ou menor intensidade, o papel dos atores locais, concretamente, as decisões tomadas por eles e o papel das instituições. As instituições, como portadoras e transmissoras de uma cultura e em consequência de uma forma de organização, podem favorecer os processos de desenvolvimento.

Com as falhas detectadas nas políticas públicas no nível macro, devido, dentre outros aspectos, à sua homogeneidade e falta de adaptação, o município adquire um papel estratégico na formulação e execução de políticas públicas para o desenvolvimento. Existe um conjunto de explicações sobre o fenômeno da falta de planejamento; o “planejamento fraco”, a médio e a longo prazo, pode explicar, segundo o foco, o nível de abstração e a forma como se argumenta.

Em minha opinião, quatro elementos aparecem como determinantes na composição de uma gestão pública municipal por resultados: 1) o contexto institucional; 2) as falhas sequenciais da gestão; 3) a arquitetura organizacional; 4) a cultura de planejamento.

O contexto institucional faz parte dos estudos das diversas vertentes do institucionalismo, o qual incorpora, em sua análise, elementos estruturais do governo e seus elementos históricos e normativos. Refere-se à institucionalidade existente na própria prefeitura como em outras instituições municipais, estaduais e federais, com as quais a prefeitura possui vínculos. A Teoria da Delegação (MELO, 1996) se refere à responsabilização dos governantes no controle da agenda pública e das agências estatais. A continuidade e as “falhas sequenciais” constituem um elemento de análise essencial para compreender os mecanismos geradores dessas falhas nas reformas gerenciais.

As continuidades-descontinuidades da gestão “descontinuidades, abandonadas, terminadas” (REZENDE, 2004, p. 34) não foram estudadas na pesquisa, embora possam entrever como atitudes que prejudicam enormemente o desenvolvimento. Não é uma exceção observar em prefeituras projetos iniciados, obras públicas anunciadas por um prefeito e abandonadas no momento em que aparece uma mudança de representantes no poder político municipal. Entre as hipóteses que se estabelecem, as reformas falham essencialmente a partir de

mecanismos causais, como: os custos de transação envolvidos nas reformas, os legados de desempenho ou o dilema do controle (REZENDE, 2004).

A arquitetura organizacional ou o organograma municipal constitui um elemento determinante que pode reduzir o grau de efetividade da gestão, posto que obedece em alguns casos a decisões arbitrárias e, portanto, sem um conceito racional. A arquitetura organizacional influi também na gestão de projetos estratégicos, como diversos estudos apontam (MAXIMIANO, 2007; MARIANI, 2008) e, por último, a cultura de planejamento (HOFSTEDDE, 1999; REZENDE, 2004).

A gestão pública não só deve dar resposta às exigências e demandas atuais, mas também deve ser orientada ao desenvolvimento do município e da região. Embora a gestão pública municipal não incida diretamente sobre o desenvolvimento socioeconômico do município, sem que possa introduzir uma série de práticas de mudança da cultura e do nível operativo para o fortalecimento do poder municipal e, em consequência, para a modernização da instituição, como:

- otimização dos recursos públicos. As prefeituras recebem recursos a partir de diversos programas federais além de outras fontes próprias ou através de parcerias com empresas privadas. Uma eficiente gestão destes recursos e o estabelecimento de prioridades de investimentos é um elemento básico para o fortalecimento institucional;
- introdução de uma cultura de postos e responsabilidades. Esta cultura se baseia na meritocracia e na competência dos servidores públicos. Contratação de pessoal preparado e competente para desempenhar as funções é básica para que a administração possa oferecer serviços da qualidade ao cidadão. Esta nova cultura da meritocracia há de enterrar práticas de caráter endogâmico e nepótico comuns em muitos municípios;
- internalização de uma cultura de planejamento. Construir um futuro com melhor qualidade de vida para os habitantes e evitar situações de improvisação nos planos de carreira, na criação de novas vagas e nos concursos dependem de introduzir uma cultura de planejamento em todas as secretarias e níveis municipais, colocando em prática o Plano Diretor seria um avanço neste sentido;
- introdução de uma cultura de formação e reciclagem constante dos funcionários. A formação dos funcionários para otimizar o *hardware* e o *software* é indispensável para o bom funcionamento dos serviços da prefeitura. Dado o baixo índice de formação dos funcionários em algumas prefeituras, a oferta de cursos de formação homologados e de

estâncias temporais de funcionários em outras prefeituras selecionadas como “casos de boa gestão municipal” são elementos que favoreceriam a introdução de novas práticas de gestão (VIDAL, 2011);

- otimização do organograma municipal – estruturado de forma mais funcional e racional, orientado a resultados e a novas demandas da cidadania e da sociedade, e não orientado ao poder público.

Finalmente, estas dimensões podem sintetizarem-se na cultura do planejamento.

#### EM FORMA DE CONCLUSÕES

Cada sociedade possui formas específicas de organização das instituições, cultura e formas de organização, as quais facilitam ou dificultam o desenvolvimento econômico. A organização destas instituições está fortemente condicionada por uma cultura. Nas prefeituras pequenas e médias paraenses se detecta a falta de normalização de uma cultura de planejamento financeiro, de mecanismos de acompanhamento e de controle na área da gestão financeira provocando efeitos negativos. Surpreendentemente, em todas as prefeituras se destina pessoal para essas tarefas. A falta de cultura de planejamento tem como consequência, no caso de déficit orçamentário – como é na maioria das prefeituras do Pará – que tenham que tomar medidas drásticas de redução de despesas e de procura de transferências voluntárias, seja de origem federal ou estadual. Entretanto, aparece a questão: as prefeituras pequenas e médias possuem pessoal suficientemente capacitado e qualificado para procurar linhas orçamentárias e realizar os correspondentes trâmites de formulação e gestão de projetos e ações governamentais?

A ação da prefeitura e a gestão para o desenvolvimento, por menores que sejam, não se restringem aos limites do município, mas refletem, em maior ou menor medida, um contexto institucional e de ação política mais amplo a nível estadual. Não surpreendentemente, no mundo da física se tem visto a conclusão: o infinitamente pequeno e o infinitamente grande guardam os mesmos segredos.

#### REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica, *in*: ARBIX, G.; ZILBOCIUS, M.; ABRAMOVAY, R. *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 165-177.

- ANDREWS, Christina W. Implicações teóricas do novo institucionalismo: uma abordagem habermasiana. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n.2, p. 271-299, abr./jun. 2005.
- AZEVEDO, S.; MELO, M. A. *Mudanças institucionais, reforma da seguridade social e reforma tributária*. Ford/Anpocs, 1996 (Relatório de Pesquisa).
- BERGER, P.; LUCKMANN, Th. *A construção social da realidade: tratado sobre a sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, [1966], 1995.
- BORDALO, Carlos. Gestão Ambiental no Estado do Pará, in: ROCHA, Gilberto de Miranda (org.), *Gestão ambiental: desafios e experiências municipais no Estado do Pará*. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2007.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 03 ago. 2009.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; CUNILL GRAU. *Lo publico no estatal en la reforma del Estado*. México: Paídos, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Moderna gestão pública: dos meios aos resultados*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração – INA, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Macroeconomia da estagnação*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- CAIDEN, Gehard. Administrative reform: proceed with caution. *International Journal of Public Administration*, 22 (6), p. 815-832, 1999.
- CNM. Confederação Nacional de Municípios. *Nova administração pública: gestão municipal e tendências contemporâneas*. Brasília, 2008.
- DENTE, B. El proceso de reforma de la Administración en Italia. *Gestión y Análisis de Políticas Públicas*. Madrid: INAP, n.2, enero-abril, 1995.
- DOBBIN, Frank. *Forging Industrial Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Organizações e instituições: uma abordagem exploratória a partir de experiências de mundaças no setor público. *Adcontar*, Belém, v.5, n.1, p. 15-34, jun., 2004.
- \_\_\_\_\_. *Reforma administrativa e arranjos institucionais: a experiência do Estado do Pará*. Belém: NAEA/UFPA, 2003. Tese.
- HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neoinstitucionalismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 58, p. 137-173, 2003.
- HOFSTEDE, Geert. *Culturas y organizaciones*. Madrid: Alianza editorial, 1999.
- IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Programa de melhoria da qualidade da gestão institucional: aumentando a governança do IBGE*.

- Disponível em: <[http://unstats.un.org/unsd/statcom/statcom\\_09/seminars/innovation/Innovation%20Seminar/Brazil\\_Paper\\_UNSD\\_feb\\_2009%20-%20versao%20final.pdf](http://unstats.un.org/unsd/statcom/statcom_09/seminars/innovation/Innovation%20Seminar/Brazil_Paper_UNSD_feb_2009%20-%20versao%20final.pdf)> Acesso: 02 mai. 10.
- LANDER, Edgardo. Limites atuais do potencial democratizador da esfera pública não estatal, in: BRESSER PEREIRA, L. C.; CUNILL GRAU, N. (org.). *O público não estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- LIMA, Blanca Olías. *La nueva gestión pública*. Madrid: Pearson Educación, 2001.
- LONGO, Francisco; YSA, Tamyko. *Los escenarios de la gestión pública del siglo XXI*. Barcelona: Escola Administració Pública, 2008.
- MARCH, James; OLSEN, Johan. The New institutionalism: organizational factors in political life. *American Political Science Review*, Los Angeles, n. 78, p. 734-749, sep., 1984.
- MARCH, James; OLSEN, Johan. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v.16, n.31, p. 121-142, nov., 2008.
- MARIANI, E.J. *A importância da arquitetura organizacional na gestão do setor público municipal*: estudo de caso da secretaria municipal de administração (SMA) da prefeitura municipal de Porto Alegre. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Especialização em Gestão Pública do Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios (IBGEN), 2008.
- MAXIMIANO, A.C. *Introdução à Administração*. São Paulo: Atlas, 2007.
- MELO, Marcus André. Governança e reforma do Estado: o paradigma agente X principal. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 120, n. 1, p. 79-97, jan./mar., 1996.
- MELLO, Alex Fiúza de. *Para construir uma universidade na Amazônia*: realidade e utopia. Belém: UFPA, 2007.
- MONTEIRO, Mario de Souza. *Nomeação e concurso*: máquina burocrática estatal e denominação política. Belém: Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA/NAEA), 1997. Dissertação.
- NETO, P.S. Gestão pública e desenvolvimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, jan./abr., 1995.
- NORTH, Douglass C. ; THOMAS, Robert Paul. *The rise of the western world: a new economic history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Structure and change in economic history*. London : Norton, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México: Fondo de Cultura Económica/Economía Contemporánea, 1995.

- PARRADO DIEZ, Salvador. *La implantación de la 'Nueva Gestión Pública' en el 'viejo' continente: la experiencia anglosajona como modelo*. CONGRESO ESPAÑOL DE C<sup>a</sup> POLÍTICA Y DE LA ADMINISTRACIÓN, 2., Santiago de Compostela Madrid, 1996.
- PEREIRA, J. M. *Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PINTO, Lucio Flávio. *Amazônia sangrada (de FHC a Lula)*. Belém: Paka-Tatu, 2009.
- PRATES, Antonio Augusto. Organização e instituição no novo institucionalismo. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, n.5, p. 123-146, 2000.
- REZENDE, Flávio. Razões da crise de implementação do Estado regencial: desempenho versus ajuste fiscal. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n.19, p. 111-121, nov., 2002.
- \_\_\_\_\_. *Por que falham as reformas administrativas?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- SILVA JUNIOR, 2007. Gestão pública e monitoramento das desigualdades socio-espaciais: o mapa da exclusão / inclusão social de Itajaí – SC. *Terr@ Plural*, Ponta Grossa, 1(1), p. 77-89, jan./jul., 2007.
- SOARES, A.; CONCEIÇÃO, J.; FARIA FILHO, M. *As mudanças na administração pública no contexto de reformas institucionais dos Estados nacionais: a experiência do Estado do Pará (1991-2002)*. Adcontar, Belém, v. 5, n.1, p. 15-34, 2004.
- MEDELLÍN TORRES, Pedro. La política de las políticas públicas: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas en países de frágil institucionalidad. *Cuaderno de la Cepal*, Santiago de Chile, n. 93, jul., 2004.
- VAZQUEZ-BARQUERO, Antonio. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- \_\_\_\_\_. Desarrollo endógeno y globalización. *EURE (Santiago)*, v.26, n.79, dic. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612000007900003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007900003&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 26 jun. 2010.
- VIDAL, Josep. *Continuidade e mudança na gestão pública do Estado do Pará*. São Paulo: Ed. Paco, 2011.
- WILLIAMSON, Oliver. *The economic institutions of capitalism*. The Free Press: New York, 1985.



# O CONFLITO LEGÍTIMO<sup>1</sup> NA LUTA PELA TERRA DOS MEDIADORES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESPAÇO AGRÁRIO PARAENSE: DISCURSOS, NOVAS CONFIGURAÇÕES E MUDANÇAS SOCIAIS

---

*Henry Willians Silva da Silva*<sup>2</sup>

*Wilson José Barp*<sup>3</sup>

## *Resumo*

O artigo tem como objetivo identificar e analisar a atuação e os discursos dos diversos agentes mediadores de entidades não governamentais de direitos humanos, envolvidas com as causas e defesa dos movimentos, na luta pela terra no Estado do Pará. A pesquisa qualitativo-descritiva serviu de instrumento para a coleta de dados, assim como à análise de discurso tendo como referência a matriz francesa. Há nos diversos discursos e atuações um enfoque na luta por direitos à terra e contestação da ordem social vigente. Por isso, afirmamos que os defensores dos movimentos no campo têm um caráter político, lutam por direitos coletivos e uma proposta política alternativa para a sociedade. Conclui-se que existem litígios discursivos convergentes, dos mediadores quanto à luta e à garantia de direitos ao acesso à terra, aos movimentos e de conflitos frente às políticas do Estado na Amazônia, como manutenção das lutas sociais contra a violência.

**Palavras-chave:** Defensores. Conflitos. Direitos. Movimentos sociais. Lutas sociais.

- 
- 1 A sociedade necessita da contradição, do conflito para atingir determinada configuração, ou seja, de caráter positivo. A legitimidade se deve a uma possibilidade de um consenso generalizado de aceitação de uma coisa, por exemplo, as lutas sociais no espaço agrário paraense materializadas pelos movimentos e seus defensores são necessárias para a plena realização de uma sociedade democrática, na afirmação de direitos. Desta maneira, o conflito se distingue de violência, por estabelecer mudanças numa determinada sociedade.
  - 2 Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: hwss@ig.com.br
  - 3 Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: wbarp@uol.com.br

## Resumen

El artículo tiene como objetivo identificar y analizar la actuación y los discursos de los diversos agentes mediadores de entidades no gubernamentales de derechos humanos, relacionados con las causas y defensa de los movimientos, en la lucha por la tierra en el Estado do Pará. La investigación cualitativa-descriptiva sirvió de instrumento para la colecta de datos así como de su análisis de discurso, teniendo como referencia la matriz francesa. Hay en los diversos discursos y actuaciones un enfoque en la lucha por derechos a la tierra y contestación de orden social vigente. Por eso, afirmamos que los defensores de los movimientos en el campo tienen un carácter político, luchan por derechos colectivos y una propuesta política alternativa para la sociedad. Se concluye que existen litigios discursivos convergentes, en cuanto a la lucha y la garantía de los derechos de acceso a la tierra, a los movimientos y frente a las políticas del Estado en la Amazonia, como manutención de las luchas sociales contra la violencia.

**Palabras llave:** Defensores. Conflictos. Derechos. Movimientos sociales. Luchas sociales.

## INTRODUÇÃO

Este artigo focaliza os discursos dos agentes mediadores que defendem as causas dos movimentos para analisar seus depoimentos e avaliações acerca da luta pela terra e as transformações ocorridas pós-episódio de Eldorado de Carajás no Pará. Logo, mediador é aquele que exerce uma direção política comprometida com as causas dos movimentos. Assim, a ideia limita-se aos coordenadores, diretores, lideranças, advogados ou defensores dos movimentos e ONGs. Por meio da Análise de Discurso – AD, percebemos que a memória discursiva estabelece filiações de sentido, conforme o lugar do sujeito nos discursos. Desta maneira, estes são recheados de indignação, de lutas, de contestação, de tristeza, de sentimento de impunidade e de denúncia das desigualdades e injustiças agrárias.

O conflito social é uma tensão entre opostos, que podem ser instituições, grupos, classes, frações de classe e agentes mediadores. A necessidade do conflito entre estes mediadores como forma de aparente denúncia à falta de atendimento a uma carência, faz com que o movimento

social<sup>4</sup> irrompa na reivindicação de direitos e se estenda como avaliador das ações do poder público estadual e federal. Logo, o conflito agrário provoca mudanças.

Partiu-se da constatação de que os discursos dos diversos mediadores e defensores dos movimentos sociais no campo referem-se à atuação nas reivindicações e à condução da luta social. Verificou-se que o discurso político de lutas entra em choque com o do Judiciário. Este choque desencadeia diferentes formas de conflitos, como por exemplo, os despejos judiciais, a ocupação e a violência presentes no caso Eldorado.

Assim, este trabalho objetiva analisar que existiram contradições internas e coalizões nas posições, atuações e práticas dos diferentes agentes mediadores envolvidos com as causas dos movimentos a partir do conflito de Eldorado de Carajás.

Utilizamos como método a AD de matriz francesa em Pêcheux (1988, 1997, 1999), Orlandi (1996, 1999, 2005, 2008) e Possenti (2007). Assumindo que a análise se efetiva juntamente com base em seus conceitos e teorias. Pêcheux (1988, p. 160) afirma que “(...) o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. (...) é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (...)”. Portanto, o sentido é determinado pela posição do sujeito num contexto no qual está inserido e que depende da formação ideológica e de um saber discursivo. Verifica-se que o discurso é o lugar onde se pode observar a relação entre língua, história e ideologia.

Nas condições de produção, devem-se levar em conta, dois sentidos. O primeiro, estrito, o contexto imediato ou as circunstâncias de enunciação, ou seja, o local em que se dá a enunciação. O segundo, amplo, o caráter sócio-histórico (historicidade), ideológico, isto é, os elementos que derivam da sociedade, da história (ORLANDI, 2005, 1999).

Tudo o que compõe o *corpus* desta pesquisa originou-se das entrevistas, da observação em campo, dos documentos, dos relatórios e das informações da *web* nas diferentes instituições envolvidas que defendem os trabalhadores. Para fazer a comparação, a análise e a transcrição dos discursos foram utilizados o *software* QSR Nvivo 8 e MindMapper 2008 como ferramentas no processo de pesquisa e tratamento dos dados.

Enfim, este artigo estruturou-se em três partes. Primeiro, identificamos nos discursos dos mediadores da causa dos movimentos, a relevância do con-

---

4 Ação conflitual coletiva por meio de confronto político para explorar oportunidades políticas frente a seus opositores (TARROW, 2009).

flito como meio de reivindicações em programas e políticas governamentais e no tratamento da questão agrária no campo paraense. Segundo, a necessidade da luta pela terra como forma de garantir direitos por meio do confronto político. Terceiro, as diferentes formas de repressão e violência contra mediadores e movimentos sociais presentes nos discursos dos defensores no espaço agrário paraense. Desta forma, organizações, mediadores e movimentos travam no campo uma luta incessante na garantia de direitos que só se efetivam por meio de pressão social da sociedade civil organizada frente a seus oponentes.

#### O CONFLITO COMO GERADOR DE MUDANÇAS EM POLÍTICAS E PROGRAMAS SOB A INICIATIVA SOCIAL DA SOCIEDADE CIVIL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Houve, pós-massacre de Eldorado de Carajás, uma reformulação no sistema de segurança pública, no Estado do Pará, por meio da lei n. 5.944/96 e do decreto 1.361/96 que instituiu o Sistema Estadual de Segurança Pública, o Consep e a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários, denominada nos relatos de CMCA<sup>5</sup>. O primeiro estabeleceu a reformulação de políticas públicas de segurança sob a interação da sociedade civil, num marco de mudanças do velho modelo do sistema de segurança. Seu objetivo é a centralização de todos os órgãos de segurança pública sob a ordem do presidente do conselho juntamente com a sociedade civil paritária, portanto, toda a ação das polícias estava sob o controle e a fiscalização desse conselho. Assim, é um órgão da sociedade civil que fiscaliza e controla a atuação do sistema de segurança pública. O segundo, na condição de comissão, tem mudanças e vida curta. Em ambos, a participação de entidades da sociedade civil, como Cedeca, Spddh-PA, Cedenpa, dentre outros, as quais apesar de acompanharem ações de conflitos envolvendo questões de terras, apenas evitam de imediato o derramamento de sangue.

Verifica-se, nesses discursos, a importância do conselho e da sociedade civil no tratamento das políticas de segurança, um posicionamento favorável e otimista quanto a estas mudanças, logo, ressoa um caminho para se atingir e afirmar uma sociedade verdadeiramente democrática.

A partir da criação do Consep, juntamente com a sociedade civil organizada, o MNDH passa a estabelecer a organização de fóruns, conferências e programas de capacitação de lideranças comunitárias e advogados para discutir a

5 Criada sobre o Decreto n. 2.420, de 06.10.1997, estando vinculado ao CONSEP-PA e coordenada pelo Ouvidor Agrário Estadual.

formulação de políticas de segurança pública e de defesa dos direitos humanos na região. Foi neste período que se criou o I PNDH<sup>6</sup>, quase um mês depois do massacre, com uma ampla política em defesa da vida e contra a violação desses direitos.

Essas políticas do poder público acabam “suavizando” as diferentes formas de violências no meio rural mas não resolvem de imediato o problema. Apenas sinalizam um novo patamar de pressão social e organização da sociedade civil mediante a luta pelos direitos das entidades não governamentais e movimentos sociais.

Dentro dessa linha, podemos afirmar que os conflitos são inerentes às lutas sociais, pois sem eles não haveriam mudanças. Desta maneira, a ideia recorrente dessas concepções remonta aos direitos humanos na aplicação concreta de direitos a serviço das lutas sociais.

A CMCF é uma possibilidade do governo estadual resolver ou mediar os conflitos no campo, com a presença de representantes de diversos órgãos estaduais e da sociedade civil. Em sua plena efetivação, após um ano do massacre de Eldorado, verifica-se a ação da própria comissão como uma espécie de controle social pelo poder público na área em litígio.

No discurso do defensor dos direitos humanos: “(...) aí você cria condições para estabelecer uma mediação, o objetivo dessa comissão é essa, intervir mesmo, elevar (...) o olho e evitar os conflitos com mortes; no início funcionou muito bem, mas depois...”<sup>7</sup> (SDDH). Verificamos duas situações que marcam a nova atuação de mediação. Primeiro, antes de expulsar, por exemplo, trabalhadores numa determinada área ocupada é necessário investigar a área em litígio e estabelecer meios que garantam a vida desses agentes, evitando qualquer ação violenta. Segundo, há um descompasso dos fatos ocorridos tanto da ação da comissão quanto da própria legislação que garantem conhecer, acompanhar e mediar os conflitos agrários.

Essa comissão, “se perdeu hoje”, conforme fala do mediador dos direitos humanos, seja pelas razões apresentadas anteriormente seja pela própria força sujeita a um conselho ou a “pressões políticas”. Pela sua brevidade, há uma preocupação desses agentes em ampliar as lutas pela atuação de um conselho e não pela atuação dessa comissão.

Constatamos que no pós-massacre houve fluxos na conjunção de lutas dos movimentos sociais na implementação de ações em defesa de políticas públicas

6 Criado pelo Decreto n. 1.904, em 13.05.1996 no governo FHC no período de 1996-2002.

7 Entrevista 3, SDDH em 13.05.2010.

no meio rural e também refluxos quanto à obstacularização do poder público, em benefício dos interesses do capital, em detrimento e repressão às lutas sociais. Desta maneira, novas forças sociais se aglutinam na possibilidade de criação de políticas no campo e maior interação entre os diferentes grupos e movimentos sociais. Portanto, mesmo havendo pressão social na possibilidade de garantia da terra e de políticas, há um preço a ser pago: a repressão contra os movimentos sociais pelo poder público e segmentos dominantes e empresariais do campo.

A partir de 2001, se propõe a criação das varas agrárias seja na esfera estadual seja na federal<sup>8</sup>. Entretanto, nos municípios do Estado do Pará há elevado índice de conflitos e violências no campo, onde elas foram implantadas como em Altamira, Redenção, Marabá, Santarém e Castanhal. Segundo a CF, o art. 126 estabelece que “(...) para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias” e que sob a necessidade de prestação jurisdicional, o juiz deve estar no local do litígio (BRASIL 2010b; MACHADO, 2010 [2005]; QUINTANS, 2008). Para tanto, os relatos apontam que, ao invés de “dirimir os conflitos agrários”, servem como instrumento de mediação, da formação dos magistrados que atuam nestas varas especializadas e da aplicabilidade da Constituição nestes conflitos.

A proposta de criação destas varas se deu pelas lutas sociais contra o Poder Judiciário que defende os interesses do latifúndio. Dentro de determinadas condições de produção do discurso, a posição do sujeito vê o Judiciário como juiz do latifúndio. Portanto, a mudança mínima nos conflitos agrários se deve à criação das varas. Estas, como instrumento de mediação em conflitos agrários, dependem dos fatos e elementos para a análise e do parecer do juiz, se o que ocorre é “invasão” ou “ocupação”.

Para reforçar esta proposição, apresentamos dois fragmentos: de um lado, um que não vê resultado imediato para as lutas sociais dos movimentos, e outro que considera que um resultado, por mínimo que seja, a favor daqueles, já é positivo. Entretanto, apesar de ressoar aparentemente como divergentes, são convergentes quanto a um discurso antagonista frente ao Poder Judiciário.

(...) olha, a gente tenta forçar que seja um julgamento das ações possessórias, que se respeite minimamente inclusive a Constituição né, ou seja, que a lei maior que rege o país seja observada, quando em julgamento estão as ações possessórias e não só a le-

8 Diante da reforma do Poder Judiciário é que se propõem as varas especializadas nas questões agrárias sob o artigo 126 CF, EC n. 45/04.

gislação infraconstitucional que é o código civil por exemplo né, e estar atento também ao que diz o próprio direito agrário né, se os conflitos são agrários, possessórios de natureza agrária, eles não poderiam ser julgados sem se submeter à legislação agrária, então a vara agrária é uma chamada, uma forma de, vamos dizer assim, forçar o uso da Constituição e da legislação agrária para julgamentos das questões envolvendo os camponeses no latifúndio (...) (Entrevista 1, CPT em 03.05.2010)<sup>9</sup>.

(...) e tem o aparato judicial muito forte ou atuando contra essas ocupações ou de sobreaviso que são as tais varas agrárias, então vara agrária também é outra coisa que pra mim não resolveu a situação, pelo contrário, controlou o movimento, varas agrárias elas controlaram o movimento (...) então se tiver é, tipo assim, esse juiz entende de reforma agrária, de questão agrária, se ele der uma ordem, então essa ordem tem de ser cumprida e se não for cumprida tem intervenção federal, tem tudo isso, então na verdade esse controle que foi construído em torno do Estado sobre a luta dos movimentos sociais foi extremamente negativo pra luta da reforma agrária (...) (Entrevista 2, SDDH em 28.05.2010).

No fragmento 1, permeia a defesa do direito à terra para os movimentos e camponeses com base na CF, logo, um discurso de embate com o “discurso proprietário” do Poder Judiciário, das varas, ou seja, contra uma visão conservadora da distribuição das terras que aparece no discurso dos magistrados insensíveis com a questão agrária e favoráveis aos interesses latifundiários e à criminalização daqueles movimentos.

A sensibilidade requer prudência, necessidade e, de maneira imprescindível, a verificação *in loco* das condições da área em litígio e de seus pretensos interessados, antes de qualquer tomada de decisão injusta. Entretanto, quando isto não ocorre, verifica-se que o Judiciário, coberto do manto da neutralidade e imparcialidade, não cumpre a função social da terra, pelo contrário, defende um discurso proprietário e classista.

No fragmento 2, a observação é de que as varas agrárias também controlaram os movimentos, principalmente, as ocupações. Portanto, a imagem que o mediador tem acerca das varas, é que são instrumentos do Estado para refrear as lutas sociais pela reforma agrária. Desta maneira, evidencia uma Formação Discursiva<sup>10</sup> (FD) conflitante com o discurso e ações do poder público. Assim,

9 Os grifos destacados neste trabalho objetivam demarcar palavras, expressões ou ideias relevantes dos enunciados para inferências e análises.

10 As FDs têm os seguintes aspectos relevantes: primeiro, representam no discurso as FIs, logo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente, pois há uma reciprocidade entre linguagem e ideologia; segundo, é por meio dela que podemos compreender os diferentes sentidos nos discursos, por exemplo, a palavra “terra” não significa o mesmo para um sem-terra, para um índio e para um latifundiário e assim por diante. Pois, as FDs são posições em conflito que estão em jogo

é por meio da FI<sup>11</sup> que percebemos um discurso contestador contra o Poder Judiciário e da defesa de um direito agrário, a terra como função social.

Verificamos que o sentido dado a uma palavra, expressão ou proposição, como ensina Pêcheux (1988), pelos diferentes agentes mediadores dos direitos humanos, depende das posições destes numa FI que está em jogo num processo sócio-histórico no qual estão inseridos, isto é, seja um discurso militante a uma determinada causa denominada subversiva, subterrânea ou, como classificamos, antagonista em oposição a outro dominante. Por exemplo, no relato 2: “(...) e tem o aparato judicial muito forte ou atuando contra essas ocupações ou de sobreaviso que são as tais varas agrárias...” (SDDH), ou seja, quando verificamos as FD sobretudo quando aparecem termos como ocupação *versus* invasão, luta pela terra, pois, só se conquista a terra pela luta ou conflito, neste caso, a ideia de luta é vista como positiva e não destrutiva, necessária para os movimentos. A palavra ocupação passa a ter um significado de que a área não é de ninguém, não tem dono, é pública, passível de permanência nela, mesmo sendo uma área grilada ou devoluta. Desta forma, esta é a garantia de acesso a direitos, projetos de assentamentos em oposição ao termo invasão que transparece a ideia de ter dono, propriedade privada latifundiária, sujeito a crime, muito recorrente na fala dos defensores de um projeto dominante e conservador da estrutura agrária. Assim, o sentido depende da posição do sujeito.

Quanto à ouvidoria agrária estadual, criada pela lei n. 6.437 de 09.01.2002, de atuação diferenciada da esfera federal<sup>12</sup> e centralizada no ouvidor agrário, previne e reduz os conflitos fundiários e a violência no campo, sob articulação e parcerias com o Poder Judiciário e o ministério público. Essa ouvidoria está vinculada à Secretaria de Justiça, CMCF/Consep, Incra, Iterpa, PGE, à Defensoria Pública, TJE, Ministério Público, Funai, CNBB, OAB e a outros. Por outro lado, suas ações, por meio de audiências, são geralmente realizadas nas áreas em litígio com a presença do requerente, dos requeridos, dos advogados integrantes do CMCF e do ouvidor agrário, o qual faz um relatório. A comissão analisa o conflito, propõe a solução e, por fim, o ouvidor elabora os encaminhamentos (MACIEL, 2010).

---

e que determina o que pode ser dito. As FIs são como uma espécie de força em confronto com outras, atitudes e representações que se relacionam de certa forma em conflitos e deriva de condições de produção específicas. Afirma-se que os discursos são governados por FIs e vistos como fenômeno social, pois, é o “lugar da construção do sentido” (BRANDÃO, 2005; ORLANDI, 1999; 1996; 2005).

11 A noção de Formação Ideológica (FI) é que os significados são determinados ideologicamente.

12 Art. 126 da CF, Emenda Constitucional n. 45/04 a respeito da nova reforma do poder judiciário.

A ouvidoria não está a serviço da implementação de uma reforma agrária como desejam os mediadores dos movimentos, mas apenas da mediação em conflitos. Pelo discurso, este instrumento estatal de resolução de conflitos está atrelado e concentrado nos poderes que sempre mantiveram a dominação e repressão contra os movimentos e camponeses sem-terra, que são o Executivo e o Judiciário. Logo, verificamos que, de um lado, o grande responsável pela não resolução do problema e da estrutura fundiária no Pará é o poder público e seu aparato judicial e, de outro, a sobreposição de um novo adversário contra a luta social: as ações do Judiciário.

A posição do sujeito no discurso defende que o direito é uma luta, um meio para conseguir os fins, isto é, como razão instrumental a serviço dos embates sociais como bem ressaltou Von Ihering (1995) na defesa de um direito concreto ou “subjetivo”. Logo, um discurso experienciado no calor dos conflitos sociais, dos movimentos, dos sem-terra e dos direitos humanos, em oposição a uma FD estabelecida, conservadora e contrária aos movimentos, como o das ações do Poder Judiciário, do poder público e dos representantes do agrogócio. Enfim, um discurso reconstruído pela historicidade das lutas sociais, no caso do Pará, que permeia até hoje aqueles que defendem as mudanças da estrutura agrária existente como forma de garantia do acesso à terra e não somente por meio de um decreto-lei, norma ou projeto de emenda constitucional, mas sim da ação concreta.

Constatamos que o passado se projeta no presente, ou seja, a historicidade na língua e na FI preexistente, quando encontramos: “(...) o poder ainda é concentrado no executivo e no próprio judiciário...” (Entrevista 2, SDDH em 28.05.2010) e “(...) agora como a gente tá mexendo numa estrutura que historicamente é comprometida com outro lado, se não tiver a pressão social, se não tiver acompanhamento permanente isso não muda...” (Entrevista 1, CPT em 03.05.2010). O interdiscurso<sup>13</sup> projeta no discurso do sujeito, uma posição já existente em outro lugar, o já dito que permeia na história e na língua, evidências que marcam aquela posição. Num primeiro momento, o excerto demonstra uma FD de que sempre tivemos uma ação e um Poder Judiciário a serviço do Estado e dos segmentos dominantes, como é o caso dos proprietários rurais que

---

13 A memória é tratada como o interdiscurso, ou seja, aquilo que fala antes, noutro lugar, uma espécie de saber discursivo, grosso modo, o que o sujeito diz que tem relação com outros ditos. Retomamos que o dizer não é propriedade particular do sujeito, pois as palavras não são nossas, estas perpassam ou significam pela história e pela língua. Assim, o interdiscurso é o pré-construído, é onde está a produção de sentidos, logo presentes a memória, a historicidade, a ideologia, a metáfora e o não dito (ORLANDI, 1999; 2005).

hoje se denomina de donos do agronegócio, e que isto reflete a parcialidade dos magistrados quanto ao tratamento da questão agrária sem priorizar a função social da terra. Logo, o Poder Judiciário é um entrave na luta pela terra.

Da mesma maneira, num segundo momento, o último fragmento citado tem convergência com o discurso anterior de que esse obstáculo já vem, de tempos em tempos, seja na história recente do processo de ocupação da região, seja no processo de colonização que se deu no Brasil ou nessa região marcada por violências e interesses antagônicos no acesso a um pedaço de terra, como é o caso do Pará. E que, desde essa época, já havia disputas pelo acesso à terra com muita dor e sofrimento, principalmente para os que mais precisam dela, como camponeses, posseiros e sem-terras em oposição aos donos de terra, latifundiários e empresários do agronegócio. Enfim, restando apenas a organização dos excluídos do acesso à terra, único instrumento de garantia e de força na luta pelo direito em contraposição a um direito objetivo, que apenas instrumentaliza seu poder de mediação e de controle por meio das ouvidorias.

#### A LUTA PELA TERRA COMO LUTA POR DIREITOS NO DISCURSO DOS DEFENSORES DOS MOVIMENTOS

O conflito para os mediadores dos direitos humanos relaciona-se à noção de luta por direitos coletivos, isto é, embate de um grupo coletivo ou movimento social que chama a atenção da sociedade para os confrontos sociais. Logo, posicionamentos favoráveis ao conflito como inerente à luta social em defesa e garantia dos direitos. Este, para os diferentes mediadores, tem recorrência quanto ao caráter positivo na sociedade. A sua relação com a noção de direitos, pela efetivação da reforma agrária, garantia de créditos, financiamentos, moradia, produtividade e terra, é necessária não apenas para os movimentos, mas também para a sociedade. A noção de conflito não se relaciona à violência, mas à ideia de luta, como, por exemplo, a luta pela terra ou pela reforma agrária pregada pelo MST-PA e outras entidades.

O objetivo do MST-PA, recorrente nos relatos, passa por três princípios fundamentais: a luta pela terra, no seu momento inicial, mesmo que haja conflitos; estabelecer um conjunto de políticas vinculado à luta pela reforma agrária e, o último objetivo precípua, a transformação social, o sonho de uma sociedade socialista. O primeiro princípio, do ponto de vista discursivo, remete ao interdiscurso de que a terra não se ganha, se conquista. O segundo, a reforma agrária, pressupõe o primeiro, daí a luta permanente dos movimentos na garantia de projetos de assentamentos e seus benefícios, neste caso, a luta

se estende como uma necessidade para a sociedade de que a causa é justa e importante; o terceiro, o ápice de uma sociedade sem conflitos para o acesso à terra e a sua distribuição.

Os conflitos fortalecem as lutas dos movimentos, numa espécie de controle social sobre as ações do Estado. Estabelecem tensão social e política na aplicação dos deveres esquecidos pelo poder público. Esta maneira de cobrar o Estado alimenta a necessidade e a luta destes movimentos e cria uma agenda de demandas que leva à negociação e até à cobrança de suas execuções, razão da existência desses movimentos. Entretanto, há aqueles que estendem sua luta para a esfera política, na disputa pelo poder, seja no espaço agrário entre os diferentes agentes mediadores, seja no embate com o Estado.

Para os mediadores da luta pela terra, sobretudo o MST-PA, o “(...) conflito é determinante para a radicalização da democracia” (Entrevista 3, MST em 26.01.2010). Só atingiremos a verdadeira democracia se houver enfrentamentos, debates, pressão social, e assim por diante. Portanto, estimula a mudança real e concreta na sociedade, sobretudo para os deserdados da terra. O papel do conflito na sociedade é necessário e positivo para sua manutenção e desenvolvimento. Por isso, são necessárias a harmonia e a desarmonia, porque a contradição também opera na unidade social. Logo, são faces da mesma moeda (SIMMEL, 1983).

Quanto aos movimentos, percebemos entre os discursos dos mediadores uma concepção voltada para a necessidade de um direito, violência legítima, ação de mudanças, reivindicação e proposição. Na afirmação de um mediador da SPDDH, sobre a relação com o movimento social, vemos que “o conflito (...) é luta e também é, num primeiro estágio, para dar visibilidade (enfático, mudança de entoação) a uma necessidade concreta de um coletivo...” e movimento social “(...), é uma luta contra uma dor, uma dor real que atinge o corpo e as emoções de um coletivo, então não tem luta e movimento social, não tem movimento social se não houver uma dor concreta, real, (enfático, mudança de entoação) no corpo e no coração...” (Entrevista 1, SDDH em 13.05.2010).

O movimento social é um ator que irrompe contra uma lógica de desenvolvimento que exclui trabalhadores do campo, os quais, diante de uma necessidade premente, são impulsionados a agir, a aparecer e a lutar contra as carências, os modelos adotados e o Estado. Neste excerto, extraído da fala do mediador, há uma concepção do movimento relacionado ao conflito inerente às lutas, ou seja, aos embates, iniciativas sociais e necessidades urgentes contra os processos geradores de exclusão e sofrimentos. Portanto, o conflito é uma luta que denuncia a carência concreta do movimento social.

Esses mediadores, assim como outros movimentos, utilizam o confronto político para explorar oportunidades políticas para mobilizar pessoas contra seus oponentes (elites, detentores do poder ou autoridades), o que alimenta a permanência de entidades e movimentos sociais (TARROW, 2009).

Para os diferentes mediadores envolvidos com a causa dos movimentos, há uma relação direta entre conflito-luta-movimentos. São interdependentes, envolvendo direitos, mudanças e ações de fato, pois os instrumentos de lutas alcançam realizações de pautas negociadas e executadas, mostrando para o poder público e seus adversários a relevância do conflito para o rumo de uma democracia plena. Estabelecem, assim, a presença mínima do Estado em áreas longínquas do Pará que foram esquecidas.

#### A REPRESSÃO E VIOLÊNCIAS CONTRA A LUTA POR DIREITOS DOS MOVIMENTOS

Um dado importante ocorreu sob os efeitos iniciados com as diferentes políticas e programas apresentados que ampliaram as diversas formas de violências contra as lutas sociais, como as criminalizações<sup>14</sup>. Identificamos o processo de intensificação da criminalização aos defensores do direito ao acesso à terra, marcante em setores do Estado, do Judiciário, do parlamento, da mídia comercial, do agronegócio e de seus aliados contra os movimentos sociais, um poder simbólico<sup>15</sup> que estabelece a imagem que lutar por direitos à terra é crime.

Quanto ao excerto sobre o Judiciário, para um defensor: “(...) é um poder que (...) o latifúndio tinha interferência forte dentro dele (...) para beneficiar a expansão do latifúndio, os interesses do latifúndio (...) incondicionalmente a favor do latifúndio” (Entrevista 1, CPT em 03.05.2010).

Na posição-sujeito do discurso, a recorrência no uso da palavra latifúndio sobre o Poder Judiciário, sinaliza que este acata, defende e sentencia, beneficiando os donos de terras, mesmo não explicitamente no texto. O latifúndio em oposição a minifúndio estabelece, na FD do sujeito falante, defesas e projetos antagonônicos frente a um poder que não enxerga as necessidades reais e sociais dos trabalhadores rurais, caracterizando este poder como sendo de classe

14 Os diferentes grupos que lutam no espaço agrário paraense não devem perder de vista seus adversários, mesmo na condição de conquista de seus objetivos, caso contrário, ocorrerão enfraquecimento das lutas e repressões (SIMMEL, 1983).

15 “(...) poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e (...) a ação sobre o mundo, portanto o mundo... (BOURDIEU, 2001, p. 14-5).

e reacionário, e indicando que, desde sempre, há comprometimentos daquele com os interesses dos donos de terras. Mesmo depois da luta pela terra ter avançado as cercas do Judiciário, o adversário desta luta muda de cenário, mas com retoques do velho adversário.

Esta posição-sujeito do discurso reflete na judicialização da questão agrária, no caso do Pará, quando há despejos judiciais, criminalização dos movimentos sociais e suas lideranças, caracterizando este poder aliado aos latifundiários no tratamento de causas agrárias, logo, sem compromissos com a função social da terra. Assim, a advertência da necessidade de novos instrumentos na forma de julgar as questões agrárias.

Desta maneira, quando o defensor relata “(...) o poder judiciário ainda vê a terra como propriedade” ou o “(...) poder judiciário ainda não consegue é analisar a função social da terra” (Entrevista 3, SDDH em 13.05.2010), verifica-se, que de um lado, o Poder Judiciário analisa as questões agrárias fundado no direito de propriedade privada da terra sempre em favor dos donos de terras, latifundiários e do agronegócio, e que, ao longo da história, a justiça agrária brasileira consagrou a terra como bem privado alheio à função social. Isto porque quando se trata da manutenção da propriedade da terra, geralmente, sentença reintegrações de posse ou despejos judiciais resultando em conflitos com os sem-terras, por exemplo, em ocupações, aliados do direito de acesso à terra. Portanto, um judiciário que tem um olhar e discurso proprietário que vê a terra como mercadoria, como bem privado, logo, tomando decisões voltadas para os detentores de terra.

De outro lado, quando ressalta “(...) no momento que a gente conseguir analisar a função social da terra, que é isso aqui, tudo se relativiza” (Entrevista 3, SDDH em 13.05.2010), corroborando com o segundo fragmento citado, reforça que o Judiciário, ao analisar os conflitos decorrentes do acesso à terra, deve priorizar a função social tendo presente a defesa de um direito garantido constitucionalmente, sobretudo, para os excluídos dela. Por conseguinte, um olhar voltado para a necessidade social como bem público e coletivo. Além do mais, apesar de não falar diretamente a respeito da criminalização, sinaliza-se implicitamente, como já discutido noutro momento, que a defesa da propriedade é contra as *invasões*, daí os despejos judiciais. Porém, ao tratar da sua função social, vislumbra o direito de *ocupar* terras que não cumpram a sua finalidade social e produtiva, daí a garantia dos projetos de assentamentos. Assim, constatamos na FD da posição do defensor dos direitos humanos a necessidade de se priorizar a função social, como bem público a serviço dos que mais precisam dela.

Diante disso, temos as seguintes ideias e palavras contrastantes: conforme a FD do sujeito, as expressões “criminalização” e “repressão” passeiam por FD antagônicas. A criminalização é uma maneira de atribuir qualquer ato que defenda a luta por direitos sociais em crime, logo, sujeito a prisões, perseguições, processos judiciais, e assim por diante. Além do mais, é uma expressão encontrada por aqueles que defendem interesses conservadores dominantes, seja no meio rural ou urbano e sem atributos de violência física de fato, estabelecendo no imaginário da sociedade a imagem de que quem luta por direitos sociais, garantidos na Constituição, são criminosos, baderneiros, cometem atos terroristas, isto é, uma grande variedade de expressões que estigmatizam os movimentos sociais – nas palavras de Barthes (2006, p. 221), a passagem do visível para o nomeado: “(...) tudo se passa como se a imagem provocasse naturalmente o conceito e o significante criasse o significado...”. Consequentemente, o termo criminalização marca a FD dos que defendem a manutenção do latifúndio, o agronegócio e a grilagem de terras, isto é, uma prática discursiva dominante, proprietária que salta do texto legal e se materializa em ações e punições legais contra seus adversários.

Por outro lado, a expressão “repressão” presente na defesa da FD contestatória e dominada, com sentido marcado pelo interdiscurso, rememora os “anos de chumbo”, indicados pelo sofrimento contra as lutas sociais – condição que permeia sentidos que passam pela tradicional forma de violência rural, desde a época dos donos de terras, de mesma prática, até um novo sentido reatualizado pela repressão do agronegócio aos movimentos sociais. Assim, repressão significa atos de violência simbólica<sup>16</sup> que criminalizam os movimentos sociais, que se materializam em perseguições, processos e crimes. Enfim, repressão e criminalização, longe de serem palavras com sentidos similares, possuem fortes significados antagônicos. Segundo a posição-sujeito que defende os direitos dos trabalhadores, repressão não é ato criminoso, como querem os que defendem a criminalização, mas uma forma de barrar as lutas legítimas dos movimentos por direitos garantidos.

Há três formas de repressão ou violação de direitos contra representantes e movimentos sociais: a difamação, a criminalização e a vitimização. A primeira, de natureza ideológica é uma espécie de demonização das ações dos movimentos, muito frequente em reportagens, *blogs* na internet, imagens e títulos de manchetes em jornais e revistas de grande circulação, local e nacional. A segunda, de

16 “(...) gerada pelo efeito de dissimulação, ou de naturalização, das relações de coerção...” (SANTOS *et al*, 2000, p. 159).

natureza jurídica, transforma as ações dos movimentos em crimes. É muito utilizada pelo Poder Judiciário, pela polícia, pelo parlamento e pelo Estado e resultam em medidas, projetos de lei e decretos. Daí, o Judiciário e a polícia estabelecerem processos judiciais e prisões de lideranças dos movimentos. Exemplo clássico é a caracterização das ocupações dos movimentos como invasões, formação de quadrilha. A terceira, de natureza física, é a forma utilizada pelo Poder Público, pelas milícias armadas e pelos pistoleiros com a qual, de certa maneira, os movimentos estão acostumados a lidar: são seus inimigos visíveis na defesa e vigilância de companheiros em despejos judiciais. O desafio é que os movimentos estão lidando com novas formas de violência, uma espécie de poder simbólico que requer diferentes mecanismos de enfrentamento. Assim, essas formas de repressão têm como objetivo refrear e criminalizar as lutas dos movimentos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns elementos novos surgem neste cenário de mudanças. Primeiro, a criação de um conjunto de políticas públicas, programas e instituições, como resposta do poder público ao evento ocorrido, muitas dessas com a participação e iniciativa direta da sociedade civil. Segundo, uma espécie de violência simbólica que avança em direção às lutas sociais no sentido de criminalizar as ações dos movimentos sob a articulação de diferentes segmentos privados e governamentais. Terceiro, o acirramento entre os agentes mediadores na disputa pela demanda dos trabalhadores rurais, como, por exemplo, entre Fetagri-PA, Fetraf-PA, STRs e MST-PA. Quarto, novos adversários da luta social entram em cena, com nova roupagem, como o agronegócio, as empresas de segurança privada, a judicialização, alguns parlamentares, o Estado e suas instituições, a mídia e outros. Portanto, novos desafios para os defensores e para os movimentos sociais.

Os mediadores da luta pela terra intensificam suas lutas e instrumentos na informalidade, por isso ganham mais visibilidade no enfrentamento com seus adversários. Os mediadores dos direitos humanos se relacionam com entidades nacionais e internacionais, por meio de redes sociais de mesma causa. Isto reforça a organização das lutas na intensificação de enfrentamentos contra seus adversários. Ao ampliarem suas parcerias, sofrem repressões de segmentos dominantes, em função da eminente mudança diante de um modelo alternativo de sociedade.

Identificamos na pesquisa e análise vários aspectos. Primeiro, todos os diferentes mediadores entrevistados que defendem a causa dos movimentos ti-

veram preparação e formação dentro dos quadros de setores ligados à Igreja Católica, seja por meio da CPT ou das CEBs. Segundo, litígios discursivos na posição dos diferentes mediadores em oposição aos que criminalizam, caracterizam os discursos comuns de natureza política, o discurso antagonista ou contestador. O embate discursivo se dá por meio de expressões, fruto de suas FDs, como, por exemplo, repressão *versus* criminalização, ocupação *versus* invasão, propriedade *versus* função social, latifúndio *versus* minifúndio, recorrentes em seus discursos. Terceiro, a terra vista como um dom de Deus, espaço de vida, de sustentabilidade, não deve ser comercializada como propriedade privada. Portanto, um sentido de natureza religiosa como bem comum e coletivo, em oposição à lógica do capital, ao latifúndio. Quarto, a relevância dos conflitos e das lutas dos movimentos como estratégia de manutenção dos mesmos no espaço agrário paraense, como demanda de direitos frente a seus oponentes, estabelece a possibilidade de realização de políticas públicas e instituições, em áreas esquecidas pelo poder público ou de criminalização das lutas. Enfim, em áreas ausentes do poder público, em que há embates motivados pelos recursos naturais e pelos econômicos, há recorrências de diferentes formas de violência, por exemplo, a violência privada.

O novo cenário que se desenha no espaço agrário paraense traz novos desafios de enfrentamento na luta pela terra que sinalizam para o campo político, como, por exemplo: a) a proposta de limite ou tamanho da propriedade da terra; b) os projetos de lei que desapropriam áreas com presença de trabalho análogo ao escravo e projetos de assentamentos para lidar com o processo de criminalização levado a cabo pelos parlamentares da bancada do agronegócio; c) a criação de medidas e programas governamentais contingenciais na resolução das violências e conflitos no campo. Assim, esses desafios dependem da estratégia de articulação política da sociedade civil organizada com o Estado.

## REFERÊNCIAS

- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BARTHES, R. O mito, hoje. Leitura e decifração do mito, *in*: \_\_\_\_\_. *Mitologias*. 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006. p. 219-223.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BUAINAIN, A. M. (coord.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

- BRASIL. Art. 126, § 1 da Constituição Federal de 88. *JusBrasil*: legislação. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2572266/art-126-par-1-da-constituicao-federal-de-88>>. Acesso em: 24 set. 2010b.
- BRANDÃO, H. H. N. Análise do discurso, in: \_\_\_\_\_. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed.rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 13-52.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB, 2001.
- GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*, in: FLICK, Uwe (Coord). Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GOHN, M. G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno Centro de Recursos Humanos*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set./dez. 2008.
- MACHADO, A. A nova reforma do Poder Judiciário: EC nº 45/04. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 9, n. 600, 28 fev. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6378>>. Acesso em: 24 set. 2010.
- MACIEL, O. M. *Ouvidoria Agrária do Estado do Pará*. Disponível em: < <http://www.abda.com.br/texto/OtavioMMaciel.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2010.
- MOLINA, M. C.; SOUSA JÚNIOR, J. G.; TOURINHO NETO, F. C. (orgs.). *Introdução crítica ao direito agrário*. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- NAVARRO, Z. Os tempos difíceis dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), in: TEIXEIRA, E. C. e MATTOS, L. (org.). *Políticas públicas e desenvolvimento*. Viçosa: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2011.
- OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. *Demanda perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Sétimo Garibaldi (Caso 12.478) contra a República Federativa do Brasil*. Washington, D.C., 24 de dezembro de 2007.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. 4. ed. Campinas: Cortez; Editora da Universidade Estadual de Campinas: UNICAMP, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas: Edição Pontes Editores, 2008. p. 9-19.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

- \_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. Papel da memória, *in*: ACHARD, P. *et al. Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas, *in*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.) *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- QUINTANS, M. T. *Políticas públicas e conflitos no campo do Pará: o Papel das varas agrárias*, *in*: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco [Acre]: Sober – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, p. 1-14 jul., 2008.
- SANTOS, J. V. *et al.* Conflitualidade e violência nos espaços agrários do Brasil contemporâneo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 57/58, p. 147-168. Lisboa: jun./nov., 2000.
- \_\_\_\_\_. A violência como dispositivo de excesso de poder, *in*: PORTO, M. S. G. (org.). *Sociedade e Estado (Violência)*. Brasília: UNB/Departamento de Sociologia, v. X, n. 2, jul.-dez., 1995, (p. 281-298).
- SAUER, S. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, p. 109-130, jan./abr., 2006.
- SILVA, H. W. S. *Discursos do conflito entre os diferentes agentes mediadores dos movimentos envolvidos no caso Eldorado do Carajás: novas tendências e práticas políticas*, 2011. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, PPGCS, Belém, Pará.
- SIMMEL, G. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- TARROW, S. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia).
- VON IHERING, R. *A luta pelo direito*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

# ORGANIZAÇÃO DE CADEIAS PRODUTIVAS SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES E DESENVOLVIMENTO RURAL

---

*Farid Eid<sup>1</sup>*

*Caio Luis Chiariello<sup>2</sup>*

## *Resumo*

O artigo tem por objetivo mostrar, a partir da investigação teórica e da experiência concreta, a importância da organização de pequenas cadeias produtivas sob controle dos trabalhadores, já existentes em alguns Estados do Brasil. Os elos estratégicos estão sob controle de famílias organizadas em cooperativas em assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST). Essas experiências se opõem ao processo histórico de organização das cadeias produtivas tradicionais, cujo vínculo entre camponeses e empresários do agronegócio reproduz relações de dependência e subordinação. Ressalto a importância dada à formação educacional, técnica, política e administrativa para o desenvolvimento da cooperação e da organização de pequenas agroindústrias.

**Palavras-chave:** Cooperativas agrárias. Cadeias produtivas. MST.

## *Abstract*

The article has for objective to show, from the theoretical research and concrete experiences existing in some states of Brazil, the organization of small solidary productive chains, whose strategical links are under control of families cooperated organized in agrarian reform nestings associates to The Landless Movement (MST) and that they contribute for improvement the life's quality. These experiences oppose to the historical process organization of traditional productive chains whose relation, peasant and agribusiness entrepreneur, re-

---

1 Professor Associado da Universidade Federal do Pará; Doutor em Economia e Gestão. E-mail: farid@ufpa.br

2 Doutorando em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos; Mestre em Engenharia de Produção. E-mail: mudomundo@hotmail.com

produce relations of dependence and subordination. We emphasize the importance given to the educational formation and technique, administrative politics, development of the cooperation and the organization of small plants.

**Key-words:** Agrarian cooperatives. Productive chains. MST.

## INTRODUÇÃO

Estudos sobre cadeias produtivas na agricultura brasileira, em geral, estão relacionados a poucas *commodities*, tais como: soja, café, açúcar, álcool, laranja e carne bovina. Discute-se cada vez mais a relevância da coordenação desses grandes sistemas agroalimentares e soluções para redução dos custos de transação entre os agentes das cadeias.

Tal estrutura decorre do modelo de crescimento econômico imposto ao país, notadamente a partir dos anos 1960, cujo sistema creditício e os demais instrumentos de política agrícola foram direcionados para tais culturas produzidas, predominantemente, por grandes propriedades localizadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Esse processo de transferência de recursos públicos, caracterizando e reforçando uma economia de renda (EID, 1994) intensificou a concentração de terras, de renda e de poder nas mãos de grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

Todavia, o maior controle na aplicação dos recursos públicos nos anos de 1980 e 1990 fez com que, por um lado, os empreendimentos agrícolas procurassem novas ferramentas de gestão, visando reduzir custos e ganhar competitividade, sinalizando uma passagem gradual de uma economia de renda para uma economia de risco característica da economia capitalista. Como consequência, verifica-se na atualidade intensiva adoção de novas tecnologias e mudanças organizacionais que elevam a produtividade do trabalho, da lavoura e melhoram a qualidade dos produtos.

Ao mesmo tempo, a indústria fornecedora de insumos, exercendo forte papel estratégico dentro dos sistemas agroindustriais, passou a oferecer não apenas fertilizantes, defensivos, sementes, rações, produtos veterinários, dentre outros, mas também um conjunto de atividades de prestação de serviços como crédito, comercialização, gestão de risco etc. O mesmo passou a ser feito por diversas indústrias agroalimentares.

Para esses produtores rurais, tal junção de serviços pode trazer benefícios, como ganho tecnológico, redução de custos e aumento da produtividade.

Porém, em muitos casos, leva à reprodução das relações históricas de dependência e subordinação do trabalhador.

Dentro desse contexto, tais mudanças foram responsáveis por *superávits* históricos na balança comercial brasileira, colocando o país como grande exportador de *commodities* na atualidade. Destarte, essa opção de crescimento econômico, fez acelerar também a expulsão de milhares de trabalhadores no campo. Isso ocasionou e ainda acarreta graves conflitos pela posse de terras, com ênfase para os anos de 1990, quando se intensificaram as ações dos movimentos sociais no campo, com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, o MST.

Observa-se que, na luta pela terra e pela viabilização da vida no campo, agricultores assentados organizam-se em cooperativas e associações que visam ao fortalecimento conjunto de suas ações, buscando dignidade e qualidade de vida para assentados e auxiliar aos que ainda não alcançaram essa condição. Para isso, é preciso tornar a terra produtiva, porém sem reproduzir a lógica capitalista de geração de excedente a qualquer custo.

Em Carvalho (2002),<sup>4</sup> analisa-se que a valorização da vida, a proteção à saúde e ao meio ambiente, a luta contra o capital monopolista e pela alteração do modelo econômico vigente, devem ser valores utilizados para a construção de comunidades de resistência e superação. Tais valores também podem ser utilizados para distinguir a natureza da oferta dos produtos da pequena agricultura familiar, em comparação aos ofertados pelas propriedades capitalistas, que produzem a custos mais baixos. É imperativo fazer o contraponto com o pensamento liberal que traduz a viabilidade somente do ponto de vista econômico-financeiro, por meio da relação custo-benefício.

Portanto, inserir-se no mercado parece ser inevitável para a viabilização da produção da propriedade rural advinda da reforma agrária, seja ela coletiva ou individual. Todavia, a construção da viabilidade deve trabalhar com o planejamento da demanda para curto, médio e longo prazo, e passa necessariamente pela articulação entre os movimentos sociais em nível nacional e internacional.

É neste sentido que se inicia, a partir de meados dos anos de 1990, experiências de formação de pequenas cadeias produtivas solidárias, cujos elos estratégicos estão sob controle de famílias organizadas em cooperativas de produção e de prestação de serviços implantadas em assentamentos de reforma agrária ligadas ao MST, e que buscam gradativamente legitimar suas ações perante a sociedade.

Este artigo tem por objetivo analisar, a partir da pesquisa teórica e de experiência concreta existente em alguns Estados do Brasil, a importância e o

funcionamento de algumas cadeias produtivas solidárias e o potencial destas para o desenvolvimento rural.

### SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL

Há mais de uma década se analisa ruralidade enquanto conceito de natureza territorial e não setorial (ABRAMOVAY, 2000; VEIGA, 2000). Nesse sentido, não se pode considerar que o desenvolvimento social somente possa ser obtido via urbanização. A ruralidade é, e será cada vez mais, um valor para as sociedades contemporâneas, por englobar três atributos básicos: a) supõe o contato muito mais imediato dos habitantes locais com o meio natural do que nos centros urbanos; b) apresenta uma relativa dispersão populacional em contraste com as imensas aglomerações metropolitanas; c) a relação com as regiões urbanas das grandes cidades pode ser indutora do processo de desenvolvimento.

É principalmente da renda urbana que depende o dinamismo rural, não só daquela constituída por mercados consumidores anônimos, distantes e destinatários do comércio internacional, mas, sobretudo, da que se volta ao aproveitamento das virtudes mais valorizadas no meio rural, como a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida. O pressuposto aí é que o meio rural justamente não se “urbanize”, mas que disponha, ao mesmo tempo, de um conjunto de organizações que planejem o aproveitamento econômico de atributos que os mercados convencionais dificilmente seriam capazes de revelar.

Segundo Denardi *et al* (2000), pode-se fazer uma distinção entre desenvolvimento agrícola e rural, delimitando-se da seguinte forma: se desenvolvimento agrícola refere-se ao crescimento, modernização e dinamização da agricultura, enquanto setor produtivo, com uma melhor rentabilidade dos fatores empregados, aumento da produção e produtividade, resultando numa agricultura mais produtiva e diversificada, com custos marginais decrescentes; por outro lado, o desenvolvimento rural envolve o crescimento da produção, da renda e dos vetores de sua distribuição, via ocupações produtivas, impostos recolhidos e investimentos produtivos, que realimentam o processo. Implica em uma melhoria generalizada das condições de vida e trabalho da população que habita o meio rural, com acesso aos bens e serviços sociais que devem ser garantidos aos cidadãos. Abrange ainda a formação e desenvolvimento da infraestrutura econômica e social, pública e privada, de tal forma que os indicadores sociais de qualidade de vida sofram contínuas elevações.

Em Navarro (2001), questiona-se qual o real significado do termo desenvolvimento rural e este autor apresenta diferenças entre expressões que são usadas como sinônimos. A primeira expressão é desenvolvimento agrícola ou agropecuário, entendido como condições de produção agrícola ou agropecuária e suas características produtivas, num dado período de tempo. Refere-se, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária e suas facetas e evolução, por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros aspectos produtivos.

Outra expressão é “desenvolvimento agrário” analisado por Veiga (2000), em que se examina não apenas o desenvolvimento agrícola, mas também as instituições presentes, as políticas do período, as disputas de classes, as condições de acesso e uso da terra, as relações de e no trabalho e suas mudanças, os conflitos sociais, os mercados, entre outros. A terceira expressão é “desenvolvimento” rural, caracterizado como sendo uma ação previamente articulada a fim de induzir mudanças num dado ambiente rural. Tradicionalmente, o Estado nacional ou seus níveis subnacionais sempre estiveram presentes à frente de qualquer proposta de desenvolvimento rural. Para tal, definem-se estratégias, metas, metodologias de implantação, lógica operacional e demais características específicas de projetos e ações governamentais. Desenvolvimento rural também pode ser analisado *a posteriori*, neste caso, referindo-se às análises dos impactos dos programas já realizados pelo Estado, em seus diferentes níveis, na área rural.

E, por fim, “desenvolvimento rural sustentável” é a quarta expressão deste conjunto, a qual surgiu em meados dos anos 1980, a partir da crescente difusão da expressão mais geral, “desenvolvimento sustentável”. À época, o termo sustentável referia-se exclusivamente ao plano ambiental, indicando a necessidade de estratégias de desenvolvimento rural que levassem em conta as dimensões ambientais. Na atualidade, tratar de desenvolvimento sustentável é levar em consideração, ao menos, o tripé economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto.

#### CADEIAS PRODUTIVAS SOLIDÁRIAS OU TRADICIONAIS?

Os empreendimentos solidários, para sobreviverem, se veem obrigados a lidar com o mercado, compreendendo-o enquanto um procedimento de trocas, na base de diferenças recíprocas, complementares e que estão marcados historicamente, pelo menos de forma predominante, na utilidade dos bens tro-

cados. Interpreta-se que não são as pessoas que são trocadas e sim os bens, conforme interesses de cada uma das partes.

Se o mercado pode também ser um ambiente propício à Economia Solidária, este deve ser modelado, perdendo suas feições predominantes atualmente. Pode-se partir do pressuposto de que nos procedimentos de trocas, as relações podem ter uma soma positiva, que as partes podem ganhar. Não se trata de tirar de um para dar para outro, mas estabelecer um sistema de relações econômicas e sociais que permitam ganhos mútuos. Pode-se encontrar em empreendimentos solidários elementos internos de outra lógica, a qual os torna objetivamente propensos a praticarem outro tipo de relação de troca.

Cabe aqui uma questão: como passar de uma economia popular, na qual há empreendimentos solidários relativamente isolados, praticando solidarismo nas suas relações internas, para um solidarismo horizontal, no qual se possa criar e desenvolver um conjunto de práticas que inter-relacionam essas iniciativas? Ir além da economia popular pressupõe pensar que o desenvolvimento autossustentável das comunidades pode significar, inicialmente, buscar planejar a integração de cada cadeia produtiva solidária (MANCE, 2003), estrategicamente para aumentar seu impacto no desenvolvimento local, endógeno e comunitário, buscando ampliar os laços de fraternidade. Para isso, é estratégico que ocorra um processo de mobilização dos recursos e das potencialidades locais, sobretudo dos investimentos em qualificação técnica, administrativa e política dos trabalhadores associados, criando-se oportunidades de trabalho e renda, superando gradativamente as dificuldades para melhoria nas condições e relações de trabalho de toda uma população local.

Ao pesquisar as redes de desenvolvimento rural no Oeste catarinense, Mior (2005) aponta que as localidades estão ativamente envolvidas em sua própria transformação, sendo uma somatória de energias resultantes da aglomeração individual como centros de consciência coletiva e não meramente espaços passivos e residuais.

Para este autor, o desenvolvimento local faz referência a dois tipos de abordagem: a) exógena: as instituições locais seriam meras executoras de ações e projetos de desenvolvimento formulados por atores externos. Nesse contexto, a agricultura familiar se ajustaria às cadeias produtivas fordistas atendendo à produção de *commodities*, segundo padrões de consumo externos; b) endógena: as instituições locais-regionais seriam centros de conhecimento e experiência, motivando a ação das atividades com autonomia quanto ao direcionamento de sua produção, não somente orientada pelo mercado. A agricultura familiar, no contexto da reforma agrária, seria indutora do desenvolvimento rural. A

dualidade entre as abordagens exógena e endógena define a relação entre as dimensões econômica e social, levando em conta as relações de poder, de onde se constata que o modelo de desenvolvimento endógeno pode equilibrar forças externas e locais para configuração de uma estrutura econômica e social com diferentes chances de sustentabilidade.

Para Ávila, citado por Pimentel (2004), há três termos diferenciados na abordagem local: a) desenvolvimento no local: os atores desenvolvem-se fisicamente num local enquanto houver aferição de lucro. Com a redução dos lucros, ocorre a transladação para outra localidade; b) desenvolvimento para o local: projetos de curta duração que trazem benefícios para as comunidades locais, mas seus efeitos não permanecem; c) desenvolvimento local: possibilita a aglutinação da comunidade para desenvolver iniciativas solidárias, alterando as dinâmicas de sensibilização, mobilização e planejamento de ações conjuntas no âmbito local.

O debate acerca do desenvolvimento local, orientado, segundo a lógica exógena ou endógena, é trazido para a realidade dos empreendimentos solidários, pois, ao optarem por desenvolver atividades visando o mercado local e a intercooperação, passam a ter maior autonomia sobre a administração da produção, direcionando seus esforços para a construção de mercados que aparentemente se formam à margem do mercado global e das cadeias produtivas com grande concentração de poder. Portanto, buscam atender a demandas específicas, locais, produzindo artigos diferenciados e customizados, de acordo com as singularidades regionais e culturais. As redes formadas por essas iniciativas se dão horizontalmente, com suas atividades imersas em economias locais. Passa então a ocorrer uma interação na qual nenhum agente tem o controle total do funcionamento das redes, que por sua vez são voltadas para economias de escopo com alta intensidade de trabalho (MIOR, 2005).

Segundo Mance (2003, p. 26-27), podem estar em processo de formação sistemas de Redes de Economia Solidária que integram organizações solidárias de crédito, produção, consumo, comércio e serviços que passam a analisar as melhores estratégias de expansão, chegando algumas a sinalizar sobre a necessidade da remontagem de cadeias produtivas. “(...) A ideia básica dessa remontagem consiste em substituir fornecedores de insumos que operam sob a lógica do capital por fornecedores que operam sob a lógica da economia solidária”. O objetivo é alcançar a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Ao contrário, se a estratégia for priorizar, desde o início, o mercado externo convencional significaria, na grande maioria das situações concretas, a integração dos empreendimentos solidários em cadeias produtivas controla-

das por grupos econômicos oligopolistas, geralmente empresas transnacionais. Ao coordenarem estas cadeias, determinam o ritmo da acumulação de capital, subordinam os empreendimentos solidários ao seu controle, e a dinâmica do processo e o controle social passam a ser dados pelas primeiras. Pode-se pensar na reprodução dos processos históricos de integração entre diferentes produtores, muito comum nas relações entre campesinato e empregado rural.

## COOPERAÇÃO NO MST

No início do século XXI, o MST atua em 24 Estados brasileiros, organizando cerca de 1,5 milhão de pessoas, com mais de 350 mil famílias assentadas e aproximadamente 100 mil famílias vivendo em acampamentos.

Esta organização encontra-se estruturada em setores. O Setor de Educação desenvolve pedagogia própria para escolas do campo em cerca de 1.500 escolas públicas de assentamentos, com cerca de 150 mil crianças e 3.500 professores pagos pela rede municipal e estadual; ainda, aproximadamente 25 mil jovens estão sendo alfabetizados e várias universidades brasileiras formaram parcerias para contribuir na formação de professores, engenheiros, advogados e administradores, entre outras profissões, visando a melhoria da assistência aos assentados.

O Setor de Comunicação coordena as atividades do Jornal Sem-terra e acompanha a formação de repórteres populares, programas de rádio e rádio comunitária em assentamentos, divulgação de informações, notícias na página da internet e via *e-mail* para diversas organizações e grupos de apoio em nível nacional e internacional. O Setor de Direitos Humanos articula uma rede nacional com 60 advogados, que trabalham de forma voluntária em processos que envolvem prisões, assassinatos e outras questões relacionadas com a defesa da Reforma Agrária. O Setor de Relações Internacionais coordena as atividades internacionais, principalmente em fóruns como a Via Campesina que agrega 80 organizações camponesas dos cinco continentes. O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, presente em cerca de 700 municípios brasileiros, conta com aproximadamente 400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 cooperativas de produção agropecuária (2.300 famílias), 32 cooperativas de prestação de serviços (11 mil sócios), duas cooperativas regionais de comercialização, duas cooperativas de crédito (6 mil sócios) e 96 agroindústrias processadoras de frutas, leite, grãos, café, carnes, doces e cana-de-açúcar. Este setor conta com centenas de técnicos, recebe apoio do Programa de Acompanhamento das Empresas Sociais (PAES), vinculado à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), desenvolve par-

cerias com diversas universidades de todas as regiões do país e atua na perspectiva do desenvolvimento e implantação de um novo modelo tecnológico, com valores agroecológicos e sustentáveis (EID; PIMENTEL; SEVERINO & CHIARIELLO, 2010).

A eficácia que se busca é o resultado da conjugação de interesses e motivações dos membros. As experiências podem ser consideradas como embriões de novas formas de produção, de organização do trabalho e de inserção no mercado, construídas por trabalhadores rurais, protagonistas deste processo.

No meio rural, é comum o desenvolvimento de formas mais incipientes de cooperação, tais como: os mutirões, as trocas de dias de serviço, as roças comunitárias. Essas formas de cooperação vêm dos tempos da colonização até os dias atuais (VAZZOLER, 2004). A cooperação autogestionária, por meio da propriedade conjunta dos meios de produção e o compartilhamento do processo decisório, tem sido a forma associativa mais utilizada pelo MST na luta pela terra e viabilização da vida no campo. O cooperativismo para os assentados do MST é entendido como um dos caminhos para a emancipação humana, apoiado no desenvolvimento organizacional que fomente o trabalho coletivo, voluntário e remunerado. Há compromisso e disciplina pessoal de seus membros com o cumprimento dos objetivos sociais, definindo estratégias de crescimento econômico que não tenham como referência principal a aferição de sobras líquidas, mas sim o desenvolvimento do ser humano, por meio do resgate e ampliação da dignidade e da cidadania. Esses empreendimentos econômicos têm gerado emprego, renda e impostos que beneficiam indiretamente cerca de 700 municípios do interior do Brasil (VILLELA; WILKINSON, 2002).

No entanto, atualmente, boa parte da produção dos assentados da reforma agrária estudados é escoada via “atravessador”, o que reduz os ganhos da comercialização dos produtos – geralmente matérias-primas e produtos *in natura* com baixo valor agregado percebido. Essa exploração, que transfere “para fora da porteira” uma parte da riqueza que poderia ser mantida dentro dos assentamentos e em seu benefício, pode ser amenizada com a utilização de ferramentas de gestão adaptadas à realidade destes empreendimentos.

## INSTRUMENTOS DE GESTÃO EM COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA NO MST

Primeiramente, para não incorrer em erro de dimensionamento do tamanho de cada unidade produtiva e do número de cooperados, trabalhadores que serão futuros cooperados, gradativamente, percebem que é necessário um

estudo de mercado e análise da viabilidade social e econômica do projeto de criação de uma cooperativa, por exemplo, de produção.

Uma análise de mercado pode indicar tipos de produtos que apresentam maiores demandas, o preço possível a ser obtido, a tecnologia adequada de produção, a escala mínima viável para a unidade de produção. A análise de viabilidade do projeto se faz necessária para dimensionar corretamente as obras e a infraestrutura, o arranjo físico, a projeção do fluxo dos processos produtivos, verificar as exigências legais e normas ligadas aos serviços de inspeção sanitária e os equipamentos necessários ao processo produtivo, além dos postos de trabalho e as qualificações necessárias.

Com informações qualificadas, uma cooperativa pode passar a planejar suas ações e inversões de maneira mais segura, definindo-se com menor grau de incerteza os postos de trabalho, requisitos de qualificação, número de cooperados necessários, enfim, adequando as dimensões da planta produtiva a cada realidade, sem deixar de levar em consideração o tempo para lazer, cultura, educação e outras atividades.

Numa perspectiva de viabilidade, faz-se necessário buscar permanente ganho de produtividade e qualidade, daí a preocupação com a formação contínua de quadros técnicos. Além disso, considera-se importante que os dirigentes tenham algum tipo de experiência administrativa. No entanto, devido à baixa escolaridade dos associados, são poucos os que possuem experiência e qualificação na área de gestão de uma pequena propriedade (CHRISTOFFOLI, 1998; 2010).

Diante deste desafio, a Concrab criou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), instalado no município de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Esse centro de formação e capacitação técnica promove, entre outros cursos, o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) e as Oficinas de Capacitação Técnica em Agroindustrialização, que visam qualificar assentados.

Dentre os métodos de capacitação massiva utilizados pela Concrab, destacam-se os Laboratórios Organizacionais (LO), formadores de quadros para organização de empresas associativas e os LO de Cursos, os quais visam à capacitação em algumas áreas técnicas específicas. Nos cursos de Formação Integrada com a Produção, os participantes conjugam trabalho no lote individual ou coletivo com o aprendizado de técnicas agropecuárias e noções organizativas (Concrab, 1996).

O MST considera que a evolução de uma CPA se dá por meio de três etapas, não necessariamente sequenciais e com coexistência de mais de uma etapa: a) produção agrícola para subsistência; b) comércio de excedente; c) agroindústria.

A contínua preocupação com a capacitação técnica dos cooperados tem levado o MST a firmar parcerias com algumas universidades brasileiras para o desenvolvimento de cursos de especialização superior em gestão de cooperativas.

Para esta organização, perseguir um mercado alternativo parece estratégico para sobrevivência e crescimento, tendo as seguintes características: popular, local/regional; ideológico/propaganda da reforma agrária; de comercialização direta entre os trabalhadores. De fato, conforme estudo de Kunz (1999), a experiência na criação de canais próprios de aquisição de matéria-prima básica para unidades de beneficiamento de erva-mate por cooperativas dos três Estados da Região Sul, por meio de relações de intercooperação, mostra que esse pode ser um importante caminho a ser desenvolvido, a intercooperação por ramo de atividades.

Buscar novos mercados para produtos de maior valor agregado pela via da diferenciação de produtos, por meio do uso da marca registrada “Produtos da Terra”, ou pela via de preços menores, parecem ser alternativas interessantes.

No Estado do Rio Grande do Sul, a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (Cooperal) desenvolveu sementes agroecológicas Bionatur em que não foram usados agrotóxicos nem qualquer substância agressiva ao homem ou à natureza no seu cultivo, pós-colheita ou em seu enlatamento.

Observa-se uma preocupação crescente no desenvolvimento da agroecologia enquanto uma alternativa em relação à agricultura tradicional, advinda da chamada Revolução Verde, que utiliza agrotóxicos ou a transgenia. Estudo desenvolvido por Cadore (1999) analisa a viabilidade da produção de arroz agroecológico pela cooperativa Coopan, no Estado do Rio Grande do Sul.

Outra estratégia é a diversificação da produção. As cooperativas não apenas podem elevar seus rendimentos, garantir um fluxo de caixa com receitas ao longo do ano, aferindo renda mesmo em períodos de flutuações na demanda ou por perda da colheita, quando tendem a reduzir a mão de obra ociosa nos assentamentos. Porém, a diversificação intensiva, no atual estágio de desenvolvimento das cooperativas, pode acarretar perda de foco do negócio. Nesse sentido, a adoção de algumas normas técnicas de produção vem sendo introduzidas gradativamente no processo produtivo e administrativo (CHRISTOFFOLI, 1998), ao mesmo tempo em que se percebe pelos depoimentos de dirigentes do MST, da Concrab e de diversas cooperativas, uma preocupação pelo desenvolvimento do cooperativismo autêntico no interior da organização, sem deformação dos princípios de solidariedade pela reprodução da organização taylorista do trabalho, centralizadora e excludente.

De fato, para alcançar a eficácia nas decisões tomadas, é necessário se ter a adesão de todos os que vão executá-la. No entanto, um dos maiores desafios para os empreendimentos autogestionários é encontrar mecanismos de poder e de decisão equilibrados e que atendam às exigências essenciais da democracia e da eficácia organizacional (CHRISTOFFOLI, 1998; EID e PIMENTEL, 2000). Para garantir esse equilíbrio, os dirigentes da Concrab entendem que a formação e a capacitação devem ser continuamente desenvolvidas entre os cooperados, em todos os níveis hierárquicos – dirigentes, coordenadores e base (GONÇALVES, 1999).

É possível que ocorra diluição de responsabilidades dos cooperados na gestão e no trabalho da cooperativa. Onde acontece, deixa-se de advertir àqueles que atuam com desleixo ou ineficiência no processo produtivo e no gerenciamento, assim como também se deixa de reconhecer e estimular os que desempenham sua função de forma a cumprir ou superar as expectativas. Christoffoli (1998) conclui em sua análise que há necessidade de se definir claramente as atribuições e níveis de autoridade e responsabilidade dos coordenadores e das instâncias de base.

Caso isso não ocorra, os coordenadores podem não se sentir respaldados em assumir o ônus das decisões operacionais, o que lhes caberia. O efeito disso pode ser a morosidade na tomada de decisões, afrouxamento no ritmo e na produtividade do trabalho e dissolução da hierarquia funcional. Com relação à jornada diária de trabalho, estabelece-se um horário mínimo de trabalho que cada associado deve cumprir, geralmente de 8 horas. A jornada varia, conforme as demandas das atividades da cooperativa.

Como as cooperativas de produção trabalham principalmente com atividades agropecuárias ocorre, em alguns casos, um desbalanceamento entre o potencial disponível de trabalhadores e a necessidade concreta de trabalho. Deve-se organizar o trabalho de modo a promover a melhor utilização possível da mão de obra. A distribuição das sobras, em geral, se dá por horas ou dias trabalhados. No entanto, pode ocorrer que nos coletivos novos não seja possível, por um período de tempo, gerar receitas para distribuir aos sócios. Com isso, pode haver desistência por parte de algumas famílias, uma das principais causas que levam cooperados a se desligarem das cooperativas, conforme estudo desenvolvido por Gumieiro (1999).

Por outro lado, a noção de valor de troca dos bens, equipamentos, ferramentas, animais e instalações fica clara somente quando o cooperado toma contato direto com o mercado, por meio da venda ou troca de um produto por outro, o que nem sempre é o caso (EID, SCOPINHO & PIMENTEL, 1998).

## ANÁLISE SOBRE A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA

### *Histórico*

A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda (Copavi), fundada em 10 de julho de 1993, encontra-se no assentamento Santa Maria. Com cerca de 250 hectares, localiza-se a 500 metros da cidade de Paranacity, Estado do Paraná e distante 403 km da capital Curitiba e 80 Km de Maringá. O INCRA concedeu a emissão de posse para 20 famílias, ligadas ao MST, para serem assentadas.

Esta cooperativa é vinculada à Concrab por meio da Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR) e segue as orientações do MST nas suas linhas políticas, princípios e símbolos definidos em âmbito nacional, estadual e regional.

Em seus aspectos infraestruturais, os assentados transformaram a área, que em 1993 era praticamente coberta com cultura de cana-de-açúcar, em um lugar de moradia, lazer e geração de trabalho e renda. As moradias foram construídas em forma de agrovila e em todas há energia elétrica e água encanada. Em 2005, devido a uma linha de financiamento conseguida pela cooperativa, apenas duas casas eram de madeira e as 19 demais eram de alvenaria.

Em 2003, a Copavi era constituída por 21 famílias, sendo 37 cooperados, que trabalham em conjunto com mais sete adolescentes, perfazendo um total de 44 trabalhadores. E ainda 17 crianças menores de 14 que não trabalham, dedicando-se integralmente aos estudos. Já em 2005, a cooperativa era constituída pelas mesmas 21 famílias e os mesmos 37 cooperados, porém com apenas cinco adolescentes. Neste período, pela necessidade de força de trabalho para a realização das atividades produtivas foram contratados seis trabalhadores, perfazendo um total de 48 trabalhadores. E ainda um número de 18 crianças (SEVERINO, 2006).

Como estratégia de otimizar o tempo do intervalo para o almoço, de permitir maior socialização entre os trabalhadores e ter um local para a realização das assembleias e festividades, a cooperativa possui um refeitório comunitário, onde são servidos de segunda a sexta uma média de 110 refeições. Quanto às benfeitorias instaladas na cooperativa pode-se destacar, além das casas e do refeitório, a existência de dois escritórios, um parque de diversão, um barracão para estocagem de insumos, produtos acabados, máquinas e equipamentos, um secador solar, uma usina-engenho, um curral, um chiqueiro, uma granja,

um laticínio, um viveiro de hortaliças, um viveiro de mudas de plantas nativas da região para reflorestamento e um abatedouro.

Destaca-se que, teoricamente, o número de associados, adolescentes e crianças, deveria aumentar devido ao envelhecimento das pessoas e ao aumento da natalidade. Mas observou-se que todos os integrantes que em 2003 eram adolescentes (seis membros), ao concluírem o Ensino Médio, foram licenciados temporariamente da cooperativa para realizarem seus estudos do ensino superior ou técnico em outras cidades. Ressalta-se que apenas um desses jovens estudantes realiza o curso de ensino superior normal, os demais participam de convênios das universidades com o MST, por meio dos cursos do TAC e cursos de Graduação especial modular para assentados – com três meses de curso (nos períodos não letivos das universidades) e três meses de comunidade (no assentamento). A educação é uma constante preocupação no assentamento, fato que justifica as crianças até 14 anos dedicarem-se integralmente aos estudos; os adolescentes de 15 a 21 anos trabalharem meio período; os jovens serem licenciados para realização de cursos técnicos ou de nível superior e todos os adultos que não haviam concluído o ensino médio terem realizado e concluído o supletivo até 2005.

Os sócios – trabalhadores da cooperativa em 2003 – estavam divididos nos seguintes setores: horticultura e reflorestamento; canavieiro; pecuária leiteira; bananicultura; pecuária de corte (avicultura, suinocultura e piscicultura) e apoio (administrativo, comunicação, comercialização e serviços). Destes setores, estima-se que 15% da produção era destinada para o autoconsumo, 65% destinada para os consumidores locais (Paranacity) e 20% para os demais mercados. Esta diferença de percentual é justificada em razão do preço baixo dos produtos, pelos principais produtos serem altamente perecíveis e pela ineficiência dos canais de distribuição nos demais mercados. Os itens, produzidos pela cooperativa em 2003, eram: açúcar mascavo, rapadura, melado, leite pasteurizado, queijo, iogurte, doce de leite, banana-passa, hortaliças, madeira e pão. Na comercialização, além dos produtos da Copavi, havia a comercialização de outros produtos de assentamentos do MST.

#### *Sobre a cadeia produtiva do leite na Copavi*

O setor de pecuária leiteira é considerado pelos membros da cooperativa como a cadeia produtiva de sustentação da Copavi. As atividades relacionadas a este setor iniciaram-se no período de acampamento em 1992. À época, havia dois animais para fornecimento de leite para a nutrição das crianças. No

período entre 1993 e 1995, a pecuária leiteira era vista como uma atividade de subsistência, apenas com a comercialização de alguns animais por membros da cooperativa de modo individual. Vislumbrando a pecuária leiteira como uma atividade produtiva rentável em 1995, via decisão votada em assembleia, houve o investimento na infraestrutura de um laticínio e na compra de algumas cabeças de gado. Para o desenvolvimento deste setor, no período de 1995 a 2003, eram destinados aproximadamente 117 ha da área total. A produção bovina utilizava o método semiextensivo de manejo, no qual os animais permanecem no pasto durante a maior parte do dia.

Considerando as características não favoráveis do solo e do clima, havia dificuldades para a alimentação bovina, quando os animais eram confinados três vezes ao dia no verão, e ainda, durante o período de seca, sua criação se dava no sistema intensivo de confinamento total. Para a alimentação no sistema intensivo utilizava-se uma ração preparada com milho e farelo de soja e, eventualmente, utilizava-se silagem de sorgo, com produção anual de 600 toneladas do produto ensilado. A reprodução era feita por meio de inseminação artificial pelos próprios cooperados e a cooperativa contava com acompanhamento veterinário mensal. O manejo desses animais era realizado por cinco trabalhadores. O rebanho da cooperativa era composto de 69 cabeças de gado leiteiro, sendo 48 ordenhadas, cinco bezerros, sete animais de cinco a seis meses e nove recém-nascidos. As cabeças de gado, desde a implementação do laticínio, são ordenhadas por sistema mecânico seis ordenhadeiras e três medidores, possibilitando uma produção média de 700 litros diários de leite, destinados para o laticínio da cooperativa.

A partir de 2002, iniciou-se a discussão sobre a implementação do método de Pastoreio Racional Voisin (PRV). Esta discussão surgiu a partir da necessidade de diminuir o alto custo da alimentação por silagem, além da necessidade de diminuir mão de obra utilizada na atividade e principalmente para tornar a produção pecuária orgânica.

A princípio, a adoção do PRV permite alcançar, entre outras, as seguintes vantagens, em comparação ao tradicional sistema de pastoreio contínuo: a) aumento da produtividade da pastagem; b) melhoria da qualidade das pastagens, sem necessidade de reformas; c) maior facilidade de manejo; d) economia em suplementos e medicamentos; e) facilidades para produção da “carne ecológica” e “leite ecológico”; e) mais gado e maior rentabilidade por unidade de área. O método PRV constitui-se numa tecnologia de processo que atende às exigências para o crescimento e desenvolvimento das pastagens e suprimento das necessidades dos animais em pastoreio. Através dos tempos de repouso, concedidos aos

piquetes, proporcionam-se às plantas todas as condições para que possam crescer sem interrupções ou agressões, até que atinjam um novo ponto de corte.

Na Copavi, os animais, duas vezes por dia, todos os dias, saem de uma parcela semipastoreada, de odor desagradável, na qual depositaram seus excrementos, e seguem para uma nova, de pasto fresco e odor agradável. Esse manejo diário é o mais poderoso indutor de consumo de pasto verde nos sistemas rotativos de utilização de pastagens, além de todos os benefícios ecológicos. Em cada piquete há uma ampla disponibilidade de água, sal e sombra com bebedouros e árvores entre piquetes, para que o pasto seja colhido diretamente pelo animal. Criadas as condições para tal, o próprio bovino colhe a sua comida e distribui de forma uniforme seus excrementos sobre o solo, fertilizando-o sem o uso de adubos solúveis formulados e poupando mão de obra. Para o manejo do PRV, em 2005, eram utilizados seis trabalhadores e um adolescente. A intensa incidência de luz solar na região da Copavi permite o acelerado crescimento dos vegetais através da fotossíntese, possibilitando a manutenção permanente dos animais em regime de pastoreio. Para este manejo, houve a necessidade de uma nova divisão da área por meio de piquetes (divididos por cerca elétrica).

Outro quesito importante do PRV é o constante acompanhamento do desenvolvimento do gado e da pastagem por veterinário e agrônomo. No mesmo período da transição do manejo, a COPAVI cedeu um espaço para a Secretaria Estadual de Agricultura do Paraná, com a instalação de um escritório regional, possibilitando assistência diária de agrônomos e veterinários. A partir disto, houve todo o mapeamento e planejamento de ocupação dos piquetes, e também o fichamento de todas as cabeças de gado com registro de inseminação, cria e produtividade de leite. Nesta mudança de prática de manejo, houve a necessidade da substituição dos animais da raça holandesa por animais de porte mais rústico para sobrevivência e produtividade nas novas condições. Desta forma, teve início o processo de inseminação com sêmen de animais da raça girolanda em animais da raça holandesa para a adequação da raça ao manejo.

Em 2005, a Copavi contava com um plantel de 145 cabeças de gado, sendo aproximadamente 13 bezerras, 20 descartes, 60 repasses e 48 cabeças leiteiras. Quando realizada a segunda fase da pesquisa de campo, e por estar em fase de transição do manejo semiextensivo para o Voisin, verificou-se uma diminuição da produtividade, mas por outro lado houve diminuição de custo e aumento da qualidade. Estima-se que haverá maior produtividade deste método quando houver toda a mudança da raça dos animais e estes estiverem adaptados às condições do manejo PRV.

Além das atividades de manejo do gado, neste setor, desde 1995, há atividades relacionadas ao laticínio, com uma infraestrutura de caixa d'água, caixa de depósito, pasteurizador e embaladeira, utilizados na produção de leite pasteurizado, iogurte, doce de leite e queijo. A mão de obra do laticínio é composta por dois trabalhadores fixos e um adolescente. A principal produção do laticínio é de leite pasteurizado, com aproximadamente 500 litros diários, com validade de três dias. A cooperativa desenvolve com os estabelecimentos comerciais o sistema de devolução das unidades de litro de leite não comercializadas até o prazo de validade. Estes litros devolvidos, mais uma parcela da produção diária, são utilizados para a produção de iogurte, doce de leite ou queijo. Para a produção de iogurte são utilizados leite em pó e flavorizantes, produzindo em média 100 litros de iogurte por dia. Semanalmente, são produzidos 65 kg de doce de leite, comercializados em embalagens plásticas de 480 gramas. Para esta produção, utiliza-se, além do leite, açúcar e bicarbonato. O excedente do leite é utilizado na produção de queijo para consumo dos cooperados.

Os principais consumidores do leite da Copavi são as creches e as escolas dos municípios próximos ao assentamento, os estabelecimentos comerciais locais e, principalmente, os consumidores de venda direta cadastrados na cooperativa. Para o setor do laticínio, o grupo de estudo da Copavi busca uma estratégia focada na tecnologia de processamento, gestão, garantia e controle de qualidade. Com esta estratégia, busca-se o certificado de inspeção sanitária estadual e/ou federal para o leite pasteurizado, a certificação para o iogurte e o doce de leite e, ainda como estratégia de diferenciação, a efetivação da implantação do PRV para certificação do leite orgânico.

Do mesmo modo que no setor de horticultura, no setor de pecuária leiteira houve redução do número de postos de trabalho, o que possibilitou a transferência de mão de obra para o setor canavieiro, demandante de maior trabalho. Desta forma, verifica-se uma menor dependência do processo de produção em relação ao trabalho intensivo, pois o manejo da terra diminuiu, permanecendo principalmente as atividades de pastoreio e ordenha, e menos do preparo de silagem. Nas atividades de processamento de leite, observam-se atividades padronizadas e repetitivas em função do processo produtivo de pasteurização e embalagem. Quanto às atividades de planejamento da produção, há bastante influência do grupo de estudos, visto a importância da renda obtida pelo setor. Assim, quem determina a quantidade de produção de leite pasteurizado em saquinhos é o mercado, enquanto que para os outros produtos quem determina são os trabalhadores. Em relação às atividades de pecuária e rodízio de gado

nos piquetes, estes são planejados a partir de uma análise do uso do solo, porém flexíveis à observação direta dos membros que atuam no setor. Ressalta-se que as atividades de pecuária são realizadas por trabalho em grupo, enquanto o processamento do leite é feito por trabalhadores especializados e capacitados, havendo pouco rodízio nesta atividade de trabalho.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que no interior do MST, na prática, há uma preocupação crescente entre diversos dirigentes de CPAs, localizadas principalmente na região Sul do Brasil, em buscar o equilíbrio crítico entre, por um lado, a ampliação dos ganhos sociais e políticos – resgate da dignidade, construção da cidadania e apoio às lutas dos trabalhadores – e, por outro, melhorar a gestão das cooperativas buscando ampliar sua capacidade de resistência ao avanço do agrogócio e sua sobrevivência econômica e financeira, a fim de se evitar que um descompasso possa levar à ruptura da coesão social.

A lógica da economia solidária que se encontra em processo de gestação é oposta à lógica do mercado globalizado. Este, em sua perseguição pelo lucro máximo, separa-se de questões que não sejam econômicas. Tradicionalmente, a globalização e seus impactos sobre o setor agrário é interpretada como um processo de padronização de políticas de fazenda, aumentando-se a expansão das fronteiras agrícolas, medidas uniformes de proteção ambiental, aumento da competitividade e da produção e comercialização de alimentos com controle cada vez maior, por firmas transnacionais, sobre a cadeia produtiva.

A participação na elaboração, implantação e gestão das ações de desenvolvimento rural e local não se restringe apenas às instâncias governamentais ou aos seus órgãos, circunda também, atores da sociedade civil circunscritos ao território. Para que as potencialidades de uma comunidade possam alavancar o desenvolvimento coletivo, os atores devem estar unidos na ajuda mútua e no controle social de meios essenciais de produção e distribuição. Neste sentido, o desenvolvimento da cooperação, da democracia, do controle social e da autonomia é fundamental e deve estar, na medida do possível, presente em todos os elos de uma pequena cadeia produtiva.

### REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *Texto para discussão n. 702*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

- CADORE, E.A. A matriz tecnológica nos assentamentos do MST. *Curso de especialização em administração de cooperativas*. Brasília: ITERRA/UNISINOS/UNB, 1999.
- CARVALHO, C. *Comunidade de resistência e superação*. São Paulo: Perez, 2002.
- CHIARIELLO, C.L. *Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares: estudo de casos na COCAMAR e COPAVI*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2008. Dissertação.
- CHRISTOFFOLI, P. I. *Eficiência econômica e gestão democrática nas cooperativas de produção coletiva do MST*. São Leopoldo: UNISINOS, 1998. Trabalho de Conclusão de Curso.
- \_\_\_\_\_. Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST, in: DAL RI N. M. (org.). *Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina*. Marília: Oficina Universitária, 2010.
- CONCRAB Cooperativas de Produção – Questões Práticas. *Caderno de Formação*, São Paulo, v. 2, n. 21, abr.,1996.
- DENARDI, R.A. et al. *Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná*. Curitiba: Emater-Paraná, 2000.
- EID, F. *Economie de rente et agroindustrie du sucre et de l'alcool au Brésil*, 1999. França: Université de Picardie Jules Verne, 1994. Tese.
- \_\_\_\_\_; SCOPINHO, R.A.; PIMENTEL, A.E.B. A dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária, in: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36, 1998. *Anais...* Poços de Caldas, 1998.
- \_\_\_\_\_; PIMENTEL, A.E.B. Dinâmica da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária no Brasil, in: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10, 2000. *Anais...* São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Construindo uma economia solidária*. Campinas: Editora UNICAMP, 2002.
- \_\_\_\_\_; PIMENTEL, A.E.B.; SEVERINO, M.R.; CHIARIELLO, C.L. Cadeias produtivas em assentamentos de reforma agrária, in: DAL RI N.M. (org.). *Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina*. Marília: Oficina Universitária, 2010.
- GONÇALVES, B.V. *A lógica de construção das cooperativas de prestação de serviços*. Brasília: ITERRA/UNISINOS/UNB, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso.
- GUMIEIRO, A. *Uma análise das desistências das famílias associadas na cooperativa de produção agropecuária Vitória Ltda – COPAVI*. Paranaçity/PR. Brasília: ITERRA/UNISINOS/UNB, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso.

- KUNZ, M.F.B. *Intercooperação das unidades de beneficiamento de erva-mate dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná*. Brasília: ITERRA/UNISINOS/UNB, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso.
- MANCE, E.A. Cadeias Produtivas Solidárias, *in*: CATTANI, A.D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- MIOR, L. C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.
- MOURA, I. F. *Assentamentos rurais: agregação de valor e comercialização – o caso do assentamento Santa Maria (Paranacity – PR)*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. Dissertação.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*. Dossiê: Desenvolvimento Rural. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez., 2001.
- PIMENTEL, A.E.B. *Assentamentos de reforma agrária na Região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2004. Tese.
- SEVERINO, M.R. *Processo de trabalho e organização do trabalho em uma cooperativa reforma agrária do MST: análise comparativa entre empresas capitalistas e empreendimentos de economia solidária*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2006. Dissertação.
- VAZZOLER, M.R. *Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2004. Tese.
- VEIGA, José Eli da. *A face rural do desenvolvimento*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2000.
- VILLELA, M.U.; WILKINSON, J. Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária e a inovação agroindustrial, *in*: LIMA, D.M.A.; WILKINSON, J. (org.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: Paralelo, 2002.

# PRODUTOS DA FLORESTA: USOS E SUSTENTABILIDADE EM UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA

---

*Dulcilene Alves de Castro*<sup>1</sup>

## *Resumo*

Os recursos das florestas quase sempre foram vistos como inesgotáveis, sendo explorados intensivamente e, por isso, muitos desapareceram ou escassearam em muitas regiões. No Nordeste paraense, o local escolhido para este estudo tem um cenário que não se difere em decorrência do extrativismo predatório, no entanto, estratégias de extração e conservação são encontradas. Diante do exposto, o objetivo do trabalho é apresentar as formas de uso dos PFMNs, mediante um Estudo de Caso na comunidade de Monte Sião em São Domingos do Capim, cujas mudanças na utilização da floresta contribuíram para a potencialização dos produtos, para a continuidade dos variados usos e para o equilíbrio socioambiental local.

**Palavras-chave:** PFMNs. Usos. Floresta. Potencialização.

## *Abstract*

Forest resources were almost always seen as inexhaustible, being intensively explored, many have disappeared or become scarce in many regions. In the Northeast of Pará, the site chosen for this study is a scenario that not differs due to the predatory extraction, however, extraction and conservation strategies are found. Given the above, the main purpose is to present the different uses of NTFPs, through a case study in the community of Mount Zion in São Domingos do Capim whose changes in forest use contributed to the enhancement of products for the continuity of the varied uses for the balance social and environmental site.

**Key-words:** NTFPs. Usos. Forest. Enhancement.

---

1 Prof<sup>a</sup> do Instituto Federal do Pará (IFPA); membro do Sindicato dos Sociólogos do Pará; Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. E-mail: dlacastro@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

A Amazônia Oriental é composta de uma riqueza natural imensurável e reúne elementos, formas e situações que marcam tipos de explorações econômicas ao longo dos anos. Criadas socialmente, fazem parte do cotidiano de muitas famílias que elaboram redes de transmissões de um “modo de vida” muito peculiar com dinâmicas próprias de apropriação dos recursos naturais. Além disso, dinâmicas externas foram implantadas na Amazônia por interesses particulares, criando novas formas de controle dos recursos da floresta.

Um dos tipos mais antigos de exploração econômica refere-se às atividades extrativistas e “designa os sistemas de exploração dos recursos naturais destinados à comercialização. Em sentido amplo, o extrativismo reúne todas as atividades de extração, aplicando-se quer a produtos vegetais, quer a produtos animais ou ainda minerais” (EMPERAIRE, 1997, p. 421).

Essas atividades são marcadas pelo interesse despertado na diversidade de espécies existentes na floresta, no potencial econômico e/ou utilitário que a natureza oferece. Destacam-se entre os produtos no Brasil: a “borracha, gomas não elásticas, ceras, fibras, oleaginosas, tanantes, alimentícias, aromáticas, corantes, medicinais, tóxicas, madeira, caça e pesca, entre outras” (HOMMA, 1993, p. 02). Diante do extenso repertório, os Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs)<sup>2</sup> compõem a lista de produtos no processo de exploração desses recursos naturais.

Historicamente, os produtos extrativistas “(...) têm desempenhado um papel decisivo na formação econômica e social da região e do Brasil, sobretudo pela exploração extrativa da seringueira” (HOMMA, 1993, p. 2). Tanto a procura pela matéria-prima da seringueira como a de outros produtos da floresta possibilitaram a ocupação de muitas terras na Amazônia<sup>3</sup> e o encontro de muitas culturas nas atividades de trabalho. No entanto, as atividades de extração predatória, a superexploração de algumas espécies e o uso não manejável de algumas áreas contribuíram fortemente para o desequilíbrio ambiental que passou a ser tema central de muitos documentos, discussões em convenções nos anos de 1990.

---

2 Segundo Mcdermott e Beer (1996), citados por Medina (2003, p. 5), uma das definições mais difundidas diz que o termo PFnms compreende todos os outros materiais biológicos que não a madeira que são extraídos da floresta para uso humano, isto inclui alimentos, medicamentos, óleos, resinas, látex, caça, plantas ornamentais, lenha, fibra, entre outros.

3 Ver comentários de EMPERAIRE, Laure. Extrativismo e o desenvolvimento sustentável da Amazônia, in: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP; UFPA-NAEA, 1997.

Dados de 1996, divulgados pela SECTAN<sup>4</sup>, confirmavam que o Nordeste paraense era a região mais desmatada a partir de fotografias de satélites (Landsat) de 1985, e que 75% da cobertura vegetal primitiva já tinham sido explorados<sup>5</sup>. Nos dias atuais, esse processo vem se intensificando.

Nesse contexto, este artigo objetiva apresentar as formas de uso dos PFNMs, mediante um estudo de caso na comunidade de Monte Sião, município de São Domingos do Capim no Nordeste paraense.

## OS CAMINHOS DA PESQUISA

A coleta de dados para o desenvolvimento do trabalho começou com uma pesquisa exploratória que tem como finalidade esclarecer ideias para a formulação de problemas ou hipóteses para estudos posteriores (GIL, 1987, p. 44), no Nordeste paraense, através de uma disciplina de estudos dirigidos no curso de mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, concluído em 2006/NEAF/MAFD/UFGA. O objeto do estudo era observar as práticas utilizadas com PFNMs pelas famílias da região do Rio Capim, ou seja, famílias que viviam em áreas agroextrativistas, no caso, em Irituia, Mãe do Rio, Concórdia do Pará e São Domingos do Capim.

O primeiro momento da pesquisa ocorreu no período de junho a julho de 2004, acompanhando reuniões dos técnicos do Proambiente<sup>6</sup>, haja vista que o programa atuava na área escolhida. No segundo momento, de outubro a dezembro de 2004, a pesquisadora atuou como voluntária do programa, aplicando formulários para a construção de diagnósticos. Aproveitava as visitas para manter conversas informais sobre os produtos e o uso destes nas propriedades. Em março de 2005, com a intermediação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a atividade foi realizada em São Domingos do Capim.

A área escolhida para o estudo foi a comunidade de Monte Sião em São Domingos do Capim por apresentar florestas secundárias nas propriedades e

4 Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

5 Ver *Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Local Sustentável do Polo Rio Capim/Proambiente*.

6 O Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia (Proambiente), gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário-MDA tinha o intuito de apoiar os agricultores familiares na busca de uma nova maneira de uso e conservação dos recursos naturais por meio dos serviços ambientais e da articulação entre um agente comunitário, que era um membro da comunidade, com os técnicos. Atualmente, as atividades do Programa estão suspensas.

uma variedade de PFNMs, incluindo a confecção de artesanatos com alguns desses produtos.

Para se chegar à comunidade percorrem-se cinco quilômetros pela PA127 ou navega-se subindo o Rio Capim por 40 minutos. A comunidade conta com uma população constituída de 32 famílias.

A continuidade do trabalho ocorreu em períodos intercalados de abril de 2005 a março de 2006, somando 85 dias. Nesses períodos, a pesquisadora hospedou-se na casa da família do agente comunitário do Proambiente, conhecendo as demais famílias por meio de visitas e participação em reuniões da associação, o que possibilitou a escolha de dez famílias para as entrevistas. As famílias foram escolhidas por desenvolverem experiências que potencializavam os PFNMs em suas propriedades por meio da adoção de técnicas utilizadas até antes da chegada do programa, somadas aos usos e conhecimentos tradicionais. Foram realizadas entrevistas gravadas com os cônjuges de cada família, utilizando um roteiro com perguntas semiestruturadas o que facilitou algumas respostas longas e explicativas sobre o uso dos produtos no passado e no presente local. Atualmente, as famílias ainda desenvolvem experiências sustentáveis em seus lotes.

#### A COMUNIDADE DE ONTEM

No período de 1970, Monte Sião era constituída por alguns sítios<sup>7</sup>, onde moravam poucas famílias. As atividades concentravam-se na roça de mandioca, utilizando o sistema de corte e queima em áreas que atingiam de oito a dez tarefas, na pesca de anzol e rede, na caça de animais.

As famílias realizavam também a extração de alguns produtos como o açaí (*Euterpe oleracea*), sendo extraído de touceiras nativas nas matas e utilizado basicamente para o consumo, com a comercialização de uma pequena parte. Segundo os agricultores, era pouca a quantidade existente nos estabelecimentos familiares, devido o mercado ser incipiente, diferentemente de hoje.

A produção local de banana (*Musa spp*), farinha, cacau (*Theobroma cacao L*), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), e alguns produtos florestais como sementes era comercializada em Belém.

Com o crescimento do mercado exportador de borracha e a abundância de seringais nativos na comunidade, de 1970 ao início de 1980, algumas famí-

7 Os sítios são espaços onde espécies vegetais diversificadas são plantadas. Alguns agricultores denominam os quintais de sítios. A denominação depende da forma de utilização do espaço.

lias passam a investir, também, na prática de extração de látex dos seringais em suas propriedades conforme relato de um agricultor da comunidade:

(...) cortei seringa muito tempo, cortei seringa umas faixa mais ou menos uns cinco anos e pouco, aqui tinha seringal, aqui que a gente andava com a escada, chegava na seringueira encostava a escada, tinha seringueira que era cortada mais de 20 palmos de árvore, mais de cinco metro de árvore, a gente andava com escada no ombro, o balde de leite dum lado e a escada do outro né, pra cortar lá em cima que daqui depois, levantava desde daqui de baixo, inclusive tinha umas seringueiras que era cortada desde a raiz (...) pra tirá o leite.

Esse látex era vendido em latas de vinte litros, por Cr\$45,00 (quarenta e cinco cruzeiros), para as empresas as quais controlavam a qualidade do produto para evitar a adição de água. Outro processo era o da “borracha defumada”, que era transformada na medida em que o látex era derramado lentamente sobre uma vara. Enquanto girava-se a vara sobre a fumaça de um fogareiro de lata, o látex transformava-se em borracha. Segundo os agricultores, neste segundo processo, alguns agricultores misturavam barro junto ao látex, para que a borracha alcançasse um bom peso na hora da venda. O terceiro processo era o da “coalhada”, no qual se fazia um buraco na terra depositando-se o látex, sendo transformado em coalhada até endurecer. Tanto a borracha defumada quanto a coalhada eram vendidas por Cr\$3,00 (três cruzeiros) o quilo.

As vendas do látex aconteciam de forma direta para fábricas de Belém, no caso, a COPALA, porém, como quase sempre aconteciam roubos nas embarcações os agricultores passaram a vender o produto para marreteiros que chegavam a Monte Sião, ou para marreteiros que moravam nas comunidades próximas, estabelecendo uma rede de comercialização:

(...) Eu vendia pro rapaz que tinha uma taberna aqui na frente, e eu vendia pra ele, ele que comprou os cadilhos pra mim, né e aqui ele comprava também eu dava pra ele, porque acho que o preço dele era bom, né, compensava. (...) É, ele já levava direto para a Copala... parece comprava, uma loja em Belém, né, que ele comprava e levava pra lá, né.

A extração do látex obedecia a um itinerário estabelecido por cada agricultor:

(...) Tinha! Era...pra mim tinha um horário. Sempre teve um horário, né, mas tinha uns que pegavam mais cedo, outros pegavam mais tarde, né. E eu, como a área que eu cortava era grande, de seringa, eu começava sempre 1 hora da madrugada, né. (...) É, até porque é o melhor horário e porque eu queria que sobrasse o dia pra mim fazer outro serviço, né.

Segundo os entrevistados, no início da atividade no seringal alguns não tinham ferramentas e nem os cadilhos<sup>8</sup>, por isso, o comerciante cedia os cadilhos e em troca, os coletores lhe pagariam com o látex das primeiras coletas.

A extração do látex era diária com pausa somente aos domingos. Desta forma, a venda do produto ocorria no final de cada semana, geralmente aos sábados, quando os agricultores aproveitavam o dinheiro para fazer compras de alimentos para a família.

A extração também ocorria por meio de sistemas de arrendamento que consistiam em pagamentos em áreas de terceiros para explorar o produto. Outro sistema utilizado era o de meia, no qual o látex, em latas ou a borracha em quilo, era dividido entre o extrator e o dono do seringal após a colheita. Este sistema de trabalho também era utilizado nos cafezais de São Paulo no século XIX entre o imigrante e o fazendeiro que determinava:

(...) o número de pés de café que os trabalhadores deveriam cuidar e colher, e lhes concedia um pedaço de terra para plantar seu próprio alimento. Eles eram obrigados a repor as despesas do fazendeiro com pelo menos metade de seus lucros anuais provenientes do cultivo do café (STOLCKE, 1982, p. 43).

A entrada na floresta à procura das seringas intensificou o processo de exploração predatória e desflorestamento de algumas áreas que, posteriormente, passaram a ser local para o cultivo de roças na comunidade.

Nesse período, simultaneamente ocorre a exploração de madeira e segundo os moradores o piquizeiro (*Caryocar villosum*), era uma das espécies mais procuradas por ser uma madeira forte para a construção de embarcações; no entanto, o corte das árvores espantava a caça e escasseava a coleta dos frutos para a população. Estudos, em outras comunidades do Rio Capim, revelam a atração de muitas espécies de caça por flores do piquizeiro (SHANLEY *et al*, 1998, p. 37).

Segundo os agricultores de Monte Sião, o serviço com a madeira durava semanas e obedecia a algumas etapas. Primeiro, identificavam-se as árvores que quase sempre estavam umas distantes das outras. Depois, usavam o machado ou uma roladeira<sup>9</sup> para cortar as árvores.

8 Pequenos recipientes de alumínio utilizados para a coleta do látex.

9 Segundo os moradores, é uma ferramenta utilizada para cortar as árvores, manuseada por dois homens; assemelha-se a um grande serrote.

A madeira, após o corte, era retirada da floresta amarrada com cordas e arrastada, ou sendo rolada, sobre tábuas para o igarapé, onde era transformada em jangadas para facilitar o transporte até os locais de venda.

Segundo Brienza, Vieira e Yared (1995, p. 04), as etapas de derrubada das árvores, o arraste das toras e o transporte afetam diretamente os componentes do ecossistema florestal e isto pode ser verificado em Monte Sião, onde algumas áreas foram alteradas.

Um agricultor recorda a época que vendia madeira:

(...) inclusive eu ainda, quando a gente morava naquele terreno lá em baixo, ainda tirei uma jangada de 120 toras de virola e levei pra lá isso, tá com que, 20 e poucos anos a 25 anos, nunca mais eu fiz um prometimento que eu tirei 120 de virola pra chega lá e fazer 40 e poucos cruzeiros.

A madeira era vendida para uma serraria na vila de Nova Aliança, nas proximidades da comunidade. Segundo o agricultor, o proprietário da serraria poderia revender as 120 toras por mais de Cr\$2.000 (dois mil cruzeiros) ou transformar em dúzias de tábuas. Na década de 1980, existiam quatro serrarias em São Domingos do Capim, cujos proprietários ou seus empregados visitavam as propriedades para negociarem com os agricultores.

Entre as madeiras mais citadas para venda destacavam-se: andiroba (*Carapa guianensis*) e cedro (*Cedrola odorata*) para fazer móveis; massaranduba (*Manilkara amazônica*), cupiúba (*Goupia glabra Aubl*), jatobá (*Hymenaea courbaril L*), guaruba (*Aratinga guarauba*), jarana, castanheira (*Holopyxidium jarana*) e marupá (*Simarouba amara*) para fazer casas.

Nos anos 1990, além da compra de madeiras de grande valor, como a andiroba, os comerciantes investiam nas madeiras brancas, como o marupá. Eram assim denominadas por serem abundantes e com valor menor no mercado. Com o passar dos anos, as madeiras foram ficando cada vez mais distantes, localizando-se no fundo dos estabelecimentos rurais, dificultando o transporte das toras.

Com a diminuição das atividades no seringal e as proibições na extração de madeira nos anos 1990, os agricultores voltam-se para o investimento nos cultivos de banana e do cacau. Nesta época, os bananais começaram a ser atingidos por pragas, causando a diminuição das plantações, redirecionando a atividade para os cultivos de mandioca que tinha garantia de venda através da comercialização da farinha.

## A COMUNIDADE E OS NOVOS TEMPOS

A população atual é constituída por 32 famílias, cujo cotidiano ainda se estabelece em atividades que envolvem a criação de pequenos animais, a caça que indica a diminuição de espécies como o tatu (*Cabassous unicinctus*) e o desaparecimento do veado (*Mazama americana*). Este fato tem sido discutido na associação com acordos para não se caçar as fêmeas prenhas de tatus e pacas (*Agouti paca*).

A roça de mandioca é cultivada em área que não ultrapassa cinco tarefas; ainda se coleta frutas, fibras, óleos e sementes; o cultivo de banana e cacau associados com outras plantas como o cupuaçu e o açaí.

O açaí começou a ser potencializado por meio do manejo como alternativa para as famílias, em decorrência do empobrecimento do solo, dando possibilidades para o consumo o ano todo e alternativa para outros usos. Além disso, a venda do produto é um diferencial na soma da renda familiar. Foi também alternativa para a substituição de venda de madeiras. O financiamento foi cedido pelo Banco da Amazônia em 2001. Esta técnica ainda é elaborada pelas famílias através de mutirões.

As famílias já realizavam consorciamentos antes da chegada do Proambiente em 2003, a adoção de sistemas de SAFs que, segundo Yared, Brienza e Marques (1998), é a prática de combinar espécies florestais com culturas agrícolas e/ou atividades da pecuária. Está ocorrendo de forma mais lenta, porém o ex-agente comunitário do Proambiente já experimentou em sua propriedade plantando castanheiras e outras árvores lenhosas, assim como outros agricultores, contribuindo para o reflorestamento das áreas e para a variedade alimentar.

Outra experiência se dá com o aproveitamento das plantas medicinais muitas encontradas nos quintais, sendo confeccionados alguns remédios pelas mulheres.

O outro destaque é para a culinária, uma das agricultoras está escrevendo um livro sobre o aproveitamento dos recursos da floresta.

Um pequeno artesanato com sementes, fibras, folhas é encontrado na comunidade, sendo discutido na associação a viabilidade de mercado melhorando a qualidade final do produto.

Estudando as famílias selecionadas de Monte Sião e o uso dos produtos, percebe-se que, mesmo a comunidade tendo passado por processos de exploração dos recursos naturais e redução da quantidade de populações fornecedoras de PFNMs, ainda existem muitos produtos desta categoria e que são encontrados e utilizados conforme o quadro a seguir:

## Quadro I – Uso dos PFNMs nas propriedades

Fruto, palmito, tronco, folhas, caroços do açaí	Fruto: vinho, mingau, licor, pudim, bombons e outros. Palmito: para alimentação Tronco: barracas, galinheiros Folhas: cobertura de casas, galinheiros Caroços: adubo, artesanato
Óleo das castanhas, casca da andiroba	Anti-inflamatório, repelente, reumatismo, gripe, bronquite
Fruto do piquiá	Sucos, doces, fruta <i>in natura</i>
Fruto do taperebá	Sucos, licor, doces
Óleo da árvore, casca da copaíba	Anti-inflamatório, cicatrizante, contraceptivo, problemas respiratórias
Fruto do bacuri	Suco, doces, bombons, fruto <i>in natura</i>
Fruto, castanha do cajú	Sucos, doces, fruto <i>in natura</i>
Fruto, semente, palha do tucumã	Sucos, fruto <i>in natura</i> , artesanato das palhas (chapéus, bolsas, tapetes)
Fruto, palha do buriti	Sucos, doces, artesanatos, fruto <i>in natura</i>
Fruto, palha da bacaba	Vinho, artesanato, fruto <i>in natura</i>
Castanha, ouriço da castanha-do-pará	Bolos, biscoitos, bombons, doces, fruto <i>in natura</i> , chá do ouriço para anemias e hepatites
Fruto, semente do uxi	Sucos, doces, remédios do caroço, fruto <i>in natura</i>
Seiva, fruto do jatobá	Sucos, doces, extração do leite para problemas pulmonares
Folhas, fibra do guarumã	Artesanato (cestos, raças, atoras e outros)
Fruto, caroço da pupunha	Artesanato do caroço, fruto <i>in natura</i>
Folhas, galhos da catinga de mulata	Para gripes e resfriados, banhos
Folhas, galhos da japana branca	Para gripes e resfriados, banhos

Folhas, galhos da japana roxa	Para gripes e resfriados, banhos
Látex, semente da seringueira	Para confecção de borracha, artesanato das sementes
Cipó de verônica	Para problemas vaginais
Folhas de mastruz	Para tosse, bronquite, verminoses
Folhas de vindicá	Para banhos, gripes
Casca de barbatimão	Para hemorragia, infecções uterinas
Casca, folhas de cedro	Para gripes, banhos
Semente de Pachiúba	Para artesanatos
Sementes de virola	Para extração de óleos

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em outubro de 2005.

## O USO DOS PFNMS NA COMUNIDADE

O açaí é considerado o produto principal da refeição e atualmente o mais lucrativo para a venda.

Além da alimentação por meio de vinho com uma textura que varia entre o fino, o médio e o grosso; mingau (elaborado com o açaí azedo misturado a farinha de mandioca); licor, pudim, bombons, utiliza-se o tronco para fazer barracas, galinheiros, pontes. Do tronco, se extrai o palmito que serve para a alimentação. As folhas da palmeira servem para cobertura de casas, galinheiros. Os caroços para adubo e artesanatos que ganharam destaque nos últimos anos através de colares, adornos de bolsas, tapetes entre outros.

O óleo das castanhas da andirobeira (*Carapa guianensis*) é anti-inflamatório e serve como repelente ao ser preparado em formato de vela; com essas propriedades também encontramos o óleo da copaíba (*Copaifera spp*).

Os frutos piquiá (*Caryocar villosum*), bacuri (*Platonia insignis*), cajuí (*Anacardium pumilum*), são apreciados *in natura* ou como sucos e doces. O tucumã (*Astrocaryum vulgare*), o buriti (*Mauritia flexuoso L.*) e a bacaba (*Oenocarpus bacaba*), além de serem transformados em vinho, suco, ou *in natura*, são aproveitados para a confecção de artesanatos, porém o artesanato

mais vendido na feira de São Domingos do Capim é o cesto das fibras de guarumã (*Ischinosiphon arouma*).

Algumas árvores lenhosas se destacam tanto pelo consumo dos frutos quanto pelas propriedades medicinais como a castanheira (*Bertholletia excelsa*) e o chá de seu ouriço; o jatobá e o seu leite o uxi (*Cuatrec Endopleura uchi*) é seu caroço. A virola (*Virola surinamensis*) fornece óleo.

A pupunheira (*Bactris gasipaes*), a seringueira (*Hevea brasiliensis*) e a pachiuá (*Socratea exorrhiza*) servem para pequenos artesanatos com suas sementes, porém comestível somente o fruto da pupunheira. Quanto à seringueira se extrai o látex para a confecção da borracha.

Algumas plantas rasteiras, exceto o cedro, compõem o quadro para banhos, gripes e resfriados. As folhas de mastruz (*Chenopodium ambrosioides*) também servem para tosses e bronquite e também para matar verminoses.

A casca do barbatimão (*Stryphnodendron barbatiman*) serve para infecção uterina, assim como o cipó de verônica para problemas vaginais.

Este vasto repertório de uso dos PFNMs compõe uma relação mais equilibrada com a natureza que se difere do passado da comunidade.

Para a comercialização atual destacam-se o açaí, o óleo de andiroba, o cajuí, o tucumã, a pupunha, o bacuri, a bacaba, o piquiá, o uxi e a castanha. Além de um pequeno artesanato.

As áreas de venda são a feira de São Domingos do Capim, o trapiche de São Domingos e de Belém. Estudos revelam que as experiências de comercialização com os produtos já apresentam uma integração no mercado entre as comunidades de Timbira no Maranhão e no Tocantins que negociam polpas congeladas e embaladas de açaí, bacuri e cajá (MOTA *et al*, 2007, p. 11.).

## O USO SIMBÓLICO DOS PFNMS E O TRATO COM AS DOENÇAS

Nos quintais, encontram-se PFNMs, que desempenham funções múltiplas, podendo ser utilizados para várias manifestações<sup>10</sup>. Como exemplos tem-se plantas como a catinga de mulata (*Aeollanthus suaveolens*), japana branca (*Eupatorium triplinerve*), japana roxa (*Eupatorium ayapana*), vindicá (*Renealmia sp*) e a casca e folhas do cedro, associadas as plantas arbustivas não florestais como a erva cidreira (*Lippia Alba*), o capim marinho (*Cymbopogon citratus*), hortelãzinho (*Mentha pulegium*), hortelã grande (*Plectranthus am-*

10 O termo manifestações nesse caso refere-se a problemas de saúde

*boinicus*), chamados de matos mansos. “(...) Mato manso é o que dá no quintal, no caso, é essas coisa, que é essa cidreira, tem um capim marinho, né, que chama capim-santo, de tudo isso a gente faz chá” (Agricultor da comunidade). Servem para tratamentos em manifestações de gripes e resfriados. A pesquisadora presenciou um desses tratamentos no mês de abril em 2005, quando ficou hospedada na casa de uma das famílias selecionadas para o estudo. A esposa do agricultor e os filhos menores de um, quatro e oito anos de idade, estavam com febre e resfriados. O tratamento escolhido pela família foi o “banho de cabeça”. Esse tratamento consistiu em colher nos quintais ou solicitar para vizinhos e compadres algumas plantas como a catinga de mulata, hortelãzinho, japana branca, japana roxa, hortelã grande, vindicá, capim marinho, folha e casca de cedro, entre outras. Após serem fervidas e transformadas em um líquido esverdeado reservou-se para esfriar. No final da tarde, o banho foi depositado na cabeça das crianças deixando escorrer até os pés. Esse ritual também pode ser feito pela manhã, colocando o banho no dia anterior, no quintal, para pegar o sereno. Segundo a agricultora, o banho cura a gripe e faz descer o catarro e a febre que se depositavam na cabeça das crianças.

O simbolismo com plantas e com os PFMNs também aparece utilizando-se termos classificatórios que se estabelecem por meio da cor do açaí, tanto em forma de fruto quanto transformado em vinho. O açaí é conhecido pelos moradores como vermelho ou branco, sendo que, o branco não é o preferido, comparado por alguns moradores à vitamina do abacate ou a abacatada por apresentar uma cor esverdeada quando transformado em suco, perdendo sua originalidade que é contemplada pela cor vermelha (Quadro II).

Quadro II- Classificação do açaí líquido

Açaí líquido/vinho		
Açaí	Classificação	Cor
Vermelho	Vermelho	Vermelha
Branco	Abacatada	Esverdeada

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em julho de 2005.

Quando o fruto está na intermediação entre o maduro e o não maduro recebe o nome de “paró” por apresentar indefinições entre a cor preta e verde. Quando está maduro tem a cor preta, porém o melhor para ser colhido é cha-

mado de “tuíra” por apresentar uma cor acinzentada indicando que está bastante maduro. Este é o açaí mais valorizado para a venda (Quadro III).

Quadro III- Classificação do açaí fruto

Açaí fruto		
Estado	Classificação	Cor
Intermediação entre maduro e não maduro	Paro	Indefinição entre a cor preta e verde
Maduro	Maduro	Preta
Bastante maduro	Tuíra	Acinzentado

Fonte: Dulcilene Alves de Castro em julho de 2005.

Observa-se que as classificações baseiam-se nas cores, onde o vermelho caracteriza o verdadeiro açaí dentro de uma escala que vai do verde, passando do preto ao acinzentado definindo-se no vermelho. Rogez (2000) destaca dentre as variedades de açaí pesquisadas pelo Museu Paraense Emilio Goeldi: o preto, o verde, a espada e a vareta, distinguindo o produto tanto pela forma da palmeira quanto pela cor do fruto.

Em sistemas sociais diferentes, a cor dos PFMNs pode representar eficácia nos processos de cura, no caso, entre os índios cherokee utiliza-se uma espécie de raiz amarela para processos de cura de icterícia, informa Mauss (1974, p. 106).

O valor dos PFMNs para as populações locais pode ser econômico, mas também pode estar repleto de representações simbólicas que só poderão ser compreendidas no cotidiano de cada cultura, revelando que as realidades estão repletas de

“(…) uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicáveis” (GEERTZ, 1989, p. 20). (...) a valorização dos produtos florestais não recai necessariamente sobre seu valor real (valor econômico, de bem-estar ecológico), mas sim sobre seu valor relativo, um valor que é atribuído a estes produtos pelas comunidades” (SHANLEY, MEDINA, 2003, p. 20).

Neste sentido, é necessário interpretar o saber e os valores locais antes de implantar políticas e intervenções para que sejam garantidas as necessidades reais das populações, intervindo na aceleração do processo de degradação do ecossistema no Nordeste paraense.

## CONCLUSÃO

Na Amazônia brasileira, muitos foram os processos que contribuíram para o efeito de degradação. Ações a longo ou a médio prazo proporcionaram o desaparecimento de algumas espécies, alterando a biodiversidade em alguns cenários.

No Nordeste paraense, os processos de extrativismo predatório, a implantação de pastagens, a exploração madeireira, a implantação de culturas itinerantes e outros englobam um histórico de utilização intensiva do solo e da floresta comprometendo o equilíbrio ambiental.

Propostas de diversificação das atividades produtivas podem ser um caminho para a preservação dos povos e da conservação de práticas antigas, como o “(...) extrativismo, mas também agricultura de subsistência ou comercial, agroflorestal, pequena pecuária, caça e pesca, praticadas sob forma não predatória” (EMPERAIRE, 1997, p. 430).

Uma das alternativas em âmbitos nacional e internacional, colocada como solução para frear o processo de desflorestamento em áreas tropicais apontava o valor dos PFNMs e a “[...] esperança de que sua colheita poderia ser uma alternativa economicamente promissora à exploração madeireira” (SHANLEY, LUZ e CYNERYS, 2002, p. 01).

Em Monte Sião, com a proibição da venda da madeira e o empobrecimento do solo para roças, as famílias buscaram alternativas potencializando os PFNMs, por meio do manejo nos açazais, contando com a orientação de técnicos da Emater/Proambiente.

Elas associaram seus conhecimentos das espécies realizando consórcios com o açaí, e aprofundaram estes conhecimentos experimentando os sistemas agroflorestais, buscando possibilidades de um uso sustentável e diminuindo o uso intensivo e exploratório.

Esta forma de utilização da floresta proporcionou a continuidade de uso de produtos para fins variados consumo/mercado externo, mostrando o potencial diversificado dos PFNMs para as populações locais.

## REFERÊNCIAS

- BRIENZA JÚNIOR, Silvio; VIEIRA, Ima Célia Guimarães; YARED, Jorge Alberto Gazel. *Considerações sobre recuperação de áreas alteradas por atividades agro-pecuária e florestal na Amazônia brasileira*. Embrapa – CPATU. Documento n. 83, 1995.

- DIAGNÓSTICO PARA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL DO POLO RIO CAPIM/PROAMBIENTE. *Equipe Proambiente e Agricultores*. Capanema/Pará, novembro de 2002 a janeiro de 2003.
- EMPERAIRE, Laure. Extrativismo e o desenvolvimento sustentável da Amazônia, *in*: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP; UFPA-NAEA, 1997.
- GEERTZ, C. A. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.
- HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Uma tentativa de interpretação teórica do extrativismo Amazônico, *in*: *Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Empresa brasileira de pesquisa agropecuária, centro de pesquisa agroflorestal da Amazônia oriental brasileira. São Paulo: EMBRAPA, 1993.
- MAUSS, Marcel. Esboço de uma teoria geral da magia, *in*: *Sociologia e antropologia: com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-Strauss*. Tradução de Lauberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974. I v.
- MEDINA, Gabriel. *A vida dirige o rio: cem anos de ocupação cabocla e extrativismo madeireiro no Alto Capim*. Belém: Núcleos de Estudos Sobre Agricultura Familiar (NEAF) UFPA, 2003. Dissertação.
- MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert. JUNIOR, Josué Francisco da Silva. O extrativismo em tempos de globalização no Nordeste Brasileiro, *in*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. *Anais...* Recife, 2007.
- ROGEZ, Hervé. *Açaí: preparo, composição e melhoramento da conservação*. Belém: EDUF-PA, 2000.
- SHANLEY, Patrícia; MEDINA, Gabriel. A vida dirige o rio: cem anos de ocupação cabocla e extrativa madeireira no alto capim, *in*: *Agricultura familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento*. Belém: NEAF/UFPA, 2003. I v., n. 4.
- \_\_\_\_\_; CYMERYS, M.; GALVÃO, Jurandir. *Frutíferas da mata na vida Amazônica*. Belém: NEAF/UFPA, 1998.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; LUZ, L. A interface entre os recursos madeireiros e não madeireiros: recursos para subsistência em declínio, *in*: \_\_\_\_\_; A.Laird, S.A; GUILLÉN, A (Eds.). *Tapping the green market: certification and management of non- timber forest products*. London: Earthscan publication Ltda., 2002.

STOLCKE, Verena. A família que não é sagrada, *in*: ALMEIDA, Maria Suely K. de et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

YARED, J.A.G.; BRINZA JUNIOR, S.; MARGUES, L.C.T. *Agrossilvicultura: conceitos, classificação e oportunidades para aplicação na Amazônia brasileira*. Belém: Embrapa – CPATU. Documentos n. 104, 1998.

# O TRABALHO QUE ALINHAVA O TECIDO SOCIAL NO VER-O-PESO

---

*Rosa Maria Ferreira da Rocha*<sup>1</sup>

## *Resumo*

O presente artigo expõe um “olhar” sociológico a partir da percepção do cotidiano das relações sociais e de trabalho na Feira de Alimentação do Ver-o-Peso. Essa reflexão insere as categorias trabalho e identidade no mundo da informalidade propício às feiras e mercados e num contexto da pós-modernidade enquanto realidade histórica do capitalismo atual.

**Palavras-chave:** Trabalho. Identidade. Informalidade. Pós-modernidade.

## *Abstract*

This paper presents a “look” from the sociological sense of everyday social relations and work in the Fair’s Food-o-Peso View. This reflection enter the categories work and identity in the world of informality conducive fairs and markets in a context of postmodernity as a historical reality of today’s capitalism.

**Key-words:** Work. Identity. Informality. Postmodernity.

## INTRODUÇÃO

O objeto de reflexão do presente artigo é a Feira de Alimentação do Ver-o-Peso, fruto da pesquisa Identidade das trabalhadoras(es) da feira de Alimentação do Ver-o-Peso<sup>2</sup> e do projeto: O Ver-o-Peso vê o Ver-o-Peso: a

---

1 Cientista Social, Secretaria Geral do Sindicato dos Sociólogos do Estado do Pará- SINSEP, especialista em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES/NAEA e Gestão Urbana e Desenvolvimento Local – ICSA/UFPA. Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais – IFCH/UFPA .

2 Pesquisa *A face social do Ver-O-Peso: identidade dos (as) trabalhadores (as) da feira de alimentação*. Especialização em Gestão Urbana e Desenvolvimento Local, 2004. UFPA/CCSE. A pesquisa

identidade refletida das (os) trabalhadoras (es) da feira de alimentação do Ver-o-Peso em Belém (PA)<sup>3</sup>.

O corte temporal da análise parte dos dez primeiros anos do século XXI, marcado por abissais transformações no mundo do trabalho, na redefinição do papel do Estado e redimensionamento de identidades, entre outras questões. Um período histórico e político conformado por incertezas. É nesse contexto que dialogamos o espaço “feira” enquanto relações sociais e de produção e o tempo enquanto motor de transformações num mundo contemporâneo.

Reconhecido como pós-modernidade, esse período histórico traz outra dinâmica na relação de tempo e espaço, (...) pós-modernidade é “(...) a emergência de novas maneiras dominantes de experimentarmos o tempo e o espaço na sociedade contemporânea”, afetando os valores individuais e processos sociais (...) (HARVEY, 1998, p. 08).

O vasto universo de relações sociais e de trabalho costura e alinha as relações estabelecidas. Quer seja pelos graus de parentesco, quer seja pelas relações que se estendem em redes sociais mediadas pelo convívio e/ou pela dinâmica que impera no ambiente mesclado de cultura. São trabalhadores que desceram as margens dos rios, igarapés e furos na sombra amazônica, abrigados pelo mercado informal, característicos espaços das feiras e mercados na metrópole da Amazônia.

E assim, nas vias estreitas entre as barracas, as várias realidades e múltiplas feiras se completam e se fundem com a maior feira de céu aberto da América Latina, a Feira do Ver-o-Peso. Ecoam as falas que apontam para uma realidade de trabalho *sui generis* na real transparência dos tempos de uma sociedade de espetáculos.

## O TRABALHADOR-FEIRANTE: RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO NO VER-O-PESO

(...) Já faz um bom tempo que trabalho aqui..., daqui tiro o meu sustento e da minha família... Isso aqui pra mim é o meu trabalho..., aqui é o cartão de Belém..., aqui tem de tudo..., não sou só feirante, sou cidadão..., trabalho muitas horas, de dia e de noite..., me reconheço como um trabalhador que trabalha aqui na feira<sup>4</sup>!

---

ocorreu num período de três semanas, com duração em média de 20 h de trabalho no universo de seis feirantes.

3 Projeto de dissertação no Mestrado de Sociologia do PPGCS. Ano 2009. Pesquisa realizada com 150 barracas.

4 Falas comuns dos feirantes do Ver-o-Peso no ato das entrevistas nos anos de 2004 e 2009.

Ao mesmo tempo em que se refere a um coletivo denso de relações e, portanto, de interconhecimento, há também um sentido de orgulho e de identidade associados ao lugar especial de trabalho.

Daí o interesse em investigar os elementos que propiciam a formação de uma possível identidade de trabalhadores do Ver-o-Peso. Essa questão é particularmente relevante no presente contexto de pressões diversas sobre trabalhadores ambulantes informais – não apenas na Região Metropolitana de Belém – que ampliam a precariedade dessa condição. Ademais, como aponta a literatura sobre mudanças atuais no mundo de trabalho, as tendências fortes são de desestruturação de pertencimentos comunitários vinculados ao exercício do trabalho.

As realidades históricas resultantes das relações sociais e de trabalho, estabelecidas num espaço sob o legado de Patrimônio Histórico e Cultural e construídas entre os feirantes, familiares, poder público, consumidores, sindicatos, associações, turistas e sociedade em geral, inclui ao longo de um processo, elementos complexos e inerentes a uma rede política, econômica, social, cultural e simbólica. Essa complexa teia de relações que estrutura a Feira de Alimentação do Ver-o-Peso é ofuscada, ou melhor, não é perceptível diante da velocidade e intensidade do dia a dia da Feira do Ver-o-Peso.

Considerando a complexidade do espaço<sup>5</sup>, com origens em meados do século XVII, constitui-se como um marco histórico, paisagístico, tradicional, cultural, geográfico e econômico, inserido num ambiente urbano do bioma amazônico no Estado do Pará. Estão presentes elementos inerentes à origem da cidade e do Ver-o-Peso, do espaço social e do espaço simbólico, que perpassam a natureza desse espaço e dos agentes que os conformam.

A capital paraense possui, ao todo, 42 feiras livres cadastradas e dentre as 23 não cadastradas, 1.800 pessoas estariam envolvidas nas atividades informais nas feiras<sup>6</sup>, 18 mercados e quatro portos. O total é de 7.092 feirantes em toda Belém. Somente no Complexo<sup>7</sup> Feira do Ver-o-Peso trabalham diariamente

5 Encontra-se localizado no centro antigo de Belém e divide a atenção com igrejas seculares e outros monumentos da cidade. O encantamento pelo lugar ganha maior proporção de beleza por se localizar às margens da Baía de Guajará, no bairro da Cidade Velha, na Avenida Boulevard Castilho França. A história do espaço se confunde com o nascimento da cidade.

6 Comenta Roberto Sena (DIEESE) na administração do governo petista, a Secon contabilizou 42 feiras cadastradas, com 7.092 trabalhadores. Dentre as 23 não cadastradas, 1.800 pessoas estariam envolvidas nas atividades. Boa parte delas integra feiras em áreas afastadas da cidade como o Paracuri, Panorama 21, Bengui, Acatauassu Nunes, em Canudos Ariri-Bolonha e Tenoné.

7 Formado pelas feiras do Açá e do Ver-o-Peso, Pedra do Peixe, os Mercados de Peixe e Carne, além do estacionamento. Entrevista em Fev./2009 com a Associação de Feirantes do Ver-o-Peso.

te mais de cinco mil pessoas, em 1.250 barracas, distribuídas em 19 setores<sup>8</sup>. São injetados diariamente na economia paraense cerca de 1,3 milhões de reais, com a comercialização de diversos tipos de produtos. Em volume de pessoas, o complexo recebe em torno de um milhão e meio, e o fluxo de consumidores e trabalhadores que circulam no local chega a 50 mil por dia<sup>9</sup>.

Dentre outros fatores, o espaço patrimonial e a circulação de mercadorias constituem-se em elementos preponderantes enquanto distribuição e diferenciação entre os feirantes do Ver-o-Peso e os feirantes das demais feiras de Belém que respondem a posições de capital global, constituído pelo capital econômico e pelo capital simbólico. Numa analogia com o pensar de Bordieure (2003), os agentes (feirantes) do Ver-o-Peso, na constituição desse capital, poderiam ser analisados por duas matrizes: primeiro seriam detentores de um volume de capital econômico e simbólico; e se opõem aos demais feirantes de outras feiras da cidade, que estariam desprovidos desse capital global. Segundo, não sendo detentores de capital econômico, os feirantes do Ver-o-Peso são ou devem ser, detentores do capital simbólico.

No nascer do dia, no Ver-o-Peso, Marias e Josés enfeitam as barracas com os aromas e coloridos das comidas marcando o início de mais um dia de trabalho na feira de alimentação. Do outro lado da rua, a mais ou menos cinco metros de distância, há um movimento frenético de gente e portas que se abrem para o trabalho, mas que se fecham bem antes da jornada de até 12 horas de Maria e José.

Nesse território, não há hegemonia de um gênero sobre outro. Homens e mulheres enfrentam uma jornada de trabalho estimada entre oito a 12 horas<sup>10</sup> por dia, resultando uma renda próxima ao salário mínimo por semana.

É no contexto das relações mundializadas estabelecidas no que se convençiona chamar de pós-modernidade, que obedece uma lógica de dominação, na qual as grandes corporações hegemonomizam a arena política e há um predomínio da imagem em detrimento da palavra. Na elencada sociedade da informação, o tempo presente soa eterno. Tudo é instantâneo. As forças da perspectiva liberal tendem a esvaziar o horizonte utópico e perpetuar o presente, onde

8 Associação de Feirantes do Ver-o-Peso. Entrevista em Fev./2009.

9 *Diário do Pará*. Silvana Losekann. Ver-o-Peso: aniversário será comemorado hoje. 27 de março de 2009.

10 A jornada se inicia às 5h30, que consideramos o marco inicial da Feira de Alimentação, e vai 16 horas, estendendo-se até ter pessoas na área de venda de bebidas, o que pode ir até o amanhecer. No mínimo são duas horas para arrumação do espaço de trabalho e mais 2 horas para limpar/arrumar e fechar.

o fetiche da mercadoria ganha proporções nunca antes verificado, traduzido através da categoria do capitalismo tardio.

Jameson (2007, p. 29) adota a categoria capitalismo tardio a partir da obra de Ernest Mandel e se propõe não apenas a fazer a anatomia da originalidade histórica dessa nova sociedade (que ele considera como um terceiro estágio ou momento na evolução do capital), mas também a demonstrar que se trata aí de nada mais nada menos do que um estágio do capitalismo mais puro do que qualquer dos momentos que o precederam<sup>11</sup>.

Jameson (2007) não descola, em suas indicações, a produção cultural contemporânea do atual estágio do capitalismo. O pós-modernismo seria o próprio espelho cultural desta fase do capitalismo. Nesse sentido, quais seriam as características centrais que o autor salienta? Percebe-se, entre elas: o surgimento de uma consciência esquizofrênica<sup>12</sup>, a crise da história, a robustez da força da imagem na construção de novas identidades e o endosso na cultura de consumo, sem esquecer da ausência de profundidade e do esmaecimento do afeto.

Tudo é incerteza nos tempos de pós-modernidade? Onde se situa o sujeito no mundo onde impera a grande corporação, a lógica do consumo mediada pelas mídias e a propaganda, numa crença de onipotência da tecnologia? No caminhar de Jameson (2007), o capitalismo tardio, a superficialidade, a totalidade, a ideologia, o pastiche<sup>13</sup>, a esquizofrenia são categorias que servem de base para a busca da interpretação sobre a cultura no mundo contemporâneo.

Buscar perceber as relações sociais e de trabalho do Ver-o-Peso no contexto das relações mundializadas é olhar para as particularidades que compõem o ambiente urbano, a cidade, as relações sociais e de trabalho. Portanto, é compreender que em todos os processos históricos já vivenciados por diversas civilizações há sempre uma lógica econômica que se hegemoniza enquanto expressão cultural de uma sociedade. Reside no contexto do século XVII<sup>14</sup> as origens dessas relações sociais e de trabalho precarizado no Ver-o-Peso como um espaço de circulação de mercadoria, de trabalho e de relações sociais.

11 Conforme a leitura de Mandel, antecedem o capitalismo tardio, o mercantil (1700 a 1850) e o monopolista imperialista (até por volta de 1960).

12 Jameson (2007) se apropria da tese de Lacan.

13 Jameson (2007) entende o pastiche como o “desaparecimento do sujeito individual”.

14 Aportavam na foz do rio Piry, atual João Alfredo, canoas dos indígenas e embarcações dos colonos carregadas de iguarias típicas da região para transações comerciais. Os tributos cobrados foram estipulados pelo peso da mercadoria, e esse processo economicamente conhecido como do haver-do-peso, o povo consagrou como o “Ver-o-Peso” (PANTOJA – *Província do Pará*: Belém-1º caderno. 1976).

No espaço da informalidade<sup>15</sup>, onde residem as feiras e os mercados, a Feira de Alimentação é um espaço público, sob a guarda e responsabilidade do poder municipal, o qual estabelece as políticas públicas em favor da cidade e da sociedade. Aqui residem códigos e normas próprias que se instalam permitindo a ampliação das relações sociais e que são pertinentes à troca entre produtores e às transações comerciais, as quais também, na maioria das vezes, são informais. Em uma sociedade que é regida por regras, normas e leis há consequentemente nessa relação da informalidade, alguma maneira de assegurá-la por vias legais.

A contemporaneidade exige a reflexão dos limites de regras e modelos expostos nos processos atuais, vivenciados nas experiências cotidianas. Costa (2006) indica que na sociedade de risco a incerteza é um mecanismo articulador da vida política. O papel do Estado é colocado em xeque cotidianamente.

Leite (2003, p. 105-106), ao tratar do viés emprego urbano e informalidade, chama a atenção de que a informalidade é fruto da redução da capacidade da economia de gerar empregos formais. O marco é a partir do início dos anos 1990, quando a atividade industrial foi profundamente golpeada pela abertura do mercado: o desemprego disparou, aumentando a informalidade e desassalariamento.

No planejamento da cidade destinado às feiras e mercados, além de garantir ações estruturantes, de restauração e revitalização é preciso encontrar respostas às condições insalubres e de falta de segurança que essas pessoas enfrentam ao desenvolverem suas atividades. Neste sentido, a condição para desenvolverem suas rotinas é na informalidade, o que caracteriza que esse trabalhador está desprovido de seus direitos previdenciários e assistenciais (sem a carteira de trabalho assinada), e que lhe é legada a informalidade. São os sujeitos sociais que demandam por políticas públicas, seja na periferia ou no centro da cidade, seja no mercado formal de trabalho ou na informalidade.

Mony e Druck (2007, p. 23), ao tratarem da flexibilização, afirmam que as formas precárias de inserção no trabalho, legais ou ilegais nas regiões metropolitanas dos países, são recursos para garantir a flexibilização: contratos temporários e subcontratação de serviços de terceiros (nas suas mais diversas formas) são parte do crescente fenômeno da “informalização” do trabalho

Ao redor do Ver-o-Peso um mundo flutua sobre as vias estreitas, tornando o trajeto da rua mais estreito. A informalidade se amplia numa pro-

---

15 O economista Roberto Sena, supervisor técnico do Dieese, explica que “[...] como mercado informal a gente deve entender as empregadas domésticas sem carteira assinada, trabalhadores autônomos (como os feirantes) e também os ambulantes”.

porção direta em que o desemprego floresce, em que os grandes projetos são anunciados e a migração registra mais uma fase. A informalidade é a paisagem da pós-modernidade? Nela, há um projeto macro que assegure aos cidadãos emprego e renda e que seja esse de longo prazo para o mundo do trabalho?

Castell (1998, p. 551) expõe esta problemática, ao afirmar que se a gestão do emprego é confiada à esfera local, é porque não encontrou sua solução alhures, no plano das políticas globais. Corre o risco, então, de se tornar a gestão do não emprego por meio da implantação de atividades que se inserem nessa ausência e tentam fazer esquecer-las.

Esta paisagem estupidamente nos dá uma convicção de que se não é só ela, mas é bastante significativa, pois o trabalho informal ultrapassa o muro de relações de troca, por antes ser um ato político quando esses atores sociais efetivam seu trabalho na informalidade e obtém o reconhecimento, por parte dos demais atores sociais, fortalecendo os laços entre si.

O setor de alimentação está numa relação com a produção de mercadorias da mesma espécie daquelas colocadas no mercado pela produção industrial capitalista. É a produção de alimentos que se explica na medida em que é capaz de prover certas necessidades de camadas da população em função do seu baixíssimo poder aquisitivo, e, por conseguinte, “não” capturadas pelo mercado capitalista. A aparente contradição entre esse subramo (alimentação) e a produção capitalista é importante para dar conta da reprodução da força de trabalho para o capital. Assim, constatamos que a informalidade é a irmã siamesa do desemprego, da subocupação e da precarização do trabalho, presentes no mundo da informalidade.

É na raiz da estruturação que as condições de trabalho se diversificam e se fragilizam. Para as autoras Mony e Druck (2007, p. 30), o debate acerca da precarização do trabalho no Brasil refere-se fundamentalmente aos resultados e impactos da flexibilização, cujas noções que marcam as análises são a fragmentação, a segmentação dos trabalhadores, a heterogeneidade, a individualização, a fragilização dos coletivos, a informalização do trabalho, a fragilização e crise dos sindicatos e, a mais importante delas, a ideia de perda – de direitos do todo tipo – e da degradação das condições de saúde e de trabalho. Noções que dão ideia de precarização, considerada como implicação mais forte da flexibilização.

O mundo do trabalho no Ver-o-Peso também responde às transformações na economia e na política nos dias marcados pelo neoliberalismo, que redimensionaram várias categorias nas ciências, dentre elas a categoria traba-

lho, que se encontra na encruzilhada da flexibilização e da instabilidade, bem como numa nova divisão internacional em escala planetária. No mundo da economia neoliberal, a informalidade tende a nublar a realidade do universo do trabalho.

Castell (1998, p. 578), ao refletir sobre o trabalho, afirma que ele continua sendo uma referência não só econômica, mas também psicológica, cultural e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não têm.

Desde o século passado, considerado, por alguns autores, como a chegada da pós-modernidade, o mundo passa por profundas transformações em sua feição geopolítica, impondo transformações nos planos da política, da economia, do trabalho e da cultura.

Para Jameson (2007), a pós-modernidade é uma realidade histórica, social e cultural originária do capitalismo atual. E que possui bases materiais e está sujeita a transformações por meio da ação política.

Neste momento de “vazio” ideológico e da predominância de único processo civilizatório em escala planetária amplificado pela indústria cultural, a própria cultura não escapa ao enquadramento de mercadoria. Ao se alçar a categoria da identidade em prejuízo de classe social, coloca-se para o escanteio da história o sujeito. No mundo marcado por um abissal individualismo e certo “darwinismo social”, parece não haver espaço para projetos coletivos.

Esta fase atual do capitalismo intensifica a informalidade na relação de trabalho. Portanto, para Lima (2006, p. 92), tanto a flexibilização quanto a precarização fazem parte da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo. Isso aponta para a necessidade de se internalizar nas análises do paradigma da flexibilidade, a subjetividade presente na transformação do trabalho e das relações sociais.

Flexibilização e precarização, configuram-se também como pilares do trabalho informal? Fomenta-se, concretiza-se e acirram-se os fenômenos do desemprego e da exclusão do mercado formal de trabalho. São milhares de trabalhadores nesses extensos espaços, locais, regionais e nacionais, que disputam as rodovias, avenidas, ruas e “ruelas” e que se chega a perder de vista, até onde os olhos não alcançam.

Supor um intermediador para formação de um mundo moderno é partir da confirmação de que “o homem é trabalho e é mercadoria”, e que essa relação esteja intermediada por um contrato entre homem e mercado. Então é a ideia de contrato social, baseado no entendimento da própria natureza humana, que abre um espaço para ampliar esta relação: homem, contrato, mercado e Estado.

São as grandes dimensões da modernidade que estabelecem a ideia de contrato, ancorada no Estado, no poder e no mercado com o caráter impessoal do mundo moderno.

O conceito de trabalho construído por Marx (1983, p. 149), na obra-prima *O Capital*, nos revela que “(...) A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. (...) Antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”.

No espaço de pesquisa, dentre os muitos que constroem essa história, está Raimundo Ernane<sup>16</sup> com 50 anos de trabalho no Ver-o-Peso. Desde os seus 20 anos de idade começava o trabalho por volta de quatro horas. Hoje, aos 72 anos, está administrando o “ponto” no Ver-o-Peso, onde um dos sete filhos trabalha.

Raimundo, conta que começou no mercado, quando o pescado só chegava pelos rios e não havia balança grande. O peso era combinado conforme a força do caboclo marajoara. O peixe ia sendo colocado nos braços do carregador até ele calcular 50, 60 e até 100 quilos, quando já não aguentava mais e tombava o peixe no cesto.

Ainda que pese as contradições das práticas e discursos sobre a leitura do mundo do Ver-o-Peso, trabalhadoras (es) clamam por condições dignas de trabalho, com um espaço menos insalubre e com maior segurança para as práticas do trabalho. O descaso do poder público não escapa as suas falas, que em contrapartida reverenciam o título de Patrimônio Histórico. Essa referência torna-se o ponto de partida para os trabalhadores assentarem suas reivindicações junto aos poderes: municipal e estadual.

Aqui não foge à regra transformar direitos “assegurados” pela Constituição Federativa do Brasil, como (dentre outros) o direito ao trabalho (saúde, educação, habitação), em instrumentos de reivindicações e resistência no espaço do trabalho. No processo de organização da categoria está à frente o Sindicato de Feirantes de Belém que procura ampliar e assegurar a participação dos feirantes via inúmeras associações formadas por setores da feira. Dentre os vários objetivos do Sindicato, um deles é tentar também conquistar os direitos que estão assegurados, principalmente, nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tratam da liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação de gênero e raça, meio ambiente e saúde e segurança ocupacional.

---

16 *Amazônia jornal*. Edição de 24/03/2008.

Santos (2006, p. 396) aponta que há uma lógica reivindicativa, ele se reporta à flexibilização como “(...) uma via de dois sentidos e os sindicatos têm de ser tão seletivos face aos empresários e gestores, tal como estes o são em relação aos trabalhadores”. E completa sua visão afirmando que “(...) para além de pragmáticas e de autênticas, as formas têm de ser inovadoras e criativas”. E finaliza “o sindicato já foi mais movimento que instituição. Hoje é mais instituição que movimento”.

Aí reside um dos princípios necessários para uma ação coletiva, instaurar o processo de organização da atividade, respeitando combinações entre Estado-mercado-trabalhadores. O sentimento de pertencimento àquele espaço e enquanto trabalhador daquele espaço abre prerrogativa para negociar com atores sociais “formais”, como os governos municipais e fornecedores, uma vez que o acesso ao espaço não está franqueado a qualquer um, mas depende de negociações para a sua conquista.

Para Santos (2006, p. 382), a redescoberta do trabalho é a condição *sine qua non* da reconstrução da economia como forma de sociabilidade democrática. “(...) é uma exigência inadiável que a cidadania redescubra as potencialidades democráticas do trabalho”.

O poder público municipal propõe uma administração compartilhada<sup>17</sup>, baseada na participação de associações (aproximadamente 60% das feiras dispõem de associações formadas). Nesse sentido, a Associação de Feirantes Hortifrutigranjeiros de todo o complexo do Ver-o-Peso, conta com um número de associados bastante expressivo. São 4.250 associados que passam a receber assistência médica, jurídica, além de reserva financeira para tomar empréstimos.

Alves (2000, p. 275-291) coloca que a principal característica da nova etapa do sindicalismo no Brasil é a passagem, no plano da estratégia sindical, da “confrontação à cooperação conflitiva” com o capital. Argumenta que as alterações nas estratégias sindicais refletem no plano político-ideológico, a debilitação estrutural do mundo do trabalho organizado, o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho: “(...) por um lado, representava uma conquista operária, capaz de dar suporte à consciência de classe; por outro, representava uma nova estratégia do capital, ciente do poder integrador da negociação coletiva e da necessidade de uma classe operária participativa”.

17 O diretor de Feiras, Mercados e Portos de Belém, Manuel Rendeiro, adiantou que a Secon mudará o perfil controlador sobre as atividades dos feirantes e fará uma administração compartilhada, ou seja, juntos Poder Público e trabalhadores, dividindo as responsabilidades na administração do espaço/feira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na era em que tudo vira espetáculo e que impera no mundo do trabalho, a tecnologia que margeia as relações do trabalho quer seja no que se convencionou chamar de mercado formal e mercado informal, mediante o motor da concorrência. Nesse contexto das feiras, hoje está presente a concorrência dos grandes supermercados, travando uma disputa desigual com os feirantes. São redes que se apropriam da produção, desde a escala *in natura* até a industrializada, e que investem na propaganda como objeto de sedução aos espaços e às mercadorias.

Parece que a lei de liberdade do comércio “ir e vir” se aplica hoje com relação à liberdade do patrão garantir ou não os direitos trabalhistas propostos nas leis construídas e presentes na OIT. Por outro lado, o próprio Estado que é institucional mais parece não o ser de direito para todos, negando a reformulação na legislação trabalhista, o que termina expondo a força de trabalho a um infinito mercado competitivo e seletivo.

Alves (2007, p. 119) chama atenção para o fato de que a crise da modernização é a decadência histórica do capital nas últimas décadas do século XX; a precariedade e a precarização se explicitam como formas sócio-históricas que envolvem os “proletários pós-modernos”. A precarização da força de trabalho aparece como desfiliação, como observa Robert Castell, e a precariedade como aparência disruptiva da condição de vida de contingentes ampliados do mundo do trabalho, principalmente daqueles que possuíam algum nível de organização e que vivem a experiência de crise de seus instrumentos defensivos (sindicatos e partidos) (CASTELL, 2002).

As transformações recentes que aproximam flexibilização e precarização no mundo do trabalho fragilizam a identificação dos trabalhadores, haja vista a fragmentação e/ou dissimulação de “profissões” atingindo indiscriminadamente os que estão ou não na legalidade do trabalho. Novos arranjos sincronizam e estendem as margens para a ilegalidade ou a informalidade do trabalho. Resta saber que identidade, enquanto resistência e luta, persistirá num mundo pós-modernidade. Para Castell (2002) “a identidade pelo trabalho está perdida”.

As feiras funcionam como símbolos da resistência popular, face às grandes redes de hipermercados espalhados na cidade. E para competir com os supermercados, feirantes querem o fim da informalidade. Essa é uma das matérias tratadas no noticiário local que expõem: “Cartão de crédito invade feiras de Belém”<sup>18</sup>. A matéria chama atenção de como sair da informalidade, apon-

18 Jornal *O Liberal*. De 3 de março de 2010. *Caderno Cidades*.

tando que “feirantes e outros profissionais liberais podem se inscrever como microempreendedores”.

A questão parece ficar resumida à escolha da pessoa – quer ou não trabalhar? – ou quer ser um microempreendedor? Aparece como fuga, saída para não “engrossar” a fila dos desempregados. Castell (1998, p. 516), ao abordar a nova questão social, explicita que o desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Diz o autor que começa a torna-se claro que a precarização do emprego e o desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização.

Dentre as feiras que não estão mais à margem do frenético ritmo imposto pelo capital, tempo é produção, e aqui tempo é venda, mediante o uso da tecnologia eletrônica, estão as feiras do Guamá, Ver-o-Peso, São Brás e Pedreira.

Ao contrário dos princípios que regeram o iluminismo, como a razão, o antropocentrismo, o indivíduo como centro das inquietações e a liberdade, na pós-modernidade, nas mais variadas dimensões: na econômica, na política, no social e na cultura, registra-se um refluxo do mesmo e a ausência de projetos coletivos.

Salienta-se que a diferença e a desigualdade entre as classes sociais foram nubladas. A forma hegemônica de perceber o mundo privilegia fatores de identidade, que acabam por constituir identidades particulares (fragmentos de identidade) em prejuízo de uma ideia totalizante, que se explica a partir do modo de produção capitalista.

No presente momento histórico, marcado pelo mundo como instável, incerto e imprevisível, a identidade tende a ocupar o centro de gravidade em detrimento da classe social. Sublinhe-se ainda que além da perda de referenciais ideológicos, ocorre uma atenuação da relação entre capital e trabalho.

Ao trazer essas reflexões para mais próximo da problemática do estudo, das trabalhadoras e dos trabalhadores na Feira do Ver-o-Peso, observamos que o setor de alimentação está numa relação com a produção de mercadorias da mesma espécie daquelas colocadas no mercado pela produção industrial capitalista. É a produção de alimentos que se explica na medida em que é capaz de prover certas necessidades de camadas da população em função do baixíssimo poder aquisitivo, e, por conseguinte “não” capturadas pelo mercado capitalista. A aparente contradição entre esse subramo (alimentação), organizado na forma de pequenas unidades econômicas e a produção capitalista, é importante para dar conta da reprodução da força de trabalho para o capital.

No Ver-o-Peso, a matriz da identidade é o trabalho, como indicam os autores que discutem essa relação, desde Marx (1983), passando por outros,

Castells (2006), Hall (2004) e Bauman (2005). E, ainda, os autores que discutem a complicação de manter identidades na atualidade em contextos de insegurança, incertezas, volatilidade dos pontos de referência que ancoravam as identidades ligadas ao trabalho: estabilidade, emprego, acesso aos direitos sociais e estilos de vida associados ao exercício do trabalho, autoestima decorrente da inserção na divisão social do trabalho, percepção de utilidade pessoal como Alves (2000), Leite (2003), Santos (2006).

No processo de relações sociais e de trabalho, estabelecido nesse universo de caráter informal, além de uma relativa segurança que se supõe haver no exercício do trabalho na feira, há de se perceber também que as relações se estendem para além do universo do trabalho em si. Ou, melhor dizendo, o universo desse trabalho não representa um “corte radical” com relações de cunho pessoal, ou com solidariedades extra trabalho. Não se verifica aí a separação entre trabalho e vida pessoal própria do capitalismo, ressaltada por Weber (1979) de maneira a instituir o campo da atividade econômica como o campo da racionalidade instrumental por excelência.

Há uma identidade (re)construída, mediada pelo processo de organização e a partir da informalidade no atual capitalismo?

No Ver-o-Peso, de uma maneira geral, a informalidade é um retrato do desemprego e da subocupação, matriz de um processo de precarização do trabalho, sedimentado pelo sistema capitalista. Mas, chama atenção um diferencial na presença da informalidade do trabalho naquele contexto. Comparativamente entre pessoas que desenvolvem suas atividades ao redor do Complexo do Ver-o-Peso, como os camelôs e os feirantes que estão estabelecidos nos diversos espaços que a ele se agregam, desenvolvendo uma diversidade de atividades inerentes às inúmeras “feiras” que compõem o espaço do Ver-o-Peso.

Essa pós-modernidade torna-se perceptível no nosso objeto de estudo, quando o relacionamos com alguns elementos como identidade, informalidade, precariedade/vulnerabilidade, coletividade, redes de relações sociais e de trabalho, todos presentes cotidianamente, diuturnamente no Ver-o-Peso. São fragmentos que contribuem para a construção e reconstrução da identidade desses feirantes, como sujeitos enquanto parte imaterial de um patrimônio histórico. Acompanha uma contemporaneidade que avulta para construção e fragmentação da identidade como na expressão do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, uma “modernidade líquida”, quer dizer uma realidade ambígua, multiforme, na qual, como na clássica expressão marxiana: tudo o que é sólido se desmancha no ar.

Esse é um dos sentidos de percepção da analogia com o Ver-o-Peso. Portanto, em se tratando de um lugar onde as políticas públicas são expoentes

para a relação com a cidade; onde o processo de organização da categoria ora se fragiliza e ora se fortalece; onde centenas de feirantes se comunicam com centenas de pessoas todos os dias; onde há a presença de mecanismos tecnológicos e midiáticos, em resposta à nova relação de mercado e de trabalho, como esses feirantes conseguem relativa estabilidade em comparação com aqueles camelôs e/ou feirantes que estão à exposição extrema das ruas? Num milênio em que as relações se fragilizam, até o futuro é movido por incertezas, os laços tornam-se comparativos na extensão em que o tempo ganha novos significados, ou seja, veloz e vazio: qual é a dinâmica presente dessa identidade, que parece transpor tais incertezas?

Há uma referência nos dados empíricos coletados de que o processo de organização dos feirantes vem apresentando uma fragilidade, na medida em que várias tentativas têm sucedido a formação de associações, ora pelas especificidades dos espaços/categorias, ora pela totalidade enquanto espaço e categoria comuns. A princípio percebemos que a fragilidade da identidade pode estar correlacionada com essa fragilidade que fragmenta o processo de organização. Então, talvez demonstre que o processo de pós-modernidade impõe limites devido às várias identidades dele decorrentes, inviabiliza cada vez mais o processo de luta de classe, por processos identitários.

Na feira de alimentação do Ver-o-Peso, no processo de (re)construção cotidiana de suas relações sociais e de trabalho, se apresenta o desafio de integrar tempo, forma e conteúdo, num espaço com complexo grau de heterogeneidade e homogeneidade dos protagonistas dessa história. Buscamos perceber e compreender o que há por trás das aparências e que tanto é peculiar à feira. No raio de análise, o individual e o coletivo dialogam para superação do desafio, mediante a identificação do sentimento de pertencimento, da construção de laços sociais e do reconhecimento de sua identidade no mundo do trabalho informal.

Na investigação, empreendemos uma análise sociológica sobre a percepção, concepções e práticas dos trabalhadores na Feira de Alimentação do Ver-o-Peso, considerando a diversidade de comportamentos, de relações, de expectativas e de interesses vivenciados no cotidiano desse espaço e na especificidade de suas realidades históricas, na compreensão da dialética da realidade, concebida como totalidade, encadeadas e recíprocas (IANNI, 1971, p. 98), que são fundamentais para o processo de relações sociais e de trabalho e de (re) construção da identidade desses trabalhadores.

As discontinuidades históricas configuram a coluna dorsal da modernidade. Elas promovem a inquietação para a reflexão da sociedade. Seja no seu

período de “perplexidade” ou de produção e reprodução das relações sociais. É nesse caráter que se reconhece o pensamento de Giddens (1991): “o que determina o caráter de modernidade de uma determinada sociedade é o (...) estilo, costume de vida ou organização social que emergiam na Europa a partir do século XVII e que se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 11).

Nossas referências de modernidade não estão voltadas às nossas tradições. O que nos referencia a este novo, mas que é desconhecido, é a previsibilidade racional.

O desenvolvimento da técnica busca o domínio, o controle e as certezas sobre os processos e fenômenos naturais e sociais, derivados de um caráter contínuo e reflexivo. O que o uniformiza o tempo/espaço com vistas ao desenvolvimento das sociedades urbanas dos séculos XVIII, XIX e XX, tornando-as sem referências, vazias e sem memória.

O ambiente tratado por Giddens e Beck (1995) é conformado a partir do princípio da incerteza/risco e autocrítica, o que gera inúmeras interpretações. Na sociedade presente, as inovações tecnológicas – elemento inerente da modernidade – redimensionam, em profundidade, as relações econômicas, sociais e políticas.

A incerteza e os riscos despontam como se fossem uma “caixa de Pandora”. O processo de modernidade reflexiva gera curiosidades, expectativas num tempo de relações virtuais, que ainda guarda o segredo não revelado: o destilador da esperança!

Belém, capital do Pará, possui ares de metrópole tropical e a elite local a arvora a epicentro da Amazônia. Como toda metrópole, Belém carrega seus problemas das mais diversas ordens: ausência de saneamento básico, transporte coletivo precário, *déficit* de moradia, criminalidade, saúde pública deficiente e uma elite patrimonialista. Na cena cultural e econômica, o mercado do Ver-o-Peso se constitui como uma espécie de emblema.

É nesse contexto territorial<sup>19</sup> que a Feira de Alimentação constitui uma das realidades do vasto mundo do Ver-o-Peso; um lugar que atrai e mostra as similaridades e diferenças de um povo e que ao mesmo tempo permanece com seus códigos e normas, sua estética, seus valores simbólicos e sua “moralidade”.

---

19 A partir dos pressupostos de Robert Sack, Haesbaert (2002, p.119), com base no princípio do conflito, salienta que, o território é uma tentativa de um indivíduo ou grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.

No espaço da informalidade<sup>20</sup>, onde residem as feiras e os mercados, códigos e normas próprias se instalam permitindo a ampliação das relações sociais e que são pertinentes entre a troca entre produtores e as transações comerciais, que também, na maioria das vezes, são informais. Em uma sociedade que é regida por regras, normas e leis há conseqüentemente nessa relação da informalidade, alguma forma de assegurá-la por vias legais. Aí reside um dos princípios necessários para uma ação coletiva, instaurar o processo de organização da atividade, respeitando combinações entre Estado-mercado-trabalhadores.

O contexto reformula as relações de trabalho, onde o patronato se organiza em resposta às manifestações dos trabalhadores, e expõem a exclusão da relação capital/trabalho inerente aos séculos de modernização das sociedades.

O espaço urbano é um produto das relações sociais, enquanto resultado e condições de reprodução dessas relações. É compreendido em sua complexidade principalmente nos trabalhos mais contemporâneos da sociologia urbana. O espaço é sempre uma conjuntura histórica e forma social, que recebe seu sentido dos processos sociais que se expressam através dele, sinaliza Castells (1983).

Desde o século passado, o mundo passa por abissais transformações em sua feição geopolítica, impondo transformações nos planos da política, da economia, do trabalho e da cultura. Ressalta-se no cenário da pós-modernidade um predomínio da cultura do consumo, uma ausência de profundidade e esmaecimento do afeto, que fortalecem a imagem em detrimento da essência cultural, e que fragmentam identidades consolidadas e constroem novas identidades.

O ponto central e hegemônico de abordagem da categoria identidade está referenciado no conceito tratado por Castells (2006) em sua obra *O Poder da Identidade*, estendendo o diálogo com outros autores, como Bauman (2005) em *Identidade*, e Hall (2004) com a obra *A Identidade cultural na pós-modernidade*, que apresentam proximidades com a concepção de Manuel Castells.

Várias realidades estão conformadas no espaço que configura o mercado do Ver-o-Peso. Relações essas sociais e de trabalho que se criam e se estabelecem e são provenientes dessas realidades, que ganham vida com o fluxo e o refluxo de diferentes atores sociais nos variados períodos do fazer o dia a dia e segundo a disposição das áreas. É neste contexto que Bauman (2005, p. 19)

---

20 O economista Roberto Sena, supervisor técnico do Dieese, explica: “como mercado informal a gente deve entender as empregadas domésticas sem carteira assinada, trabalhadores autônomos (como os feirantes) e também os ambulantes”.

entende a identidade: “(...) flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”.

É esse o caráter de semelhança com a posição de Castells (2006, p. 22), que entende por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas.

É importante sublinhar que o processo de identidade é formado a partir do próprio indivíduo e da compreensão sobre ele e o que pode significar, sendo então a percepção de si mesmo o aspecto orientador de sua identidade. O autor mostra que todas as identidades não são fenômenos naturais e, portanto, são construídas.

Dessa maneira, torna-se importante compreender os significados que as pessoas atribuem a esse espaço de trabalho – a feira de alimentação –, e se há uma percepção de que as relações de poder dominante externo a eles, delimitam espaços a serem considerados portadores de história e, conseqüentemente, de uma memória coletiva e de um patrimônio cultural, uma vez que memória e patrimônio são referenciais para a construção de identidades individuais e coletivas.

Outro eixo para análise da concepção de identidade é de Stuart Hall (2000), que reflete sobre a crise de identidade na sociedade pós-moderna, e sobre esse surgimento de uma nova era, quando emergem novas identidades e se fragmenta o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência dos indivíduos no mundo social.

Esse mundo pós-moderno também constrói a sua referência de identidade, com a clareza de Hall (2004, p. 11, grifos do autor), que sintetiza:

(...) A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.

E assim, damos continuidade à busca por essa inquietude, mediante os resultados da pesquisa sobre a identidade dessas (es) trabalhadoras (es) da Feira de Alimentação do Ver-o-Peso, em Belém do Pará. Quem são essas mulheres e homens que trabalham e traçam redes de relações sociais e de trabalho advindos de origens históricas da capital da Amazônia. No estágio atual do capitalismo evidenciam-se as relações e condições de trabalho “mergulhados” na flexibilidade e na precarização. O que Lima (2006, p. 92) deixa claro é que a flexibilização e a precarização fazem parte da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo em sua fase atual, e com maior intensidade no mundo da informalidade. Portanto, a arena da informalidade mais do que nunca está em plena erupção.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: explosão (e crise) do sindicalismo no Brasil*. São Paulo: FAPESP; Boitempo, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Precariedade e Precarização do trabalho*. 2. ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BOUDIEUR, P. *A gênese dos conceitos de habitus e de campus: o poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.
- CASTELL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. *La dynamique institutionnelle de l'économie populaire solidaire dans les pays du Sud: chaire de recherche en développement des collectivités*. Série Comparaisons internationales, n. 4, Université du Québec en Outaouais, 2002.
- CASTELS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O poder da identidade*. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- COSTA, S. Quase crítica: insuficiência da sociologia da modernização reflexiva. *Tempo Social*, revista da Sociologia da USP, São Paulo, v.16, n.2, 2000.

- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- IANNI, O. *Sociologia da sociologia latino-americana*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007.
- LEITE, P. M. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LIMA, J.; CONSERVA, M. Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal. *Política & Trabalho*, Revista de Ciências Sociais, São Paulo, n. 24, p. 73-98, 2006.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Ed. Vitor Civita, 1983. I v., cap. V.
- MONY, A; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil, in: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, Boaventura S. *A gramática do tempo: para uma cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. Coleção para um novo senso comum. IV v.
- WEBER, M. O conceito e categorias da cidade, in: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.



# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES CONCEITUAIS PARA A AMAZÔNIA

---

*Adilson Viana Lima*<sup>1</sup>

## *Resumo*

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise, mais propriamente um resgate bibliográfico, sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, partindo das premissas do ecodesenvolvimento, elaboradas por Ignacy Sachs para as questões ambientais. O artigo tem o formato de ensaio, e nem por isso se exime da responsabilidade de ser acadêmico, pois, sua proposta é analisar as questões conceituais em relação ao meio ambiente, adotando como referências, autores e textos que se encontram ainda na ordem dos debates sobre o assunto. Ainda que seu objetivo seja uma análise teórica, a questão epistemológica do conceito enquanto uma forma de verificação de aplicação conceitual também é levada em consideração por este autor, na medida em que é adotado o espaço amazônico e a agricultura familiar como exemplos de realização conceitual. Ressalta-se também, que o ensaio não tem nenhuma pretensão de ser fonte exclusiva de construção científica, nem menos de esgotar o assunto. A principal proposta deste trabalho é fazer um levantamento bibliográfico sobre os principais princípios norteadores da sustentabilidade, e verificar como a Amazônia, com suas várias relações humanas e atividades produtivas, pode apresentar alternativas para a prática do desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável. Ecodesenvolvimento. Agricultura Familiar. Meio Ambiente. Amazônia.

## *Resumé*

Cet article a pour objectif de proposer une analyse, ou plus précisément une exegese bibliographique, sur le concept de développement durable, partant

---

1 Sociólogo e Mestre em Sociologia pela UFPA; Professor da rede pública estadual SEDUC/PA, lotado na E.E.E.F.M. Brigadeiro Fontenelle Belém/PA.

des premisses de l'éco-développement élaborées par Ignacy Sachs jusqu'aux questions environnementales. L'article adopte la forme de l'essai, sans se dédouaner de sa responsabilité scientifique. Il s'agit donc d'analyser les questions conceptuelles liées à l'environnement, en adoptant comme références auteurs et textes impliqués dans les débats sur le sujet. Quoique l'objectif soit une analyse théorique, la question épistémologique du concept en tant que forme de vérification de l'application conceptuelle est prise en considération par l'auteur, dans la mesure où il utilise l'espace amazonien et l'agriculture familiale comme exemples de réalisation conceptuelle. Il est importante de souligner que cet essai a nullement la prétention d'être une source exclusive de construction scientifique, ni d'être exhaustif quant à la thématique abordée. La principale proposition de ce travail consiste à faire un recensement bibliographique sur les principaux principes liés à la durabilité et vérifier de quelle façon l'Amazonie avec ses diverses relations humaines et activités productives, peut représenter des alternatives pour la pratique du développement durable. **Mots-clés:** Développement durable. Eco-développement. Agriculture familiale. Environnement. Amazonie.

## INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo fazer uma revisão do conceito de desenvolvimento sustentável, utilizando para tanto referências gerais sobre o assunto, especificamente, a análise que Ignacy Sachs faz sobre este conceito que norteará as reflexões sobre o assunto proposto pelo título desta pesquisa. Assim, o objetivo principal desta pesquisa é fazer uma análise bibliográfica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável não é uma construção recente, mas nem por isso é ultrapassado pois por ser uma necessidade social, entre outras, e de constante socialização, faz com que seu conteúdo seja sempre presente, daí o interesse da pesquisa pelo resgate conceitual. É preciso salientar que este trabalho não tem a intenção de esgotar o assunto, por isso, seu formato de ensaio, entretanto, e sem embargo, esta pesquisa não pode fugir da necessidade de tratar o assunto com a responsabilidade que se recomenda quando se analisa algum conceito, e a recomendação para todo conceito é quanto à epistemologia de seu conteúdo. Desse modo, o desenvolvimento desta pesquisa tem como acompanhamento epistemológico aspectos sobre a agricultura familiar

na Amazônia analisados por este autor para sua dissertação. Sem tê-la como foco central, o que se pretende é criar condições de aplicação conceitual a determinada realidade para que o conteúdo do desenvolvimento sustentável não seja analisado no vazio.

Existem pontos de partida que norteiam ações sociais, políticas, econômicas e ecológicas, para torná-las agradáveis tanto aos seres humanos quanto ao meio ambiente. Foram elaborados parâmetros globais que visassem equacionar prejuízos passados, assim como a tentativa de limitar os problemas futuros em relação à natureza. É preciso ressaltar que o desenvolvimento sustentável não é uma fórmula mágica ou uma varinha de condão que ao ser usada atende a vontade de seu condutor como se observa nas estórias infantis. Mas é certo que seus bons resultados dependem exclusivamente da consciente e racional ação humana em relação ao uso dos recursos naturais.

O desenvolvimento sustentável envolve um conjunto de padrões de princípios elaborados em escala global. Em geral, esses padrões reconhecem as especificidades do espaço e do tempo variados, assim como as características culturais de cada particularidade em todas as suas relações constituídas. Desse modo, a diversidade é condição inerente à própria proposta de universalidade conceitual do desenvolvimento sustentável.

Cada realidade quando analisada exige que seja avaliada como uma particularidade, e se é uma realidade humana, sua particularidade está relacionada à forma como ela intervém na natureza para prover sua sustentação, e com isso, ela cria seus próprios parâmetros de sustentabilidade. Resta saber se esses parâmetros são positivos ou negativos para a relação homem/homem e/ou natureza. É dentro desta perspectiva que a pesquisa analisa o conceito de desenvolvimento sustentável.

## O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM SUA ORIGEM

Vários foram os encontros internacionais para viabilizar condições teóricas, técnicas e materiais para instrumentalizar desenvolvimento humano capaz de responder positivamente às perturbações causadas ao meio ambiente. Pode-se afirmar que o ser humano só vive em função da existência dos recursos ambientais e naturais.

O trabalho é uma prerrogativa humana, mas ele assim o é, somente na medida em que transforma a natureza em valores tanto de uso quanto de troca. A produção moderna é um termo referente ao capitalismo, portanto, recente na

história da humanidade se considerado seu tempo histórico. A transformação da natureza em bens de uso e de troca acompanha o desenvolvimento histórico do homem, não se limitando ao modo de produção atual. Nesse sentido, historicamente o homem não produz nada, só transforma a natureza para atender suas necessidades, de tal modo que sua dependência em relação ao meio ambiente é não somente histórica como também vital.

Não somente a história humana se confunde com o tempo de transformação da natureza para sua provisão material, como também esse tempo comprova o desenvolvimento quantitativo dos seres humanos estimado atualmente em 6,5 bilhões de habitantes no planeta Terra. Enquanto o ambiente sofria pequenas intervenções, a capacidade de regeneração ambiental compensava os distúrbios naturais, e, dessa forma, o equilíbrio da relação homem/natureza era mantido. Na medida em que começa a ser desproporcional a intervenção humana junto à natureza e em relação à sua capacidade de regeneração, tem-se um desequilíbrio ambiental.

Enquanto o homem utilizava a natureza como fonte alimentar poderia ele ser incluído como elemento funcional positivo da biodiversidade mas à medida que usa os recursos naturais como base da produção capitalista, tem-se a separação humana da sua condição de participação perfeita junto ao meio ambiente, assim como o uso exagerado dos recursos naturais inviabiliza a regeneração ambiental. Como a funcionalidade geral de um sistema depende do bom funcionamento de suas partes, a retirada intensiva de algumas unidades ambientais seja de fauna ou de flora, afeta o equilíbrio de interdependência entre todos os elementos do sistema natural.

A história humana começa a dar mostras do homem como algoz de si mesmo, pois, quanto mais ele se apropria dos bens naturais indiscriminadamente sem instrumentalizar reposição ambiental, mais ele engendra condições reais para sofrer as consequências dos distúrbios ambientais. Marcel Jolivet (1997, p. 98) afirma que “(...) o problema ambiental é problema ambiental precisamente pelo fato de que o homem tem – ou terá – que sofrer suas consequências”.

O maior problema humano foi ter transformado elementos da natureza em mercadoria. A produção da mercadoria desfaz a relação simples que o homem mantém com a natureza e imprime a era dos Recursos Naturais. Os recursos naturais nascem pelo ímpeto de uma sociedade que não enxerga a natureza a partir de seu micro, meso e macro sistemas, os quais formam uma engrenagem única de funcionamento. Esta forma de produção de mercadoria se apropria da natureza como um meio imediato de capitalização. Assim, os recursos naturais não são sinônimos de natureza:

(...) Recurso natural é um conceito definido contemporaneamente, e que se refere aos elementos da natureza, água, fauna, flora e minérios, que podem ser utilizados para alguma finalidade econômica. A ideia de recursos naturais pressupõe a socialização da natureza, sendo sempre antropocêntrica: só é recurso natural aquilo que o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico determina, o que imediatamente o desnatura. A tecnologia “recursos naturais” está relacionada em sua origem, à ideia de perpetuidade dos elementos que compõem esses recursos, principalmente os elementos bióticos (VIANNA *apud* BRASIL. Ministério da Educação, 2001, p. 156).

Como a lógica do capital em relação à natureza é assegurar por tempo indefinido a sua reprodução e em escala cada vez maior, o seu sucesso depende do nível de exploração dos RN. Dessa forma, há uma forte tendência para que o ritmo da exploração dos RN seja tal até que todos os elementos ambientais sejam transformados em RN. A Amazônia tem sido um dos palcos históricos dessa tendência, a exemplo da Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) que exauriu economicamente a jazida de manganês, localizada no Estado do Amapá, deixando para a sociedade do seu entorno os prejuízos ambientais decorrentes dessa intervenção. Casos ambientais como este na Amazônia e em outras partes do Brasil e do mundo têm mobilizado movimentos sociais e ambientalistas no sentido de redirecionar a ordem que norteia as ações de desenvolvimento e principalmente desenvolvimento econômico. Desse modo:

(...) As críticas ambientalistas desenvolvidas na década de 70 denunciaram como causa dominante da destruição ambiental o contínuo crescimento econômico. Hoje a discussão é centrada nas perspectivas e possibilidades de um crescimento econômico desencaixado do aumento contínuo das quantidades de energias e materiais empregados no processo produtivo. Em outras palavras, trata-se da tentativa de desencaixar o crescimento físico do crescimento socioeconômico da sociedade moderna (FENZL, 1997, p. 22).

Desencaixar a reprodução social do crescimento físico significa dizer que o nível do consumo tem que estar num patamar que possibilite a utilização de menos materiais e energia em seu processo produtivo. Ademais, os níveis de consumo da sociedade mundial não podem se enquadrar nos níveis de consumo dos países desenvolvidos, pois o consumo de recursos naturais neste modelo de desenvolvimento implica em gasto superior à carga de reposição do meio ambiente.

Em escala global, as décadas passadas testemunharam severas críticas quanto ao modelo de desenvolvimento implantado pelo atual modo de produção. Este modelo unifica na prática duas categorias econômicas que anali-

ticamente diferem-se entre si, quais sejam: o desenvolvimento e o crescimento. Sinteticamente, este se refere à quantidade de riqueza produzida num país; aquele ao grau de qualidade de vida que uma população alcança. Nem sempre os dois significados coincidem. Pode haver riqueza (crescimento) sem desenvolvimento (qualidade de vida). Este, por seu lado, exige uma participação social ampliada na riqueza produzida por determinado país. Participar desta riqueza significa que a população de uma nação qualifique sua vida por meio de serviços diversos, tais como: habitação, saúde, saneamento, educação e principalmente condições de acesso à alimentação de qualidade. De outra forma, desenvolver uma sociedade é assegurar cidadania aos seus indivíduos.

Como a concentração de renda faz parte da lógica do capital, a acessibilidade à cidadania é dificultada quando se considera um país em crescimento sem desenvolvimento e na medida em que o crescimento tem uma relação direta com a concentração de renda. O uso dos recursos naturais nem sempre concorre para o desenvolvimento humano.

O fato que tem permeado as consciências acadêmicas, ambientalistas, comunitárias e populares, a sociedade civil organizada como um todo, é que as pessoas que sofrem ou que sofrerão as consequências do atual estado de (des) desenvolvimento socioambiental e concentrador de renda estão exigindo socialização dos resultados dos recursos naturais considerados como atividade produtiva de mercadoria. Grosso modo, o que se deseja é um direito social em relação ao uso desses, a fim de que se alcance qualidade de vida em massa.

A ideia de mudança para o atual modelo de desenvolvimento não se inicia com as conclusões do Relatório Brundtland (1987), colhidas das discussões da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, criada pela Assembleia das Nações Unidas (ONU) em 1983. A preocupação com o meio ambiente, no caso brasileiro, não é um fato recente; as críticas ao atual modelo de desenvolvimento é que são.

Na década de 1930, Sérgio Buarque de Holanda (1995) criticava as práticas agrícolas realizadas sem nem um compromisso ambiental ao relatar que as queimadas são prejudiciais ao desempenho produtivo do solo. Não se pode fazer uma comparação entre Holanda que escreve *Raízes do Brasil*, em 1936, e o que se discute atualmente sobre sustentabilidade (SACHS, 1986), mas ao menos, entende-se que a requisição de uma tecnologia menos danosa à natureza não é uma reclamação recente.

Tal como nas nações produtivas de ontem, o símbolo (riqueza acumulada) do crescimento econômico a qualquer custo continua fazendo parte de todas as agendas produtivas de hoje. O desenvolvimento considerado como promo-

tor de cidadania tem sido vencido pela primazia histórica do crescimento. A manutenção da biodiversidade está diretamente relacionada à condição de monetarização dos investimentos exigida pela atual ideologia econômica. O comprometimento com a questão ambiental tem permeado a ordem das discussões atuais.

#### O QUE DIZ O CONCEITO DE ECODESENVOLVIMENTO E/OU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável se consolida conceitualmente a partir dos seguintes encontros realizados para se discutir as questões de desenvolvimento e meio ambiente: Relatório Founex de 1971; Declaração de Estocolmo de 1972; Declaração de Cocoyco de 1974; segue pela sua primeira tentativa de aplicação em 1980 (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos – UICN), depois pela Agenda 21 com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, organizada para avaliar o que houve de avanço ou retrocesso nas discussões e decisões realizadas para o Relatório Gro-Brundtland de 1983 e publicado em 1987, entre outras discussões de cunho nacional e regional não menos importantes.

Todo esse movimento intelectual pautou-se na elaboração de novas estratégias para um desenvolvimento que atendesse a uma demanda de necessidades, qual seja a de se alcançar resultados positivamente sociais, ecológicos e econômicos e culturais tangentes à relação homem/natureza.

É preciso salientar que não existe uma diferença precisa entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. O Relatório Brundtland de 1983, em síntese, é o aperfeiçoamento das discussões globais travadas ao longo das últimas décadas do século XX sobre as questões ambientais. Assim, todos os encontros mundiais

(...) transmitiram uma mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias adequadas, para promover um desenvolvimento sócioeconômico equitativo, ou ecodesenvolvimento, uma expressão que foi mais tarde rebatizada pelos pesquisadores anglo-saxões como desenvolvimento sustentável (SACHS, 1994, p. 29-30).

Como podemos perceber o próprio coautor do ecodesenvolvimento rechaça qualquer diferença entre os termos. Todavia, não é isso que nos interessa, mas o que de premissa e estratégias de ação elaboradas no conceito de ecode-

envolvimento podem nos auxiliar na compreensão de uma realidade específica da Amazônia que atualmente passa por transformações.

De volta à questão conceitual, no Relatório Brundtland há a afirmação de que:

(...) Todo desenvolvimento deve atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras atenderem também às suas (NOSSO FUTURO COMUM – CMMD, 1991, p. 9). (...) [e que] Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMD, 1991, p. 49).

Vejamos o que contém a noção de ecodesenvolvimento:

(...) o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. Opera, portanto, com critérios de progressos relativizados a cada caso, (...). Sem negar a importância dos intercâmbios (...) o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das formas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias. Reagindo contra as transferências passivas e o espírito de imitação, põe em destaque a autoconfiança. Resistindo a um ecologismo exagerado, sugere, ao contrário, a constante possibilidade de um esforço criador para o aproveitamento da margem de liberdade oferecida pelo meio, por maiores que sejam as restrições climáticas e naturais. A diversidade das culturas e das realizações humanas obtidas em meios naturais comparáveis são testemunhos eloquentes desta possibilidade. Mas o sucesso pressupõe o conhecimento do meio e a vontade de atingir um equilíbrio durável entre o homem e a natureza. O fracasso e os desastres oferecem testemunho não menos eloquente do alto preço da incapacidade de gerir as relações entre o homem e a natureza (SACHS, 1986, p. 18).

De maneira geral, o ecodesenvolvimento tem como pressuposto a mudança da mentalidade planejadora puramente econômica. O racionalismo estreito do desenvolvimento economicista tem que ceder lugar a um planejamento holista, em que todas as esferas que compõem a ação humana em relação ao meio ambiente devem ser consideradas. O resultado econômico, nesse sentido, deixaria de ser a âncora das ações, para compartilhar resultados sociais, ecológicos e culturais em igualdade de condições.

De outra maneira, o ecodesenvolvimento tem como visar nenhuma equidistância, nenhum paralelismo entre a qualidade de vida humana e a do meio ambiente, mas qualidades de vida coincidentes. Qualquer prioridade a uma das partes afeta negativamente a outra. É a prioridade historicamente que se tem dado à eficiência econômica que impulsionou os movimentos sociais e ambientais, capazes de agendar outras eficiências necessárias à manutenção equilibrada do uso dos recursos naturais. A função básica do ecodesenvolvimento é operacionalizar todas as eficiências contidas nas relações homem/homem e homem/natureza por meio de um planejamento multidirecionado.

Apesar do conteúdo teórico do Relatório Brundtland sofrer severas críticas quanto à sua operacionalização (SACHS, 1994), suas afirmações inauguraram a central de difusão do novo modo de ver a relação homem/meio ambiente. Ao social é dada a possibilidade real de inclusão positiva junto às políticas de desenvolvimento, na medida em que ele é foco das atenções; ao meio ambiente, o respeito à sua capacidade interna e sistêmica de resiliência<sup>2</sup>.

É consenso para a intelectualidade ambientalista em termos ideais, que o final de todo e qualquer processo produtivo deve vir acompanhado de uma tríplice aliança de resultados: eficiência econômica; justiça social e qualidade ecológica. Grosso modo, é esse consenso de resultado ideal para as ações humanas que tem sido veiculado ao longo das últimas décadas e sendo imposto ideologicamente a todos. Entretanto, a imposição desses resultados constitui apenas uma representação de demandas socioambientais em escala global. De maneira que para além dessa representação existem tantas necessidades internas às relações socioambientais quantas forem as estabelecidas especificamente entre o homem e a natureza, ou seja, se o homem nesta relação entende o ambiente como recurso natural, a eficiência econômica é fundamental, se o ambiente é parte integrante da relação social a eficiência econômica é complementar.

O peixe, a madeira ou o oxigênio dispersos na natureza podem ser, respectivamente, tanto um alimento, um instrumento para construir algo simples (casa, utensílios domésticos etc.), um elemento orgânico vital usado a partir do contato direto; como podem em conjunto, ser fonte de riqueza e de capitalização. São as finalidades imprimidas pelo ser humano ao seu relacionamento com o meio ambiente que definem o destino do uso dos elementos naturais. Por isso:

---

2 De acordo com Carvalho (1994), “resiliência”, quando relacionada às questões de sustentabilidade, significa criar condições reais de regeneração ou de recomposição das partes que compõem o sistema natural, se não em seus ordenamentos de vida iniciais, pelo menos em condições de aproximação com esta ordem.

(...) eles têm um “valor de uso para consumo”, quando diretamente consumidos pelos produtores; um “valor de uso produtivo” – ou valor de troca, na economia padrão –, quando comercialmente extraídos e transformados; e, finalmente, um “valor de uso para não consumo” – casos do controle climático e de proteção de bacias hidrográficas –, um “valor de opção” – mantendo opções abertas para o futuro –, e um “valor de existência” – pelo simples fato de existirem (MACNEELY *et al*, 1990 *apud* SACHS, 1993, p. 23).

Nessas condições, o que é desenvolvimento sustentável de fato senão o correto valor que se atribui à apropriação dos elementos da biodiversidade natural? Embora possa parecer simples, em qualquer instância do desenvolvimento social, produtivo e cultural, as ações humanas visam uma intervenção ambiental. É preciso que este valor esteja alinhado à necessária parceria a ser estabelecida entre desenvolvimento e meio ambiente. A sustentação dessa parceria está diretamente relacionada à manutenção da capacidade de carga regenerativa que meio ambiente deve ter para que os valores escolhidos sejam positivos aos elementos da parceria.

É salutar mencionar que a relação de valores é distributiva em função das formas particulares de modos de vida<sup>3</sup>. Os valores nesses casos são resultantes das necessidades de uso que se constituem entre grupos humanos e o meio ambiente, no decorrer da manutenção dos vários modos de vida. Portanto, os valores criados entre o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente têm uma ligação profunda com a exigência de recurso ambiental requerida para a sobrevivência de cada agrupamento humano em determinado espaço. Nesse sentido, a sustentação do desenvolvimento de um ou vários modos de vida estaria relacionada ao desenvolvimento regular e sistêmico dos elementos naturais utilizados por cada agrupamento humano em particular.

A conjunção de resultados sustentáveis não é simples de se concretizar. A acumulação de renda permeia os sonhos humanos em última instância. O sistema natural não é mais do que objeto de conquista. O processo de apropriação dos recursos naturais encontra-se em fase embrionária quando se considera o potencial histórico de transformação do jovem modo de produção atual em comparação com outros modos de produção anteriores. É preciso que as reivindicações por melhores condições ambientais não circunscreva somente os setores organizados da sociedade, é preciso tê-las cotidianamente nas mentalidades civis e governamentais como um todo.

---

3 Segundo Martins (1981), “modos de vida” se referem a todas as relações que se estabelecem entre os seres humanos entre si em formações grupais e as que se realizam entre estas formações e o espaço habitado por elas.

As discussões socioambientais das últimas décadas imprimiram um ritmo de consciência sobre os problemas do desenvolvimento sustentável, mas “(...) apesar de estarmos tomando consciência deste fato [problemas ambientais], não temos ainda a capacidade de reagir e de redirecionar os nossos processos econômicos, no sentido de evitar o choque do futuro”<sup>4</sup> (FENZL, 1997, p. 24).

Ignacy Sachs na década de 70 rediscute rumos sustentáveis para as intervenções produtivas junto ao meio ambiente, que culminam num conjunto de medidas instrumentais com a finalidade de equacionar os impactos negativos ao ambiente e às sociedades envolvidas. São cinco as “(...) estratégias ambientalmente adequadas para promover um desenvolvimento socioeconômico-equitativo” (SACHS, 1994, p. 30), definidas por ele como ecodesenvolvimento:

1 – Todo desenvolvimento tem uma finalidade social; o homem é obviamente o ponto inicial e o ponto de chegada de toda reflexão sobre o desenvolvimento baseado numa ética de solidariedade com as gerações presentes e uma solidariedade diacrônica e sincrônica com as gerações futuras.

O objetivo é construir uma civilização do “ser”, em que exista maior equidade na distribuição do “ter” e da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas da população e de reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não abastados;

2 – A segunda condição é o conceito de prudência ecológica e ambiental, extremamente importante para os trópicos úmidos, dada a fragilidade dos seus ecossistemas e ao mesmo tempo a extraordinária potencialidade em termos da produtividade primária da biomassa;

3 – Uma terceira consideração, (...) é a viabilidade econômica. Mas a viabilidade econômica que considera a economia como um meio para lograr os objetivos sociais e ecológicos e não como uma finalidade por si;

4 – Sustentabilidade cultural, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade. Cada vez mais damos conta do quanto o conceito de desenvolvimento está relacionado com o problema das culturas. Fala-se muito da biodiversidade, mas não se pode falar da biodiversidade separando-a da diversidade cultural. O conceito de ecodesenvolvimento deve envolver uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local;

5 – Sustentabilidade espacial, que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas com ênfase no que se segue: [entre

---

4 Grifos do autor.

seis selecionamos apenas uma] – Promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, notadamente através do uso de pacotes tecnológicos adequados, do crédito e do acesso a mercados (SACHS, 1993, p. 25-27; 1994, p. 34-38; 1997, p. 2-3).

Encontram-se acima a síntese das premissas do ecodesenvolvimento. Este conceito fundamenta-se na indissolubilidade da relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente e na viabilidade de um crescimento econômico mais equitativo, de modo a fazer com que a tríplice aliança supracitada encontre efetivação (SACHS, 1993).

Em última instância, as premissas do ecodesenvolvimento estão preocupadas com a sustentabilidade de todos os elementos do sistema ambiental. Ressalta Sachs (1993) que a sustentabilidade é um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, embora de mudanças mais lentas, em que: a) a vida humana pode continuar indefinidamente; b) os indivíduos podem prosperar; c) os resultados das atividades humanas obedecem a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida.

A questão da sustentabilidade está exatamente nas estratégias a serem montadas pelas várias instâncias que se envolvem num determinado desenvolvimento. Assim, é preciso que planejadores, poderes públicos, populações locais, organizações civis, empresários, entre outros, formem um conjunto de ações, cuja finalidade seja a melhoria de qualidade de vida do homem com manutenção do equilíbrio ambiental.

É preciso harmonizar os objetivos divergentes antes de qualquer intervenção ambiental. São diversas as categorias sociais que existem em função do uso dos recursos naturais. As estratégias devem perfurar as finalidades particulares para que se tenha um acordo de intenções práticas quanto ao uso desses recursos sustentadamente. Os obstáculos são muitos, entre eles, Sachs (1993) destaca:

(...) Os de ordem política e social, relacionados frequentemente à desigualdade na posse da terra, (...) à privatização dos bens comuns, à marginalização dos povos da floresta ou, ainda, à exploração predatória dos recursos naturais, visando lucros máximos em prazos mínimos (p. 27).

Segundo Sachs (1993), são quatro as estratégias que podem superar esses obstáculos e assegurar um ecodesenvolvimento:

1) Um período de tempo é necessário para que planejadores e empreendedores em geral possam comparar resultados. Sabe-se que as mudanças são mudanças culturais mesmo que produtivas. Mexer numa estrutura produtiva culturalmente instituída demanda tempo. Ademais, não se qualifica a vida de grupo social pelos resultados de uma safra, como é o caso dos agroextratores. Tem de ser levado em conta o período de produtividade do solo, a técnica utilizada, a força de trabalho empregada, o trabalho complementar, os recursos naturais disponíveis, acesso aos serviços públicos sociais e creditícios, relações de propriedade, entre outras variáveis. Todas essas categorias variam por excelência e precisam de tempo para que possam ser mensuradas adequadamente. Tudo isso se inscreve na ideia processual de desenvolvimento sustentável.

2) Fazer com que as sociedades que possuem produções economicamente desenvolvidas adequem esse desenvolvimento à prática produtiva de baixo consumo energético e material. A transferência tecnológica não pode ser uma imposição, uma fórmula mágica que dá certo em todos os lugares, mas nem por isso deve ser rejeitada. Os saberes locais devem ser imperativos diante de pacotes de desenvolvimento. O ideal ambiental é haver uma interação entre as tecnologias exógenas e endógenas de um determinado processo de reprodução social. A Amazônia e, em particular, a prática agroextrativista na sua versão de agricultura familiar, tem que ser pensada como uma prática social em que as atividades econômicas tradicionais dos agricultores devam ser levadas em conta na hora de qualquer planejamento socioambiental.

3) Mudanças nas instituições políticas constituem outro elemento de impacto para se atingir a sustentabilidade de um desenvolvimento. Políticas públicas transparentes, holistas e engajadas num resultado imparcial a partir de objetivos descentralizados que visem à equidade entre os elementos social, ecológico e econômico, devem fazer parte da agenda das várias instâncias governamentais. As ações governamentais são importantes para que haja uma coincidência entre crescimento e desenvolvimento, visto serem elas que definem políticas de serviços sociais, como: a educação, a saúde e a segurança alimentar, entre outros.

4) Por fim, temos as mudanças nos níveis de consumo. Constitui uma ação suicida para o meio ambiente tentar consumir pelo patamar dos países desenvolvidos. Em primeiro lugar, porque em geral, os bens consumidos são grandes utilitários de matéria e energia. Em segundo, porque a renda é má distribuída tanto entre os países como no interior dos países desenvolvidos e não desenvolvidos. Entretanto, "(...) o não desenvolvimento não é, de modo algum, uma

solução para o mau desenvolvimento” (SACHS, 1993, p. 50). A solução não consiste “(...) na escolha entre crescimento e qualidade do meio ambiente, mas sim, em tentar harmonizar objetivos socioeconômicos e ambientais, mediante a redefinição de padrões de uso de recursos (...)” (SACHS, 1986, p. 71).

A sociedade deve se mobilizar em defesa de um estilo de vida que não pressione o estoque de recursos naturais escassos. A estratégia para a utilização do solo e da água deve evitar sua exploração total. O uso de recursos energéticos deve ser mantido dentro de limites prudentes. O padrão de urbanização que não consegue diminuir as tensões ambientais deve dar lugar a padrão de desenvolvimento urbano descentralizado e regionalmente equilibrado. O impacto ambiental do crescimento descontrolado da população deve ser amplamente avaliado tanto pelos governos quanto pela sociedade em geral.

É importante ressaltar que o desenvolvimento sustentável não pode prescindir de um planejamento para sua execução. Planejar um desenvolvimento é convocar para uma mesa de discussões os atores sociais que estão em conflito em função do mau uso dos recursos naturais. Para que haja equilíbrio entre as partes conflitantes é preciso que se leve em consideração o meio ambiente como o elemento mais afetado na questão ambiental.

É necessário que os atores adotem uma visão holista em relação ao uso dos recursos naturais, a fim de que os interesses em questão não só possam resgatar ou permitir a capacidade de suporte ambiental como também assegurar a reprodução social dos envolvidos na relação com o meio ambiente. Como o desenvolvimento sustentável é um conjunto de ações que visam um fim equilibrado entre as ações humanas e o meio ambiente, o planejamento é o meio por onde as ações devem atingir esse fim.

#### ECODESENVOLVIMENTO / DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES PARA A AMAZÔNIA

Nas três últimas décadas do século XX, a Amazônia definitivamente entra como cenário para as discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável. O contexto dos anos 1990 baliza os maus resultados sociais (aumentos demográficos, alta taxa de desemprego, má distribuição de renda, defasagem habitacional, alimentícia, entre outros) e ecológicos (concentração fundiária, perda de meio ambiente e recursos naturais)<sup>5</sup>, do modelo de desenvolvimento arrolado em torno de 40 anos de história de exploração dos recursos amazônicos.

5 Estudos e problemas amazônicos e temas especiais. Belém: Cejup, 1992.

A fronteira amazônica, antes de ser uma região física, é um espaço superposto por relações sociais e de produção (GRAZIANO, 1980), onde há um intenso consumo de recursos naturais. Esta região tem que ser pensada para além dessas relações superpostas para que se possa entender a questão de sua sustentabilidade. Ela precisa ser compreendida como exercendo uma função multidimensional, onde cada trajetória de seu desenvolvimento vá ao encontro de seu próprio equilíbrio, de maneira que ao final se tenha um sistema natural/humano equilibrado, ou ao menos, em condições de se controlar as perturbações geradas pelas relações superpostas na fronteira.

Para equacionar esses problemas de fronteira é fundamental que as relações socioprodutivas com vista ao crescimento na Amazônia deixem de ser mímicas de padrões externos, para executar um conjunto de ações equilibradas entre o aprendizado externo e os saberes técnicos locais.

O desequilíbrio entre o crescimento/desenvolvimento, o social e o ecológico na Amazônia levantou uma série de questionamentos quanto à viabilidade do modelo econômico praticado na região. O principal deles foi equacionar desenvolvimento com menores perdas ao meio ambiente e maiores ganhos sociais. Esta questão tem relação direta com uma espécie de omissão por parte de planejadores regionais sobre a complexidade homem/natureza no espaço amazônico, na medida em o (des)conhecimento dos problemas de sustentabilidade regional permitiu a produção de maus resultados ao referido complexo. Assim:

(...) para estabelecer as linhas de uma política voltada para a Amazônia é preciso, em primeiro lugar, conhecer suas características físicas, demográficas, culturais, seus recursos minerais, vegetais, aquáticos, sua organização econômica e social (HÉBETTE, 1983, p. 9).

É ilustrativo o trecho de Hébette porque em pleno ano de realização da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD) (1983), cujo desdobramento é o Relatório Gro-Brundtland, publicado no mesmo ano sob o nome de Nosso Futuro Comum e reeditado no Brasil em 1989 pela Fundação Getúlio Vargas, um estudioso de questões amazônicas evoca a peculiaridade regional como um pressuposto fundamental à praticidade de qualquer política, cujo conteúdo contenha o espaço regional como *locus* de ação. Logo:

(...) Desenvolvimento na Amazônia não deve ser um conceito mirabolante para ‘salvar’ a Amazônia ou desenvolver a Amazônia repetindo as receitas que vieram de fora para a região. A base do conceito tem que ser o reconhecimento do que existe:

as populações locais, os conhecimentos tradicionais e novos, os movimentos sociais. Fundamental para entender a Amazônia é o reconhecimento de sua diversidade socioambiental. Na verdade, não existe uma Amazônia, existem várias Amazônias com realidades específicas, em aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais (MACHADO, 1998, p. 80).

A percepção de uma Amazônia multifacetada com infinitos desdobramentos quanto ao uso de seus recursos naturais exige que as intervenções humanas sejam éticas quanto à satisfação de suas necessidades para assegurar a manutenção natural de reposição de perdas ambientais. Entre tantas possibilidades de propostas de sustentabilidade para a Amazônia, a agricultura familiar tem sido fonte histórica de excelente reprodução social na medida em que suas práticas quando bem organizadas pelas ordens de sustentação asseguram melhores resiliências ambientais.

Qualquer conceito que seja dirigido à Amazônia tem como primeira função adequar-se diante de uma multiplicidade de realidades específicas inerentes à sua própria formação biótica e social. Ademais, é preciso ter claro que todo conceito é substancialmente uma tentativa de aproximação de determinada realidade observada, portanto, não revelador da realidade em si. Esse é o caso do conceito de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Seu conteúdo vale como uma aproximação para a realidade amazônica não à Amazônia em todas as suas realidades, daí a preocupação dos estudiosos de questões amazônicas em verificar a validade conceitual para esta região.

Como esta questão de validade conceitual é fundamental por razões epistemológicas, é preciso fundamentar o parágrafo acima para que ele se assente em bases consistentes, assim, Melo (2002) afirma que o conceito é uma construção mental e não a realidade; e que toda teoria é uma aproximação imperfeita da realidade. Kosik (1996), por seu lado, ratifica que a verdade é a soma-tória da aparência mais a essência. E convoca o pesquisador a se engajar numa investigação dialética sobre determinada realidade, ou seja, a aproximação de uma realidade por parte de um investigador consistiria em ultrapassar as aparências das coisas (senso comum) para visualizar e compreender sua essência por meio de senso crítico.

Nesse sentido, entende-se que as premissas do ecodesenvolvimento, além de serem parâmetros globais e norteadores de desenvolvimentos locais, precisam ao mesmo tempo, que sejam norteadas pelas relações sociais e produtivas corretas e efetuadas no seio de cada realidade específica, de maneira que o desenvolvimento regional, em função da variação das diversas realidades no

espaço e tempo, seja um conjunto formado por unidades de ações particulares conduzidas tanto pelas diretrizes externas quanto pelos conhecimentos locais. As instâncias produtivas particulares, dentre elas a agricultura familiar, exigem para si um modelo de desenvolvimento sustentável próprio sem, no entanto, isolá-lo das premissas básicas que regulamentam as ações globais como é o caso das contidas no Relatório Brundtland.

Como o conceito é uma construção mental, portanto, humana, e como não existe construção humana sem interação social que objetive a satisfação de determinada necessidade, são as famílias envolvidas, por exemplo, na agricultura familiar na Amazônia que devem orientar o modelo de desenvolvimento sustentável, em função de sua reprodução social.

Se a Amazônia é apreendida como fonte de recursos naturais, uma das alternativas sustentáveis seria a implementação de ações políticas com vistas a assegurar tanto a reprodução social dos grupos humanos existentes, quanto recursos naturais necessários à permanência de atividades produtivas ao longo de gerações. A agricultura familiar, segundo Costa (2000) e Hurtienne (2001), é uma prática produtiva que causa menos danos ao ambiente e alcança alto grau de produtividade quando comparada à grande produção comercial. Assim,

(...) o assentamento de uma família custa mais ou menos 15 mil dólares e gera o equivalente de dois empregos ou autoempregos com uma renda familiar que pode chegar a três salários-mínimos. (...). Portanto, o assentamento é barato ao custo de geração de emprego na cidade. Não se trata de uma solução unicamente social. Porque podemos imaginar pacotes tecnológicos para a agricultura familiar que torne essa agricultura muito mais produtiva, que proporcionem renda cada vez mais alta. Afinal de contas, a agricultura familiar se manteve mesmo nos países mais desenvolvidos da Europa, contrariamente às teorias que anunciavam o seu desaparecimento (SACHS, 1997, p. 7).

Ignacy Sachs (1997) confirma uma alternativa para o desenvolvimento regional sustentável. Antony Hall (2001), ao analisar os grandes empreendimentos de criação bovina na Amazônia em comparação com a agricultura familiar e em função da quantidade de empregos que essas atividades criam, afirma que além dos baixos rendimentos alcançados com a utilização de grandes áreas na criação de gado, ele verifica que a produção bovina diminui a vida útil do solo em 10 anos:

(...) Outra crítica à atividade pecuária, embora ela, aparentemente, nunca tenha preocupado os principais formuladores da política no Brasil, é que, em um país

de subemprego rural crônico e crescente números de sem-terras, a pecuária cria pouquíssimos empregos em relação ao volume total de investimentos feito pelo governo. A produção pecuária gera um emprego por duas mil cabeças de gado ou por 30 quilômetros quadrados, em contraste com 100 pessoas por 2,5 quilômetros que podem ser sustentadas pela própria agricultura camponesa na floresta úmida (HALL, 1991, p. 43).

Se Hall (1991) afirma que o potencial de emprego nas pequenas intervenções agrícolas é maior do que nas grandes, em parte, deduz-se que a agricultura familiar – para a realidade amazônica –, relacionada aos custos dos empregos (63 mil dólares para cada um) produzidos pelos grandes empreendimentos e pelo grau de predação ambiental gerada por estes, em comparação com os 15 mil dólares para cada família assentada (SACHS, 1997), que tendencialmente, é mais apta a realizar reprodução social com menos danos ao meio ambiente. Nesse sentido, a agricultura familiar apresenta um potencial maior de promover desenvolvimento realmente sustentável do que os grandes empreendimentos econômicos na Amazônia.

São ilustrativos os dados apresentados por Hall (1991) e Sachs (1997) no que se refere aos custos dos empregos para os dois modelos de produção. Se considerarmos os dados de Hall e compararmos com os de Sachs, temos o que se segue: para Sachs, o custo de cada emprego é de 7500 dólares deduzidos dos 15 mil dólares empregados no assentamento de uma família agrícola, com a criação de dois empregos. Se considerarmos quantos empregos deixaram de ser produzidos com a criação de apenas um no modelo agropecuário intensivo, tem-se um total de 8,4 empregos que poderiam ser criados na Amazônia.

Dentro de um contexto regional de desenvolvimento, a agricultura familiar apresenta-se como uma possibilidade real de sustentação humana, ecológica e econômica para usarmos a ordem codesenvolvimentista de Sachs (1997), porque cria mais emprego e danifica menos o ambiente. Esse redimensionamento produtivo para a região amazônica equaciona a questão da reprodução social de famílias agrícolas por meio de maiores e melhores desempenhos ecológicos e econômicos.

Para teste epistemológico do conceito de desenvolvimento sustentável na Amazônia, a agricultura familiar é tão somente um exemplo entre tantos, mas sua prática adaptada às condições sociais, ecológicas e econômicas garante boa parte de sua sustentabilidade, na medida em que o conteúdo deste conceito relacionado aos resultados alcançados com a prática desta atividade produtiva

assegura caráter de realização, assim como possibilita aos estudiosos do assunto analisar a viabilidade de suas premissas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecnicamente, esta seção deve se isentar de elementos textuais novos e apresentar o resumo das conclusões obtidas ao longo do corpo textual, mas para não ser repetitivo quanto ao conceito de ecodesenvolvimento/desenvolvimento sustentável, o autor prefere finalizar este ensaio verificando a viabilidade de sua sustentação no que segue abaixo sobre a Amazônia e deixa para o leitor as conexões conceituais.

A reprodução social na Amazônia está diretamente relacionada ao uso dos recursos naturais disponíveis aos grupos sociais que vivem nesse espaço. A Amazônia, para muitos grupos sociais, é concebida como um almoxarifado natural, onde os recursos provenientes da flora e das faunas aquática e terrestre fazem parte da dieta alimentar e servem para prover as necessidades materiais de seus moradores.

Historicamente, a formação social amazônica apresenta inicialmente uma relação equilibrada entre o uso dos recursos naturais e as necessidades humanas. Quanto mais o tempo histórico se aproxima do nosso, esta relação de equilíbrio se desfaz, na medida em que o uso dos recursos naturais ultrapassa a capacidade de regeneração ambiental. A intensificação tanto dos movimentos de urbanização quanto de produção comercial em alta escala tem impossibilitado a recuperação ambiental, ora por meio da falta de resiliência natural, ora por falta de reposição em condições artificiais dos recursos extraídos da natureza.

A Amazônia, a partir da década de 1960, é inserida no processo de reprodução ampliada do capital, isso significa dizer que seus recursos de fauna e de flora se transformaram em recursos naturais. A partir deste período, as populações locais têm sido penalizadas constantemente com a perda do direito natural de uso dos recursos ambientais. A regra, a partir de então, é assegurar a eficiência econômica em detrimento da eficiência social e ecológica. Racionalizar os processos econômicos implantados na região e enquadrá-los à finalidade do lucro a qualquer custo tem sido a prática política de empreendedores e gestores governamentais.

Contrariamente a esta lógica econômica, Loureiro (1992a, 1992b, 2002) analisa o sistema mata/rio/roça/quintal como uma alternativa ecológica, econômica e socialmente viável à reprodução social na Amazônia. Adequado para os pequenos empreendimentos agroextrativistas e aplicados à região, este sis-

tema é apresentado como um modelo ideal para equilibrar necessidades humanas e disponibilidade de recursos ambientais. Mato, rio, roça e quintal são unidades produtivas complementares entre si e, no conjunto, se relacionam com o conteúdo de desenvolvimento sustentável na medida em que a autora enquadra o sistema ao uso de recursos ambientais e o contrapõe ao uso do ambiente como recurso natural.

Este sistema é apropriado à prática da agricultura familiar pelo fato desta categoria se constituir pelas seguintes características: mão de obra familiar com possíveis assalariamentos e ajudas mútuas; produção em primeira instância para o consumo e com presença de excedentes; complementação de renda por meio de serviços diversos que podem ser por assalariamentos temporários ou sob a forma de “bicos”, isso dependendo da sazonalidade da produção agrícola familiar e, fundamentalmente, tendo a família como coordenadora da produção, tudo isso dentro de um espaço produtivo próprio ou não.

Estas características revelam que a produção puramente comercial não é a lógica principal da agricultura familiar, e que a estrutura produtiva e os elementos de produção deste modelo de desenvolvimento necessitam mais do sistema ambiental como um todo para assegurar reprodução social do que transformar o ambiente natural em Recursos Naturais para alcançar o mesmo efeito.

Por fim, a presença da agricultura familiar na Amazônia, se não é a solução total para os problemas ambientais, ao menos, é condição real de existência de uma alternativa produtiva sustentável à realidade amazônica. Esta atividade produtiva, por natureza, consiste em manter um sistema de sobrevivência mais próximo da realidade idealizada pelos princípios que norteiam o conceito de sustentabilidade em escala global, aproveitando métodos e técnicas locais, o que permite a seus praticantes uma ação conjugada de atividades sustentáveis. Daí a permanência desta atividade agroextrativista como indispensável à manutenção equilibrada do ecossistema amazônico.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Horácio Martins de. Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável, *in*: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- COSTA, Francisco de Assis. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO, *in*: COSTA, Francisco de Assis; TURRA, Letícia

- Rangel (org.). *Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.
- FENZL, Norbert. Estudos de Parâmetros Capazes de Dimensionar a Sustentabilidade de um Processo de Desenvolvimento, *in*: XIMENES, Tereza (org.). *Perspectiva do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21*. Belém: UFPA/NAEA; Associação de Universidades Amazônicas, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- HALL, Antony L. *Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no PGC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1991.
- HÉBETTE, Jean (coord.). *Ciência e tecnologia para a Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA/ANPEC/PNPE, 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar a desenvolvimento rural sustentável, *in*: COELHO, Maria Cecília Nunes (org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP; UFPA/NAEA, 2001.
- JOLIVET, Marcel. A Presença da Sociedade nas Pesquisas sobre o Meio Ambiente, *in*: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP, 1997.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. História Social e Econômica da Amazônia, *in*: \_\_\_\_\_. *Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. Pará: Secretaria de Estado de Educação, 1992a.
- \_\_\_\_\_. *Amazônia: Estado, homem e natureza*. Belém: CEJUP, 1992b. (Coleção Amazônia, n. 1).
- \_\_\_\_\_. *Amazônia: história e análise de problemas (do período da borracha aos dias atuais)*. Belém: Distribel, 2002.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MACHADO, Maria das Dores de Jesus. O desafio da comercialização de produtos agrícolas dentro de um contexto de sustentabilidade, *in*: FATHEUER, Thomas *et al* (org.). *Amazônia: estratégia de desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a elaboração de planos de desenvolvimento e Agenda 21*. Belém: UNIPOP, 1986.

- MÉLO, Maria Lúcia. *O Estado fetichizado: uma contribuição à teoria do Estado capitalista na perspectiva dos clássicos marxista*. Belém: Page Design, 1995.
- NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo. Vértice, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Estratégia de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Estúdio Nobel; Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Cidade Aberta), 1993.
- \_\_\_\_\_. *Estratégia de transição para o século XXI*, in: BURSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento sustentável nos trópicos Úmidos*, in: ARAGON, Luiz E. *et al (org.)*. *Recursos da biosfera e recursos extrativistas: conservação da biodiversidade e ecodesenvolvimento*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 1997.
- VIANA, Luciana. Considerações sobre a construção da ideia de “populações tradicionais” no contexto das unidades de conservação, in: Brasil. Ministério da Educação. *Programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola: guia do formador*. Brasília: MEC; SEF, 2001.

# O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: DESAFIOS E DISPUTAS

---

*Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho<sup>1</sup>*

## *Resumo*

Este artigo tematiza a educação infantil no contexto da educação escolar brasileira, enfatizando as disputas e os desafios apresentados, em particular, na Amazônia. É nosso objetivo evidenciar o direito à Educação para todas as crianças da região Norte brasileira. A temática proposta focaliza o ordenamento jurídico instituído para este nível da educação no período pós-Constituição de 1988, suas legislações complementares e, igualmente, como estas se apresentam nos referidos documentos oficiais. Ressaltamos, no seio de nossa reflexão, as tensões e disputas envolvidas no concernente às concepções de criança e de educação infantil, ao currículo e à formação de professores na Amazônia brasileira. Defendemos a consolidação da educação infantil enquanto política pública, de caráter universal, por ser direito das crianças do campo e das cidades. Nesse sentido, a educação infantil constitui um bem público, devendo ser ministrada em espaços públicos – denominados creches e pré-escolas – espaços esses especialmente construídos para as crianças de zero a cinco anos, haja vista estas serem sujeitos de direitos, capazes, portanto, de estabelecer interações múltiplas, as quais devemos, por princípio, deixar de silenciar considerando o que têm a nos dizer.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Criança. Política Pública. Amazônia.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela UNICAMP. Campinas/SP. Professora Associada III. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil (IPÊ/ICED) e Diretora do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará Representante da UFPA no Fórum de Educação Infantil do Pará (FEIPA). Membro do Grupo Gestor do FEIPA. Membro do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB). Membro do Conselho do Movimento República de Emaús. E-mail: anatan@hotmai.com

## Resumen

En este artículo se tematiza la educación infantil en el contexto de la educación escolar en Brasil, con énfasis en los conflictos y desafíos que presenta, especialmente en la Amazonia. Nuestro objetivo es poner de relieve el derecho a la educación para todos los niños del norte de Brasil. El tema propuesto se centra en el ordenamiento jurídico establecido para este nivel de educación en el puesto de la Constitución de 1988, su legislación complementaria, y también la forma en que se presentan en estos documentos oficiales. Se destacan, desde el interior de nuestra reflexión, las tensiones involucradas en las controversias relativas a las concepciones de los niños y de la educación infantil, del currículo y de la formación del profesorado en la Amazonia brasileña. Apoyamos la consolidación de la educación infantil como una política pública de carácter universal, siendo este un derecho de los niños del campo y de las ciudades. En este sentido, la educación preescolar es un bien público y se les debe enseñar en los espacios públicos – llamados guarderías y escuelas infantiles – los espacios especialmente construidos para niños de 0 a 5 años, teniendo en cuenta qué estés son sujetos de derechos y por lo tanto pueden establecer múltiples interacciones, lo que debería, en principio, no silenciarlas y tener en cuenta lo que tienen a nos decir.

**Palabras clave:** Educación Infantil. Infancia. Políticas Públicas. Amazonia.

## INTRODUÇÃO

A educação infantil, após sinuoso percurso na educação brasileira, muito recentemente adquiriu *status* de política pública e identidade própria em nível de legislação, sendo institucionalizada com regulamentações, submetidas, portanto, a credenciamento, reconhecimento e supervisão, com pré-requisitos estabelecidos oficialmente para: construção, equipamentos, organização do espaço e orientações curriculares definidos pelos órgãos educacionais e com exigência de formação mínima para o exercício do magistério em creches e pré-escolas. Tais mudanças fazem com que a educação infantil experimente intenso processo de revisão no interior do qual se encontram subsumidas disputas de concepções acerca da educação de crianças pequenas em espaços coletivos e das práticas pedagógicas agora fundamentadas nas interações e nas brincadeiras, possibilitando, assim, a criança viver intensamente a sua infância,

conforme preconizado pelas “diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil”.

Objetivamos informar de que modo a conquista da educação infantil, por parte da sociedade brasileira, com ampla participação dos movimentos sociais (movimentos comunitários, movimentos de redemocratização do país, dos profissionais da educação, movimentos de mulheres, com destaque para as feministas que lutaram para que seus filhos e filhas tivessem o direito a uma vaga nas unidades de educação infantil) está em disputa e quais os desafios que estão colocados para esta modalidade da educação na Amazônia.

Apropriar-se dessa discussão e conhecer os diferentes cenários que se apresentam para as crianças pequenas é fundamental para aprofundarmos o debate, traduzindo em ações concretas pautadas pela contribuição quanto à formulação e efetivação de políticas públicas que garantam a qualidade da educação oferecida, o acesso e a permanência das crianças em uma unidade de educação infantil, seja em creche ou pré-escola para as crianças amazônidas, podendo estas ser quilombolas, indígenas, caboclas, ribeirinhas, moradoras do campo, das florestas, do centro urbano, da periferia ou habitantes do meio rural, quer este seja na várzea ou em terra firme. Este artigo aborda, pois, nossa concepção sobre a contextualização da educação infantil na Educação Brasileira e, particularmente, na Amazônia, bem como sobre a situação da educação infantil nesta região, seus desafios e disputas para a sociedade e para o poder público.

## MARCO TEÓRICO

Para a análise do tema aqui proposto é fundamental compreendermos a categoria Estado, em sua acepção contemporânea, tal como proposta por Mészáros, filósofo húngaro que figura entre os mais importantes intelectuais marxistas da atualidade. Para o autor, segundo Antunes (2011), o Estado é uma estrutura política de mando do capital, definição que encontra suas raízes na perspectiva marxiana, consignada por Marx e Engels, em O manifesto do Partido Comunista: “(...) O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê (*Ausschuss*) para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 1996, p. 68).

Na mesma perspectiva ainda, muito embora relacionando tal concepção de Estado à educação, afirma Mészáros (PERSPECTIVA, 2009), que a tendência primária da sociedade brasileira globalizada, a produção, afirmação e o acesso ao conhecimento são orientados por interesses político-econômicos profundamente arraigados, não apenas como mediação para a produção e di-

fusão de um conhecimento adequado à acumulação do capital mas como regra que desconhece suas consequências negativas para o desenvolvimento humano e cultural.

(...) Como sabemos, nessa questão até mesmo a exaustão dos recursos obviamente finitos de nosso planeta pode ser (e continua a ser) desconsiderada de forma irresponsável pela produção orientada ao lucro e à manipulação do conhecimento predominante, incluindo as implicações mais perigosas das práticas produtivas atuais, mesmo para a destruição da natureza: o substrato vital da própria existência humana (MÉSZÁROS, 2009, p. 534).

Mészáros (2009) afirma, ainda em relação aos impactos causados pelo homem sobre a natureza, por ele modificada para sua sobrevivência – modificada, porém, segundo a lógica da barbárie – que nem mesmo as recomendações dos protocolos de Kyoto<sup>2</sup> são levadas em consideração, em que pese serem recomendações das quais poderiam advir melhorias, ainda que precárias, ante a imensidão dos problemas enfrentados. Colocadas de lado em nome de uma alternativa alegada como sendo “científica” pelo poder econômico hegemônico e, de longe, aquele que mais desperdiça, os EUA.

(...) os interesses sociais dominantes em nossa sociedade, que impõem a necessidade de perpetuar a ordem reprodutiva do capital, tendem a conter, e mesmo a anular, a potencialidade do desenvolvimento humano dos indivíduos. Pois o imperativo estruturalmente imposto da expansão do capital lucrativo – sem a qual a ordem produtiva não consegue sobreviver – deve prevalecer sobre tudo. Mesmo que isso signifique tentar subordinar todas as aspirações humanas àquele imperativo. E isso é feito com todos os meios que a ordem dominante tem à disposição, desde os limites econômicos até a manipulação ideológica e cultural, completamente em sintonia com a realidade alienante da ordem econômica e social estabelecida (MÉSZÁROS, 2009, p. 533).

O Estado brasileiro não foge a essas considerações, estando, portanto, a serviço da classe social que detém o poder político-econômico. Assim, as demandas sociais – em particular, aquelas referentes à Educação –, oriundas das camadas subalternas da população só são consideradas ou em conformidade com a força política da mobilização social, ou com a pressão das exigências dos organismos multilaterais a qual o Brasil encontra-se submetido tal como se

2 O *Protocolo de Kyoto* foi assinado no Japão, em 1997, como um novo componente da Convenção Marco sobre Mudança Climática na ECO-92. O referido Protocolo contém, pela primeira vez, “[...] um acordo vinculante que compromete os países do Norte a reduzir suas emissões de gases estufa, em 2000, nos níveis de 1990” (GREENPEACE, 2011).

revivêssemos uma segunda colonização, esta agora em tempos da globalização da economia internacional. Entendem-se, assim, as muitas conquistas e avanços efetivados particularmente em relação à educação no Brasil e, de modo singular, na Amazônia.

Partimos aqui da concepção de que a educação é uma política pública de Estado, de caráter universal, de corte social e de responsabilidade do poder público, nas três esferas administrativas: União, Estados e Municípios. Essa perspectiva teórica evidentemente se contrapõe à realidade, ratificando o conceito de Estado anteriormente exposto, isto é, a de que o Estado serve aos interesses da classe dominante, fazendo com que o mesmo aparente ter como finalidade a garantia do bem comum, em outras palavras ainda, fazendo crer que os interesses por ele defendidos são os interesses de todos.

## A AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia brasileira é integrada pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, apresentando-se como uma realidade multifacetada, com diferentes paisagens naturais. Há a floresta das várzeas da terra firme, campos naturais, cerrados e savanas. A região abriga enorme diversidade de espécies animais e vegetais, uma quantidade infinita de insetos, aves, animais e peixes. Completam e dão sentido a esse cenário diferente, povos com a sua identidade cultural bastante diversificada, com diferentes identidades culturais, integradas por rituais, mitos, símbolos, valores etc. Esta enorme biodiversidade encontra-se, entretanto, ameaçada, não raras vezes exatamente pelos que deveriam preservá-la. É bem verdade que essa grande devastação cujos efeitos já se fazem sentir é fruto de uma política pensada alhures com pouca ou nenhuma interferência dos amazônidas, política essa implantada a partir dos governos militares que consiste em dar primazia ao mercado e não à vida, pouco considerando o meio ambiente e garantindo incentivos para os grandes projetos<sup>3</sup> de grupos nacionais e internacionais os quais aqui se instalam desconsiderando a população nativa: pequenos proprietários e ribeirinhos com seu *modus vivendi* e o seu, em geral, harmonioso relacionamento com a floresta.

3 Hidrelétrica de Tucuruí, a Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Porto Velho – Rio Branco – Peru, a Perimetral Norte, o complexo minero-metalúrgico de Carajás, o Projeto Albras-Alunorte, Mineração Rio do Norte etc.

Tarefa fundamental para os que habitam na Amazônia, no Brasil e no mundo é conter as perdas da sociodiversidade e cuidar para que esta rica diversidade biossocial sobreviva. Cuidar da Amazônia significa conhecer as populações que aqui habitam, não para colonizá-las, mas, minimamente, para cumprir o determinado na Constituição Brasileira de 1988, ou seja, assegurar seus modos próprios de vida e aprendizagem, inclusive a utilização de suas línguas maternas. Estudar a Amazônia, sua gente, seus valores, seus costumes, apropriar-se desse conhecimento e utilizá-lo a serviço da humanidade, sem desperdiçá-lo: eis a responsabilidade social de todos e todas.

A Amazônia precisa entrar definitivamente no currículo da educação escolar, iniciando pela educação infantil e acompanhar todos os níveis e modalidades de ensino ao longo do percurso acadêmico, integrando os programas de formação continuada dos professores. Esse é um conteúdo indispensável para o bem do planeta e do Brasil, para o bem da Amazônia. De modo especial, os currículos da educação infantil devem estar ‘encharcados’ pela cultura amazônica e pela preservação do meio ambiente, no sentido de contribuir para a constituição do sujeito que aqui vive, para pensar e viver de forma harmoniosa com a natureza, utilizando-a, porém cuidando e preservando-a. Também em uma perspectiva humanista-cristã, afirma Leonardo Boff (2011):

(...) Mais da metade da humanidade vive fora dos sistemas organizados da sociedade, na fome, na miséria, na pobreza. O sistema do capital, o mercado competitivo, o acúmulo ilimitado à custa da degradação da natureza provocam massas de destituídos e de despossuídos. Estamos destruindo a base físico-química que sustenta a vida. Estamos agredindo o planeta. Diria que a humanidade se uniu para fazer guerra contra a mãe Terra: atacá-la no solo, no ar, nas águas, na floresta. Só que nessa guerra não temos chance alguma de ganhar, porque a Terra não precisa de nós para viver, mas nós precisamos dela. Esta é a injustiça ecológica. A outra questão é de injustiça social: não temos sentido de equidade. Não distribuímos os bens da natureza para que todos possam participar e garantir a reprodução de suas vidas. É uma humanidade sofredora (...).

Pode-se, pois, afirmar que a construção dessa relação respeitosa com todos os elementos da natureza – aqui incluídos os seres vivos e os inanimados – e, de modo especial, a proteção da vida devem integrar os currículos desde a mais tenra idade.

A educação infantil deverá respeitar as especificidades das crianças amazônicas para que realmente estas possam estar em ambientes de aprendizagem desafiantes, acolhedores, familiares, sentindo-se incluídas, pertencendo a este espaço por que se respeitam suas diferentes linguagens e brincadeiras.

## A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CENÁRIO BRASILEIRO

A Constituição Federal de 1988 traz significativas mudanças para a infância brasileira, regulamentadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelas Constituições Estaduais; pelas Leis Orgânicas dos Municípios; pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; pela Lei Orgânica da Assistência Social; pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; pelos Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil; pela Emenda Constitucional 53/06 que cria o Fundeb<sup>4</sup>; pela Emenda Constitucional 59/2009 (que torna obrigatória a educação dos quatro aos 17 anos), pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

No conjunto desse novo ordenamento legal, a educação infantil passa a constituir-se como direito social da criança brasileira e dos trabalhadores/as urbanos e rurais. Na condição de direito, é devida a todos e a todas. Uma política pública de caráter universal não se destina, portanto, apenas à “infância desvalida” ou a criança em “estado de vulnerabilidade”. Nessa condição, a Educação Infantil torna-se um bem público, direito de todas as crianças, independente da classe social, gênero, etnia, raça ou territorialidade e dever do Estado, tal como afirma a Constituição Federal, em seu Artigo 7º, inciso XXV: “(...) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escolas” (BRASIL, 2011a). Esse artigo é complementado pelo Artigo 208, inciso IV, em que se evidencia a responsabilidade do Estado estabelecendo que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “(...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos” (BRASIL, 2011b). Cabe, ainda, destacar, na legislação constitucional, o Artigo 227, que, mais uma vez, reforça o papel do Estado no concernente à Educação, neste caso, àquela destinada às crianças e adolescentes.

(...) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão<sup>5</sup> (BRASIL, 2011c).

- 
- 4 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério.
  - 5 Importa ressaltar, como afirma o deputado Miki Breier (PSB), que “esse artigo teve o peso de um milhão e meio de assinaturas, a partir da emenda popular denominada ‘Criança, prioridade nacional’, liderada pelo Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) e Pastoral

Estando, portanto, em vigor a lei, é dever de todos efetivá-la. E, na medida em que houver o controle social, coloca-se a possibilidade de ganhar a disputa real.

Conforme o exposto, hoje, no Brasil, a educação escolar começa ao zero ano de idade, sendo a educação infantil, a primeira etapa da educação básica. Relativamente à faixa etária abrangida pela educação infantil, destaca-se que, em fevereiro de 2006, é sancionada a Lei n. 11.274<sup>6</sup> que regulamentou o ensino fundamental de nove anos<sup>7</sup>. Em função da referida lei, seu artigo 2º explicita:

(...) A organização do ensino fundamental de 9 (nove) anos e da educação infantil adotará a seguinte nomenclatura: etapa de ensino – educação infantil-creche: faixa etária – até 3 anos de idade – pré-escola: faixa etária – 4 e 5 anos de idade. Etapa de ensino – ensino fundamental de nove anos: até 14 anos de idade. Anos iniciais – faixa etária: de 6 a 10 anos de idade – duração 5 anos. Anos finais – faixa etária: de 11 a 14 anos de idade – duração 4 anos (BRASIL ESCOLA, 2011).

Destaca-se que até 2016, pela Emenda Constitucional n. 59 (BRASIL, 2009), todas as crianças a partir de quatro anos de idade devem estar obrigatoriamente matriculadas em uma unidade de educação infantil que ofereça educação pré-escolar. A figura 1 (Anexo) evidencia, no contexto da educação escolar brasileira, a localização da educação infantil. Assim situada, esta tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança nos seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), assim se pronuncia no concernente à educação infantil:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

---

do Menor, que mobilizou a sociedade brasileira de Norte a Sul, e que não deixou sombra de dúvida quanto ao anseio da população por mudanças e pela remoção daquilo que se tornou comum denominar entulho autoritário – que nessa área se identificava com o Código de Menores”. Grande Expediente Especial – 18 anos do ECA. Disponível em <[http://jij.tj.rs.gov.br/jij\\_site/docs/DOCTRINA/GRANDE+EXPEDIENTE+ECA+REV+.HTM](http://jij.tj.rs.gov.br/jij_site/docs/DOCTRINA/GRANDE+EXPEDIENTE+ECA+REV+.HTM)>. Acesso em: 15 set. 2011.

6 A Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade.

7 As legislações pertinentes ao tema são: Lei n. 11274/2006, PL 144/2005, Lei 11.114/2005, Parecer CNE/CEB n. 6/2005, Resolução CNE/CEB n. 3/2005, Parecer CNE/CEB n. 18/2005. O Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica, através da Resolução n. 3, de 3 de agosto de 2005, define normas nacionais para a ampliação do ensino fundamental para nove anos.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I – creches ou entidades equivalentes, para as crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de quatro a cinco anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento (BRASIL, 2010a).

Os artigos da LDB enunciam as instituições próprias para o desenvolvimento das atividades em educação infantil, ou seja, creches e pré-escolas; destacam a faixa etária (para matrícula) de até três anos para creches e de quatro a cinco para a pré-escola, pronunciando-se, por fim, sobre a avaliação, informando que esta não tem o caráter nem de promoção e muito menos de reprovação, devendo apenas registrar o desenvolvimento da criança. Não pode ser exigido de uma criança, portanto, saber ler ou escrever, para o ingresso no ensino fundamental, ou até mesmo que tenha frequentado uma instituição de educação infantil, pois a única condição exigida pela Constituição Brasileira para o ingresso no ensino fundamental é a de ter completado os seis anos de idade.

Outros direitos que possuem regulamentações específicas referem-se à construção, equipamento, credenciamento, currículo, avaliação e ao exercício do magistério. Algumas publicações orientam toda a educação infantil brasileira, quer esta seja ministrada em instituição pública ou privada, destacando que, nesta última categoria, incluem-se as escolas privadas confessionais, filantrópicas e comunitárias, quer estejam localizadas no campo ou na cidade. Definem-se também os critérios de qualidade que deverão orientar sua concepção, edificações, seus equipamentos, bem como a organização do espaço. Entre estes documentos seis deles merecem destaque.

1. *Crerios para um atendimento em creches que respeitam os direitos fundamentais das crianças*. Esta publicação, de fundamental importância, data de 1994, tendo sido reeditada em 1999, e constitui um referencial para todo Brasil. O documento focaliza os principais direitos das crianças, relacionando conteúdo e imagens, além de ter sido editado sob a forma de texto e na época de vídeo cassete, permanecendo atuais.

2. *Subsídios para credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil*. Documento em dois volumes constituído por artigos e orientações sobre os requisitos básicos para o credenciamento de unidades de educação infantil, que posteriormente foi substituído pelos *parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil*. É uma publicação em dois volumes datada de 2006 que vem ao encontro de estudos que estão sendo desenvolvidos por pesquisadores e em discussão com a rede de ensino sobre quais devem ser os

indicadores de qualidade a serem considerados em unidades de educação infantil que promovam o acolhimento, o respeito e pratiquem a democracia no seu interior e possam atender à enorme diversidade de crianças e infâncias existentes no território brasileiro.

3. *Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil.* Constitui-se numa publicação em dois volumes, datada de 2006, fruto de intensas discussões e que aponta como se podem construir estruturas educacionais para os pequenos e pequenininhos que garantam a qualidade dos ambientes das instituições de educação infantil, representados estes por conforto, higiene, possibilidade de interações, desafios, aprendizagem e brincadeiras.

4. *Política nacional de educação infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.* É um documento reeditado em 2006, a partir de uma publicação também de 1994 que tem por finalidade definir para a sociedade brasileira qual é a política que está sendo praticada pelo Estado brasileiro para a educação das crianças de zero a cinco anos.

5. *Orientações sobre convênios entre as secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas e sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil,* publicado em 2009, estabelece as bases para firmar convênios com entidades que respeitem a criança e dão a ela o direito de viver a sua infância.

6. *Indicadores de qualidade da educação infantil.* Ainda no âmbito das publicações este documento de 2009 pauta a autoavaliação das unidades de educação infantil que deverá ser feita de forma coletiva, participativa, envolvendo os diferentes segmentos dessa comunidade escolar. Se a unidade de educação infantil utilizar esse instrumento de avaliação terá um diagnóstico das reais condições da unidade, possibilitando ao poder público formular políticas para a superação das dificuldades encontradas bem como potencializar as práticas de qualidade já consolidadas.

Estes documentos – disponibilizados no site do Ministério da Educação – foram escritos por especialistas da área, por meio da escuta da comunidade científica, bem como de professores e militantes da área de educação infantil.

Relativamente, ainda, aos documentos orientadores da educação brasileira registra-se a Resolução CEB n. 1, de 7 de abril de 1999, que institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, definidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Estas possuem caráter mandatório, evidenciando o estabelecido, em nível nacional, como normas a serem observadas pelas entidades públicas e privadas

que oferecem educação em creches e pré-escolas para as crianças brasileiras. Conforme tal resolução, a educação infantil é uma política pública, que implica exigências de qualificação para o exercício do magistério. Para ser professor/a de crianças que frequentam a creche ou a pré-escola admite-se o nível médio modalidade normal, porém, o horizonte de formação é a licenciatura de graduação plena em cursos em Pedagogia. Assim dispõe a lei de diretrizes e bases da educação nacional (Art. 62):

(...) A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 2010a).

A oferta de vagas para a educação infantil (creches e pré-escolas) é, prioritariamente, de competência dos municípios, o que não exime nem o Estado e nem a União de, concorrentemente, ofertarem programas para este nível de educação, na medida em que o artigo 30 (inciso VI) da Constituição brasileira é claro ao dispor, de acordo com a Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006, que é da competência dos municípios manterem “(...) com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental” (BRASIL, 2011a).

A educação infantil, instituição intencionalmente educativa, complementa a ação da família e da comunidade, fundamentando suas atividades em um projeto político-pedagógico que privilegie uma concepção de criança como cidadã, sujeito de direitos, competente, produtora de cultura que atravessa uma fase peculiar de desenvolvimento e que tem no educar e cuidar duas funções indissociáveis.

Sendo – conforme já sublinhado – uma política pública, de caráter universal, possui recursos específicos fixados em lei para o seu financiamento com destaque para o salário-educação que se estende a toda educação básica, e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) que inclui creche e pré-escola. O Fundeb caracteriza-se por ser um fundo contábil que se materializa em cada Estado da federação, sendo, portanto, 27 fundos com a vigência de 14 anos e abrangendo toda a educação básica. O Fundeb corresponde a 20% de determinados recursos, dos quais 60%, no mínimo, destinam-se à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício na Educação Básica e 40% à manutenção e desenvolvimento de ensino.

A educação infantil é, portanto, uma política de ação integrada, com uma clara concepção de criança que, como todo ser humano, também é um ser histórico, vivendo em uma determinada época, pertence a uma família inserida em numa determinada sociedade, com uma diversidade sociocultural, com o direito de ser cuidada e educada em instituições públicas, nas quais possa se relacionar com outras crianças e adultos que não sejam apenas os de sua família.

## A EDUCAÇÃO INFANTIL NA AMAZÔNIA

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, vem ganhando espaço, *status* e visibilidade, principalmente, após a Constituição de 1988. Está inserida na legislação que estrutura e organiza a educação escolar brasileira. Sob pressão, a creche foi incluída no Fundeb, possuindo, portanto, fontes de financiamento, como o salário-educação. Fora a inclusão das creches no Fundeb, as pesquisas evidenciam, além dos orçamentos nas três esferas administrativas, a potencialidade desse universo ao qual a mídia volta-se cada vez mais. Há maior conscientização por parte da sociedade para a importância dos primeiros anos de vida no que respeita a constituição do ser humano e aumenta significativamente a demanda por creche e pré-escola.

Todavia, se há um nível de educação com enorme disputa e vulnerabilidade, particularmente na região Norte, que se torna tão assustadora quanto a derrubada das florestas é a educação infantil. Na Amazônia, essa disputa e vulnerabilidade são muito alargadas por ambiguidades em relação à concepção de criança e de educação infantil e por décadas de pouco investimento nesse nível de educação, representado, entre outros fatores, pela falta de vagas em creches e pré-escolas, bem como pela inadequação da formação do/a professor/a, prédios e ambientes.

A educação infantil está na legislação, bem como a concepção de criança, mas não está consolidada no cotidiano da sociedade e, muitas vezes, nem mesmo nos órgãos que deveriam zelar pela sua implantação.

Algumas questões merecem reflexão: que concepção de criança a sociedade possui? Seria um adulto em miniatura? Seria uma “tabula rasa” – como queria John Locke (1632-1704)? Seria um ser que, ao nascer, é essencialmente bom e que, se deixada livre, descobre a beleza, a virtude, a verdade, mas que, em contato com a sociedade, é corrompida, segundo Jean Jacques Rousseau (1712-1778)?

Ou seria, segundo Dahlberg, Moss e Pence (2003, p. 69) que, citando Malaguzzi, afirmam: “(...) nossa imagem da criança é como rica em potencial, forte, poderosa, competente e, mais que tudo, conectada aos adultos e às outras crianças”.

A criança é realmente sujeito de direitos como quer o Estatuto da Criança e do Adolescente? A concepção de criança está em disputa (TANCREDI CARVALHO, 2009), assim como a concepção de educação infantil. Um bebê de sete meses de idade deve ir à creche? Por que muitos municípios ao realizarem concurso público para o exercício do magistério em educação infantil não observam o mínimo exigido por lei? Por que há mandatos judiciais obrigando a escola a matricular no ensino fundamental crianças de cinco anos de idade, quando ela deveria estar na pré-escola? Por que são propostos programas e espaços alternativos e emergenciais para as crianças? São questões que evidenciam o tamanho da disputa e do desafio.

Na região Norte há, ainda, o desafio da quantidade. Segundo dados do IBGE/PNAD/2007, as crianças matriculadas nas creches (com idade entre zero a três anos), correspondem a 7,5% (BRASIL/MEC/SEB, 2009) da população. Para se ter ideia do tamanho da desigualdade na oferta de vagas em creches, basta comparar com a média nacional para esse nível de educação que é de 17,1% e com as metas do Plano Nacional de Educação, com vigência entre 2001 a 2011. Até 2006, deveriam estar matriculadas em creches 30% e até 2011, 50% das crianças, sendo, portanto, o acesso muito restrito. A defasagem é, pois, grande em termos de Brasil, porém, maior ainda em nível regional.

No que concerne à pré-escola, os dados são um pouco mais animadores. Segundo a mesma fonte, o percentual é de 59,7%, embora esse número não consiga atender a demanda e nem o estabelecido pelo PNE. Em 2006, deveriam estar frequentando a pré-escola 60% das crianças e, em 2011, 80% das crianças de quatro e cinco anos. Tem-se, portanto, o desafio da quantidade.

Em 2005, o percentual de professores sem habilitação corresponde na região a 15,7% (MEC/INEP/Censo escolar de 2005). Conforme já foi demonstrado, o mínimo exigido para ser professor/a de crianças em creches e pré-escolas públicas ou privadas é o nível médio, modalidade normal. A região Norte sequer atende a esse mínimo admitido. Estados como Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima tiveram que aderir a um programa do Ministério da Educação denominado Programa de formação inicial para professores em exercício na educação infantil (Proinfantil) que é um curso de nível médio, modalidade normal, à distância, com significativa carga horária presencial e duração de dois anos, envolvendo os três entes federados, a União representada pelo Ministério da Educação e pelas universidades federais, os Estados por meio de suas secretarias de educação e os municípios via prefeituras e secretarias de educação. Tem-se, portanto, o desafio da formação.

Grande parte dos prédios é inadequada, pois a grande maioria é adaptada e sem infraestrutura física ou pedagógica. Não raras vezes, não há ventilação nem espaços para as crianças se movimentarem quer seja na área interna ou externa, tão necessária para as diferentes atividades das crianças.

Os/as professores/as não dispõem de material que possibilitem a autoatividade ou que estabeleçam relações com as outras crianças ou mesmo livros infantis.

Acrescente-se ainda que na região Norte grande parte das unidades de educação infantil, especialmente as creches, ainda encontram-se sob a administração da área de assistência ou mesmo sob a direção das primeiras damas municipais. A lei estabelece que creche e pré-escola integrem o sistema de ensino sendo, portanto, administrativamente vinculadas às secretarias de educação. Esse é um obstáculo que deve ser enfrentado e resolvido.

Estes são alguns desafios postos e algumas das disputas todavia em curso para superá-los. Destaca-se, entre outros, um movimento em todo Brasil que aponta para mudanças significativas com o empenho, tanto da academia quanto do Ministério da Educação e de todos os que atuam na educação infantil, em construir a sua identidade: aqui estão incluídas as funções da educação infantil, a identidade da professora, as orientações curriculares etc. Qual é a função da educação infantil? De quais conhecimentos deverão ser portadoras as professoras da educação infantil? Quais são os seus fazeres? Qual é o currículo para a creche? E para a pré-escola? Há também um esforço das diferentes esferas administrativas no estabelecimento de uma política bem como de orientações que possam firmar as bases para o funcionamento de uma unidade de educação infantil com qualidade. Podemos citar alguns programas em desenvolvimento como o Proinfância – que consiste em construir e equipar unidades de educação infantil com uma elevada qualidade, programa de formação de professor em nível de graduação e pós-graduação, entre outros.

Há um movimento que cada dia cresce mais que é a organização dos fóruns de educação infantil que, juntamente com o movimento interfóruns de educação infantil (MIEIB), tem colocado o direito à educação na pauta nacional, enfrentando vários desafios sempre em defesa de creches e pré-escolas para as nossas crianças.

## CONCLUSÃO

Este artigo coloca em discussão a educação infantil, enquanto primeira etapa da educação básica, um nível de educação em disputa e com grandes desafios

a enfrentar, particularmente, na Amazônia, onde os sistemas municipais de educação nem sempre estão constituídos e onde ainda encontramos, em determinados municípios, a educação vinculada à área de assistência, havendo, portanto, pouca clareza acerca das concepções de criança e de educação infantil que se quer implantar. De tal forma, as ambiguidades se espriam pela formação de professores, pelos currículos, pela organização dos espaços, enfim...

Há, todavia há um movimento da sociedade que indica para a consolidação da educação infantil enquanto uma política pública, de caráter universal, direito das crianças e dos trabalhadores urbanos e rurais, dever do Estado, um bem social que deverá ser ministrado em creches e pré-escolas concebidas como espaços públicos, especialmente construídos para as crianças de zero a cinco anos. Este mesmo movimento considera a criança como sujeito de direitos, sendo ela forte, poderosa, competente e capaz de estabelecer múltiplas interações as quais devemos considerar, haja vista, as crianças terem sempre o que nos dizer.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Para além do capital e de sua lógica destrutiva*. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/014/14lmeszaro.htm>>. Acesso em: 15 set. 2011.
- BOFF, Leonardo. *O planeta terra é o grande oprimido de hoje*. Disponível em: <[http://www.almanaquebrasil.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10113:leonardo-boff&catid=12954:cultura&Itemid=31](http://www.almanaquebrasil.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10113:leonardo-boff&catid=12954:cultura&Itemid=31)>. Acesso em: 15 set. 2011.
- BRASIL. *Emenda Constitucional n. 53, de 19 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos art. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f6071600f/33296fa92846e48c8325730500657e9a?OpenDocument>>. Acesso em: 15 set. 2011a.
- \_\_\_\_\_. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil – 1988, com a incorporação da Emenda 14*. Disponível em: <[http://paraíso.etfto.gov.br/admin/upload/docs\\_upload/legisla01\\_constituicao.pdf](http://paraíso.etfto.gov.br/admin/upload/docs_upload/legisla01_constituicao.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2011b.
- \_\_\_\_\_. *Emenda Constitucional n. 65, de 13 de Julho de 2010. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htmart2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htmart2)>. Acesso em: 15 set. 2011c.

- \_\_\_\_\_. *Resolução CEB n. 1, de 7 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2010b.
- \_\_\_\_\_. *ESCOLA. As Legislações do Ensino Fundamental de Nove Anos*. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/politica-educacional/ensino-fundamental-de-nove-anos.htm>>. Acesso em: 15 set. 2011.
- \_\_\_\_\_. MEC. Estabelece as *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2010a.
- GREENPEACE. *O Protocolo de Kyoto*. Disponível em: <[http://www.greenpeace.org.br/clima/pdf/protocolo\\_kyoto.pdf](http://www.greenpeace.org.br/clima/pdf/protocolo_kyoto.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MÉSZÁROS, István. Reflexões e perspectivas das relações entre capital e Educação. Entrevista concedida por István Mészáros a Maria Isabel Batista Serrão e Patricia Laura Torriglia em 21 de novembro de 2007. Florianópolis. Santa Catarina. Brasil, in: *Perspectiva*, Florianópolis, v. 27, n. 2, 533-540, jul./dez. 2009.
- TANCREDI CARVALHO, Ana Maria Orlandina. Título do artigo?, in: MONTEIRO, Neusa Maria *et al.* (org.) *Ensaios de filosofia & educação: cultura, formação e cidadania*. Belém: EDUFPA, 2009.

#### WEBGRAFIA

- <<http://www.portalbrasil.net/brasil.htm>>.
- <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>.
- <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=859](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=859)>.

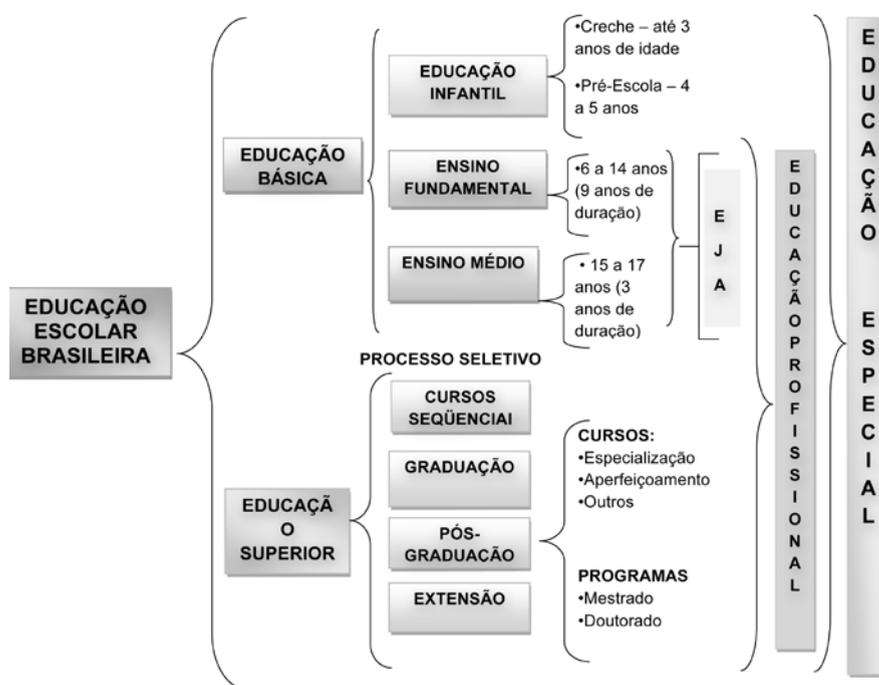


Fig. 1. Elaboração: Ana Maria Orlandina Tancredi Carvalho



# ROTEIRO DE PESQUISA E ROTEIRO DE OBRA CINEMATOGRAFICA: BUSCANDO INSTRUMENTOS DE ENSINO

---

*Gutemberg Armando Diniz Guerra<sup>1</sup>*

## *Resumo*

Este texto se propõe a ser mais do que uma resenha, fazendo associações entre o roteiro de um filme (Central do Brasil) com o roteiro de pesquisa que vai da construção de um objeto às considerações finais. Oferece-se como suporte para a reflexão no aprendizado de metodologia de pesquisa a partir de material lúdico e inspira/recomenda o uso deste recurso em sala de aula e/ou como complemento para a apreensão dos elementos estruturais de procedimentos de pesquisa.

**Palavras-chave:** Epistemologia. Pedagogia. Teoria do conhecimento.

## *Resumé*

Ce texte se propose d'être plus qu'une lecture, en comparant l'itinéraire d'un film (Central do Brasil) à l'itinéraire de la recherche, allant de la construction d'un objet aux conclusions. Il se présente comme un appui à la réflexion sur l'apprentissage de la méthodologie de recherche à partir d'un matériel ludique et inspire/recommande l'usage de cette ressource en salle de classe et/ou comme complément pour l'appréhensions d'éléments structurels des procédés de recherche.

**Mots-clés:** Epistémologie. Pédagogie. Théorie de la connaissance.

---

1 Professor associado do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará.

## ROTEIRO DE FILME E ROTEIRO DE PESQUISA

O procedimento de pesquisa segue uma lógica que se constrói a partir da identificação de um problema e das possibilidades de sua resolução. Envolve planejamento desde o primeiro passo, qual seja a disposição para a investigação, ou para o exercício de construção de uma abordagem qualificada de um determinado tema em que se insere o problema. Os manuais de pesquisa, sejam eles de qualquer área de conhecimento, explicitam esses passos por meio de formulações com ajustes para cada uma delas. Estruturalmente procuram responder a perguntas que se traduzem como os elementos constitutivos da pesquisa, quais sejam o tema problematizado, os objetivos (geral e específicos), a justificativa (relevância do tema para a área do conhecimento em que se insere e para a sociedade), hipóteses, o marco teórico, os procedimentos metodológicos, que se expressam em algumas áreas como metodologia, em outras como material e métodos; resultados, discussão dos resultados e conclusões, ou considerações finais. Esse caminho se expressa em relatórios de pesquisa, monografias, dissertações e teses que seguem a mesma estrutura do plano apresentado, ainda que possam vir em ordem diversa.

Os roteiros de filmes obedecem a um planejamento para narrativas diversas, em alguns casos sendo mais evidentes e próximas dos elementos de pesquisa, em particular os filmes que exigem os mesmos procedimentos de investigação para que se dê conta da narrativa. Tanto quanto a pesquisa científica, os filmes se ancoram em argumentos que justifiquem o desenrolar do enredo, prendendo o espectador ao fio da narrativa a que se propõe.

### SEGUINDO O ROTEIRO DO FILME E PENSANDO NA PESQUISA

A melhor compreensão deste texto exige que seja assistido ao filme *Central do Brasil*, de Walter Salles (1998). Acredita-se, igualmente, que o filme será visto de outra forma, após a sua leitura e debate com outras pessoas que se associem a este exercício.

Depois de assistir ao filme *Central do Brasil*, de Walter Salles, e despertado pela forma de construção do personagem Jesus Paiva, por meio da expressão de seus diversos autores, ou seja, dos outros personagens que interagem e se reportam a ele, pode-se proceder a uma análise na qual os elementos de construção do personagem se revelam, na perspectiva de cada um deles. Os sentimentos provocados no público pelo filme foram os mais diversos, conforme

se pode verificar pelas manifestações nos mais variados veículos da imprensa. Uma delas registra, em carta publicada, sua admiração pela forma como o filme *lê o Brasil com uma doçura pungente*<sup>2</sup>. Outros, uns vivendo fora do país, outros completamente enfronhados no cotidiano brasileiro, rejeitaram a crueza com que o filme apresenta as questões. Os comentários, em geral, sobre a película, na imprensa ou por pessoas com as quais se pode comentar e ouvir, abordam diversos aspectos. O filme, de fato, é um concentrado de problemas brasileiros. A violência é o mais evidente destes aspectos, expressando-se nas suas diversas formas como o alcoolismo, a corrupção, a indignidade com a qual são tratados os profissionais do ensino, o machismo, a miséria, o desemprego, o analfabetismo, a fome, o problema do transporte e a religião.

Neste trabalho – que chegou a ser indicado, entre muitas outras, à premiação de melhor filme estrangeiro pela Academia Americana de Cinema, tendo obtido também a indicação de melhor atriz para Fernanda Montenegro (2011) – verifica-se como uma de suas maiores virtudes o fato de seu principal ator ser um sujeito oculto. Fosse mais criativa a Academia Americana de Cinema, o prêmio por ela oferecido, o Oscar, seria dado a este personagem, o Jesus de Paiva, ou teria sido criado um novo tipo de premiação para o caso apresentado: poderia haver o prêmio de melhor personagem, mesmo que ele fosse um sujeito oculto.

De fato, dois são os objetos a serem construídos, desconstruídos e reconstruídos no filme. O pai do menino, elemento empírico, motivo aparente de toda a trama e o pai das mulheres (Dora e Irene), idealizados e explicitados por elas negativamente como alcoólatras, mulherengos, inconstantes junto às famílias, violentos, mas de forma ambivalente, ao se reconciliarem com eles, permitindo uma tensão que se resolve apenas no final do filme-pesquisa. Pode-se dizer que é uma reflexão sobre a figura paterna e, neste sentido, o argumento e enredo se enquadram no que foi um dos temas preferidos da Psicologia em Sigmund Freud, Lacan e em autores da antropologia estrutural, como Levi Strauss.

O pai do menino Josué, Jesus, aparece no filme em diversas falas, em uma fotografia de casamento, na parede da casa de seus filhos Moisés e Josias e em duas cartas: uma enviada pela mãe de Josué, outra enviada por ele a esta senhora. Sua vida e comportamento constituem-se no principal motor do filme, por meio dos comentários dos outros personagens.

A primeira associação entre o processo de pesquisa e o roteiro é a delimitação do tema que se apresenta primeiro por uma caracterização por intermê-

2 NUNES, Paulo. Carta amorosa ao Waltinho. *Comunicado Unama*. Belém, 20.04.1998.

dio de elementos estruturais básicos e que vai se tornando complexa e problematizada. Ou seja, determina-se o tema (o pai) e se lhe problematiza, como propõe Severino (2000, p. 160) na seguinte ordem. O pai (Jesus) é apresentado, praticamente na primeira cena do filme, na fala de Ana, mulher com a qual teve um filho, Josué, apresentado na estória já com nove anos. Ana vai à estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, procurar uma escritã de cartas para enviar uma mensagem para “aquele desgraçado que não vale nada e que foi a pior coisa que me aconteceu na vida”, diz ela. O desejo do menino conhecer o pai é o pretexto para uma reaproximação, movimento que o roteiro induz como expectativa a ser atendida. A mãe da criança dita uma carta dura e agressiva endereçada a Jesus, o que se pode considerar a sua primeira aparição em cena. Em uma segunda, a primeira carta é rasgada e são escritas mais duas, uma ditada por Ana e outra por iniciativa de Dora, após as lamúrias de Ana. Em que pese toda a ação se expressar pelas palavras e argumentos da mãe, é o desejo do menino conhecer o pai que cria toda a tensão do enredo e que estabelece uma demanda de aproximação do objeto concreto de pesquisa. É a vontade de conhecer o pai, negligenciando e mesmo contrariando a construção negativa que dele fazem primeiro a esposa e mãe, e depois a escritã que move o enredo e que nos permite uma associação com o processo de pesquisa que se desenvolve neste texto.

Um tema é apresentado e problematizado, conforme uma perspectiva que vai ser verificada: o pai, beberrão, irresponsável e distante, segundo as fontes mais convincentes (mulheres adultas, vividas, independentes), vai ser checado por meio de um movimento de aproximação. A fala de Ana, analisada no detalhe, é ambivalente. Ao mesmo tempo em que demonstra desprezo, ao argumentar sobre o desejo do filho, propõe-se ela também a uma aproximação, liberando-se do trabalho durante um mês, para apresentar o menino ao seu ex-companheiro. A dúvida se instala, assim, desde os primeiros movimentos da trama e, como se sabe, é a incerteza sobre um determinado objeto o maior motivo de uma pesquisa (DESCARTES, 2005, p. 41). A delimitação do tema a partir de um problema concreto (contatar o pai do menino), o movimento de escrever a carta e enviá-la, como gesto que resolveria, vai se demonstrar problemático na sua própria construção, conforme se vê na sequência.

Dora, a escritã, condena a missiva ao purgatório das não enviadas depois de uma triagem que promove, a cada dia, junto com sua amiga Irene, ao chegar em casa. Ana dá os primeiros elementos para que Dora projete uma imagem do personagem Jesus como beberrão, irresponsável e violento. Dora o associa à imagem de seu próprio pai, caminhoneiro, beberrão e mulherengo, e reforça

seu rancor, generalizando a imagem dos pais quando expressa que sua melhor amiga, Irene, teve pai de igual profissão e comportamento. Neste momento, ganha densidade freudiana a construção do pai, feita por mulheres solitárias, infelicitadas pela relação negativa com seus genitores. Encerra-se aqui, uma primeira fase de construção do objeto – o pai, não apenas como o pai concreto do menino Josué –, mas como conceito de uma categoria complexa e abstrata.

O envolvimento de Dora na trama vai modificar o seu posicionamento em relação ao objeto de pesquisa. Ana morre, bruscamente, deixando Josué sozinho, órfão, no Rio de Janeiro. Dora o adota para, em seguida, vendê-lo a Pedrão, o guarda de segurança da Central do Brasil, mercenário e escroque. Advertida por Irene das verdadeiras intenções do escroque – vender o garoto para extração de órgãos por famílias do exterior –, Dora recupera Josué, é forçada a fugir do Rio e resolve devolver o garoto ao pai, no endereço deixado por Ana. A ambivalência da figura paterna vai fazer a ligação de Dora com o menino durante todo o enredo. É a busca do pai de Josué que Dora promove como pretexto, depois de se envolver completamente na história do garoto, mas, no fundo, Dora busca encontrar e se reconciliar com a figura do seu próprio pai, conforme se vai afirmar no desenrolar do filme.

Por expressar a forma de concepção de mundo mais comum às pessoas sem formação científica, Dora inicialmente infere, conclui e generaliza o comportamento de Jesus como sendo normal ao dos homens, o que, em parte, justifica sua vida solitária, projetada também em Irene. O que o filme oferece de melhor é que a construção de uma hipótese – a de que Jesus, pai de Josué, é um bêbado e irresponsável – vai ser testada em um longo processo de busca. Assim como afirma Popper que “(...) o trabalho do cientista consiste em elaborar teorias e pô-las à prova” (POPPER, 1993, p. 31), Dora é obrigada a checar não apenas a existência e o endereço, mas também a compreender o comportamento do personagem-pai que ela não conhece, mas com o qual se envolve até as últimas consequências.

A presença de ideias, anteriormente formadas, se imiscui na elaboração da figura do pai que está sendo procurado, podendo ser associada aos principais autores que se tornaram referências sobre os métodos de pesquisa (BACON, 2011; BACHELARD, 1969; DESCARTES, 2005) e que, cada um a seu modo, procura promover o distanciamento (ELIAS, 1993) necessário para chegar à conclusões isentas da influência das ideias formadas a partir de outras vivências e percepções. A imagem negativa de marido, amante beberrão, elaborada e expressa por Ana, Dora e Irene, se contrapõe a outras, com a do menino Josué, que exalta o pai como carpinteiro, construtor de casa, de móveis, de brinque-

dos como o pião e de um “montão de coisas”, e a de Josias, cauteloso em emitir opiniões. Por diversas vezes, Dora enfrenta Josué, dinamitando a imagem positiva do pai, reforçando seus argumentos com a lembrança que tem do seu próprio genitor, desautorizando seus argumentos por ser ele ainda uma criança. Os argumentos da escritã ora se reforçam quando, por exemplo, trilhando as pistas para encontrar Jesus, os informantes dão conta de que ele *bebeu* a casa todinha na venda. Ora a imagem do pai suaviza-se, quando, por exemplo, Dora conhece um caminhoneiro protestante, abastêmio, respeitoso que lhe dá carona e protege durante parte da viagem. É a imagem oposta ao que ela e Irene apresentaram em cenas anteriores. Apaixonando-se pelo motorista do caminhão, Dora resolve investir e é rechaçada pelo caminhoneiro que foge literalmente de sua companhia, deixando-a com Josué em uma parada de ônibus. É um momento sutil de desconstrução ou, para usar um termo bachelardiano, de ruptura epistemológica e de diferenciação do senso comum. A partir deste momento, nem todo caminhoneiro é beberrão, mulherego e irresponsável, como vinha sendo afirmado categoricamente por Dora.

A pressa de Dora em encontrar o pai de Josué, bem como as perguntas feitas com imprecisão, induzem a erros e demonstra a necessidade de cautela no processo de pesquisa. Isto se evidencia mais concretamente quando Dora encontra Jessé, novo proprietário do sítio onde Jesus morava, assim como outro morador do aglomerado urbano, na rua Nova, onde Jesus teria morado, mas *ninguém sabia mais dele pois sumira no mundo...* Entretanto, quando tudo parecia perdido, Dora e Josué encontram uma nova pista. Estar no campo, próximo do problema, oportuniza sempre novos movimentos a uma busca. O encontro, aparentemente casual, não teria ocorrido se os pesquisadores (Dora e Josué), não estivessem no terreno e não tivessem inquirido as pessoas sobre o seu objeto. Josias, um dos filhos de Jesus, apresenta-se e acrescenta novos elementos sobre a vida da personagem. Depois da morte da primeira esposa, Jesus teria se apaixonado por Ana Fontenelle que partira grávida. Desesperado, cansado de esperar a volta de Ana, Jesus teria se viciado no álcool, perdido a casa por dívidas e partido sem dizer para onde. Uma carta enviada pelo carpinteiro para Ana Fontenelle há seis meses, foi devolvida pelo correio. Não aberta pelos filhos Moisés e Josias, é, finalmente apresentada a Dora, que a lê em voz alta. Jesus revela seu paradeiro, no Rio de Janeiro, onde tentava reencontrar Ana. Na carta, pede perdão e promete voltar depois de tentar a sorte na cidade grande ou no garimpo.

A *pesquisa de campo* de Dora, que se traduz neste texto, como tendo sido todo o seu percurso, seguindo as pistas para encontrar o senhor Jesus de Paiva,

o seu contato com diversos informantes, com os filhos do carpinteiro e os depoimentos que explicam o comportamento anormal de Jesus, lhe dá novos elementos para reconstruir o objeto numa outra perspectiva.

A relação de Dora com Josué, modificada ao longo da história, é demarcada pelo momento de crise que se resolve com a intervenção do componente religioso, em segundo plano, e do econômico, em primeiro plano. No meio de uma romaria, famintos, eles discutem e Josué foge para o meio da multidão. Dora corre atrás do garoto, desesperada, e desmaia na capela de ex-votos. Josué a encontra e a crise se desfaz. Uma associação pode ser feita entre o que demanda a pesquisa (o menino Josué), e o que a financia e executa (Dora). No primeiro momento, o papel de Dora era exercido por Ana que morre atropelada e praticamente inviabiliza a busca por ela mesma. Retomada por Dora, depois de percalços descritos anteriormente, a busca continua sob os auspícios de um adulto.

A aventura de Dora, na expectativa de encontrar um sujeito que conhecia – ou do qual tinha notícias por terceiros, através, portanto, de fontes secundárias – é uma saga comparável à dos pesquisadores científicos. Os diversos momentos em que as pistas ou os resultados precisam ser checados confirmam-se ou não, como no caso dos endereços e das personagens que poderiam ser, mas não são o pai de Josué, são momentos-chave do filme e, por semelhança, do processo de pesquisa. Esse processo configura a fase em que o pesquisador precisa exercitar o distanciamento para não tomar como verdadeiro um resultado que precisa ser validado. E no caso de se demonstrar sua inadequação após o teste, o pesquisador não deve esmorecer de retomar novas pistas e prosseguir sua busca. Neste sentido, Dora é um excelente exemplo de persistência, característica importante para um pesquisador e fundamental para grandes empreendimentos, como costuma ser a pesquisa.

Rica de significados é a cena em que Dora, satisfeita por ter promovido o encontro dos irmãos Josué, Josias e Moisés, todos, como se sabe, filhos de Jesus, em uma casa de conjunto habitacional popular, deposita as cartas em um móvel acima do qual se encontra uma foto retocada como pintura do casal e foge. Ficam ali, presentes, os documentos que permitiram a construção primeira e a reconstrução do objeto – a carta de Ana, a carta de Josué, o retrato do casal, os meninos dormindo e Dora. Esta, na cena final, encerra sua busca com outro documento – um relatório de pesquisa –, sua carta para Josué. Nesta, ela expressa, a esperança da volta do pai e confessa estar convencida de que ele seria como o garoto dizia. Deixar o garoto com seus irmãos é considerado missão cumprida e a possibilidade de encontro com

o pai é também uma esperança. A carta de Dora encerra, porém, com uma frase de reencontro dela com suas recordações: *tenho saudade do meu pai! Tenho saudade de tudo!* Diz ela.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os limites da comparação entre a construção de um objeto qualquer e um objeto científico estão em que a atividade de pesquisa exige planejamento e a busca de objetividade como elemento essencial em sua elaboração e exposição, o que se expressa por meio de normas comuns ao campo da ciência. No caso das obras de arte, como o cinema, em particular no caso do filme utilizado neste exercício, o espaço do subjetivismo é considerável, deixando margem aberta à checagem de hipóteses importantes e ainda não testadas. Pode-se contrargumentar, porém, e com razão, que o papel da pesquisa é o de abrir novas interrogações e possibilidades. Ficam em aberto, no caso de *Central do Brasil*, o paradeiro do pai dos meninos e a veracidade do que está posto na carta que se apresenta como desfecho do enredo.

O fundamental, entretanto, neste texto, é explorar a forma de abordagem de um determinado assunto, de forma metódica, permitindo a construção de um objeto de estudo segundo critérios epistemológicos convincentes e, para isto, o filme se constitui em instrumento que se presta satisfatoriamente a este objetivo.

Outros filmes poderiam entrar no rol destas possibilidades de análise, como *Rashomond*, de Akira Kurosawa (1950), *Cenas de um casamento* (1974), de Ingmar Bergman, *O Nome da Rosa* (1986), dirigido por Jean-Jacques Annaud, inspirado do livro com mesmo título, de Humberto Eco (2004).

### REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. *La formation de l'esprit scientifique: contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. Paris: J. Vrin, 1969.
- BACON, Francis. *Novum Organum*. Disponível em: <[http://cultvox.locaweb.com.br/livros\\_gratis/novum\\_organum.pdf](http://cultvox.locaweb.com.br/livros_gratis/novum_organum.pdf)>. Acesso em: 18 agos. 2011.
- CENAS DE UM CASAMENTO. Produção de Ingmar Bergman, Suécia, 1974. 1 videocassete (163 min): VHS, NTSC, son. color. Legendado. Port.
- CENTRAL DO BRASIL. Produção de Walter Salles. Barueri: Europa Filmes, 1998. 1 video cassete ( 112 min.): VHS, Ntsc. Son. color. Port.

- DESCARTES, René. *Discurso do método: regras para a direção do espírito*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- ECO, Humberto. *O nome da rosa*. Lisboa: Difel, 2004.
- ELIAS, Norbert. *Engagement et distanciation*. Paris: Fayard, 1993.
- KUROSAWA, Akira. *Rashomon*. Japão: Daiei Motion Picture Co., 1954.
- MONTENEGRO, Fernanda. *Central do Brasil*. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/fernandamontenegro/central.htm>>. Acesso em 18 agos. 2011.
- NOME da rosa. Produção de Jean-Jaques Annaud. São Paulo: Tw Vídeo distribuidora, 1986. 1 Videocassete (130 min.): VHS, Ntsc, son., color. Legendado. Port.
- NUNES, Paulo. Carta amorosa ao Waltinho. Belém, *Comunicado Unama*, 20 de abril de 1998.
- POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Ed. Cultrix Ltda, 1993.



## DA TIERRA FIRME À AMAZÔNIA

---

Romero Ximenes<sup>1</sup>

### Resumo

O autor desenvolve uma análise antropológica da constituição histórica-cultural-mitológica da Amazônia enquanto região. De “Região Norte” originalmente, a futura Amazônia reivindica a nova identidade na explosão da economia da borracha, separando-se do Nordeste. O mito das Amazonas desenvolve um “imperialismo” nominando o grande rio e, depois, a própria região. Em tempos de reorganização territorial, o autor levanta parte da história cultural deste problema.

**Palavras-chave:** Amazônia. Identidade. História. Cultura. Mito.

### Resumen

El autor desarrolla un análisis antropológico de la constitución histórica-cultural-mitológica de la Amazonía en cuanto región. De la “Región Norte” originalmente, la futura Amazonía reivindica la nueva identidad en la explosión de la economía del caucho, separándose del nordeste. El mito del Amazonas desarrolla un “imperialismo” denominado el grande río y, después, la propia región. En tiempos de reorganización territorial, el autor levanta parte de la historia cultural de este problema.

**Palabras llave:** Amazonía. Identidad. Histórica. Cultura. Mito.

O processo inicial de ‘achamento’ do território e de invenção da Amazônia é obra de dois rebeldes ou dissidentes espanhóis: Vicente Pinzón e Francisco de Orellana. O primeiro havia sido integrante da expedição de Colombo (1492) e o segundo era um dos comandantes de Pizarro que partira de Quito em busca do El Dorado e das árvores de canela.

Pinzón fora o *El Capitán* da Niña, caravela que, junto com a Pinta, havia sido mobilizada por Martin Alonso Pinzón, seu irmão, e compunha a expedi-

---

1 Professor de Antropologia da Universidade Federal do Pará – UFPA.

ção descobridora da América que tinha dimensões de empresa privada, muito embora a Coroa tenha custeado o pagamento da tripulação e os suprimentos para a viagem. A família de Pinzón era rica e influente na região de Palos e mostrou ter projeto próprio, manifestado ainda durante a viagem.

Martin Alonso Pinzón chegou à nova terra antes de Colombo (*Guanahami*) e separou-se do restante de flotilha quando o grupo se encontrava na costa da Ilha Espanhola, tendo desaparecido a 21 de novembro e retornado somente em 6 de janeiro seguinte, o que impossibilitou o socorro à nau Santa Maria, capitaneada por Colombo, que havia encalhado. Pinzón não obedecera ao comando do almirante porque pretendia chegar primeiro a Cipango, a suposta terra das imensas riquezas que o imaginário europeu construía.<sup>2</sup>

Os Pinzón voltam a recompor seu projeto para o novo mundo em 1499, quando Vicente Pinzón recebe licença imperial para viajar para o Ocidente e buscar descobrir novas terras, desde que não tocasse nas terras já descobertas por Colombo. Este descobrira ilhas várias e agora se tratava de descobrir a “Terra Firme”, isto é, terras continentais. Assim, o conceito geográfico de “Tierra Firme” é um elemento fundador para a Amazônia e para a América, na medida em que é referido desde o Diário de Colombo e até hoje continua com largo uso popular com o mesmo sentido original no Norte do Brasil.

Vincente Pinzón partiu de Palos no início de dezembro de 1499 com quatro caravelas, comandando a “nau capitânea” e duas sob o comando de seus sobrinhos Diogo Hernandez e Ayres Perez e pilotadas por Juan Jerez, Juan Quinteros e Juan de Umbria que haviam participado com Colombo das viagens de descoberta do Novo Continente.

Entre 20 e 26 de janeiro de 1500, chegaram a uma praia deslumbrante que denominaram de “Rostro Hermoso” e estavam no paralelo 9º de latitude Sul na costa do atual Brasil, na parte proeminente logo denominada de “Santa Maria de la Consolación” por Pinzón e, posteriormente, conhecida como Cabo de Santo Agostinho. Fincou uma cruz e tomou posse da terra em nome da Coroa de Castella. Com Deus e com o Estado se proclamam descobridores do futuro Brasil.

Daí tomou rumo norte e dias depois foi surpreendido por um fenômeno desconhecido, perceberam que “se achavam sulcando um mar de águas doces, diante do qual como que (se) haviam recuado as águas do oceano.” Era a foz de

---

2 *Diário de Colon*. Francisco Morales Padron (Ed.) Prólogo: Paolo Emilio Taviani. Sevilla: Ediciones Guadalquivir, 1995.

um rio de impressionante volume d'água que Pinzón batizou de “Santa Maria de la Mar Dulce”<sup>3</sup>

O choque da luta do rio com o mar, da água doce do rio superando a salinidade marinha causa espanto. O despejo das águas do futuro rio Amazonas adoçava o mar só reconhecido pelo forte movimento das ondas e das marés. Fenômeno desconhecido para europeus pouco afeitos a volumosos cursos d'água. Mar pela grandeza e doce pelo sabor das águas. Formula-se o paradoxo primeiro: mar e doce, sob a proteção de Santa Maria. Os meses de janeiro e fevereiro representam os meses de chuvas intensas que aumentam o despejo do grande rio empurrando as águas do Oceano Atlântico por “muitas léguas”. O Atlântico torna-se doce no período das chuvas e o rio avança “vinte léguas ao mar”.

O rio transfigura-se em “mar” e constitui-se na primeira hipérbole construída pelos espanhóis, processo de definição que se tornará padrão dominante ao longo de toda a história amazônica.

A definição hiperbólica de “Mar Dulce” não é exclusiva da futura Amazônia, pois o mesmo padrão definidor foi utilizado em 1511 por Juan Diaz de Solis que buscava, através da Costa Sul do Brasil, passagem para as Molucas (Indonésia) sem invadir o mar territorial português estabelecido no Tratado das Tordesilhas. Ele acabou ingressando no estuário do Rio de la Plata e verificou decepcionado que a água não era salgada: “Pero el peso de las ilusiones triunfó sobre el realismo”<sup>4</sup> e o estuário recebeu o nome de “Mar Dulce” ou “Mar de Solis”.

Aqui podemos destacar a força do imaginário na construção da “luta pela definição” (GEERTZ, 1973), realçando o predomínio das imagens e desejos sobre a razão estrito senso.

Tudo indica, portanto, que um modo espanhol de definir, marcado pelo recurso à hipérbole, se constituirá e se reproduzirá historicamente até os nossos dias.

O “Mar Dulce” de Pinzón era conhecido nas duas nascentes andinas com o nome de Marañon. Mas antes é necessário caracterizar o continente sul-americano nos tempos da Conquista. Colombo havia descoberto ilhas e restava aos novos descobridores acharem a “Tierra Firme”, isto é, o continente.

3 Santa Rosa, Henrique A. – *História do Rio Amazonas*. Oficinas gráficas Guajarinas. Pará, 1926;

4 Bernand, Carmem y Gruzinski, Serge. *História del nuevo mundo – del descubrimiento a conquista*. La experiência europea, 1492-1550. Fondo de cultura económica. México, 1996.

Tanto no *Diário de Colombo* quanto no texto de Oviedo o conceito de “Tierra Firme” aparece. Oviedo foi contemporâneo e observador atento dos descobrimentos, tendo inclusive entrevistado Pinzón e Carbajal em torno dos descobrimentos por estes realizados e documentos, respectivamente. Tierra Firme, portanto, foi a primeira denominação feita ao continente como o oposto de ilha. Antes, portanto, dos espanhóis iniciarem o processo de nomeação da região. Tudo começou pelo rio, definido hiperbolicamente como “Mar Dulce”. Oviedo faz uma longa descrição de “Tierra Firme”, que abarca desde o Rio de la Plata até o Mar Dulce<sup>5</sup>. Oviedo também já sabia que o Mar Dulce era o Rio Maraño, denominação dada pelos conquistadores que penetravam pela costa do Pacífico. Assim, o futuro Rio Amazonas é descoberto na foz e nas nascentes e entre 1500 e 1540 é referido como Rio Maraño.

Em 1501, Pedro Martyr d’Anghiera apresenta à Corte da Rainha Isabel uma descrição detalhada da descoberta de Pinzón e retoma o tema em 1514, que no livro IX da 2ª década faz a descrição do Rio Maraño seguindo as informações de Pinzón.

Diogo Ribeiro, em 1529, publica em Sevilha sua Carta Universal, contendo o rio Maraño com a legenda: —“O rio Maraño é muito grande e nelle entram os navios pela água doce e tomam água doce vinte léguas ao mar”<sup>6</sup>.

Até 1541, as denominações da futura Amazônia remetiam a fenômenos naturais. Mar Dulce porque o rio sobrepujava o oceano por muitas léguas. Tierra Firme pela característica continental da área se opondo às ilhas.

A denominação de Maraño ou Maragnon que era usada desde as proximidades dos Andes até a foz tem origem controversa e indefinida. Para complicar, a forma portuguesa “Maranhão foi adotada por religiosos e conquistadores. Maraño significava o pássaro guará, no Norte do Brasil, e caju (*Anacardium occidentale*), em Cuba. O que é certo é que o afluente do Ucayale continua Rio Maraño até hoje e, até o século XVIII, a denominação rivalizou com a de Rio de las Amazonas ou Almazonas. Maraño foi uma denominação decorrente da presença espanhola.

Paralelamente ao processo de nomeação dos espanhóis e lusos, as populações pré-colombianas chamavam “Paraná-Assu” ou “Paraná-Guassu” ao grande curso d’água e que significa rio grande, acrescido de “tinga” que representa água clara cor de barro. Ao mesmo tempo em que nominavam o rio, definiam

---

5 OVIEDO, Gonzalo Fernandez de, *História General y natural da Las Indias*, vol II. Madrid: Ediciones Atlas, 1959, especialmente caps. VI e VII.

6 Santa Rosa, *op. cit.* o. 77.

as suas características: grande e de águas claras, o que indicava ser “rico”, isto é, piscoso, porque rico em sedimentos e plâncton.

“Os conquistadores, ao se depararem com a Amazônia, tiveram também de exaltação e simbolismo fluvial e até mitológico, quando o denominaram de Mar-Dulce, Rio-Mar, Rei-dos-Rios, Rio-das-Amazonas”<sup>7</sup>. Mas 1541 representa um momento decisivo no sentido de alterar o curso de apropriação simbólica dos novos lugares. Com a viagem de Orellana (1541-1542), descrita por Gaspar de Carbajal, o processo de apropriação dos novos lugares pela via da nomeação que institui e consagra (denominou o rio de Rio de las Amazonas e tomou posse em nome do rei) assumiu uma nova direção. Antes vimos que Tierra Firme e Mar Dulce remetiam a características físicas dos fenômenos geográficos.

Com a viagem de Orellana e a “luta” com as “mulheres guerreiras”, o processo de apropriação/nomeação instituinte assume uma representação de mito fundador de uma forma arquetípica de definição dos novos lugares. Transfigura-se das expressões do meio físico para o “grande ritual coletivo de nomeação” que resultará na composição de uma fórmula arquetípica de compreensão da realidade enquanto um “programa de percepção”.

O vigor apropriante/instituinte de americanização do mito das amazonas transforma de forma radical a lógica do imaginário voltado para a fundação deste Novo Mundo. “Vistas” nos combates contra os espanhóis nas imediações do Rio Nhamundá, na atual fronteira dos Estados do Pará e Amazonas, a área é considerada litigiosa, não tendo sido ainda possível definir a quem pertence.

A percepção do rio enquanto o “lugar” das amazonas ganhou uma força até então inusitada. A partir daí, o uso de Rio Marañon começou a declinar quanto à denominação que, costumeiramente, era usada para designar uma descoberta: o nome do descobridor, e nem sequer conseguiu se afirmar.

O Rio de Orellana teve vida precária e curta. Quando usado era junto com o nome Marañon ou Orellana, não tendo se firmado enquanto significado referencial mais expressivo.

O ato de nomeação de Rio de las Amazonas que derivou da divulgação da descoberta de Orellana – que navegou até a foz do Paraná-Assu partindo de Quito – assumiu, no contexto do descobrimento/conquista, uma função essencial junto à metrópole quanto às vantagens de se explorar o vale do grande rio.

---

7 Cf. BENCHIMOL, Samuel, *O homem e o rio na Amazônia: uma abordagem ecossociológica*, in: *Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais*. José Marcelino Monteiro de Costa (org.). Belém: UFPa/Numa, 1995.

O imaginário espanhol já definira *a priori* que as novas terras eram “riquíssimas” e talvez o “paraíso terrestre”. A expectativa era de encontrar imensos tesouros acumulados no imaginário império do Gran-Khan. A conquista do México revelara importantes tesouros. O mesmo ocorrera com a dominação dos Incas no Peru. O anúncio das Amazonas era algo providencial. Na calha do Rio Marañon, não foram encontrados por Orellana os esperados tesouros. O Reino do El Dorado não fora encontrado. As florestas de canela se mostraram economicamente inviáveis pela dispersão das árvores. Restava buscar no imaginário a importância e a riqueza da nova terra. Cada descobridor precisava demonstrar ao monarca a relevância do seu feito para a grandeza do império e a busca de recompensas que quase sempre vinham através de concessão de títulos de vice-rei ou governador-geral das terras descobertas. A própria empresa de Colombo teve este sentido, formulado enquanto contrato prévio. Não bastava descobrir, era indispensável demonstrar a relevância do feito para justificar o investimento na ocupação do espaço e em novas expedições.

Orellana anuncia o seu encontro com as amazonas num momento de intenso infortúnio. Lutava apenas para se manter vivo.

As amazonas são apresentadas como “ricas senhoras”, dirigentes de reinos riquíssimos e guardiãs de tesouros incalculáveis. Mas o território das mulheres guerreiras não era o mesmo do confronto. O “Senhorio das Amazonas” ficava a “oito jornadas” do local de onde nela se falava. Lugar este que não é físico, mas localizado no imaginário e, assim, não se pode encontrar para saquear a riqueza. Entretanto, existe e todos “sabem” e confirmam, conforme ocorrera ao longo da viagem.

As amazonas são a demonstração da riqueza da terra. Podemos observar que, em nenhuma das regiões do Novo Mundo, o mito das amazonas teve tanta força enquanto mecanismo de nomeação e de definição do espaço.<sup>8</sup>

Vemos desde a primeira viagem de Colombo a referência à Terra das Amazonas que se repete ao longo das demais. As viagens de Colombo não levam à localização de grandes civilizações nem “de grandes tesouros acumulados”, mas apenas a algumas minas de ouro e a uma natureza exuberante. Diante disto, as amazonas são invocadas como testemunho de excepcionalidade da Nova Terra.

---

8 Para os conceitos de nomeação/nomeação/apropriação simbólica e “Programa de percepção”, ver cf. BOURDIEU, Pierre, *Linguagem e Poder Simbólico*, in: *A Economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996. Para o conceito de arquétipo, ver cf. DURAND, Gilbert, *O Imaginário – Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 1998 e ELLADE, Mircea, *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70, 1993.

No vale do Paraná-Assu, as amazonas são as fiadoras de magníficos tesouros e a sua demonstração e evidência.

Tudo indica que estamos diante da seguinte fórmula: onde faltam grandes tesouros reais, recorre-se às amazonas como recurso do imaginário para o reforço de tese da presença de riquezas imensas.

No nosso meio o mito das senhoras ricas e guerreiras se impõe como mito fundante da abundância da terra descoberta. Aqui nenhum dos mitos construídos pelo imaginário dos conquistadores teve tanta persistência e longevidade histórica. A rotulação de Rio de las Amazonas conseguiu vencer a “luta pela definição” travada com outras denominações. Partindo de uma construção decorrente de um dos inúmeros incidentes verificados na tumultuada viagem de Orellana, as amazonas passaram a comandar o imaginário na calha do Paraná-Assu, inclusive demonstrando capacidade de expansão de seus domínios ao passar de denominação secundária de um rio para a denominação de toda a região: de Rio de las Amazonas passa a Região Amazônica no século XIX.

Mas ainda nos séculos XVII e XVIII o nome Rio Maraño ainda era o mais usado. Se tomarmos como evidência os registros de Frei Laureano de la Cruz (1647-1650) no texto *Novo Descobrimento do Rio Maraño*, chamado das Amazonas e as *Notícias autênticas do famoso Rio Maraño*, de Samuel Fritz (1723) percebe-se a partir dos títulos que o nome mais usado era Rio Maraño, embora Laureano de la Cruz demonstre que o nome Rio de las Amazonas começasse a substituir a denominação tradicional.

Paralela à “luta” pela definição da principal via de penetração regional houve um esforço dos frades franciscanos no sentido de transformar o Maraño em Rio de São Francisco de Quito. O relato de viagem dos frades franciscanos de Quito a Belém (cidade do Gran Pará) e a São Luís (cidade do Maraño) de 1650/1651 nos mostra o Frei Laureano de la Cruz insistentemente denominando o rio Maraño de “nosso rio de São Francisco de Quito”.

“Pela banda do Sul, 80 léguas abaixo do Curaray desemboca um grande rio no nosso de São Francisco, o qual terá uma légua de boca; chamam-no os naturais Paramanguaso, que quer dizer Rio Grande. É esse o Maraño, que desce do Peru e por isso chama-se o nosso rio Napo de Maraño, e depois que os nossos Frades o descobriram e navegaram chama-se San Francisco de Quito”<sup>9</sup>.

9 Os relatos de Laureano de La Cruz e Samuel Fritz bem como a citação acima estão em Antonio Porro *As Crônicas do Rio Amazonas*. Editora Vozes. Petrópolis, 1993.

O relato repete 11 vezes “o nosso rio de San Francisco”. A competição pela nomeação vai mais longe ainda:

“E em comparação com o nosso grande rio de San Francisco, o que chamam das Amazonas é rio muito pequeno. Partimo deste (rio) dito dos Condurises ou rio das Amazonas com nosso soldado português e com os índios que ali nos deram e no terceiro dia que navegamos por nosso grande rio de San Francisco abaixo chegamos ao que chamam dos trapajosos e (que) entra no nosso pela banda do sul, e na outra banda encontramos as canoas e tropa dos portugueses e como cabo deles, o capitão Manuel de los Santos, um dos oficiais da armada portuguesa que foi a Quito com nosso irmão Fr. Domingo, quando descobriu e navegou o nosso grande rio”.<sup>10</sup>

Laureano de la Cruz reduz o rio de las Amazonas a uma outra denominação do rio dos Condurises, que é apenas um dos braços que ligam o Amazonas/Marañon ao rio Nhamundá. Esta área em torno da foz do Nhamundá é o cenário do encontro de Orellana com as “mulheres guerreiras”, episódio que desencadeou o processo de amazonificação do grande vale.

O vigor histórico dos frades de São Francisco na sua luta para assumir a “nova descoberta” do Parana-guassu teve vida curta e o santo perdeu a guerra para os seres “desviantes” que formavam uma “sociedade de mulheres”, matavam ou renegavam os filhos machos e participavam da guerra como comandantes: as Amazonas.

Resta-nos agora demonstrar como se deu a expansão da hipérbole construída a partir da imagem de “mulheres guerreiras”, formulada por Carbajal até se tornar a denominação de toda a região do Vale do Paraná-Guassu. A hipérbole que inicialmente se restringe à ideia de um “Senhorio das Amazonas” localizado em lugar remoto e nômade, conforme a lógica dos mitos, passa em seguida a denominar o rio que domina a paisagem e triunfa de forma avassaladora no imaginário do século XIX denominando toda a região. Surge então a Amazônia. A tarefa agora é fazer a etnografia desta expansão da hipérbole no imaginário e explicar o seu percurso.

A primeira pista que encontramos sobre a passagem do rio para a região no processo de amazonização do grande vale foi em Lia Osório Machado, que diz: “(...) Com a valorização da borracha e a integração da sua área produtora ao mercado internacional modificam-se as condições locais e, pela primeira vez, o termo ‘Amazônia’ é utilizado para designar as províncias do extremo norte do país”<sup>11</sup>.

10 Cf. LA CRUZ, Laureano de *in* PORRO, Antonio *op. cit.* p. 148.

11 MACHADO, Lia Osório. *Mitos e Realidades da Amazônia Brasileira no contexto geopolítico Internacional* (1540-1912). Tese Doutorado. 2 vols. Departamento de Geografia Humana. Universitat de Barcelona. Mimeografada. 1989. Vol. 1. p. 325.

A afirmação é preciosa enquanto aponta a expansão da hipérbole das amazonas como decorrência do aumento da importância mundial da região pela crescente utilização da borracha natural na indústria automobilística e hospitalar.

A referência às amazonas é retomada como signo nominativo para a região então genericamente denominada de “Norte” e que abrangia o atual Nordeste. A retomada das amazonas não é mero acaso<sup>12</sup>.

Entretanto, a autora não especifica o processo de passagem da denominação do rio para a região. A referência usada é o texto de Evaldo Cabral de Melo<sup>13</sup>, que aponta como criador do termo Amazônia o deputado provincial pelo Gran-Pará Padre Mâncio Caetano Ribeiro:

(...) Quando em 1888 um deputado paraense, Mâncio Ribeiro, aludiu aos ‘vastos horizontes da Amazônia’, causou espécie na Câmara. Um colega mineiro estranhou-lhe a expressão, indagando ‘onde é essa Amazônia de que o nobre deputado tanto tem falado; e Coelho Rodrigues, representante piauiense e lente da Faculdade de Direito do Recife, veio alertar severamente a assembleia contra o fato de que ‘ultimamente vai-se acentuando, em algumas de nossas províncias, certa tendência separatista que traduz-se nas novas denominações de pátria paulista, Amazônia etc. que me fazem recear também a divisão do Brasil se mudar-se a forma de governo.

Estávamos em 5 de junho de 1888. A escravidão estava finda e as bases do regime monárquico estavam solapadas. As regiões brasileiras estavam toman-

12 No séc. XIX, as Amazonas são no Brasil um problema de Estado e um grave problema para a ciência. Em 14 de Dezembro de 1853, o Imperador do Brasil propõe a Gonçalves Dias o seguinte “Programa” para ser desenvolvido em uma das sessões do instituto: “É este assunto um programa dado por S.M.I. ao autor e por este desenvolvido em uma das sessões do instituto. Saiu publicado no tomo XVIII, p. 5 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil – 1885. Abaixo transcrevo o “Programa” proposto pelo Imperador:

14 de Dezembro de 1853

“Se existiram Amazonas no Brasil? Se existiram, quais os testemunhos de sua existência; quais seus costumes, usanças e crenças? Se se assemelhavam ou indicavam originaram-se das Amazonas da Cítia e Líbia, e quais os motivos de seu rápido desaparecimento? Se não existiram, que motivos tiveram Orellana e Cristovão da Cunha, seu fiador, para nos asseverarem a sua existência?” (p. 05-06)

Importante na formulação do “programa” é que a estrutura do pensar as amazonas se mantém: o dilema, existem/ não existem garantiu a reprodução do mito ao longo dos séculos. Deixamos de comentar a resposta de Gonçalves Dias porque não é nosso tema específico. Aliás, Gonçalves Dias viveu na região e produziu outros textos igualmente relevantes.

13 CABRAL DE MELO, E. *O Norte agrário e o Império*. Editora Nova Fronteira/ Pró memória/ Instituto Nacional do livro. Rio de Janeiro: 1984.

do conformação diferente, obedecendo a critérios geoeconômicos e de base identitária. A referência ao nome Amazônia causa escândalo. O mito fundador hiperbolizante da riqueza e da peculiaridade recrudescer enquanto expansão do espectro imaginário.

Orellana, que desencadeou o processo de expansão das Amazonas no vale do Paraná-Assu, era, ele próprio, um dissidente, um rebelde. Quando Pizarro e sua expedição ao El Dorado e ao País da Canela entraram em crise de rumo e de abastecimento é Orellana encarregado de buscar suprimentos e retornar a montante para socorrer a tropa. Não o faz e segue descendo o rio até atingir a foz do Paraná-Guassu. Os registros históricos estão cheios da versão de “traição” por parte de Orellana, por “ter abandonado” seu comandante talvez por “ambição”.

A expansão amazonizante do Rio para a região é obra de intelectuais nativos que usam estes seres “desviantes” para rotular a região inteira no momento crucial em que a borracha se torna fundamental para a economia nacional, pois substituiu o açúcar e o algodão que dominavam a pauta de exportação. Trata-se do retorno das Amazonas como declaração, manifesto proclamador da riqueza regional como ocorrera nos tempos de conquista.

Mâncio Ribeiro reclamava dos baixos investimentos do poder central na região e reclamava a construção de uma estrada de ferro no trecho encaichoado do Rio Tocantins entre Alcobaça (Tucuruí) e Marabá, o que intensificaria o intercâmbio com o Centro-Sul, passando pela província de Goiás e beneficiando Piauí, Maranhão e Mato Grosso.

Fomos buscar nos anais do Congresso Nacional o discurso completo de Mâncio Ribeiro e constatamos que o conceito de Região Amazônica era anterior àquela data. O próprio Ribeiro, ao responder a indagação do Deputado João Penido que inquiria: – “Onde é essa Amazônia de que o nobre deputado tanto tem fallado?” e Ribeiro retrucou: – “Estude geographia que Vossa Excelência devia saber desde menino”(risos).

Penido volta à carga: – “Não acho esta província – amazônica. Só si a geographia do Pará é diferente.”

Aqui Mâncio Ribeiro, ao lado da dura ironia, não reivindica para si a autoria do conceito. Afirma que é anterior à sua fala. Mas seus adversários também estavam certos, pois era um conceito que reivindicou uma identidade particular e não constava nos compêndios. Os conceitos de Amazônia e Região Amazônica devem ter surgido no início dos anos 80 do século XIX com o *boom* da borracha.

No *Ensaio Conographico sobre a Provincia do Pará*<sup>14</sup>, concluído em 1833, Antonio Ladislau Monteiro Baena fala em Província do Gran-Pará e não se refere à Amazônia. A obra tem ares oficiais, pois é feita por encomenda do Presidente da Província, Bernardo de Souza Franco.

É na obra de José Veríssimo (que é o intelectual de maior influência fora da região na época) que vamos encontrar referências à Amazônia e Região Amazônica, em 1888.

Já em 1883, Veríssimo publica *As Populações Mestiças da Amazônia*, empregando os conceitos citados. E segue publicando na *Revista Amazônica* (1883-1884), publicando textos como *Os Ídolos Amazônicos*, *Linguagem Popular Amazônica* (em três capítulos), *Scenas da Vida Amazônica – O Boto*, *Tradições, Crenças e Superstições Amazônicas*.

Na mesma *Revista Amazônica*<sup>15</sup>, José Gualdino (1883) publica *A Amazônia*.

Com os dados disponíveis no momento, é possível afirmar que a transformação da Província do Pará em Amazônia ocorreu nos anos 1880 do século XIX, sendo que a José Veríssimo coube a tarefa de divulgá-la no plano dos trabalhos científicos e a Mâncio Ribeiro o seu uso, como instrumento de luta política e, portanto, de divulgação popular.

---

14 BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Typografia de Santos & Menor*. Rua da Alfama nº15. S/D.

15 A coleção da “Revista Amazônica” editada por José Veríssimo (1883-84) existe no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O museu Emílio Goeldi de Belém tem a coleção incompleta. A Universidade Federal do Pará publicou em 1970 “Estudos Amazônicos” de José Veríssimo, onde reedita alguns trabalhos publicados na “Revista Amazônica”. Em Belém, foi publicado em 1886 o jornal “A Amazônia”. Número único.



## NOTA DE PESQUISA

# A CIDADE E O RIO NA AMAZÔNIA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS FACE ÀS TRANSFORMAÇÕES SUB-REGIONAIS<sup>1</sup>

---

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior<sup>2</sup>*

### *Resumo*

A pesquisa busca compreender a relação cidade e rio na Amazônia, levando em conta mudanças e permanências referentes à dinâmica e à caracterização de cidades consideradas ribeirinhas em três contextos sub-regionais diferenciados (Sudeste do Pará, Oeste Paraense e Baixo Tocantins), no Estado do Pará (Amazônia oriental). A centralidade da discussão diz respeito às repercussões decorrentes da reestruturação do espaço amazônico nas últimas décadas e seus rebatimentos na forma de articulação da cidade com o rio, considerando vivências e fluxos que marcam a organização socioespacial de três cidades (Marabá, Santarém e Cametá) de nível intermediário na rede urbana regional. Pretendeu-se, a partir dessas três realidades urbanas, destacar o papel que a cidade ribeirinha amazônica assume em realidades que se inseriram de forma diferenciada nas políticas de ordenamento territorial das últimas décadas e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para as particularidades sub-regionais existentes que demarcam diferentes espacialidades e territorialidades, e que sugerem, igualmente, políticas públicas diferenciadas quando se considera a relação cidade-rio na Amazônia.

**Palavras-chave:** Cidade. Rio. Amazônia. Mudanças. Permanências.

- 
- 1 Esta nota de pesquisa é resultado de projeto de investigação de mesmo nome, sob nossa coordenação, e que recebeu apoio e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma entidade do governo brasileiro, voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico.
  - 2 Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutor em Geografia Humana e Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: stclair@ufpa.br

## Resumé

Cette recherche cherche à comprendre la relation ville-fleuve en Amazonie, prenant en compte les changements et permanences liées à la dynamique et à la caractéristique des villes dites « ribeirinhas » dans trois contextes sous-régionaux différenciés (la région Sud-Est du Pará, l'Ouest paraense et le Bas Tocantins), dans l'Etat du Pará (Amazonie orientale). Le propos de cette étude se concentre sur les répercussions de la restructuration de l'espace amazonien au cours des dernières décennies et ses conséquences sur la façon dont la ville s'articule au fleuve. Seront notamment pris en considération les expériences et flux qui marquent l'organisation socio-spatiale de trois villes moyennes au sein du réseau urbain régional (Marabá, Santarém et Cameté). Il s'agit, à partir de ces trois réalités urbaines, d'une part, de souligner le rôle que la ville « ribeirinha » amazonienne joue par rapport à des réalités s'adaptant diversement, ces dernières décennies, aux politiques d'aménagement territorial, et d'autre part, d'attirer l'attention sur des particularités sous-régionales mettant en évidence différentes spatialités et territorialités, et par là même, des politiques publiques différenciées dans leur relation ville-fleuve en Amazonie.

**Mots-clés:** Ville. Fleuve. Amazonie. Changements. Permanences.

## INTRODUÇÃO

Como parte das preocupações de compreender a urbano diversidade existente no espaço amazônico, o presente projeto de pesquisa, que se encontra em sua fase final de execução, tem a preocupação de contribuir para a discussão sobre a pluralidade e a diversidade regional amazônica. A compreensão dessa diversidade tem sido reconhecida ou proposta a partir de alguns estudos, notadamente no que diz respeito à biodiversidade e à sociodiversidade existente.

No plano das espacialidades, apesar de se invocar a coexistência de diversas “amazônias” (PORTO-GONÇALVES, 2001), alguns estudos revelam uma tendência de se enfatizar a produção da desigualdade socioespacial como forma de reconhecimento possível dessa pluralidade regional. A diversidade urbana ou urbano diversidade, como aqui é chamada, é revelada não somente por diversos tipos de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem de um único processo de desenvolvimento desigual e combinado do capital, mas também por formas complexas de espaços urbanos que in-

dicam a hibridização de relações marcadas por contatos e resistências em face de processos de diferentes naturezas, o que nos faz considerar a pluralidade de tempos e de espaços mencionada por Massey (2000), com base em elementos de ordem econômica, mas também em outros de natureza cultural.

É nesse sentido que a urbano diversidade aparece em nossa análise como sugestiva de um exercício de reflexão que leve à realização de investigações científicas e à construção de teorias que estejam preocupadas em compreender a diversidade do fenômeno urbano na Amazônia. Da mesma forma, a diversidade territorial e urbana, que considere a desigualdade e a diferença, parece se colocar como elemento que estimula ações, no âmbito das políticas territoriais e urbanas, no sentido de superar a simples obrigatoriedade do ato de planejar, com base em documentos legais, para se tornar efetivamente um conjunto de ações de gestão pautadas em diagnósticos e diretrizes que sejam permeáveis a essa realidade socioespacial plural e diversa.

## DOS PROPÓSITOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para a execução da pesquisa, traçou-se como objetivo analisar a relação cidade e rio na Amazônia e a dimensão ribeirinha de cidades de nível intermediário<sup>3</sup> na rede urbana em realidades sub-regionais diferentemente afetadas pelas políticas recentes de desenvolvimento regional.

---

3 De maneira um pouco diferente de Andrade e Lodder (1979), que consideram similares as denominações centros intermediários, cidades médias, cidades de porte médio, centros urbanos médios, cidades de posição intermediária na hierarquia urbana brasileira e cidades de extrato médio, considera-se, acompanhando o raciocínio de Sposito (2001), cidade de porte médio como aquela que possui um determinado patamar populacional, delimitado aqui, a partir da proposição de Santos (1993) entre 100 mil e 500 mil habitantes; e cidades médias aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, não sendo simplesmente centros locais, mas que são capazes de polarizar um número significativo de centros menores e articular relações de toda ordem como anteparo e suporte às metrópoles regionais, não compondo junto com estas uma unidade funcional contínua e/ou contígua. Por outro lado, as cidades intermediárias são aquelas que se colocam num intervalo da hierarquia urbana entre as principais cidades regionais e as cidades locais, podendo ou não assumir importância regional. Assim considerando, toda cidade média é uma cidade intermediária, mas nem toda cidade intermediária pode ser considerada cidade média. Ademais, existem centros urbanos de porte médio que não são necessariamente cidades médias, a exemplo do que acontece com as cidades de mais de 100 mil habitantes que compõem regiões metropolitanas. Há, ainda, cidades que, mesmo não atingindo o porte médio, assumem o papel de centros urbanos sub-regionais, alçando-se, portanto, à condição de cidade média.

De forma mais específica, a pesquisa se propôs:

a) reconhecer a diferenciação sub-regional das políticas territoriais e de desenvolvimento voltadas para a Amazônia e analisar suas repercussões na formação e na caracterização atual dos espaços de orla fluvial das cidades de Marabá, Santarém e Cametá;

b) identificar agentes, usos e processos socioespaciais presentes nas orlas fluviais de Marabá, Santarém e Cametá e a forma como estes articulam a interação da cidade com o rio;

c) reconhecer mudanças e permanências da dimensão ribeirinha dessas cidades em face de fluxos econômicos estabelecidos no contexto regional e às vivências cotidianas relacionadas ao rio nas suas dimensões econômica e cultural;

d) analisar as políticas de renovação urbana e de ordenamento socioespacial nas faixas de orla dessas cidades, relacionando-as às particularidades sub-regionais e à importância conferida às especificidades locais da interação cidade-rio.

Tendo em vista esses propósitos, do ponto de vista empírico, o procedimento metodológico considerou três cidades paraenses assumidas como de nível intermediário na rede urbana regional: Marabá, Santarém e Cametá, no Estado do Pará. Foram levadas em conta mudanças e permanências, referentes à dinâmica e à caracterização dessas três cidades, consideradas originalmente ribeirinhas no âmbito da Amazônia oriental. Com base nos levantamentos de campo, foram sistematizados elementos das particularidades socioespaciais das três sub-regiões nas quais as mesmas cidades se inserem e que demarcam espacialidades e territorialidades diversas em nível intraurbano.

A dificuldade em dar conta dessas cidades na sua totalidade, nos fez optar por trabalhar com uma fração do espaço intraurbano destas, as orlas fluviais que, na linguagem regional, são facilmente identificadas como “beiras” ou “frentes das cidades”. Tratam-se de espaços que condensam relações e objetos socioespaciais/geográficos e que, considerados em conjunto, traduzem, na atualidade, uma síntese dos tempos que presidiram a produção do espaço regional. São, dessa maneira, tidos como espaços representativos das cidades ribeirinhas e definidos como espaços de contato imediato da cidade com o rio e, por esse motivo, singulares para os propósitos da pesquisa aqui considerados.

Nesse sentido delimitou-se empiricamente o objeto de estudo a partir desse recorte espacial intraurbano, tendo como base as seguintes questões que deram sentido a problemática de pesquisa:

a) quais têm sido as expressões do modo de vida ribeirinho em cidades de nível intermediário na rede urbana regional?

b) que mudanças e permanências as cidades ribeirinhas revelam em face do processo de urbanização recente da Amazônia?

c) que elementos socioespaciais são sugeridos por cidades ribeirinhas diferentemente impactadas pelas políticas de desenvolvimento regional no sentido de pensar políticas urbanas voltadas para as particularidades sub-regionais?

d) a abertura de “janelas para o rio”, bem como outros projetos e práticas de renovação urbana de mesma natureza têm, de fato, contribuído para a permanência da dimensão ribeirinha dessas cidades?

A dialética entre o que muda e o que permanece nos permitiram reconhecer as cidades estudadas como sendo eminentemente dinâmicas. Daí a importância de considerar o processo histórico vivenciado por estas em uma perspectiva de análise de natureza regressivo-progressiva e histórico-genética (MARTINS, 1996).

Essa perspectiva metodológica, assentada em um movimento dialético de reflexão sobre a realidade estudada, reconhece, com base na contribuição lefebvriana e segundo a sistematização de Martins (1996), uma dupla complexidade da realidade social: a horizontal e a vertical. Esta complexidade recupera temporalidades desencontradas e coexistentes na realidade social por meio de três momentos.

A complexidade horizontal é reconhecida, no primeiro momento, por meio da descrição do visível, mas através de um olhar teoricamente informado, da diversidade das relações sociais. A complexidade vertical, por sua vez, refere-se ao segundo momento, o analítico-regressivo, por meio do qual se mergulha na complexidade vertical da vida social, datando-a. O terceiro momento, o histórico-genético, é reservado ao encontro do passado com o presente, elucidando, igualmente, as possibilidades do devir. Nesse tipo de percurso metodológico, mediado pela contradição, os desencontros são, ao mesmo tempo, desencontros de tempo, mas também a gestação de virtualidades e possibilidades (MARTINS, 1996). Essas duas dimensões foram tratadas nos espaços de orlas fluviais das três cidades investigadas.

## DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS DA ANÁLISE

Conceitualmente, a pesquisa partiu da diferenciação estabelecida entre as noções de cidade “beira-rio” e de “cidade ribeirinha”. Isso se fez necessário, uma vez que é recorrente um tipo de discurso que propaga o “resgate” da ci-

dade ribeirinha por meio de políticas e intervenções urbanas, notadamente nos espaços de orlas fluviais das cidades amazônicas. Tal discurso, entretanto, refere-se principalmente à difusão de atributos de cidades que não ultrapassam a condição de cidades beira-rio, com forte apelo à paisagem e às formas espaciais, e não necessariamente aos elementos que identificam a interação cidade-rio, do ponto de vista da economia, das atividades lúdicas, da circulação e de sua dimensão simbólico-cultural.

Para além dos atributos de localização geográfica, que definem uma cidade como beira-rio, há outros, de natureza relacional, e, portanto, de conteúdo socioespacial, que a definem como verdadeiramente ribeirinha. Estas, para além da localização, também trazem consigo um conteúdo de fortes e múltiplas interações de sua população residente com o elemento hídrico que lhe está próximo. Nesse sentido, toda cidade ribeirinha é uma cidade beira-rio, mas nem toda cidade beira-rio é, necessariamente, ribeirinha. Essa abordagem define a perspectiva teórica que considera o espaço geográfico como sendo relativo e relacional (HARVEY, 1980) e multidimensional (concebido, percebido e vivido) (LEFEBVRE, 1974a).

O conceito de espaço relacional e relativo, segundo Harvey (1980), pressupõe, a compreensão do espaço como elemento que contém e está contido num conjunto de relações sociais (espaço relacional) e que só pode ser entendido a partir da interação que estabelece com os demais espaços (espaço relativo). São noções que se contrapõem àquela de espaço absoluto, que prioriza a geometria espacial e a localização absoluta.

Por outro lado, assenta-se também em uma interpretação lefebvriana (1974a) de espaço, onde a prática espacial, a representação do espaço e o espaço da representação conferem um caráter multidimensional ao espaço socialmente produzido. A prática espacial é a dimensão do percebido e corresponde à materialização física das formas espaciais construídas, pressupondo uma reunião de usos e de funcionalidades distintas. A representação do espaço é o concebido, representações mentais do espaço ligadas principalmente ao saber disciplinar, ao planejamento urbano, às políticas urbanas e ao poder. Ademais, expressa símbolos e imagens que definem a vida pragmática, como aquela concebida pelos planejadores, urbanistas e tecnocratas. O espaço da representação é o espaço vivido, que relaciona as diversas práticas cotidianas dos sujeitos, repletas de significados e que contêm a dimensão do “irracional”, das emoções, do subterrâneo, das obras e dos símbolos, recobertos de códigos, linguagens, resíduos e resistências sociais.

Em decorrência dessa multidimensionalidade do espaço, pode-se falar de “laços”, para reconhecer espaços de fortes vivências e identidades ribeirinhas,

e de “nós”, para reconhecer aquelas outras realidades geográficas, cujo reino dos fluxos, da circulação rápida e da estandardização das paisagens têm substituído o reino dos lugares; estes que são marcados por relações mais orgânicas entre os homens entre si e destes com a natureza e que identificam a interação cidade-rio na sua complexidade e riqueza.

#### DA COMPREENSÃO DA RELAÇÃO CIDADE-RIO NA AMAZÔNIA

Uma diferenciação a ser feita em relação às cidades da Amazônia refere-se ao tempo de inserção destas na estrutura regional. Esse critério define dois perfis de cidades. Um primeiro diz respeito às cidades recentes, que costumam ser associadas ao modelo “rodovia, terra-firme e subsolo” (PORTO-GONÇALVES, 2001). Dizem respeito ao esquema de ocupação regional pós-1960, ligado a implantação de rodovias; frentes de expansão econômica, como: a mineral; modelos espontâneos ou dirigidos de assentamentos privados ou estatais etc. São exemplos desse tipo de cidades aquelas surgidas das agrovilas ou fruto de um processo de ocupação mais espontâneo e que está associado ao não acesso à terra e à exclusão social de uma mão de obra móvel e polivalente (BECKER, 1990) e/ou aos novos padrões de ocupação do espaço regional orientado por um vetor tecnoecológico (BECKER, 1996; 1997).

Outro perfil de cidade é definido pelo modelo chamado de “rio-várzea-floresta” (GONÇALVES, 2001) de ocupação do espaço regional, anterior à década de 1960. Diferentemente das áreas sujeitas diretamente às repercussões dos projetos econômicos instalados recentemente, tais cidades, definidas por este último modelo e ainda presentes na estrutura urbana regional, não se caracterizam, a exemplo dos demais núcleos urbanos surgidos com a expansão recente da fronteira econômica, como sendo espaços de apoio à mão de obra móvel e polivalente; o que nos faz sugerir que nem todas as cidades se inserem da mesma maneira nessa nova dinâmica regional.

Em algumas delas, ainda fortemente ligadas a dinâmicas econômicas herdadas do passado e as vias fluviais, o rural e o urbano se confundem, mostrando a intensa articulação da cidade com uma temporalidade ainda não totalmente assimilada pelas novas atividades e modos de vida implantados mais recentemente; ou, quando estes se mostram fortemente difundidos, criam impactos e resistências, que tendem a expressar múltiplas temporalidades e espacialidades conviventes e conflitantes, conferindo um caráter híbrido ao espaço.

Considerando as três cidades estudadas (Marabá, Santarém e Cametá) como sendo de gênese ribeirinha, a análise buscou compreender inicialmente elementos de suas dinâmicas intraurbanas situando-as em suas respectivas sub-regiões, de forma a estabelecer a relação com dinâmicas socioespaciais diferenciadas presentes no Estado do Pará.

O Sudeste do Pará, onde se situa Marabá, tende a acompanhar um processo mais intenso e mais consolidado de integração ao restante do território brasileiro; diferente, por exemplo, do Oeste Paraense, onde se situa Santarém, e onde esse processo é menos intenso e se intensificou em período mais recente. Neste último caso, a circulação fluvial e a rodoviária tendem ainda a se combinar e a se complementar. Mais diferente ainda é a sub-região do Baixo Tocantins, onde se localiza Cametá, que, não obstante a presença de rodovias, o rio se mostra ainda como elemento importante se compararmos as duas sub-regiões anteriormente mencionadas e onde o processo de expansão de frentes econômicas é menos presente.

A análise das três cidades consideradas em contextos sub-regionais particularizados revela as repercussões diferenciadas dos processos recentes que deram sentido ao atual ordenamento espacial regional, assim como indica especificidades que possam estimular proposições de políticas de desenvolvimento regional e urbano mais próximo dessas mesmas realidades.

Assim, a contribuição da análise, que traz um enfoque sob a perspectiva da geografia humana, assentou-se nas repercussões decorrentes da reestruturação mais recente do espaço amazônico e seus rebatimentos na forma de articulação dessas cidades com o rio, considerando aquilo que denominamos de “espaços de vivências ribeirinhas” – conforme foram denominados os espaços das orlas fluviais dessas cidades, onde a interação de agentes e grupos locais com o rio é mais intensa e multidimensional – e de fluxos que marcam a organização intraurbana atual.

Do ponto de vista das permanências, foi importante levar em conta a existência das cidades ribeirinhas e/ou de fragmentos dessas cidades, como parte de realidades urbanas mais complexas, remetendo-nos à ideia de resíduo espacial (LEFEBVRE, 1974b; MARTINS, 1996), ou mesmo de rugosidades socioespaciais<sup>4</sup> (SANTOS, 1986), presentes em determinados fragmentos dos espaços intraurbanos.

---

4 Formas espaciais herdadas do passado e presentes na paisagem do presente, mesmo tendo desaparecidos os processos e estruturas que lhes deram origem (SANTOS, 1986).

O residual aqui tratado não tem nada de anacrônico ou de linear do ponto de vista histórico. Ao utilizar essa noção, nossa preocupação foi a de compreender as mudanças e permanências a partir de um dado fenômeno analisado – no caso em estudo, do fenômeno urbano –, e o sentido dessas mudanças e permanências, de forma a pensarmos em formas de gestão urbana a partir de suas especificidades, sem que estejam necessariamente pautadas em modelos pré-concebidos de desenvolvimento urbano, mas que possam, por outro lado, ser vistas como componentes de uma ordem (ou de uma contraordem), próxima ou distante (MARTINS, 1996), e de uma racionalidade (ou contrarracionalidade) que não é, necessariamente, a hegemônica.

A existência de “espaços de vivência ribeirinha” mostrou-se muito mais presente, como era de se esperar, em realidades nas quais as frentes de expansão econômica recentes tiveram pouca inserção. Tratam-se de espaços em que as relações mais modernas e de reprodução efetiva de processos capitalistas pós-1960 não demarcaram, de forma profunda, novas espacialidades e novas territorialidades, confirmando a hipótese inicialmente levantada para efeitos de análise. Naquelas sub-regiões, pouco afetadas pelo novo padrão de organização do espaço regional, foi possível constatar, portanto, que há ainda uma forte presença da cidade ribeirinha, seja em relação à sua forma, seja em relação ao seu conteúdo socioespacial, não obstante a natureza híbrida, fluvio-rodoviária, que tem marcado a produção social do espaço nesse perfil de cidade.

No Baixo Tocantins, por exemplo, não obstante a presença de impactos de grandes projetos e de rodovias, o rio e as permanências de práticas socioespaciais ligadas a ele se mostram ainda relevantes, se a compararmos às duas outras sub-regiões também estudadas na pesquisa. Na cidade de Cametá, representativa dessa realidade sub-regional de fortes permanências, foram cartografados e caracterizados quatro espaços que definem marcadamente as espacialidades e as territorialidades da vida urbana ribeirinha.

Os “resíduos” não estão, todavia, confinados a esses espaços tidos como “tradicionais”. Mesmo em realidades intensamente transformadas pela fronteira econômica ou pela modernização da economia e do território, como no caso de Marabá, foram identificados fragmentos da cidade ribeirinha. Na orla fluvial dessa cidade, nove “espaços de vivência ribeirinha” foram cartografados e caracterizados; sendo estes conviventes com outras formas de reprodução social e econômica que marcam a dinâmica urbana daquela cidade. Isso porque o Sudeste do Pará, onde se situa Marabá, tende a acompanhar um processo mais

intenso e mais consolidado de integração ao restante do território brasileiro, apresentando, por isso, forte reestruturação sub-regional.

Essa realidade é diferente, por exemplo, do Baixo Amazonas, onde se situa Santarém, sub-região esta, na qual os processos de mudança foram menos intensos no passado recente e que só agora vêm se expandindo. Nesse caso, a circulação fluvial e a rodoviária tendem ainda a se combinar e a se complementar, não anulando em definitivo os “espaços de vivências ribeirinhas” existentes. Para essa realidade urbana, mesmo tendo sido cartografado e caracterizado um total de sete espaços, onde a relação cidade e rio ainda é muito forte, há uma tensão relativamente marcante entre as mudanças e as permanências.

Importante é destacar a forma como as mudanças e as permanências se revelam nas paisagens e na configuração espacial dessas três cidades. No caso de Marabá, as mudanças se fazem mais presentes, razão pela qual os “espaços de vivências (e de resistências) ribeirinhas” se apresentam de maneira puntiforme; ao passo que em cidades como Cametá, onde as transformações regionais são menos marcantes, aquele tipo de espaço se manifesta de forma mais zonal ou em manchas, ao longo da orla fluvial. E em cidades situadas em sub-regiões onde as coexistências são mais presentes, como é o caso de Santarém, os “espaços de vivências e de resistência ribeirinhos” se manifestam tanto de uma quanto de outra forma, revelando certa tensão entre o que muda e o que permanece.

Os levantamentos e reflexões realizados nesse momento da pesquisa, além de sinalizarem para o fato de que a configuração espacial, do ponto de vista das permanências da relação cidade-rio, não estabelece uma relação mecânica e proporcional com o tamanho da cidade, nos permitiram concluir que, em que pese o maior número de espaços de vivências ribeirinhas existentes em Marabá, não é nele onde a vida ribeirinha está mais presente, mas sim em Cametá. Nesta, tais espaços são em menor número e a configuração espacial assumida é muito mais zonal ou em manchas, e, por essa razão, sendo mais extensa do ponto de vista territorial e menos residual do ponto de vista das relações, diferentemente do que acontece nas outras duas cidades.

Nesse sentido, a multiplicidade dos fragmentos espaciais revela, igualmente, as flagrantes tensões entre as novas temporalidades impostas e aquelas outras que resistem a despeito dos grandes impactos e da modernização do território e das transformações sub-regionais, sugerindo conflitos e estratégias diferenciadas dos agentes no interior das esferas de tomada de decisão e que se voltam para a produção social do espaço urbano.

Levando em conta essa preocupação, do ponto de vista empírico, a pesquisa levantou ainda os projetos e ações relacionados às intervenções urbanas dirigidas especificamente para as orlas fluviais das cidades investigadas. Reconheceu-se, com base nesse levantamento, três tipos de orlas fluviais: as “orlas enraizadas”, as “orlas fluidas” e as “orlas padronizadas/standardizadas”<sup>5</sup>, tendo-se como parâmetro a maior ou menor presença dos “espaços de vivências ribeirinhas”.

Nesse aspecto, considera-se também não haver uma relação mecânica entre os perfis de intervenção urbana e de orlas fluviais aqui mencionados e o que acontece com a dinâmica sub-regional, onde se situam as cidades estudadas. Uma mesma orla fluvial pode apresentar os três perfis anteriormente mencionados, apesar de ter sido constatada a maior ou menor presença de um desses três perfis em cada uma delas. Assim, “orlas fluviais enraizadas” podem conviver, em um mesmo espaço urbano, com “orlas fluviais fluidas” e “orlas fluviais standardizadas”. Isso acontece porque o espaço resulta de uma acumulação de tempos distintos que se refletem, superpõem-se e justapõem-se nas paisagens, apontando para relações socioeconômicas de ordens diversas; algumas de natureza mais vertical, que conectam o local ao global, e outras de natureza mais horizontal, de maior interação com o entorno.

Esta é a razão pela qual se impõe, a partir de uma nova proposta de pesquisa, e complementar à anterior, a necessidade de analisar melhor tais relações originadas em escalas geográficas diferenciadas e seus rebatimentos nos espaços intraurbanos amazônicos. Pretende-se considerar, para esse intento, não apenas a interação cidade-rio, mas, de uma forma mais ampla, a cidade e o seu entorno imediato, fortemente marcado pela presença/ausência da floresta e das múltiplas relações, materiais e simbólicas, que a definem como espaço socialmente produzido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade espacial, de “espaços luminosos” e “espaços opacos”, e que externalizam “tempos lentos” e “tempos rápidos” (SANTOS, 1994), diz respeito à própria natureza da sociedade moderna, que se materializa geograficamente, expressando a complexidade de processos socioeconômicos diversos conflitantes e conviventes.

---

5 Ainda que utilizadas sob uma perspectiva metodológica bem diferenciada, tais terminologias foram parcialmente inspiradas em Frémont (1976), que as utiliza para discutir os vínculos de pertencimento em nível regional.

Importante é ressaltar, entretanto, que as mudanças mais recentes observadas no atual arranjo espacial das orlas fluviais das cidades referenciadas encontram ainda resistências para a sua efetivação. Isso ocorre, sobretudo, pela permanência dos usos já estabelecidos, o que constitui uma forma de contradição entre o espaço que se concebe e o espaço que demarca vivências cotidianas (LEFEBVRE, 1974a).

Esta parecer ser uma questão que revela, ao mesmo tempo, um potencial para pensar as cidades amazônicas, considerando suas particularidades, como também um desafio para as políticas urbanas. Estas tendem a reproduzir, na escala local, representações do espaço que se originam em outras escalas geográficas e que se distanciam de questões e demandas consideradas regionais e locais.

Os espaços de vivências ribeirinhas, por seu turno, parecem reafirmar outra racionalidade, em forma de resistências; e que passam a exigir um novo pensar e uma nova concepção de cidade, seja do ponto de vista de sua estética, ou seja, de sua “morfologia espacial”, seja do ponto de vista de suas relações, portanto, de sua “morfologia social” (LEFEBVRE, 1974b).

#### REFERÊNCIAS

- ANDRADE, T. A.; LODDER, C. A. *Sistema urbano e cidades médias*. Rio de Janeiro: IPEA, 1979. (Coleção Relatórios de Pesquisa).
- BECKER, B. K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios).
- \_\_\_\_\_. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecnoecológico, *in*: CASTRO, Iná Elias de *et al* (org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 223-44.
- \_\_\_\_\_. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica, *in*: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 421-44.
- FRÉMONT, A. *La région, espace vécu*. Paris: PUF, 1976.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974a.
- \_\_\_\_\_. *Le droit à la ville suivi de espace et politique*. Paris: Anthropos, 1974b.
- MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre, *in*: MARTINS, J. S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-23.

- MASSEY, D. Um sentido global de lugar, *in*: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. (Col. Geografia: Teoria e Realidade, 25).
- SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos, *in*: \_\_\_\_\_. (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, 2001, p. 609-643.
- TRINDADE JR., S-C. Diferenciação territorial e urbano diversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. *Cidades*, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos, v. 8, n. 12, não publicado, jan./jun., 2010.



## RESENHA

# A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL

---

*Por Maria Goretti da Costa Tavares<sup>1</sup>*

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Manaus: Superintendência da Zona da Franca de Manaus, 1982.

### *Resumo*

O livro *A Amazônia e a cobiça internacional*, de Artur Cesar Ferreira dos Reis, publicado com quatro reedições entre os anos de 1965 e 1982, retrata os vários momentos de ocupação da região, afirmando que a Amazônia sempre foi alvo do interesse internacional, principalmente pela abundância de riquezas naturais, água, floresta, minerais, enfim dotada de uma biodiversidade impar no espaço mundial.

**Palavras-chave:** Amazônia. Recursos. Internacionalização.

### *Resumé*

L'ouvrage *A Amazônia e a cobiça internacional* (L'Amazonie et la convoitise internationale) d'Artur Cesar Ferreira dos Reis, ré-édité quatre fois entre 1965 et 1982, retrace les différents moments de l'occupation de la région et affirme que l'Amazonie n'a cessé d'être la cible d'intérêts internationaux, notamment en raison de l'abondance de ses richesses naturelles, qu'elles soient hydriques, forestières ou minières, lui attribuant une biodiversité incomparable dans l'espace mondial.

**Mots-clés:** Amazonie. Ressources. Internationalisation.

O autor Arthur César Ferreira Reis foi advogado, escritor e historiador. Nascido na cidade de Manaus, sempre defendeu e escreveu sobre os problemas

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPA. E-mail: goretta@ufpa.br.

amazônicos. É importante destacar sua contribuição para a história e geografia da Amazônia, pois tem uma vasta obra científica sobre a região por um período de mais de 50 anos (de 1930 a 1984). Além disso, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), exerceu o cargo de Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (atual SUDAM) e do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA).

A Publicação do livro *A Amazônia e a cobiça internacional*, de Artur Cesar Ferreira dos Reis teve cinco edições publicadas em um período de 22 anos (1960 a 1982) e apresenta-se estruturado em 18 capítulos que tratam da região do período colonial até o final do século XX, retratando os vários momentos em que a região foi objeto de cobiça internacional. O livro em sua quinta edição (1982) encontra-se estruturado em 18 itens a saber:

1. O mundo tropical e empório de matérias-primas;
2. Ingleses, irlandeses e holandeses tentam a primeira surtida;
3. Portugueses e espanhóis disputam o domínio;
4. Os franceses participam da aventura;
5. Portugal não cedeu nem aos concorrentes;
6. Os ingleses sugerem a secessão;
7. A navegação do Amazonas;
8. Expedições científicas escondiam propósitos;
9. Os franceses pretendem o Amapá;
10. Os ingleses penetram no Rio Branco;
11. Viajantes e sugestões separatistas;
12. O *Bolivian Syndicate* é o caso do Acre;
13. Investimentos e concessões de terras;
14. A que vinha a expedição Iglesias?
15. O episódio da Hiléia;
16. A pressão dos interesses universais;
17. O pacto amazônico;
18. Fatos e reflexões finais.

No capítulo 1, intitulado *O mundo tropical e empório de matérias-primas*, o autor apresenta a grandiosidade da região, extensão territorial, bacia hidrográfica, massa florestal heterogênea, fauna e sua importância econômica. Assim como já apontava o nascimento dos estudos dos recursos minerais, como

o manganês no Amapá, o calcário, o ferro, o ouro, o diamante e o petróleo. Ressalta o fato da economia amazônica encontrar-se naquele momento baseada na exploração da floresta. Nesse contexto afirma que a conquista do território amazônico foi baseada no extrativismo vegetal.

No capítulo 2, intitulado *Inglezes, irlandeses e holandeses tentam a primeira surtida*, o autor ressalta que apesar de terem sido os espanhóis os primeiros a darem conhecimento das potencialidades da região, havia também o interesse dos ingleses, holandeses e irlandeses, que passam a adentrar a região durante os séculos XVI e XVII.

No capítulo 3, intitulado *Portugueses e espanhóis disputam o domínio*, o autor ressalta que o mundo conhecido foi dividido entre as duas nações, sendo que a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas cortava a região, sendo a maior porção (oeste) pertencente à Espanha e a menor porção do território a partir do Rio Pará pertencente à Portugal. Assinala também as estratégias do governo português para a conquista do território, por meio da expedição de Pedro Teixeira que subiu o rio Amazonas e a entradas das missões religiosas que tinham por objetivo dominar a sociedade indígena e, portanto, favorecer ao controle econômico da exploração das especiarias existentes na região. Tais estratégias iriam ser redefinidas geograficamente pelo Tratado de Madri de 1750.

No capítulo 4, intitulado *Os franceses participam da aventura*, o autor aborda a presença dos franceses na região a partir do século XVII, estabelecendo-se em terras ao norte da região, a Guiana, constituindo a Companhia da França Equinocial, ressaltando que houve também a penetração dos franceses pelo Rio Amazonas e a disputa pela área correspondente hoje ao Estado do Amapá.

No capítulo 5, intitulado *Portugal não cedeu ao meio nem aos concorrentes*, o autor ressalta que apesar da geografia física da região que dificultava o avanço e conquista territorial da Amazônia, e da presença constante dos espanhóis, dos ingleses, dos holandeses, dos irlandeses e dos franceses, Portugal estabeleceu estratégias que permitiram a conquista do território.

No capítulo 6, intitulado *Os ingleses sugerem a secessão*, o autor ressalta que à época do movimento da Cabanagem, na primeira metade do século XIX, houve a proposta feita pelos ingleses para que a região se separasse do Brasil.

No capítulo 7, intitulado *A navegação do Amazonas*, o autor trata da importância do rio para penetração e conquista econômica da região, ressaltando que, até meados do século XIX, a navegação foi controlada pelos portugueses e depois pelo Brasil, mas que na segunda metade do século XIX com a valorização da borracha no mercado internacional, ocorre pressão externa para aber-

tura da navegação do rio Amazonas aos estrangeiros e a entrada da navegação a vapor que permitiria uma circulação mais rápida no rio.

No capítulo 8, intitulado *Expedições científicas escondiam propósitos*, o autor discorre sobre a entrada na região nos séculos XVII e XVIII e XIX de cientistas para conhecer a realidade do Brasil e o que este território significava como patrimônio para o progresso das ciências e das técnicas.

No capítulo 9, intitulado *Os franceses pretendem o Amapá*, o autor narra a tentativa dos franceses de ocupar o território amapaense até a definição dos limites entre o Brasil e a França.

No capítulo 10, intitulado *Os ingleses penetram no Rio Branco*, o autor discorre sobre os conflitos entre os britânicos e os brasileiros para a definição da fronteira, na área que corresponde hoje ao Estado de Roraima.

No capítulo 11, intitulado *Viajantes e sugestões separatistas*, o autor discorre sobre as viagens de vários viajantes pela Amazônia e as influências e ideias separatistas, no sentido de pensar em uma Amazônia independente.

No capítulo 12, intitulado *O Bolivian Sundicate*, sobre o Acre, o autor trata dos conflitos existentes por território entre o Brasil e a Bolívia durante o período da economia da borracha. O Tratado de Petrópolis de 1903 definiu que o território pertencia ao Brasil.

No capítulo 13, intitulado *Investimentos e concessões de terras*, o autor discorre sobre os vários investimentos externos e concessões de terras para estrangeiros.

No capítulo 14, intitulado *A que vinha a expedição Iglesias?*, o autor trata da proposta de uma expedição científica para a Amazônia no ano de 1931, pelo capitão espanhol Francisco Iglesias que penetraria o Alto Amazonas. Expedição esta que tinha por objetivo reconhecer cientificamente a região para que fosse possível desenvolvê-la do ponto de vista econômico. No entanto, o governo brasileiro resolve a partir deste momento intervir nas expedições estrangeiras que desejassem adentrar o território brasileiro. Neste contexto, a expedição de Iglesias fracassou.

No capítulo 15, intitulado *O Episódio da Hiléia*, o autor aborda a proposta ocorrida na década de 1940 para a criação de um instituto de pesquisa para a Amazônia, o Instituto da Hiléia Amazônica, em conferência realizada em Belém no ano de 1947. Essa reunião resulta em várias outras reuniões e convenções até a criação no ano de 1952, em Manaus, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

No capítulo 16, *A pressão dos interesses universais*, o autor lança alguns questionamentos relacionados ao fato de que ainda na década de 1960 existiriam ainda ameaças de interesses internacionais na região como ocorreu nos

séculos anteriores. O autor finaliza o artigo afirmando que a região seria um espaço aberto ideal para receber os excedentes populacionais; para produzir alimentos; e para produzir a matéria-prima vegetal, animal e mineral que necessitam os grandes parques industriais do mundo (p. 190).

No capítulo 17, *O pacto amazônico*, o autor ressalta que no ano de 1973, foi firmado o Pacto Amazônico, denominado de Tratado de Cooperação Amazônica que buscava congrega e disciplinar entre os países amazônicos as regras da política a ser adotada sobre a região.

No capítulo 18, que trata dos *Fatos e reflexões finais*, o autor ressalta que a Operação Amazônica decretada pelo Presidente Castelo Branco na década de 60, confirmava que o autor acertara nas análises sobre o interesse e a cobiça internacional sobre a Amazônia. E que no ano de 1981, ano da última edição do livro, a região ainda continuava vivendo um período de subdesenvolvimento e que estava na mira dos organismos internacionais, que a viam como um espaço disponível para o futuro.

Diante do exposto, é possível concluir que o livro privilegia questões de relevante importância e que amplia a discussão sobre a Amazônia e o interesse internacional. Trata-se de um livro, portanto, de interesse para os estudantes e profissionais que desejam conhecer e aprofundar a história do interesse internacional pelo território amazônico.



## TESES E DISSERTAÇÕES

---

Autor	Anselmo do Amaral Paes
Título	O Corpo da Alma: Cosmos, casa e corpo espírita kardecista
Orientador	Raymundo Heraldo Maués
Resumo	<p>A tese busca compreender e destacar o papel do corpo no campo religioso, investindo em uma análise da corporeidade espírita kardecista brasileira, a partir de suas representações sociais e imaginárias. O esforço analítico e a distribuição dos capítulos estão baseados no esquema macro/microscópico: “Cosmos-casa-corpo”. A primeira parte situa a construção do espiritismo kardecista por seu codificador, o intelectual francês Hippolyte Rivail, conhecido como Alan Kardec e suas pretensões de unificar “ciência, filosofia e religião”, produzindo um Cosmos. A segunda parte apresenta o Centro Espírita, espaço sagrado de seu universo ritual. A terceira parte está centrada no referencial semântico “corpo”, que surge como instrumento heurístico e recorte de análise. Analisando as concepções e imaginário sobre o corpo no Espiritismo Kardecista, o trabalho propõe que as relações entre o Mundo Espiritual, o Centro Espírita e o Corpo são determinantes para a compreensão da pessoa espírita.</p>
Instituição	Universidade Federal do Pará/UFPA, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCS, Área de Concentração: Antropologia.
Referência	PAES, Anselmo do Amaral. O Corpo da Alma: Cosmos, casa e corpo espírita kardecista. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Antropologia). Belém: UFPA, 2011.

Autor	Vanda Maria Leite Pantoja
Título	Santos e Espírito Santo, ou Católicos e Evangélicos na Amazônia Marajoara
Orientador	Raymundo Heraldo Maués
Resumo	<p>A presença evangélica na Região de Integração Marajó não é recente, data do início do século XX. Mas é somente nas duas últimas décadas do mesmo século que se pode falar em uma expansão dos mesmos. Essa expansão é notada a partir da análise de dados estatísticos dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 1991 e 2000 e de trabalho de campo realizado pela autora entre os anos de 2005 e 2010. O crescimento dos evangélicos, numa região de tradição católica, tem mobilizado a Igreja Católica no sentido de melhorar seu desempenho no mercado religioso local. Entender como se tecem essas relações entre católicos e evangélicos e evangélicos e evangélicos foi o objetivo proposto nesta tese. Os dados de campo indicam que a Igreja Católica tem utilizado o discurso do avanço pentecostal na região para realizar algumas mudanças em seu universo, especialmente nas festas de santo, tanto nas cidades marajoaras como na capital, Belém do Pará. Por outro lado, os evangélicos têm trabalhado no sentido de se afirmarem como um grupo religioso forte, e têm se preocupado, em termos de avanço proselitista, muito mais com seus “irmãos” de outras denominações (vistos como principais concorrentes) do que com a própria Igreja Católica, que é dominante e de presença tradicional na região desde o século XVII.</p>
Instituição	Universidade Federal do Pará/UFPA, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCS, Área de Concentração: Antropologia.
Referência	PANTOJA, Vanda. Santos e Espírito Santo, ou Católicos e Evangélicos na Amazônia Marajoara. Tese (Doutorado em Ciências Sociais, Antropologia). Belém: UFPA, 2011.

Autor	Ynis Cristine de Santana Martins Lino Ferreira.
Título	ICMS Ecológico no Estado do Pará: Possibilidades e Limites.
Orientador	Mário Vasconcellos Sobrinho
Resumo	<p>A pesquisa analisa as implicações socioambientais da implantação do ICMS Ecológico no Estado do Pará. Particularmente, discute os movimentos econômicos, por meio de simuladores contábeis, da possível implantação do ICMS Ecológico nas regiões de integração paraenses do Xingu, Baixo Amazonas, Rio Capim e Rio Guamá. No Pará, o ICMS Ecológico tem sido pensado como um subsídio, uma vez que se apresenta como um forte instrumento econômico de incentivo fiscal à proteção ambiental. A partir da análise de experiências de outros Estados brasileiros, foi elaborado um roteiro para a realização de entrevistas semiestruturadas com especialistas na área jurídica, econômica e contábil para discutir, à luz do entendimento destes, os critérios que podem ser adotados para implementação do ICMS Ecológico no Pará. Em seguida, foi desenvolvido um simulador contábil, conforme os critérios sugeridos pelos estudiosos e especialistas entrevistados e do banco de dados confeccionado com o objetivo de as variações incidentes na receita dos municípios paraenses a partir da implementação do ICMS Ecológico. O trabalho apresenta duas perspectivas conclusivas. Primeiro, em termos teóricos, a dissertação mostra que o ICMS é um subsídio para incentivar ações de sustentabilidade em municípios que possuem AP em seus territórios. Todavia, as ações de sustentabilidade dependem da movimentação econômica de cada município. Segundo, em termos empíricos, os casos das regiões de integração Xingu, Baixo Amazonas, Rio Guamá e Rio Capim mostram que o baixo desenvolvimento econômico não possui relação linear com a existência de AP. A baixa arrecadação de ICMS não é proveniente somente da existência de AP nos territórios. De acordo com as simulações contábeis realizadas neste estudo, os ganhos dos municípios com a implantação do ICMS Ecológico não seriam homogêneos para todos àqueles que possuem AP.</p>
Instituição	Universidade Federal do Pará (UFPA)/Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM.
Referência	FERREIRA, Y. C. S. M. L. ICMS Ecológico no Estado do Pará: Possibilidades e Limites. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. Belém: 2011.

Autor	Sabrina Mesquita do Nascimento
Título	USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos
Orientador	Prof. <sup>a</sup> Dr. Edna Maria Ramos de Castro
Resumo	<p>Esta dissertação desenvolve uma análise sobre a dinâmica do campo de relações estabelecido em torno da construção da hidrelétrica de Belo Monte, observada a partir das ações empreendidas no processo de licenciamento ambiental. O objetivo principal foi desvelar as lógicas que organizam ações e relações entre agentes e instituições e determinam o desenrolar dos procedimentos de licenciamento da hidrelétrica. Ficou evidenciado, pela análise, o enfraquecimento deste instrumento da política ambiental, em razão da produção de uma desregulamentação das regras estabelecidas para licenciar a obra que foi identificada durante o acompanhamento do processo. Reforçando a argumentação do que foi observado, o trabalho analisa elementos e conteúdos presentes nos discursos que comprovam a reprodução da ideologia desenvolvimentista enquanto visão predominante nas políticas nacionais para a Amazônia. Através de revisão bibliográfica, consulta documental e pesquisa de campo, a dissertação mostra que quem mobiliza um grande capital político em favor do projeto e tem mais força no interior do campo de relações são os agentes e instituições em maior aproximação com as questões apontadas como estratégicas nas políticas de desenvolvimento. Neste contexto, segundo as reflexões produzidas neste trabalho, o desequilíbrio entre a força de instituições como Casa Civil, Ministério de Minas e Energia, Setor Elétrico Brasileiro, Ibama, Ministério Público e Movimentos Sociais marca a produção da desregulamentação do licenciamento ambiental, às custas do uso deturpado dos instrumentos nele contidos e dos conceitos nos quais se baseia a sua condução. O resultado desse enfraquecimento vai se refletir, na forma de uma irresponsabilidade institucionalizada, sobre um conjunto mais amplo de direitos presentes na ordem jurídica e no regime democrático brasileiro.</p>
Instituição	Universidade Federal do Pará (UFPA)/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPDSTU
Referência	NASCIMENTO, S.M. USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE: o campo de forças no licenciamento ambiental e o discurso desenvolvimentista dos agentes políticos. 2011. 275 f. Dissertação (Mestrado) – UFPA, NAEA. Belém, 2011.

Autora	Maria Albenize Farias Malcher
Título	Territorialidade quilombola no Pará: um estudo da comunidade São Judas, município de Bujaru e da comunidade do Cravo, município de Concórdia do Pará.
Orientador	João Santos Nahum
Resumo	<p>O objeto desta pesquisa de dissertação é a construção da territorialidade quilombola nas comunidades São Judas (Bujaru) e Cravo (Concórdia do Pará). Objetivamos analisar a construção da territorialidade quilombola, suas conflitualidades, dissociações e singularidades, tendo como situação empírica as comunidades de São Judas e do Cravo. Utilizamos a categoria território para entender a territorialidade e o modo de vida quilombola. Nesta empreitada, estudamos a emergência dessa territorialidade e a interação destas comunidades entre si e com influências externas que interferem na construção da territorialidade quilombola, mesmo que estas interferências perpassem por estratégias de atuação política de acesso às políticas públicas do Programa Brasil Quilombola-PBQ, em meio a diversos processos socioespaciais que contribuem na configuração territorial das comunidades em tela. A construção da territorialidade quilombola destas duas comunidades transpõe a dimensão geométrica territorial da terra-território e constrói o direito dos quilombolas de nela estar e nela permanecer: isto se manifesta na luta pela permanência na terra, na produção (trabalho de roça) e nas relações de parentesco, vizinhança e religiosidade. Entendemos que estes elementos caracterizam-se como um conjunto de práticas socioespaciais que compõe a estrutura social, indissociavelmente ligadas à territorialidade quilombola presente neste lugar. Na metodologia proposta buscamos responder como se processa a territorialidade embasada por fortes laços de unidade familiar e comunitária, mas que passa por transformações no seu modo de vida. Compreendemos que a territorialidade quilombola de um grupo ou comunidade demanda um olhar sobre a terra, à luz de uma concepção de território e dos usos dos recursos por parte das famílias envolvidas, assim identidade e territorialidade são tratadas nesta pesquisa, considerando a existência de múltiplos territórios e de múltiplas territorialidades entrelaçadas no ser-quilombola manifestada em um grupo da comunidade ou por ela com um todo.</p>
Instituição	Universidade Federal do Pará (UFPA), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Mestrado em Geografia.
Referência	MALCHER, M. A. F.(2011). Territorialidade quilombola no Pará: um estudo da comunidade São Judas, município de Bujaru e da comunidade do Cravo, município de Concórdia do Pará. PPGEO – UFPA: Belém-PA. Dissertação (Mestrado em Geografia) 137 pág.

Autor	Alexandre Martins de Lima
Título	Pelos Trilhos dos Bondes: cidade, modernidade e tensões sociais em Belém de 1869 a 1947.
Orientador	Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Resumo	<p>A presente pesquisa objetiva analisar as mudanças sociais e espaciais ocorridas em Belém, através dos bondes, no período de 1869 a 1947. Neste contexto, os carris surgem como símbolos de modernidade e <i>locus</i> privilegiado de observação de fenômenos sociais que se desenrolam cotidianamente, como as relações de gênero, de dominação e resistência, a territorialização do espaço urbano – em parte oriunda do processo de gentrificação – e as estratégias de legitimação de posse dos mesmos, os diversos graus de sociabilidade, as afetividades estabelecidas, os comportamentos sociais instituídos de maneira tácita ou determinadas normas e/ou códigos de postura. Desta forma, objetivando a análise dos processos interativos que produzem o sentido “prático” da realidade o materialismo histórico é utilizado como principal suporte metodológico. Questões relativas à distinção entre grupos sociais, lutas de classificações e poder simbólico foram analisadas através de conceitos e categorias trabalhadas por Bourdieu. A sociologia processual de Norbert Elias também foi utilizada como viés interpretativo de fenômenos sociais, o que deu à pesquisa um caráter linear. A investigação deteve-se em eixos: a história da cidade, a história do cotidiano e a história dos bondes. Como meio de interpretação da história da cidade e do cotidiano utilizou-se a literatura, principalmente a regional, e os discursos oficiais da municipalidade e das empresas concessionárias, o discurso midiático e os relatos de memória. Conclui-se que os bondes alteraram as percepções do binômio espaço-tempo de seus usuários, reproduziram as diferenças existentes entre os grupos sociais, proporcionaram novas formas de sociabilidade, fomentaram o crescimento da cidade e promoveram a conexão entre os territórios de uma Belém gentrificada.</p>
Instituição	<p>Universidade Federal do Pará (UFPA)/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Umido – PPGDSTU Doutor em Desenvolvimento Sustentável.</p>
Referência	<p>LIMA, Alexandre Martins. Pelos Trilhos dos Bondes: cidade, modernidade e tensões sociais em Belém de 1869 a 1947. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Belém: UFPA/NAEA, 2011.</p>

## PRÁXIS

---



## ENTREVISTA

ALFREDO KINGO OYAMA HOMMA

### AMAZÔNIA: O OLHAR DE UM DESCENDENTE DE JAPONÊS SOBRE A REGIÃO

---

*Por Revista Terceira Margem Amazônia:*

*Gutemberg Guerra<sup>1</sup>*

*Socorro Ferreira<sup>2</sup>*

*Rogério Almeida<sup>3</sup>*

*Alfredo Kingo Oyama Homma é pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, reconhecido nacional e internacionalmente. Pelo conjunto da obra, dez livros publicados; recebeu o Prêmio Nacional de Ecologia (1989); Prêmio Prof. Edson Potsch Magalhães (1989); Prêmio Frederico Menezes da Veiga (1997); Prêmio Jabuti (1999); e duas vezes o Samuel Benchimol (2004, 2010).*

A família Homma, de imigrantes japoneses, aportou em terras amazônicas em 1933. Desde o começo, manteve contato com o elemento terra, seja produzindo juta (*Corchorus capsularis*) em Parintins, Amazonas, em Pernambuco (Jatinã), ou hortaliças na Bahia (Ilhéus), Espírito Santo (Cariacica) e no Maranhão (Lima Campos), onde dominava o extrativismo do babaçu e em São Luís. O patriarca, um judoca com segundo dan, educou os filhos sob a rígida disciplina nipônica. Assim foi talhado o rigor do pesquisador Alfredo Kingo Oyama Homma, uma das referências sobre a economia agrícola na Amazônia. Homma tem vínculo com a Embrapa Amazônia Oriental. É graduado em Agronomia, com pós-graduação em Economia. Toda a formação foi realizada em Viçosa, Minas Gerais, onde chegou pela primeira vez quando tinha 19 anos, em 1966. Tem dez livros publicados, com ênfase sobre a relação da economia com agricultura e recursos naturais da Amazônia. Faz 23 anos que defendeu a

---

1 Professor do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

2 Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa – Amazônia Oriental).

3 Professor do Curso de Comunicação da Universidade da Amazônia (Unama).

tese de doutorado sobre a economia extrativista. Trabalho que ainda hoje repercute. Para o pesquisador, a saída é potencializar a domesticação de espécies demandadas pelo mercado. A posição contrariou segmentos alinhados com a defesa da ocupação da Amazônia a partir do extrativismo. Nos últimos anos tem escrito sobre o processo de imigração dos japoneses na Amazônia. Em 2008 lançou o livro sobre o assunto no Pará e, em 2011, recuperou a experiência dos ancestrais no Estado do Amazonas.

**Revista Terceira Margem** – *A gente gostaria que o senhor iniciasse a nossa conversa falando da sua trajetória pessoal.*

**Alfredo Homma** – Eu nasci em 1947, no interior de Parintins, no Amazonas. Meu pai, Takeshiro Homma, chegou a Parintins em 1933, vindo da Província de Niigata, norte do Japão. Abandonou a família, largou o primeiro ano de Direito que cursava em Tóquio e veio se aventurar no Brasil. A minha mãe, Yoshime Oyama Homma, chegou com seus pais, da Província de Okayama, sul do Japão, mas em navios diferentes e se casaram no Brasil. Tiveram três filhos, sendo dois homens e uma mulher. O navio, a província de origem e o ano de chegada passam a ser o ponto de identificação. O meu avô materno Ryota Oyama foi quem efetuou a aclimação da juta. Os japoneses que migraram para Parintins se estabeleceram em área de várzea, para cultivar a juta. A partir de 1937, a juta começou a se expandir nas várzeas do Amazonas e Pará. Como é uma cultura intensiva em mão de obra, em luta anual com subida das águas, os colonos japoneses foram abandonando esta atividade e passando ao domínio dos caboclos. O auge da produção foi na década de 1960. Depois entrou em refluxo com o surgimento das fibras sintéticas, da implantação da Zona Franca de Manaus, do transporte a granel e do surgimento de novas alternativas econômicas. E tudo piorou durante o governo Collor, quando ele liberou as importações. Isso destruiu a cultura da juta. Ficou mais barato importar juta da Índia e Bangladesh. A lavoura da juta foi importante para a economia pós-crise da borracha e para a economia pré-Zona Franca de Manaus. A colonização japonesa em Parintins completou 80 anos em outubro de 2011.

**RTM** – *E o que a sua família fez após o ocaso da juta?*

**AH** – Em 1949, o meu pai resolveu sair de Parintins. Com a guerra, teve o confisco dos bens dos japoneses. Rádio, armas, motor... tudo foi confiscado. O meu pai ficou preso seis meses com o cônsul alemão e italiano, mas bem tratado, uma vez que com mais de dez anos de imigração, os japoneses já tinham feito uma teia de relações com os brasileiros. Ele distribuía sementes de

juta e o pessoal entendia que ele era “quinta coluna”, designação dada para os elementos do Eixo (Itália, Alemanha e Japão) no país, como se fossem espíões. Os alemães e os japoneses ficaram muito visados nessa época, devido ao afundamento de 34 navios na costa brasileira e a morte de 1.081 tripulantes e passageiros. Em Belém, casas de japoneses e italianos chegaram a ser depredadas. Mas não houve exageros, muita coisa é fantasia. Os japoneses eram obrigados a apresentar “salvo conduto” para qualquer deslocamento que fosse efetuar com as autoridades policiais.

**RTM** – *A sua família migrou para onde?*

**AH** – A família migrou para Pernambuco. Lá trabalhou com plantio de juta nas margens do rio São Francisco. E em seguida foi para Ilhéus, na Bahia, onde nasceu a minha irmã, Maria Oyama Homma Araújo. Em Ilhéus também não deu certo, e migramos para Cariacica, perto de Vitória, no Espírito Santo. Em seguida, fomos para o interior do Maranhão, para a região central do Estado, no município de Lima Campos. É a região dos cocais. Há predomínio da palmeira de babaçu (*Orbygnia speciosa*). Naquela época falava-se muito do assassinato de Getúlio Vargas. Eu tinha uns sete anos. A região representava uma frente de ocupação de colonos nordestinos incentivada pelas políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Depois, seguimos para São Luís. Fomos estudar. A escola era muito difícil para quem morava no interior. Fiz somente o quarto ano primário. Em São Luís, nasceu meu irmão, Rui Oyama Homma. A prioridade da família era educar os filhos. O meu pai era muito rígido. Era faixa preta de judô, segundo dan. Não admitia nota baixa. Todos os filhos passaram em primeiro lugar nos vestibulares. Passei em Viçosa, Minas Gerais. A minha irmã, em Medicina, em São Luís, e meu irmão caçula em Ouro Preto, em Minas Gerais, em Metalurgia. O meu pai acreditava que a única forma de ascender no Brasil era pela educação. Ele entendia que o Brasil era um país atrasado.

**RTM** – *Em São Luís, o senhor estudou onde?*

**AH** – Estudei em escola secundária pública. O ensino público naquela época era referência. Frequentei o Liceu Maranhense, fundado em 1838, no tempo em que existia o exame de seleção. O Liceu era considerado a melhor escola de São Luís. Muitos contemporâneos tornaram-se pessoas importantes no Estado e no país. Era como se fosse o Paes de Carvalho, fundado em 1841, aqui de Belém. Naquele tempo havia falta de transporte e para ir para a escola caminhava-se até 8 km, e na volta trabalhava na horta e estudava-se à noite com a luz de lamparina.

**RTM** – *E quanto à sua graduação e pós?*

**AH** – Fui para Viçosa cursar Agronomia. A razão de ter ido para lá foi por conta do famoso botânico japonês Chotaro Shimoya e do baixo custo de manutenção. Foi uma viagem bem atribulada. Naquele tempo era muito difícil o deslocamento entre as regiões do país. Eu tinha 19 anos. Isso se deu em 1966. A minha pós-graduação também foi lá. Fiz o Mestrado e Doutorado na linha de Economia. Após a Graduação resolvi voltar. Você com uma graduação em Viçosa, naquela época, tinha a possibilidade de pelos menos umas sete opções de emprego. Fiquei com a pior opção, em termos salariais. Fui para Manaus por questão de idealismo, trabalhar na extinta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social do Amazonas (CODEAMA). Houve uma migração grande do pessoal formado em Viçosa para o Amazonas, para trabalhar na Acar-Amazonas, que pagava muito bem. Depois fui para o Instituto de Pesquisa Agropecuária da Amazônia Ocidental (IPEAAOc), que é a atual Embrapa Amazônia Ocidental.

**RTM** – *E como foi para chegar até a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)?*

**AH** – Em 1973, a recém criada Embrapa incorporou o IPEAAOc. A primeira ação da empresa foi promover um agressivo programa de treinamento de pesquisadores em nível de mestrado e doutorado, no país e no exterior, atingindo dois mil pesquisadores em uma década. Em 1970, somente três pessoas tinham mestrado na Amazônia que trabalhavam com pesquisa agrícola. O mestrado naquele tempo era algo inacessível. O Brasil fez uma revolução silenciosa na pós-graduação, graduando 12 mil doutores e 41 mil mestrados em 2010. Fiz o Mestrado entre 1974 a 1976. Durante a graduação, tomei gosto pela Economia como sendo importante para resolver os problemas da agricultura.

**RTM** – *O senhor estudou o que em seu mestrado?*

**AH** – Fiz pesquisa na região da Transamazônica. Na Amazônia ocorrem modismos nos trabalhos de tese. A abertura da rodovia incentivou esse ciclo. Muita gente veio fazer pesquisa aqui. Encontrei vários americanos, entre eles o Philip Fearnside com a esposa, residindo em uma agrovila. Nigel Smith e Emílio Moran iniciaram também a carreira científica fazendo pesquisas na Transamazônica. Quanto à dissertação de mestrado perdi a oportunidade em aprofundá-la, faltou mais empenho e a visão do conjunto.

RTM – *E quando surge o interesse pela temática do extrativismo?*

AH – Isso nasce em Lima Campos, ainda no Maranhão. Quando criança eu quebrava coco de babaçu muito bem. Isso com uns sete, nove anos. A vida do pessoal de lá era quebrar coco. Todo mundo ali quebrava coco, enquanto os grandes comerciantes controlavam o negócio. Os caminhões que transportavam amêndoa de babaçu eram importados. Naquele tempo, o caminhão representava a modernidade. Muitas crianças do interior tinham como sonho serem motoristas de caminhão. Aquela realidade chamou muito a minha atenção. Ai junta tudo isso com o que vi das culturas de juta e da pimenta (*Piper nigrum*). A gente vai descobrindo que somente com graduação não é possível fazer pesquisa. O curso de mestrado abriu as possibilidades de realizar pesquisa. Quando voltei do mestrado, a economia do extrativismo despertou a minha atenção. Trata-se de uma realidade bem diferente daquilo que se estudava, como as culturas do arroz (*Oryza sativa*), milho (*Zea mays*) e feijão (*Phaseolus vulgaris*). Aí comecei a realizar análises da economia extrativista.

RTM – *Quando o senhor começa a elaborar os primeiros trabalhos?*

AH – Comecei a publicar sobre o assunto em 1980, no Boletim da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) que divulgou diversos artigos e na Acta Amazônica em 1982. Tanto que quando a “síndrome extrativa” iniciou-se no final da década de 1980, estava preparado e os resultados eram completamente antagônicos.

RTM – *Então, o senhor aprofundou o assunto do extrativismo no doutorado?*

AH – Isso! O doutorado foi sobre extrativismo. Eu já havia juntado bastante material. Fiz o doutorado entre 1984 e 1988. Após a tese de doutorado vieram algumas coincidências. Defendi a tese em outubro de 1988, em seguida ocorreu o assassinato de Chico Mendes, no dia 22 de dezembro do mesmo ano. O trabalho sai neste contexto. A partir disso ocorreu um ciclo de estudos sobre o extrativismo no país e no exterior onde havia este tipo de prática. Passaram a receber diversas denominações como “produtos invisíveis”, “colheita oculta”, “produtos florestais não madeireiros” etc. Criou-se a falsa concepção de que a extração de produtos florestais não madeireiros é sustentável, esquecendo que a sustentabilidade biológica nem sempre garante a sustentabilidade econômica e vice versa. Naquele tempo, era comum nos congressos a presença de índios ou seringueiros para realçar a importância do extrativismo os quais, com o tempo, foram caindo na realidade.

**RTM** – *Qual era a questão central da tese?*

**AH** – A tese segue na contramão do que o movimento extrativista acreditava ser o melhor caminho para o desenvolvimento da região. Na época, a pesquisadora Mary Allegretti, que era ligada ao Chico Mendes, soube da minha pesquisa. Em 1986, ela fundou o Instituto Amazônia, uma ativa ONG sediada em Curitiba, que ajudava o movimento dos seringueiros no Estado do Acre. Em setembro de 1988, ela organizou o primeiro congresso sobre o extrativismo no país. Foi aí que conheci o Chico Mendes e outros dirigentes, antes da execução dele. Com o assassinato de Chico Mendes, a mídia nacional e estrangeira focou sua atenção para o Acre. Para os leigos e para a mídia nacional e mundial não havia nada mais óbvio do que a coleta de produtos florestais para evitar desmatamentos e queimadas na Amazônia. Manter a “floresta em pé”, “povos da floresta”, reservas extrativistas, ribeirinhos etc. eram a ordem do dia em dezenas de seminários ao redor do mundo, o que empareidou o Governo Sarney.

**RTM** – *O que a pesquisadora Allegretti defendia?*

**AH** – Mulher corajosa e com forte personalidade, acreditava que as reservas extrativistas seriam uma maneira de proteger a floresta, gerar renda e emprego, dar dignidade para os “povos da floresta”, fortalecer os movimentos sociais etc. O emocionalismo pós-assassinato contribui muito para a difusão dessa ideia. Em 2011, completaram 23 anos da execução de Chico Mendes, mas acho que esta opção tem muitas limitações. As possibilidades de ocupação para a região são múltiplas. O Chico Mendes foi emblemático para se debater o desenvolvimento da região a partir de uma agenda socioambiental. A maior contribuição do sacrifício de Chico Mendes não foi com relação às reservas extrativistas, mas com relação ao modelo de desenvolvimento da Amazônia. Não se pode negar a importância do extrativismo. O extrativismo vegetal foi importante no passado, é importante no presente, mas precisamos pensar no futuro. Não é com o modelo de extrativismo do Acre, que vamos mudar a realidade da região amazônica.

**RTM** – *E qual sua análise sobre o extrativismo?*

**AH** – O que sempre defendi é que a economia extrativa é muito frágil. Ela está sujeita a diversas variáveis que a levam para o seu desaparecimento. A primeira variável que levanto é a domesticação. O extrativismo se mantém quando o mercado é pequeno. Mas com o crescimento da população e do mercado a oferta extrativa torna-se incapaz de atender às necessidades. As

próprias populações primitivas foram fazendo a domesticação. Nestes últimos dez mil anos, cerca de três mil plantas foram domesticadas. A primeira maçã que Adão e Eva provaram no Paraíso foi uma maçã extrativa. Isso tem início com os próprios caboclos. Eles possuem a capacidade de selecionar as melhores plantas e começam a fazer o cultivo no próprio quintal. Cada planta tem uma história de domesticação interessante da qual grande parte foi perdida.

**RTM** – *Quais as espécies da região que estão nesse processo?*

**AH** – Na Amazônia, estamos assistindo às domesticações recentes do jambú (*Spilanthes acmella*), cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), pupunheira (*Bactris gasipaes*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), bacurizeiro (*Platonia insignis*) etc. O exemplo mais antigo é do cacauzeiro (*Theobroma cacao*). Da Belém colonial saiam caravelas para Lisboa com carregamento de cacau. Muitas das igrejas antigas de Belém foram erguidas com a economia do cacau. O Palácio Lauro Sodré (Museu do Estado do Pará) foi erguido com recursos advindos das exportações de cacau e o Palácio Antônio Lemos (Museu de Arte de Belém) com dinheiro da borracha. Em 1746, o cacauzeiro foi levado para a Bahia por Louis Frederic Warneaux, para a cidade de Canavieiras. Na sede da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) existe uma placa em homenagem ao primeiro fazendeiro que cultivou o cacauzeiro na Bahia, Antônio Dias Ribeiro. Os relatos dos viajantes na Amazônia mencionam sobre o cacauzeiro nas várzeas. Ele era encontrado em Cametá, Óbidos, Monte Alegre etc. A obra de Inglês de Souza, O Cacauleiro, trata sobre isso. O cacauzeiro foi domesticado na Bahia e depois levado para a África e a Ásia. Após o deslocamento do cacauzeiro para a Bahia, a hegemonia do Pará na exportação perdurou até a época da Independência do Brasil. Fenômeno idêntico ocorreu com a seringueira (*Hevea brasiliensis*), que foi levada por Henry Alexander Wickham, em 1876, e a nossa alegria durou enquanto estavam crescendo as seringueiras no Sudeste asiático. Durante 30 anos, as exportações de borracha chegaram a participar como terceiro produto da pauta das exportações nacionais, vindo logo depois do café (*Coffea arabica*) e do algodão (*Gossypium hirsutum*). A domesticação amplia a oferta, oferecendo um produto com preço reduzido e com isso desagrada a economia extrativa.

**RTM** – *E qual a tendência do extrativismo?*

**AH** – Avalio que é acabar ao longo do tempo. Muitos acham que nunca vai desaparecer. Eles sinalizam a experiência do couro vegetal obtido a partir do

látex da seringueira, a produção de camisinhas feitas a partir de borracha extrativa etc., que podem ajudar na manutenção do extrativismo, criando nichos de mercado. A questão é a democratização dos *green products*. Para manter o extrativismo é importante que não se criem alternativas econômicas, não financiem pesquisas sobre domesticação, criar nichos de mercado, evitar abertura de estradas etc.

**RTM** – *Qual a segunda variável que complica a economia extrativa?*

**AH** – A segunda é a questão do aparecimento de sintéticos. Foi o que ocorreu com o extrativismo do pau-brasil (*Caesalpinia echinata Lam*) que foi iniciado em 1503. Foi a primeira atividade econômica que o país conheceu. A Coroa Portuguesa deu a concessão para Fernando de Noronha, responsável pela retirada e venda dessa madeira. Isso durou até 1876, quando foi efetuada a síntese da anilina pelos químicos da Bayer. Hoje, há uma retomada de interesse pelos corantes naturais para uso em alimentos e cosméticos. Na Amazônia, temos o caso do timbó (*Ateleia glazioviana*), uma leguminosa arbustiva cujas raízes contêm rotenona, utilizado como inseticida natural. Belém e Manaus eram grandes exportadores até antes da guerra. Em 1939, com a descoberta do DDT (*dicloro-difenil-tricloroetano*) o timbó entra em desuso. Com a descoberta do DDT, todo o estoque de tecnologia acumulado sobre o timbó foi perdido. O DDT foi muito usado no combate aos insetos transmissores de doenças em todo o mundo. Foi uma descoberta do químico suíço Paul Hermann Müller, que depois recebeu o Prêmio Nobel de Medicina. O DDT quebrou a economia do timbó. Hoje, o Brasil importa o timbó do Peru. Em época mais recente, a possibilidade do plantio do timbó tem sido afetada pela entrada do nim (*Azadirachta indica*). Outro exemplo é o caso do pau-rosa (*Aniba rosaeodora ducke*). Foi um extrativismo à custa de destruição dos estoques acessíveis e cresceu até década de 1950. É usado como fixador para cosméticos. O sabonete Phebo usava a essência de pau-rosa que identificava a pessoa que utilizou do sabonete. Com a escassez do óleo essencial de pau-rosa, o seu uso ficou restrito para os perfumes finos, como o Chanel n. 5. Mais uma vez, a presença de produtos sintéticos e o esgotamento do estoque do recurso natural reduziram a importância da economia extrativa do pau-rosa. Já deveríamos ter plantado há 30 anos, permitindo o corte de 30 mil árvores/ano, para garantir o volume máximo exportado em 1951 (444t). Estaria gerando renda e emprego e a formação de um polo floro-xiloquímico de produção local.

RTM – *Que outros exemplos podem ajudar na reflexão sobre os limites da atividade extrativa?*

AH- A atividade extrativa apresenta baixa produtividade da terra e da mão de obra decorrente da rarefação dos recursos na floresta. Com o aumento dos níveis salariais da economia, o extrator (patrão e empregado dele mesmo) vai ter que se contentar em ganhar cada vez menos, a não ser que elevem os preços dos produtos extrativos. A elevação dos preços e o crescimento do mercado é um convite para a domesticação.

RTM – *Que outro elemento desestabiliza a economia extrativa?*

AH – A manutenção do extrativismo exige a floresta intacta. A expansão da pecuária reduziu o estoque de castanheiras (*Bertholletia excelsa H.B.K*) no Sudeste Paraense. Esta árvore tem sido vítima das políticas públicas na Amazônia: abertura da Transamazônica, PA-150 cortando o coração das áreas de ocorrência, hidrelétrica de Tucuruí, Programa Grande Carajás etc. Deve ser feita a ressalva de que a manutenção da floresta em si não é garantia da permanência da economia extrativa. No futuro, podemos ter “reservas extrativistas sem extrativismo”.

RTM – *Qual a sugestão a partir da domesticação dos recursos locais?*

AH – Creio que devemos domesticar os recursos extrativos que apresentam conflitos entre a oferta e a demanda e de novas plantas potenciais. São vários produtos que estão nessa situação: tucumã no Estado do Amazonas, bacuri nos Estado do Pará, Maranhão e Piauí, uxi (*Endopleura uchi*), castanha-do-pará, fava d’anta (*Dimorphandra mollis Benth*), unha de gato (*Mimosa bimucronata*), madeira etc. Sem falar dos recursos da pesca que apresentam um grande potencial para a Amazônia. Produzimos mais carne de frango do que a carne bovina, enquanto a produção de pescado está estagnada em 10% do que é produzido de carne bovina ou de frango. Poderíamos fazer uma revolução da piscicultura na Amazônia, substituindo a pecuária bovina.

RTM – *Como é a interpretação da sua tese junto aos pares da academia?*

AH – Acho que aumentou muito a compreensão sobre a economia extrativa no país e no mundo. Mesmo os defensores estão percebendo a dificuldade dos sistemas tradicionais se manterem, engolidos por outras atividades, baixa rentabilidade, não se constituindo em opção para os jovens etc. Apesar do aspecto emblemático da seringueira, em 1991, pela primeira vez a produção de

borracha plantada suplantou a extrativa, e atualmente a produção de borracha extrativa não representa 2% do total de borracha natural produzida no país.

RTM – *Por falar em Acre, qual foi a grande contribuição do Chico Mendes?*

AH – A grande contribuição do Chico Mendes foi colocar com o sacrifício da própria vida a Amazônia na agenda política do país e junto às organizações internacionais. A contribuição mais importante não é o modelo de reserva extrativista, mas a de repensar o modelo de desenvolvimento. A repercussão do assassinato de Chico Mendes foi um divisor de água para a Amazônia. Quando se compara o momento atual com as décadas de 1970 e 1980, o que se discute hoje não seria possível naquele tempo.

RTM – *Onde estão os extrativistas hoje?*

AH – Eles estão no processo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD), uma rede internacional que debate as emissões de gases e as formas de contribuição que a floresta tropical pode conferir para o resgate de carbono. Outra corrente ainda acredita na coleta de produtos da floresta.

RTM – *Aqui na Amazônia, teria saída a partir de algum produto?*

AH – Muitos produtos extrativos com grande estoque como madeira, açaí (*Euterpe oleracea*), castanha-do-pará, bacuri, tucumã, pesca, ainda vão permanecer com o extrativismo por longo tempo. Vai depender do crescimento do mercado, da disponibilidade de tecnologia, do interesse pelo plantio ou criação, que nem sempre acontece nas áreas de ocorrência (cacaueiro, seringueira, guaranazeiro (*Paullinia cupana Kunth*), pupunheira etc.). O capital extrativo, muitas vezes, funciona como uma barreira para a expansão dos plantios. O extrativismo do açaí consegue uma boa remuneração, se comparado com os demais. É uma exceção, pois para a maioria dos extratores a renda do extrativismo é marginal. O ciclo do açaí repete o ciclo da borracha com a exportação na forma de matéria prima. Um grupo de empresas estrangeiras busca o produto no pico da safra quando o preço é menor. São empresas dos Estados Unidos, Japão, França e de empresas locais que exportam. O mercado externo não deveria ser prioridade. Tem um grande mercado local e nacional que foi ampliado para o ano inteiro com as técnicas de beneficiamento. Já chegamos a pagar até R\$ 24,00 por litro de açaí grosso quando no início do Plano Real em 1996, custava R\$ 1,50/litro, um aumento de 1.600%.

RTM – *E a política no governo Lula para o setor extrativo?*

AH – A tônica da Ministra Marina Silva foi à criação de mega reservas extrativistas, que tiveram o efeito de reduzir a expansão da fronteira agrícola. Para muitas reservas extrativistas existe mais um problema agrícola do que extrativo. Os moradores das reservas não possuem condição de sobrevivência somente com a coleta extrativa. Na Resex Verde para Sempre, em Porto de Moz, no Pará, o búfalo é importante para a geração de renda; de criação bovina em Xapuri, no Acre etc. As queimadas têm aumentado no Acre pelo avanço da pecuária. No Governo Lula ocorreu um incremento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), aumentando de dois bilhões de reais no Governo FHC para 12 bilhões de reais. O Banco da Amazônia tem dificuldade em aplicar os recursos pela falta de opções tecnológicas, pela fraqueza de extensão rural, pelo baixo nível de educação formal dos produtores etc. Por conta dessas mudanças, a Bolívia produz mais castanha-do-pará do que o Brasil. Faz 60 anos que a produção total de castanha da Bolívia, Brasil e Peru é de 60 mil toneladas. A população dos países desenvolvidos aumentou e o consumo no mercado doméstico também. O que isso significa? Precisamos plantar a castanheira em grande escala. Tem mercado.

RTM – *Que outras questões são levantadas para o senhor ainda sobre o extrativismo?*

AH – O uso de tecnologias *high-tech* em reservas extrativistas. Tem o caso da fábrica de preservativo, de indústrias madeireiras, de fábricas de beneficiamento de castanha etc. no Estado do Acre. Avalio isso como algo complicado com dificuldade de replicação. No caso de preservativos atendem uma demanda do Ministério da Saúde. O projeto tem limites, em particular com a coleta do látex extrativo e do alto custo do empreendimento.

RTM – *Além do extrativismo o que o senhor tem produzido sobre a migração dos japoneses?*

AH – Escrevi um livro sobre o processo migratório no Pará. Agora saiu outro sobre a imigração no Amazonas, pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Os japoneses no Pará e Amazonas demonstraram que as populações locais não são avessas às inovações. Introduziram duas culturas exóticas: a pimenta e a juta que foram rapidamente democratizadas. Foi a fusão de dois universos bem diferentes. No caso da juta foram obrigados a abandonar por conta da baixa lucratividade e da escassez de mão de obra. A expansão da juta foi feita pelos ribeirinhos. Os japoneses ganharam pouco com a juta. No caso

da pimenta já foi diferente, muitos agricultores japoneses ganharam dinheiro na fase inicial. Foi a cultura que deu início à tecnificação agrícola na Amazônia. Isso se deu graças aos japoneses que iniciaram a “agricultura de vasos” em solos de terra firme de baixa fertilidade. A colônia de Tomé-Açu existe até hoje, com 82 anos, indicando que a questão na Amazônia não é criticar a soja ou a pecuária, mas decorre do nível tecnológico dessas atividades. Quanto à sustentabilidade nem sempre é endógena, mas exógena ao sistema. Mas, creio que deve desaparecer no futuro decorrente da miscigenação entre descendentes dos japoneses e brasileiros e do surgimento de novas atividades. Creio que por ocasião das comemorações do bicentenário, o ciclo agrícola desencadeado pelos imigrantes japoneses será uma lembrança do passado. A tendência é a assimilação e a desintegração. Em Tomé Açu, que foi o principal produtor de pimenta, está ocorrendo o crescimento da monocultura de dendezeiro (*Elaeis guianensis*) e da fruticultura. O Censo Agropecuário 2006 mostra que a concentração da produção de pimenta é de pequenos produtores brasileiros. As soluções das questões ambientais na Amazônia passam pelo mercado e não pelo assistencialismo verde. A insistência no extrativismo vegetal pode prejudicar os produtores na geração de novas oportunidades e dos consumidores na obtenção de produtos com preço mais baixo e com qualidade.

## DEBATES

# FOMOS CAPAZES DE DIZER NÃO À DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ

---

*Maria de Fátima da Fonseca*<sup>1</sup>

Após o resultado da consulta sobre a divisão do Estado do Pará, cabe refletirmos sobre o que ocorreu e não permitir que as mentiras ditas sejam esquecidas e possamos com seriedade responder à pergunta: por que esta vontade de dividir o território do Grão-Pará?

Segundo Di Paolo (1990), só com a análise da composição política e étnica que se operou na Amazônia desde a entrada dos europeus é que se pode compreender o que é o Estado na Amazônia paraense, pois,

no século XVI, antes da chegada dos europeus na Amazônia, os índios viviam em constantes guerras endógenas, lutando pela defesa da terra contra tribos invasoras ou pela hegemonia na região. Em julho de 1613, houve uma tentativa francesa de ocupar o Pará, o que provocou a reação portuguesa. A frota lusitana partiu de Pernambuco e conquistou o Maranhão, tirando-o dos franceses. Foi nesse período que o capitão Caldeira Castelo Branco planejou, em São Luís, a conquista do Pará.

À fundação de Belém, em 12 de janeiro de 1616, teve a participação dos Tupynambás do Maranhão, que facilitaram a acolhida pacífica das tribos locais dos Tupynambás ao Pará.

A miscigenação forçada, a proibição das línguas indígenas e africanas, a desapropriação das terras, via decreto, a destribalização intergrupala e intragrupal, a obrigação ao trabalho forçado e a integração compulsória constituíram a realidade social do Grão-Pará e, especialmente, de Belém.

A predominância de um estilo português de vida criou os povoados temporários do Grão-Pará que foram aos poucos afeiçoando-se às cidades conhecidas na época pelos europeus, que precisavam da estabilidade do território para a reprodução física e para o comando administrativo dos súditos, pois era a vontade do rei e da corte que orientava suas vidas.

---

1 Professora da Universidade da Amazônia. Doutora em Sociologia pela UNESP/Araraquara/SP.

Essa dinâmica social construída dentro de uma concepção europeia de enriquecimento e de poder político do Estado Nacional foi um traço diferenciador fundamental na convivência dos distintos grupos sociais que passaram a habitar a cidade de Belém. Belém se constituiu, desde então, espaço demarcado por territórios sociais definidos. Nas elites governantes estavam pessoas não nativas; os que vinham de fora, os que eram enviados para comandar os que aqui estivessem. Essas elites governantes traziam ou formavam o grupo de sustentação político-administrativa de sua confiança. Os que aqui estavam, mesmo que fossem portugueses nascidos no Brasil ou em Belém, possuíam acesso restrito ao grupo de poder, mesmo que tivessem posses e garantissem a Portugal e ao Brasil os limites territoriais e a submissão de súditos (FONSECA, 2006, p. 74-75).

Para discutir o Estado é necessário analisar vários elementos constitutivos de sua origem entre nós. E, entre esses elementos estão:

- Um descaso pelos índios que aqui habitavam;
- Decisão dos colonizadores orientada para a conquista do território e dos comportamentos dos que aqui habitavam;
- A criação de um estilo de vida assemelhado às cidades europeias existentes na época;
- O comando administrativo externo aos habitantes e as suas necessidades;
- Uma concepção europeia de enriquecimento;
- A demarcação por territórios sociais definidos;
- As elites governantes compostas de pessoas não nativas, os vindos de fora que eram delegados como elites governantes que traziam ou formavam o grupo de sustentação político-administrativo;
- Os portugueses que aqui estavam ou tinham acesso restrito ao grupo de poder, mesmo que tivessem posses e garantissem a Portugal e ao Brasil os limites territoriais e a submissão de súditos.

Essa forma de organização político-administrativa continua arraigada na mentalidade de muitos “paraenses”. Tanto é que, passados tantos séculos, pouco ou nada feito para que os habitantes do território do Grão-Pará conhecessem e participassem desse importante instrumento civilizador.

O Grão-Pará foi acostumado a ser governado por “senhores”. Senhores de engenhos, senhores de fazendas e escravos e senhores do comércio. Os senhores tinham seus empregados, mas estes não conheciam salários, pois o aviaamento era a forma de pagamento existente. Ainda hoje essa prática exploradora permanece.

Belém, como local de residência e sede de governo, permitia que:

... Os portugueses aqui nascidos e os portugueses governantes tivessem algo em comum. Podiam exigir o máximo dos índios, dos poucos negros, dos colonos pobres e de seus descendentes e submissão total aos interesses da metrópole.

- As leis vão se tornando mais duras contra as classes subalternas.

- A cidade de Belém tornou-se um território de descontentamento. As gerações vão se sucedendo, misturas étnicas vão acontecendo, e um caldeirão de projetos pessoais e grupais vão se constituindo.

As tensões sociais provocadas pelas diferenças de grupos e de interesses definiram a posição social dos que habitavam Belém, tornando mais difícil a relação entre os povos nativos – índios ou aldeados – negros e portugueses pobres – colonos, pequenos comerciantes e agricultores e a classe dirigente com seus ricos proprietários de terras (FONSECA, 2006, p. 86).

O descaso pelos habitantes fossem eles nativos, migrantes, habitantes da cidade ou de locais mais distantes da capital, sempre foi uma constante.

À independência do Brasil parecia ecoar, na longínqua Amazônia, a “morte” diante da impossibilidade concreta de emergir, das relações sociais, a conquista da liberdade aspirada e de sentir o gosto da independência política proclamada.

Essas tensões tiveram uma eclosão no movimento “Cabanagem” pouco reconhecido e considerado na historiografia política oficial e predominante. Segundo Meirelles Filho (2004), a Cabanagem:

foi o único movimento social em que efetivamente a população tomou o poder, ainda que por pouco tempo. Incapazes de se organizar para fazer frente ao poderio do novo Império, os cabanos foram enfraquecidos e, ao final, massacrados pelas tropas imperiais. O Brasil da Corte Imperial preferiu ignorar os anseios legítimos da população local e comandar a região da mesma forma que a Coroa portuguesa (*apud* FONSECA, 2006, p. 89).

Depois da Cabanagem houve um esquecimento histórico e político dos habitantes de Belém e do Grão-Pará, pois,

os principais protagonistas desse acontecimento singular, que marcou profundamente a História do Brasil, foram os anônimos, mas politizados “homens das cabanas” desta longínqua Amazônia, cuja consciência e atitude política transformaram Belém no centro revolucionário da América Latina, durante a década de 1830, em sintonia com os principais centros revolucionários do mundo dos séculos XVIII e XIX (DI PAOLO, Nota para a 2ª edição, 1990).

Na memória social dos habitantes mais antigos está apenas um nome de governante que, na primeira metade do século XX, fazia visitas aos municípios mais distantes da capital. Foi um dos interventores do Pará no período pós-Revolução de 1930. Sua disposição de resolver os problemas sociais da época o tornou conhecido de muitos:

Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, primeiro-tenente nomeado interventor do Pará, foi o fundador do Partido Liberal, que teve como opositor a denominada Frente única... Nesse período, foi promulgada a quarta Constituição do Estado, em 2 de agosto de 1935.

... Novamente interventor, estive à frente do governo até a redemocratização do país, ocorrida em 1946 (HAGE, 1993, p. 73).

Não vem ao caso discutir a forma e a conveniência local e nacional desse governo, mas apenas registrar que o vasto território, até poderia receber melhoramentos, mas como uma medida político-administrativa outorgada.

O Estado do Pará volta ao cenário político-administrativo nacional, mais intensamente, nos anos 1960 do século XX, com os Planos de Integração da Amazônia.

Para Brito (2001), é somente a partir de 1940, que recomeça o processo de maior intensidade de intervenção do Estado na região. É que a partir dessa época houve a implantação de uma estrutura estatal, em que a organização do conjunto de órgãos do Estado institucionalizaria uma concepção política de desenvolvimento.

Verifica-se, portanto, que nesta parte do Brasil, a organização administrativa é recente. Tem menos de 70 anos. Contudo em 70 anos, os habitantes já deveriam ter sentido uma influência desse Estado, por menor que fosse.

Porém, durante o período militar o Estado voltou à cena. Do território do Pará, foi retirada uma grande quantidade de terra, para doação às empresas, pessoas e para o próprio governo da União. Nada foi perguntado aos seus moradores.

Passou-se a falar de grandes projetos de mineração, hidrelétricos e agrícolas como alavancas do desenvolvimento. Ainda hoje o discurso permanece, embora as consequências negativas sejam conhecidas por governantes, estudiosos e residentes envolvidos.

Os anos de 1980 e 1990 foram marcados pela redefinição das funções do Estado. Aumentou a importância dos mecanismos funcionais da administração pública. Neste caso, sim, é possível afirmar que esses mecanismos estavam presentes, apenas na capital. Agências de desenvolvimento, bancos estatais e

órgãos públicos aqui se implantaram e daqui decidiam o destino de pessoas a milhares de quilômetros.

Acostumamo-nos com isso. Por conta dessa definição, muitos problemas ocorreram no campo e deveriam ser resolvidos na capital, pois era aí que estavam as autoridades.

Ilhas de desenvolvimento foram construídas e uma convivência danosa se efetivava neste vasto território. Era o confronto entre a existência dos nativos e a satisfação dos interesses daqueles que para cá foram atraídos para realizarem os grandes empreendimentos regionais.

As decisões sempre foram tomadas fora dos habitantes e até fora do governo estadual ou municipal, o que permite a Gonçalves (2001) afirmar que a Amazônia será sempre vista como um peso político marginal nos blocos de poder nacional e, portanto, sem voz própria. Com o Grão-Pará não será diferente.

Nem mesmo a chegada do século XX indica mudanças nessa perspectiva. O descaso pelos moradores desse Estado era tão previsível, que grupos defensores de interesses próprios pela lucratividade econômica, política e financeira tornaram pública a ideia do esquiteamento do território do Grão-Pará.

Mas, dissemos *não*. E *não* significa *limites*. A maioria dos que votaram: 70 % dos eleitores. E 70% desses eleitores disseram: Não. Não significa: Parem.

*Parem com essa conversa de que divisão do território* é o que existe de milagroso para melhor governar. Quando se quer governar com eficiência encontram-se mecanismos adequados para fazer isso. É só conhecer as multinacionais e ver como elas comandam suas filiais com eficiência sem estar face a face.

Para quem foi acostumado a não tomar grandes decisões a favor dos habitantes, parece ser mais fácil a visão provinciana de que só podemos enxergar o que está na ponta do “nariz” ou do “umbigo”.

Conhecer as necessidades básicas de quem mora nessa unidade federada é fácil. Tem as universidades que a cada semestre e ano lançam inúmeros trabalhos publicados sobre a transformação das necessidades dos habitantes em “problemas sociais”. Tem os órgãos do governo federal com os censos de vários tipos para que os governantes saibam o que está acontecendo. Tem profissionais técnicos e científicos que podem auxiliar se forem devidamente reconhecidos financeiramente. O que não se pode é querer que esses profissionais sejam mão de obra barata para satisfação de interesses de grupos que governam.

*Parem com essa conversa* de que a distância entre a capital e os municípios é o único e maior impedimento para o desenvolvimento econômico e social

do Grão-Pará. Durante a Campanha para o plebiscito pouco ou nunca se falou dessa debilidade da organização político-administrativa. Jogou-se os moradores de Belém contra os outros moradores das áreas de interesse da divisão, como se estivesse na mão dos cidadãos de Belém, da capital, a negação da cidadania aos que moram fora da capital.

Isso acontece porque a cidade de Belém, capital do Estado continua sede de moradia e de governo. Mas, nem por essa condição, as situações aqui são melhores do que as de outros locais mais afastados. Aqui tem problemas de saúde pela falta de profissionais e de infraestrutura para que eles possam exercer sua profissão com dignidade. Falta apoio logístico para os profissionais que trabalham com a infância e juventude. Falta gestão administrativa e financeira para que atividades artísticas, esportivas e culturais façam parte das ações educacionais desenvolvidas com crianças e jovens. Quando alguma coisa existe é chamada de projeto, e pode encerrar-se em qualquer momento, sem nenhuma explicação para os que o executam e os destinatários.

Exemplo disso são as escolas de ensino médio. A maioria delas são meros espaços de sociabilidade juvenil e não espaços de conhecimento. A escola é enfadonha, os prédios não raro; sujos, riscados, quebrados, falta limpeza. O espaço que deveria ser de aprendizagem à cidadania tornou-se um lugar onde sua negação constante é uma rotina. Na escola de ensino médio estão os jovens, desejosos de uma profissão, de um conhecimento, de uma base sólida para construção de sua existência. Mas, o que lhe é oferecido?

Mesmo na capital, quando as ruas são asfaltadas “esquecem” de fazer um processo correto de saneamento e esgoto. Qualquer chuva é capaz de fazer uma inundação e mandar para o fundo as casas e tudo aquilo que foi comprado ao longo da vida. Acusa-se o povo como o único e maior culpado. O povo não tem educação ambiental, não sabe organizar o lixo doméstico. Mas, quando há denúncias de que as empresas que recolhem o lixo hospitalar o jogam em qualquer lugar, vem a público um importante porta voz dizendo que providências serão tomadas, o tempo passa e o esquecimento acontece.

Na capital estão todas as sedes das secretarias do governo estadual, da prefeitura e de toda assessoria competente e escolhida a dedo pelos governantes. Por que então, aqui não está tudo uma “maravilha”?

*Parem com essa conversa* de que a capital é o único lugar possível para que se elabore uma gestão governamental eficiente, pois se assim fosse não haveria necessidade de governo municipal e vereadores. Se nos municípios o prefeito e os vereadores não sabem o que fazer para governar, existem conhecimentos específicos e necessários para quem deseje ser governante, parlamentar e as-

essor político. Peçam e paguem os serviços de assessoria, que as universidades possuem subsídios e profissionais para planejar, acompanhar e avaliar os orçamentos municipais.

Talvez seja essa a grande vantagem da capital. Como as Universidades ou Centros de Estudos Superiores ou Faculdades de um jeito ou de outro ainda formam seres críticos, estes conseguem se organizar e tornar público seu descontentamento, o que não significa que será resolvido pelo poder público. E que, na capital, alguma voz corajosa do Ministério Público se manifeste e não seja vista de imediato, como “perseguição política”.

Talvez a capital tenha um número maior de pessoas que procuram fazer o exercício da cidadania criando manifestações diversas para que os governantes e parlamentares precisem ser “ficha limpa” e aí sim, serem eleitos. Devemos levantar a bandeira de que os governantes façam cursos de gestão de recursos humanos, naturais, tributação e orçamento; planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas; aplicação, controle e transparência do dinheiro público, e ainda, direitos e garantias fundamentais. Não basta jurar sobre a Constituição, é urgente e necessário conhecê-la.

*Parem com essa conversa* de que só alguns “ilustres” ou “bons de papo” servem para governantes ou parlamentares. Fazer parte de um dos poderes do Estado é muito importante para a vida de uma nação, unidade federada ou município, por isso, o estudante deve aprender desde a educação infantil que estar a serviço do Estado é responsabilidade de todo cidadão e não apenas de alguns que aprenderam desde cedo a se organizar em partidos, seja lá de que tipo for.

É verdade que a campanha do *não* foi “sentimentalóide”. Mas sentimento e afeto são marcas de identidade. Quem de nós resiste a um: “maninha faça isso pra mim!” ou “que pavulagem é essa?” ou “pensa que sou lesa?”. A velha geração conhece bem o gosto dessa afetividade. Os jovens envolvidos pela mídia que mostra a beleza como produto que se compra nas lojas vão perdendo essa gostosa convivência entre o velho e o novo que ainda se faz neste vasto Grão-Pará.

Afetividade como traço de identidade não se permite acontecer fora de um determinado espaço social e territorial. O afeto pelas “nossas coisas” é um aspecto que a pós-modernidade quer destruir. As raízes devem ceder espaço ao novo e ao provisório, ao fragmentado. Mas, não se pode fragmentar o rio, a floresta e o clima sem gerar e conviver com as consequências. O progresso técnico faz isso em áreas específicas do Grão-Pará. Fragmenta-se o rio para transformá-lo em hidrelétricas e balneários. Fragmenta-se a floresta para transformá-la em fazendas, estradas, agrobussines, agroturismo, agroecologia

como produto de luxo e só para alguns “poucos” que podem “captar a essência do progresso”.

Fragmenta-se a identidade de um povo para transformá-lo em um fantoche da política, da corrupção, do desânimo e da desconfiança de todos contra todos.

A defesa do Grão-Pará está na capacidade de seu povo em decidir o seu futuro. E isso é feito com escolaridade, saúde, habitação digna, trabalho e exercício de cidadania. A sociedade civil deve exigir isso para todos. Afinal de contas ao nos chamarmos de “civilizados”, isso quer dizer que somos capazes de entender e fazer e desfazer nossa própria organização.

Agora que dissemos não para a divisão do território do Grão-Pará devemos sair do marasmo que nos acompanha e nos faz acomodados com o que vemos e ouvimos dos que nos governam.

Os governantes precisam enxergar nossa disposição em querer escolas, postos de saúde, esgoto e saneamento e segurança pública em nossos municípios. Eles precisam enxergar nossa disposição em conhecer os gastos públicos, e se desconfiarmos de que não são sérios, que possamos mostrar nossa indignação nas praças públicas e nas escolas.

Os governantes precisam sentir que a prisão também é para aqueles que enganam o povo e desviam o dinheiro público de suas reais finalidades. Eles precisam sentir que não estamos de acordo com seus altos salários e regalias, pois trabalhamos duro para ter um salário que fica aquém do que precisamos para viver dignamente.

Os governantes e parlamentares precisam saber que aqueles que ocupam cargos públicos, por causa de sua influência partidária também recebem dinheiro público, por isso devem mostrar trabalho bem feito de verdadeiros assessores, secretários e chefias imediatas. Eles precisam aprender que o povo que vota e seus familiares são seres “poderosos”, pois podem lhes tirar o cargo e o salário, se não estiverem satisfeitos com o resultado do trabalho.

Agora para além da consulta precisamos ficar de olho nos governantes e parlamentares do Estado e dos municípios. Precisamos organizar nossa mobilização em torno das reivindicações necessárias a nossa vida, como educação, saúde, saneamento, esgoto, qualidade de vida, recolhimento do lixo, entre tantas outras necessidades.

Dizer não foi o primeiro passo, mas é necessário ir além. Precisamos mobilizar os habitantes das matas, rios e terras longínquas na defesa de nossos direitos, dentro e fora da capital.

## REFERÊNCIAS

- BRITO, Daniel Chaves de. *A modernização da superfície*. Belém: UFPA/NAEA, 2001. Prêmio NAEA.
- FONSECA, Maria de Fátima. *Jovens urbanos dos povos da Amazônia na cidade de Belém/PA*. Araraquara: UNESP, 2006. Tese.
- IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- TRINDADE Jr. Saint-Clair Cordeiro. *Produção do solo urbano em Belém*. Belém: UFPA, 1997.



## DEBATES

### DEPOIS QUE O PLEBISCITO PASSOU

---

*Lúcio Flávio Pinto*<sup>1</sup>

Com a rejeição de mais de dois terços do eleitorado paraense à consulta plebiscitária sobre a divisão do Estado, feita em 11 de dezembro de 2011, pode parecer que a questão territorial está encerrada: Tapajós e Carajás, nunca mais; ninguém divide o Pará. Ledo engano.

Uma análise mais atenta dos resultados, tanto os quantitativos quanto os qualitativos, dissolve a interpretação dominante de que o Pará vai permanecer como está por muito tempo. O Estado que saiu da votação está polarizado. Se a esmagadora maioria da população se opôs aos projetos de emancipação, isto significa que, ao se manifestar de forma tão vigorosa, derrotando a iniciativa dos separatistas, a região metropolitana de Belém se isolou. Mais do que nunca, sua influência sobre as áreas do Sul e do Oeste do Pará se reduziu.

Qualquer pessoa medianamente informada sabia que os dois projetos eram inviáveis desde o nascedouro. A explicação é demográfica e aritmética: a parte tradicional do Estado, que gravita em torno da capital, não quer perder aquilo que considera seu estoque de recursos naturais para sacar no futuro.

Não se trata de um almoxarifado imóvel e protegido. Pelo contrário: ele vem sendo usado, corroído e dilapidado. É imenso o volume de minérios, madeira, solo e floresta já extraídos. Mesmo assim, o Pará continua a ser um dos Estados mais pobres da federação. Os moradores do Sul e do Oeste acham que é por causa da má gestão – feita à distância, física e mental – pela capital. Já os paraenses tradicionais acreditam que esse desvio de rendimento deve-se à intensa migração. Mesmo havendo mais recursos, há sempre mais gente querendo participar da partilha. Não chega para todos.

Como dois terços da população paraense não pertence às fronteiras econômicas do Estado, era impossível que a divisão do Pará atual em duas novas unidades federativas prosperasse, independentemente do conteúdo das propostas (e ainda mais porque o *marketing* da campanha, foi comandado por um

---

1    Jornalista e Sociólogo – Editor do Jornal Pessoal.

adventício, o publicitário Duda Mendonça, que chegou tardiamente e se foi prematuramente).

Por que então os políticos de Carajás e do Tapajós se lançaram à arena da disputa? Porque nada tinham a perder. A campanha seria financiada por recursos públicos e privados, declarados ou não. Os líderes do movimento ganhariam exposição de massa, se antecipando à temporada eleitoral deste ano. E, além de galvanizarem apoios para si, lançariam uma mensagem para ecoar em mais longo prazo: a separação de fato, mesmo que não de direito, entre as três áreas. Criaram um ambiente propício aos radicalismos, intensos ainda que vazios, sem fundamentação. Por isso mesmo, eventualmente violentos. O trânsito das lideranças pelo território paraense sofrerá bloqueios na corrida pelos cargos municipais, o que significará um risco de divisão deletéria, por razões meramente politiquieras, a serviço de interesses menos nobres, quando não totalmente espúrios.

Qual o antídoto para essa situação? Mudar de fato a espinha dorsal do Estado, suas instituições, políticas, projetos. Descentralizar para valer a administração e espraiar as fontes de poder. Desarmar os espíritos manipulados pela retórica da campanha de emancipação, que, mesmo se baseando em motivações reais e legítimas, foi oportunista na apresentação da sua viabilidade.

Já que o povo foi iludido e continua iludido, o governo do Estado devia dar-lhe motivos para acreditar que seus anseios e reivindicações serão considerados e atendidos. Para que assim o Pará pudesse encarar os seus problemas reais e vitais de frente e sem ilusões. Essa possibilidade existe em tese. Mas sob o atual governo, é quimera. O Pará vai continuar a ser uma promessa, um futuro que se desmancha no ar.

## INSTRUÇÕES PARA COLABORAÇÃO

---

A revista Terceira Margem Amazônia divulga trabalhos interdisciplinares resultantes de estudos, pesquisas e experiências sociais que versem sobre questões relacionadas direta ou indiretamente à Amazônia, que estimulem o intercâmbio e o debate entre comunidade acadêmico-científica e atores sociais que colaboram na produção de conhecimentos sobre a Amazônia.

A revista aceita contribuições para as seguintes seções:

### CORPUS

**ARTIGOS** – científicos: textos analíticos, resultantes de estudos e pesquisas com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento; e/ou de revisão: textos analíticos e/ou ensaísticos com revisão bibliográfica ou teórica de determinado assunto ou tema, com até 25 laudas de texto.

**NOTAS DE PESQUISA** – relato preliminar sobre observações de campo, dificuldades e progresso de pesquisa em andamento, ou em fase final, enfatizando hipóteses, comentando fontes, resultados parciais, métodos e técnicas utilizados, em até 12 laudas de texto.

**RESENHAS** – texto descritivo e/ou crítico de obras publicadas nos últimos cinco anos na forma impressa ou eletrônica, relevantes para a Amazônia ou obras que viraram referência e que há muito tempo não foram reeditadas. Até cinco laudas de texto.

**TESES E DISSERTAÇÕES** – descrição sucinta de dissertações de Mestrado e teses de Doutorado. Até uma lauda de texto.

### PRÁXIS

**ENTREVISTAS** – seção que se dedica à apresentação de personalidades da comunidade acadêmico-científica e de atores sociais, que contribuem com conhecimentos sobre a realidade amazônica de forma direta ou indireta. Esses documentos serão transcritos parcial ou integralmente. Até dez laudas de texto.

**DEBATES** – seção dedicada à divulgação de debates entre comunidade acadêmico-científica e os diversos atores sociais, que contribuam com conhecimentos sobre a realidade da Amazônia. Assim como debates, comentários e réplicas a trabalhos publicados na revista. Até 12 laudas de texto.

## NORMAS GERAIS

A revista será publicada semestralmente a partir de um processo de seleção de trabalhos. Como norma geral, os artigos devem ser apresentados para avaliação prévia do conselho editorial científico, em seguida, submetidos a especialistas externos (avaliação por pares), podendo ter, em caráter excepcional, autores convidados de notório conhecimento em determinado domínio de interesse da revista.

Sobre os direitos autorais: os materiais recebidos para publicação serão cedidos gratuitamente para a revista sem ônus para a mesma.

Serão aceitas colaborações em quatro idiomas (português, espanhol, francês e inglês). Os textos devem apresentar título, resumo e palavras-chave em português, quando o texto original não for neste idioma. Todos os textos devem apresentar título, resumo e palavras-chave em um dos demais idiomas acima citados, quando o texto original estiver em português.

São de responsabilidade do(s) autor(es): o conteúdo do trabalho e traduções para outros idiomas.

Os artigos deverão seguir as recomendações da ABNT para uso e apresentação dos elementos bibliográficos: resumos NBR 6028; citações em documentos NBR 10520; referências bibliográficas NBR 6023; apresentação de artigos em publicação científica impressa NBR 6022.

A Revista publicará apenas em preto e branco.

Imagens digitalizadas (fotos, mapas, gráficos e outros) devem ter resolução mínima de 300 dpi em formato JPEG.

Quadros e Tabelas devem ser em formato de texto, sequencialmente numeradas, com claro enunciado e referência no texto. O texto deve, obrigatoriamente, fazer referência a todas as tabelas, gráficos e ilustrações utilizadas.